



Edna Lúcia Tinoco Ponciano

HABITANDO ESPAÇOS EM MOVIMENTO
indivíduo, família e contexto sócio-histórico

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Prof.^a Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2004



Edna Lúcia Tinoco Ponciano

HABITANDO ESPAÇOS EM MOVIMENTO
indivíduo, família e contexto sócio-histórico

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a Terezinha Féres-Carneiro
Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Maria Helena Novaes Mira
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof^a. Monique Rose Aimée Augras
Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Rosa Maria Stefanini de Macedo
Departamento de Psicologia – PUC-SP

Prof. Luiz Fernando Dias Duarte
Departamento de Antropologia - UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade
Coordenador Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do
Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 06/02/2004

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade do autor e do orientador.

Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Graduou-se em Psicologia pela USU (Universidade Santa Úrsula) em 1992. Especializou-se em Saúde Mental e em Terapia de Família pelo IPUB/UFRJ (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1993 e em 1996, respectivamente. Exerceu o cargo de psicóloga em instituição pública municipal durante cinco anos e oito meses. Participou, como pesquisadora e terapeuta de família, do Programa Organização do Trabalho e Saúde Mental do IPUB/UFRJ. É professora convidada do curso de Especialização em Terapia de Família do IPUB/UFRJ. Tem exercido a clínica em consultório particular. Formou-se Mestre em Psicologia pela PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) em 1999. É autora de diversos artigos de periódicos e capítulos de livros. Tem participado, apresentando trabalhos, de diversos congressos de Psiquiatria, Saúde Mental e Terapia de Família.

Ficha Catalográfica

Ponciano, Edna Lúcia Tinoco

Habitando espaços em movimento: indivíduo, família e contexto sócio-histórico / Edna Lúcia Tinoco Ponciano; orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de Psicologia, 2004.

280 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.

Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Teses. 2. Terapia de família. 3. Ciências humanas - Interdisciplinaridade. 4. Indivíduo. 5. Família. 6. Contexto sócio-histórico. I. Féres-Carneiro, Terezinha. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

Ao futuro: Jessica, Gabriel, Igor,
Henrique, Daniel e Lucas, nossos
sobrinhos.

Agradecimentos

À professora Terezinha Féres-Carneiro, agradeço pelos ricos seis anos que passamos juntas. Lembro-me da primeira imagem que tive da pesquisadora. Estávamos em Gramado, no Rio Grande do Sul, em 1996, quando Terezinha apresentava um trabalho no II Congresso Brasileiro de Terapia de Família. Nossa história, que em parte se finda com esta tese, começou ali. Muito obrigada, Terezinha, por tudo que aprendi ao longo desses anos.

À professora Monique Augras e ao professor Luiz Fernando Dias Duarte, pelas valiosas contribuições. O exame de qualificação foi fundamental para a posterior elaboração da tese. Por isso, agradeço. Saí daquele exame, ao mesmo tempo, esfalfada e restaurada.

À professora Monique Augras, agradeço especialmente por ter participado de minha formação profissional, deslançando em mim uma habilidade não assumida. Obrigada pelo crédito.

Ao professor Luiz Fernando Dias Duarte, agradeço especialmente por sua abertura, permitindo que assistisse suas aulas como aluna oficial e aluna ouvinte aplicada. Obrigada por sua generosidade.

À professora Anamaria Coutinho, agradeço, *in memoriam*, por ter-me ajudado a pensar sobre a introdução de uma forma menos careta, mais livre.

Aos professores da PUC-Rio, que me acompanharam nesta jornada. Especialmente às professoras Ana Nicolaci-da-Costa, Junia de Vilhena e Maria Helena Novaes, agradeço por terem-me ajudado a fazer a última viagem como estudante oficial.

Ao professor Bernado Jablonski, que, desde o mestrado, chamou minha atenção para a importância de ler artigos de periódicos, atualizando-me sobre os últimos acontecimentos.

À professora Jane Russo e à pesquisadora Ana Teresa Venâncio, pelo convite para participar da equipe de pesquisa sobre psiquiatria biológica, que me rendeu bons frutos, uma boa convivência e uma excelente aprendizagem sobre pesquisa e análise de periódicos.

Às cinco terapeutas de família entrevistadas, obrigada pela disponibilidade.

Aos colegas de turma, com quem dividi dúvidas, temores e bons momentos em sala de aula. Saudades.

Às secretárias do Departamento de Psicologia da PUC-Rio, Marize e Vera, pela incansável paciência.

À minha extensa família e amigos, pela tolerância com que me acompanharam na intensa dedicação a esta pesquisa.

À Susan Travis, pessoa fundamental para desenvolver em mim a autoconfiança profissional.

Ao CNPq, pela bolsa durante estes quatro anos, e à PUC-Rio, pela infra-estrutura favorável à pesquisa.

Ao meu marido, companheiro de sonhos e de projetos acadêmicos, pelo seu apoio e pelo seu amor, sem os quais seria impossível.

Ao Marcos Ponciano, meu marido, pela excelente e infatigável revisão da escrita da tese. Além de ter que aturar minha impertinência.

Resumo

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; Féres-Carneiro, Terezinha. (Orientadora) **Habitando espaços em movimento: indivíduo, família e contexto sócio-histórico**. Rio de Janeiro, 2004. 264p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

É especialmente importante para a Terapia de Família relacionar o indivíduo, a família e o contexto sócio-histórico. Três perspectivas da relação família-indivíduo são destacadas, salientando uma compreensão interdisciplinar e acrescentando algumas considerações a respeito do Brasil. O processo sócio-histórico da cultura ocidental indica que o indivíduo busca constituir-se como pessoa, enquanto a família se define como um grupo que permite a realização de personalidades individuais. Uma compreensão filosófica e histórica da família e do sujeito, entretanto, assinala uma separação entre eles. Para discutir esta separação, é realizado um mapeamento, em três sentidos. Primeiro, o projeto científico para as Ciências Humanas, caracterizado pela exclusão da subjetividade, é discutido, distinguindo-se a história da Psicologia e a da Terapia de Família. Segundo, os contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas, em que a formulação da exclusão entre relacional e intrapsíquico revela-se, principalmente, no embate entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise. Por consequência, examina-se o conjunto de alternativas diferenciadas, incluindo os sistêmicos influenciados pela Psicanálise, as terapeutas de família feministas, a Terapia de Família psicanalítica, o Construtivismo, o Construcionismo Social e a Psicologia da Família; e discute-se a fragmentação, a unificação e a integração de teorias e práticas, tanto na Psicologia quanto na Terapia de Família. Terceiro, os estudos sobre família, terapias e terapeutas de família no Brasil, em que são analisados alguns artigos de periódicos nacionais, os cadernos de resumos dos Congressos Brasileiros de Terapia de Família e as entrevistas realizadas com cinco terapeutas de família do Rio de Janeiro. Apresenta-se uma visão panorâmica deste campo de estudos, destacando algumas características e enfatizando o movimento de integração entre diversas teorias e práticas na Terapia de Família. Por fim, desenvolve-se uma proposta teórica de articulação que permite relacionar o indivíduo, a família e o contexto sócio-histórico, no qual os primeiros se inserem, e, ainda, aproximar a teoria e a experiência pessoal. Estas relações são relevantes à construção do conhecimento para as Ciências Humanas, apoiando-se em analogias e metáforas constitutivas, tais como a do espaço exterior e a do espaço interior.

Palavras-chave

Terapia de Família; Ciências Humanas; interdisciplinaridade; articulação; indivíduo; família; contexto sócio-histórico.

Abstract

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; Féres-Carneiro, Terezinha. (Advisor). **Inhabiting moving spaces: individual, family and socio-historical context.** Rio de Janeiro, 2004. 264p. Doctorate Theses – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

It's specially important for Family Therapy to relate the individual, the family and the socio-historical context. Three perspectives concerning the family-individual relationship are identified, emphasizing an interdisciplinary comprehension, and adding some considerations about Brazil. The socio-historical process of the western culture indicates that the individual seeks to constitute himself/herself as a person, while the family defines itself as a group that allows the realization of individual personalities. A philosophical and historical comprehension of the family and of the subject, however, points out a separation between them. In order to discuss this separation, a three-course map was outlined. The first one discussed is the scientific project for the human sciences, characterized by the exclusion of the subjectivity, highlighting the histories of Psychology and of Family Therapy. In the second one, the focus of the discussion is turned to the contexts and transformations of theories and therapeutical practices, in which the formulation of the exclusion of either the relational or the intrapsychic concepts is revealed, specially in the confrontation between Systemic Theory and Psychoanalysis. Consequently, the group of differentiated alternatives that include the systemic therapists influenced by Psychoanalysis, the feminist family therapists, the psychoanalytic family therapy, the Constructivism, the Social Constructionism and the Family Psychology is examined, and a discussion on the fragmentation, the unification and the integration of theories and practices in both Psychology and Family Therapy is conducted. The third one focus on the analysis of studies about family, therapies and Family Therapy in Brazil. It's done through some articles in Brazilian journals, the abstract notebooks of the Brazilian Congresses of Family Therapy and through interviews made with five family therapists from Rio de Janeiro. Thus a panoramic view of this field of studies is presented, distinguishing some characteristics and emphasizing the integration movement among the various theories and practices in Family Therapy. Finally, a theoretical proposal of articulation is developed. The objective of the proposal is to relate the individual, the family and the socio-historical context in which he/she is included, in addition to associate the theory and the personal experience. These relationships are relevant to the construction of the Human Sciences knowledge, that find support in constitutive analogies and metaphors, such as the ones about exterior and inner spaces.

Key-words

Family Therapy; Human Sciences; interdisciplinarity; articulation; individual; family; socio-historical context.

Résumé

PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; Féres-Carneiro, Terezinha.(Directeur). **En habitant espaces en mouvement: individu, famille et contexte socio-historique.** Rio de Janeiro, 2004. 264p. Thèse Doctorat – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Il'est particulièrement important pour la Thérapie Familiale de mettre en relation l'individu, la famille et le contexte socio-historique. Trois perspectives de relation famille-individu se détachent, en mettant en évidence une compréhension interdisciplinaire et en tenant compte de certaines considérations dues au Brésil. Le processus socio-historique de la culture occidentale indique que l'individu cherche à se constituer comme une personne, alors que la famille se définit comme un groupe qui permet la réalisation de personnalités individuelles. Une compréhension philosophique et historique de la famille et du sujet, cependant, signale une séparation entre eux. Pour discuter cette séparation, une carte est élaborée, en trois sens. Premièrement, le projet scientifique que pour les Sciences Humaines y caractérisé par l'exclusion de la subjectivité, est discutée, en se distinguant de l'histoire de la Psychologie et de la Thérapie Familiale. Deuxièmement, les contextes et les transformations des théories et pratiques thérapeutiques, dans lesquelles la formulation de l'exclusion entre le relationnel et le intrapsychique se révèle, principalement, dans la discusión entre la Théorie Systémique et la Psychanalyse. En conséquence, on observe un ensemble d'alternatives différenciées, incluant les systémiques influencés par la Psychanalyse, les thérapies familiale féministes, la Thérapie Familiale psychanalytique, le Constructivisme, le Construccionisme Social et la Psychologie de Famille; et on discute la fragmentation, l'unification et l'intégration de théories et de pratiques, autant en Psychologie qu'en Thérapie Familiale. Troisièmement, les études sur la famille, les thérapies et les thérapies familiale au Brésil, dans lesquels sont analysés: quelques articles des journaux nationaux; les cahiers des résumés des Congrès Brésiliens de Thérapie Familiale; et les entretiens réalisés avec cinq thérapies familiale de Rio de Janeiro. On present une vision panoramique de ce champ d'études, détachant quelques caractéristiques et emphasiant le mouvement de l'integration entre diverses théories et pratiques dans la Thérapie Familiale. En fin, le développement d'une orientation théorique, l'articulation, permet de mettre en relation l'individu, la famille et le contexte socio-historique, dans lequel les premiers s'insèrent et, de plus, rapprocher la théorie et l'expérience personnelle. Ces relations sont déterminantes dans la construction de la connaissance pour les Sciences Humaines, en s'appuyant sur des analogies et des métaphores constitutives, telles que celle de l'espace extérieur et de l'espace intérieur.

Mots Clés

Thérapie Familiale; Sciences Humaines; interdisciplinarité; articulation; individu; famille; contexte socio-historique.

Sumário

1. Introdução	13
2. Formas e ações: uma compreensão interdisciplinar da relação família-indivíduo	31
2.1. Perspectivas da relação família-indivíduo	32
2.2. Relação familiar e constituição da identidade pessoal: ressaltando aspectos filosóficos e históricos	59
3. Mapeando o campo I: a exclusão da subjetividade como projeto científico para as Ciências Humanas	71
3.1. Caminhos marítimos, terrestres e celestes: trajetórias entrecruzadas para pensar as Ciências Humanas	72
3.2. Primeiros momentos, primeiros mitos: contando histórias da Psicologia e da Terapia de Família	85
4. Mapeando o campo II: contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas	114
4.1. Relacional ou intrapsíquico? Formulações teóricas excludentes	120
4.2. Fragmentação, unificação e integração na história da Psicologia e da Terapia de Família	139
5. Mapeando o campo III: estudos sobre família, terapias e terapeutas de família no Brasil	158
5.1. Periódicos nacionais e Congressos Brasileiros de Terapia de Família: estudos sobre família e a perspectiva da integração	162
5.2. Rio de Janeiro: refletindo sobre transformações com terapeutas de família	189
5.2.1. Família e indivíduo / relacional e intrapsíquico	195
5.2.2. Pessoa do Terapeuta	197

5.2.3. Distintos nomes para distintas propostas	199
5.2.4. Relação exterior / interior: ampliando os sistemas	201
6. Semeando o campo: uma proposta de articulação	208
6.1. Articulando elementos distintos	216
6.1.1. Família e indivíduo: compartilhando valores, emoções e histórias	218
6.1.2. Teoria e experiência pessoal: entrelaçando emoções, filiações e valores em um processo de reflexão contínua	235
7. Considerações Finais	246
8. Referências Bibliográficas	252

Apêndices

O Homem; as Viagens

O HOMEM, bicho da Terra tão pequeno
Chateia-se na Terra
lugar de muita miséria e pouca diversão,
faz um foguete, uma cápsula, um módulo
toca para a Lua
desce cauteloso na Lua
pisa na Lua
planta bandeirola na Lua
experimenta a Lua
coloniza a Lua
civiliza a Lua
humaniza a Lua.

Lua humanizada: tão igual à Terra.
O homem chateia-se na Lua.
Vamos para Marte – ordena as suas máquinas.
Elas obedecem, o homem desce em Marte
pisa em Marte
experimenta
coloniza
civiliza
humaniza Marte com engenho e arte.

Marte humanizado, que lugar quadrado.
Vamos a outra parte?
Claro – diz o engenho
sofisticado e dócil.
Vamos a Vênus.
O homem põe o pé em Vênus,
vê o visto - é isto?
idem
idem
idem.

O homem funde a cuca se não for a Júpiter
proclamar justiça junto com injustiça
repetir a fossa
repetir o inquieto
repetitório.

Outros planetas restam para outras
colônias.
O espaço todo vira Terra-a-terra.
O homem chega ao Sol ou dá uma volta
só para tever?
Não-vê que ele inventa
roupa insidervável de viver no Sol.
Põe o pé e:
mas que chato é o Sol, falso touro
espanhol domado.

Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilima dangerousíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrimdo em suas próprias
inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.

Carlos Drummond de Andrade (1997, p.81)

1

Introdução

Na linguagem cotidiana, na Filosofia, na Literatura e na formulação do conhecimento científico, a noção de espaço é vastamente utilizada, cobrindo um imenso território de conceitos e teorias. Mal sabia eu quão longe esta noção iria me levar. E a viagem ainda não terminou. É apenas o começo.

Qual espaço abordar? Parecia claro que havia uma separação espacial, tanto na Psicologia quanto na Terapia de Família, sobre a qual eu gostaria de lançar o meu olhar, visando a construir uma articulação de elementos diferenciados, mas relacionados. Diante de mim, estava a tarefa de unir reconhecendo os limites fronteiriços. Mas como estabelecer estes limites e criar critérios de articulação? Uma realidade-água escapa pelas mãos, desafiando o estabelecimento de uma distinção que não impeça o contato.

“Leitura de uma onda

O senhor Palomar vê uma onda apontar na distância, crescer, aproximar-se, mudar de forma e de cor, revolver-se sobre si mesma, quebrar-se, desfazer-se. A essa altura poderia convencer-se de ter levado a cabo a operação a que se havia proposto e ir-se embora. Contudo, isolar uma onda da que se lhe segue de imediato e que parece às vezes suplantá-la ou acrescentar-se a ela e mesmo arrastá-la é algo muito difícil, assim como separá-la da onda que a precede e que parece empurrá-la em direção à praia, quando não dá até mesmo a impressão de voltar-se contra ela como se quisesse fechá-la. Se então considerarmos cada onda no sentido de sua amplitude, paralelamente à costa, será difícil estabelecer até onde a frente que avança se estende contínua e onde se separa e se segmenta em ondas autônomas, distintas pela velocidade, a forma, a força, a direção.”

(Calvino, 1994, p.7)

Definições precisam ser realizadas. Perguntas norteiam o horizonte. O que é indivíduo? O que é Psicologia? O que é família? O que é Terapia de Família? Como se relacionam a família e o indivíduo? Como as relações pessoais e o sujeito psicológico interagem? Clamando por repostas decido percorrer um caminho repleto de paisagens conceituais e estradas teóricas. A visão histórica torna-se um guia crucial. Estas questões são respondidas

de diferentes maneiras, em diferentes espaços e tempos.

“Em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo. Tais aspectos variam continuamente, decorrendo daí que cada onda é diferente de outra onda; mas da mesma maneira é verdade que cada onda é igual a outra onda, mesmo quando não imediatamente contígua ou sucessiva; enfim, são formas e seqüências que se repetem, ainda que distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo. Como o que o senhor Palomar pretende fazer neste momento é simplesmente ver uma onda, ou seja, colher todos os seus componentes simultâneos sem descurar de nenhum, seu olhar se irá deter sobre o movimento da água que bate na praia a fim de poder registrar os aspectos que a princípio não havia captado; tão logo se dê conta de que as imagens se repetem, perceberá que já viu tudo o que queria ver e poderá ir-se embora.”

(Calvino, 1994, p.8)

Escolher uma estrada tão sinuosa exige abrir mão da certeza absoluta, sabendo que ao fim não virá a resposta definitiva. É preciso adquirir coragem para persistir, não se deixando esmorecer. Ao mesmo tempo, não se deve encarecer a busca.

“(...) Assim, para se compreender como uma onda é feita é necessário ter-se em conta esse impulso em direções opostas que em certa medida se contrabalançam e em certa medida se somam, e produzem um quebrar geral de todos os impulsos e contra-impulsos no mesmo alagar de espuma.”

(Calvino, 1994, p.9)

São muitos os espaços. Encontram-se, no entanto, dentre as variadas possibilidades, uma divisão entre espaço exterior e espaço interior, que faz com que as muitas analogias e metáforas espaciais relacionem esta divisão entre um dentro e um fora, estabelecendo contornos. Estes espaços têm sido ordenados e definidos de acordo com as divisões disciplinares, delimitando um campo de observação restrito a cada disciplina. Não conformada com divisões intransponíveis, procuro ampliar minha trajetória pela visão interdisciplinar.

“O senhor Palomar está procurando agora limitar seu campo de observação; se tem presente um quadrado de, digamos, dez metros de praia por dez metros de mar, pode levantar um inventário de todos os movimentos de ondas que ali se repetem com freqüência variada dentro de um dado intervalo de tempo. A dificuldade está em fixar os limites desse quadrado, porque, por exemplo, se ele considera como o lado mais distante de si a

linha em relevo de uma onda que avança, essa linha ao aproximar-se dele irá, erguendo-se, ocultar de sua vista tudo o que está atrás; e eis que o espaço tomado para exame se destaca e ao mesmo tempo se comprime.

Contudo, o senhor Palomar não perde o ânimo e a cada momento acredita haver conseguido observar tudo o que poderia ver de seu ponto de observação, mas sempre ocorre alguma coisa que não tinha levado em conta. Se não fosse pela impaciência de chegar a um resultado completo e definitivo de sua operação visiva, a observação das ondas seria para ele um exercício muito repousante e poderia salvá-lo da neurastenia, do infarto e da úlcera gástrica. E talvez pudesse ser a chave para a padronização da complexidade do mundo reduzindo-a ao mecanismo mais simples.

É pena que a imagem que o senhor Palomar havia conseguido organizar com tanta minúcia agora se desfigure, se fragmente e se perca. Só conseguindo manter presentes todos os aspectos juntos, ele poderia iniciar a segunda fase da operação: estender esse conhecimento a todo o universo. Bastaria não perder a paciência, coisa que não tarda a *acontecer*. O senhor Palomar afasta-se ao longo da praia, com os nervos tensos como havia chegado e ainda mais inseguro de tudo.”

(Calvino, 1994, p.9-11)

A ânsia pelo conhecimento faz com que eu me identifique com o senhor Palomar. Temo tornar-me Palomar, almejando o alcance do que tantos outros um dia pensaram ser possível: a verdade universal. E, nesta busca frenética, deixar-se vencer por sintomas neuróticos, ao invés de vivenciar a alegria da eterna busca da verdade nunca acabada.

No caminho da elaboração desta pesquisa, deparei-me tanto com a solidão e a angústia quanto com a satisfação dos encontros inesperados. Se não há segurança total, ao menos, caminhando ao longo da praia, é possível ter ocasiões felizes a serem divididas e reformuladas com outros. Este texto escrito, culminância de várias jornadas, proporciona uma oportunidade de vivenciar um outro momento: o do compartilhar. Espero que interlocutores diversos se manifestem.

Os espaços e os tempos históricos

Como pensar o humano fora da dimensão espacial? Na história da Psicologia, vinculada à construção histórica da sociedade ocidental moderna, encontram-se referências a uma conceituação do humano em termos espaciais. Desde a abordagem inicial, em que se

supõe a existência de uma mente a ser analisada cientificamente, passando pela formulação do inconsciente psicanalítico até a caixa escura do behaviorista, o espaço interiorizado toma várias formas. Acredita-se poder medi-lo, acredita-se poder formulá-lo a partir de instâncias que se relacionam hierarquicamente. Entretanto, dúvidas surgem pela dificuldade do empreendimento da medição do espaço interior. O Behaviorismo, caracterizando a força predominante da Psicologia nos Estados Unidos, com sua crescente expansão por todo o mundo, leva à descrença na formulação científica do espaço interior. E, se não pode ser científica, deixa de existir para a Psicologia. Analogias como as da profundidade, o que está por trás ou para além, ou as do mundo interior são duramente criticadas e substituídas pela noção de evidência, que se realiza na exterioridade. O psicólogo deve ser definido como aquele que observa e compreende o comportamento. Deve criar instrumentos de medida que expliquem o comportamento humano pela visualização do exterior.

Por que então retomar a noção de espaço, dividindo-o entre interior e exterior, quando sua força heurística está adormecida? Para que acordar o que dorme? Fazer vir à superfície o que foi submerso? Apesar da interdição, behaviorista e materialista, a metáfora espacial ainda é válida para pensarmos nossa situação no mundo. Utilizamo-la o tempo todo para falar sobre o que define o humano. Por exemplo: quantas vezes você ouviu uma pessoa, ou você mesmo disse, a fim de se exprimir, que ia se “colocar”. “Eu gostaria de me colocar”. Aonde? O eu se situa geograficamente, traçando uma analogia espacial com um posicionamento moral ou intelectual.

O espaço sofre modificações com o tempo; ele move-se. Eis uma frase ambígua. De que espaço se trata? Poderiam ser dadas variadas qualificações a ele, tais como subjetivo, geográfico, físico, social, público, privado, entre outras, sendo estas pronunciadas de acordo com diferentes disciplinas, em diferentes momentos históricos. Dentre as qualificações mencionadas, surpreende-me

tomar conhecimento de que a Geografia tem no espaço o seu campo de pesquisa privilegiado (Santos, 2002). Ele é abordado tanto de um modo objetivo, quando a Geografia considera os dados da superfície da Terra, quanto subjetivo, ao investigar “relações espaciais complexas entre as culturas, as estruturas psicológicas e as tecnologias...” (Almeida, 2000, p72). A idéia de fronteira ou de limite geográfico inicia-se com a posição espacial do próprio corpo alcançando o contorno em que um país põe limite ao outro. Conectando-se a várias disciplinas, a Geografia ilustra interessantes temas de pesquisa, tais como as variadas configurações do espaço sagrado e do espaço da cultura, incluindo as evocações espaciais de certas músicas, as memórias individuais e coletivas, entre outros.

Aproximo-me mais do que vou desenvolver, ao formular uma frase generalista, comprometida com uma abordagem filosófica: o conceito de espaço modifica-se de acordo com o conhecimento que o ser humano produz sobre ele. Mas, que não se ignore a polissemia da frase inicial, localizada no parágrafo anterior, pois a relação humana com o espaço é múltipla. A concepção histórica nos permite ver movimento até onde se supõe a fixidez. A dinâmica do espaço é o tempo. O ser humano é construtor de sua humanidade, habitando diversos espaços através do tempo.

O conceito de espaço pode ser remetido, em seu sentido primeiro, ao problema da natureza da exterioridade, isto é, o que torna possível a relação extrínseca entre objetos. Na história da Filosofia há, em termos gerais, duas teorias sobre o espaço. A primeira aborda a qualidade posicional dos objetos materiais no mundo. O espaço é visto como o lugar ocupado pelos corpos entre outros corpos. O espaço é identificado com a matéria, não havendo espaço onde não há objeto material. Nesta teoria, não se concebe a existência do vazio, prevalecendo na Antigüidade e durante toda a Idade Média (Abbagnano: 1982).

A segunda concepção do espaço define-o como o continente de todos os objetos materiais, o recipiente que os contém. Nasceu com o atomismo antigo e tem como teorema fundamental a existência do

espaço vazio e de sua infinitude. Esquecida, devido à dominância da concepção aristotélica, esta doutrina reaparece durante o Renascimento, quando o espaço passa a ser entendido como infinito e incorpóreo. Foi Newton (1642-1727) quem fez com que esta concepção prevalecesse, definindo o vazio como extensão sem corpo e influenciando a Física do século XIX (Abbagnano: 1982; Koyré: 2001).

Newton, concebendo o mundo físico como mecânico e corpuscular, domina o cenário da Física. Corpos materiais (corpúsculos) interagem entre si, de acordo com regras mecânicas, em um “vasto recipiente espacial”. Opondo-se à visão cartesiana, que considera as interações materiais realizando-se por contato, Newton postula a lei da gravidade. Esta permite a afirmação de que corpos materiais se influenciam mutuamente à distância. Suas leis do movimento valem não somente para o nosso sistema solar, mas se estendem a todos os lugares e a todos os tempos, definindo espaço e tempo como absolutos. No século XX, esta concepção é criticada e relativizada. Einstein (1879-1955) postula que qualquer medição em qualquer tipo de experiência científica é determinada pelo sistema de referência escolhido. Não pode haver, portanto, uma concepção absoluta de espaço e tempo (Abbagnano, 1982; Merleau-Ponty & Morando, 1971).

Às duas teorias do espaço, Einstein acrescenta uma terceira. A doutrina eisteiniana do espaço pode ser considerada, a princípio, um retorno à teoria clássica, na qual o espaço é compreendido como posição ou lugar de objetos materiais, considerando o aspecto da relatividade. Entretanto, a novidade surge pelo acréscimo da coordenada temporal, gerando a oportunidade de se constatar variações no espaço. Para Einstein, não há sentido em se falar de espaço prescindindo-se da noção de campo, que é usada para representar os fenômenos físicos, explicando-os pelas mudanças na estrutura métrica do campo. Corpos em movimento alteram a geometria do espaço, não permitindo uma soma sempre igual, tais como a dos ângulos de um triângulo, prevista pela geometria

euclidiana (Merleau-Ponty & Morando, 1971). Fora do campo não existe nada, nem sequer o espaço vazio. A noção de campo conduz à substituição das duas teorias anteriores. O espaço não é mais posição de objetos materiais e nem continente destes. De modo paradoxal, esta noção renuncia implicitamente ao conceito de espaço, ao menos do ponto de vista da geometria euclidiana, já que privilegia a relatividade de toda e qualquer medida (Abbagnano: 1982; Morris, 1998; Ray, 1993).

Ainda há um outro problema filosófico, o da realidade do espaço, que recebeu três soluções. A primeira diz respeito à realidade física ou teológica do espaço. Os Antigos, concebendo o espaço como posição de corpos ou como recipiente, acreditavam na realidade do espaço e o consideravam uma condição para a existência do mundo, sendo um atributo divino (Abbagnano: 1982; Bettanini: 1982).

A segunda solução relaciona-se à tese da subjetividade do espaço. Sua realidade é determinada pela percepção de um sujeito colocado diante de objetos tangíveis. É o movimento empirista que afirma a subjetividade do espaço, reduzindo-o a um conceito determinado pela experiência ou a uma idéia derivada de sensações. Ao empirismo, Kant (1742-1804) contrapõe a subjetividade transcendental do espaço. Sendo a condição da percepção sensível, o espaço é uma representação *a priori*, fundamento dos fenômenos externos. A tese da subjetividade do espaço, portanto, se caracteriza pela aparência ou ilusão do espaço e, neste aspecto, é defendida principalmente pelo Idealismo e pelo Espiritualismo. O espaço passa a ser visto como uma abstração da exterioridade imediata (Abbagnano, 1982).

Uma terceira solução quanto ao problema da realidade do espaço é a rejeição da formulação deste problema, afirmando que o espaço não é real nem irreal. Todavia, a noção de espaço pode ser empregada na descrição da realidade, utilizando algumas determinações métricas. Apresenta-se aqui uma motivação

científica, em que o esquema geométrico serve à descrição de um determinado campo de fenômenos (Abbagnano, 1982).

Os espaços humanos

“Bastava a um só homem mover a Terra e aumentar o mundo a ponto de torná-lo incomensurável – *immensum*. Pedir-lhe que o tornasse infinito seria demais.”

(Koyré, 2001, p.41)

Copérnico (1473-1543), baseando-se na convicção e na comprovação empírica de que há movimento das esferas celestes, ajuda a superar uma das mais fortes objeções científicas de sua época: a concepção aristotélica de que as estrelas não se movem. A idéia de um espaço infinito, no entanto, tarda a ser assumida. Koyré (2001) relata a transformação histórica da concepção espacial, mencionando vários autores e a discussão entre eles. Cito Copérnico a fim de exemplificar uma parte pequena e revolucionária desta transformação.

Outro episódio interessante relatado por Koyré trata de Giordano Bruno (1548-1600), personagem menos citado, mas que tem uma participação fundamental para a formulação do universo como infinito. Causa-me forte impressão a pergunta lançada por Bruno: “o que aconteceria se alguém passasse a mão através da superfície dos céus?” (Koyré, 2001, p.53). Pergunta imaginativa e ao mesmo tempo tão ligada à experiência corporal de cada um de nós. Imagino a mão que atravessa os céus e sigo seu argumento a favor do universo infinito. Reproduz-se, no texto, um diálogo em que a resposta aristotélica é a de que a mão não pode ocupar lugar no espaço e, desse modo, não existe. A resposta de Giordano Bruno, representada pelo personagem Filoteo, se opõe à concepção aristotélica e continua a se indagar sobre o que pode existir fora da superfície terrestre.

“FILOTEO — Ora, seja essa superfície o que se quiser, sempre terei de indagar: o que existe fora dela? Se a resposta for “nada”, eu direi que esse nada chama-se vazio. E esse vazio não possui medida nem limite exterior, posto que possua limite interior. E isso é mais difícil de

imaginar do que um universo infinito ou imenso. Pois se insistirmos em um universo finito, não poderemos fugir ao vazio. E vejamos agora se é possível haver tal espaço, no qual nada existe. Nesse espaço infinito está situado nosso universo (seja pelo acaso, seja por necessidade ou pela providência, mas não me ocuparei disso no momento). Pergunto agora se esse espaço, que realmente contém o mundo, está mais capacitado a contê-lo do que outro espaço, além.”

(Bruno *apud* Koyré, 2001, p.54)

A argumentação de Bruno leva à definição de um espaço sem centro, “puro receptáculo do ser” (p.54), um espaço infinito que inclui a todos nós da mesma maneira. Homens e astros celestes habitam-no.

No início desta viagem textual, já se pode compreender o quão distante pode levar a história da noção de espaço, relatando uma fábula das conquistas humanas. Quando se viaja, nem todos os recantos podem ser conhecidos e alguns nos marcam mais do que outros. Imaginar o espaço foi o primeiro passo para chegada do homem à lua. Cada espaço imaginado e habitado pelo homem é tornado humano. “Restam outros sistemas fora / do solar a colonizar” (Andrade, 1997, p.81).

Os espaços que habitamos e que nos habitam

E S P A Ç O

a forma
onde transito
me retém
não me contém

além da linha
circunscrita
eu sei o espaço
que me sabe

Helena Parente Cunha (2000)

A casa, espaço interior, lugar privilegiado, é escolhida por Bachelard (1993) para estudar os valores da intimidade. Ela pode fornecer “simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens”, provando que “a imaginação aumenta os valores da realidade” (p.23). Ao polarizar espaços da casa, como o sótão e o

porão, é possível “ilustrar as nuances psicológicas mais sutis” (p. 37). Para conhecer a nossa história é preciso atingir

“(…) o plano dos devaneios que vivenciávamos nos *espaços de nossas solidões*. (...) Aqui o espaço é tudo, pois o tempo já não anima a memória. (...) É pelo espaço, é no espaço que encontramos os belos fósseis de duração concretizados por longas permanências. O inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem espacializadas.”

(Bachelard, 1993, p.28)

O espaço vivido na solidão é um espaço constitutivo. Ele forma a pessoa que somos; é uma marca indelével, mesmo quando já se encontra no passado, que, “riscado do presente” (p. 29), não é mais experimentado diretamente. Introduce-se, porém, uma nuance a esta experiência solitária. Bachelard (1993) propõe uma *topoanálise*, uma análise dos espaços que nos chamam para fora de nós mesmos, baseada na *topofilia*. Sugere, que tal como na Psicanálise, que nos convida a “entrar nas aventuras da vida, a sair de si”, é necessário “dar um destino exterior ao ser interior” (p.197). Os dois espaços estimulam um ao outro, crescendo juntos. Tornam-se consoantes a imensidão do espaço do mundo e a profundidade do espaço interior. Na solidão do homem, “as duas imensidões se tocam, se confundem” (p. 207). A imensidão é a categoria filosófica do devaneio que, constituído desde o instante inicial, coloca aquele que sonha no “mundo que traz o signo do infinito (...) imediatamente está longe, além, no espaço do *além*” (p. 189). Mesmo quando se centra nos devaneios do repouso, da casa e do abrigo, não se deve esquecer do devaneio “do homem que anda”, o “devaneio do caminho” (p.30), da colina, do mar, das diversas paisagens, enfim. A imaginação está ativa desde a primeira contemplação diante de uma colina ou diante do mar.

Enfatizando uma compreensão espacial do humano, em que exterior e interior são relacionados com fronteiras transponíveis, Bachelard se opõe a uma visão geométrica do espaço. Neste último caso, “os limites constituem barreiras”. “O geometrismo registra intuições definitivas” que impedem a liberdade de acompanhar as

“escapadas da imaginação” (p. 219). Embora não apresente problemas simétricos, é preciso pôr em relação o exterior e o interior e deixar de lado as oposições definidas por uma idéia de clareza evidente. A geometrização da imaginação impõe uma “oposição formal (que) se torna mais adiante alienação e hostilidade” entre espaço exterior e espaço interior (Hyppolite, *apud* Bachelard, 1993, p. 216). Tendo uma nitidez da “dialética do sim e do não”, a geometria “tudo decide” e nos cega para a entrada em âmbitos metafóricos. “Os lógicos traçam círculos que se superpõem ou se excluem, e logo todas as suas regras se tornam claras” (Bachelard, 1993, p. 215).

A necessidade de tudo fixar leva o filósofo à busca de uma cartografia em que “tudo se desenha, mesmo o infinito” (p.216). É o que Bachelard chama de “cancerização geométrica”, atingindo o tecido lingüístico da Filosofia. Aos advérbios de lugar, *aqui* e *aí*, é atribuída uma determinação ontológica. A dialética do exterior/interior, ao contrário, deve ser pensada como múltipla, diversificada por inúmeros matizes. Não se tratando de uma simples reciprocidade, ela não se fixa em lugares pré-determinados.

“O ser do homem é um ser desfixado. Toda expressão o desfixa. No reino da imaginação, mal uma expressão foi *enunciada* o ser já tem necessidade de outra expressão, o ser deve ser o ser de outra expressão. (...) É no âmago do ser que o ser é errante. Por vezes, é estando fora de si que o ser experimenta consistências”

(Bachelard, 1993, p. 218)

Bachelard (1993) compreende que o ser é espiralado, nunca alcançando o seu centro, mesmo ao ser designado, do ponto de vista exterior, como um “centro bem revestido”.

“O ser é sucessivamente condensação que se dispersa explodindo e dispersão que reflui para um centro. O exterior e o interior são ambos *íntimos*; estão sempre prontos a inverter-se, a trocar sua hostilidade. Se há uma superfície-limite entre tal interior e tal exterior, essa superfície é dolorosa dos dois lados. (...) Nesse drama da geometria íntima, onde devemos habitar?”

(Bachelard, 1993, p.221)

A concepção psicológica, fundamentada nas “preguiçosas certezas das instituições geométricas” que devem “reger o espaço da intimidade” (p. 223), ignora as múltiplas passagens entre espaço exterior e espaço interior. Bachelard incita a que se afiem as ferramentas de análise, trazendo as metáforas para a superfície, para um encontro com a atualidade de sua expressão, com o auxílio da imaginação poética.

“(…) explorar o ser do homem como o ser de *uma superfície*, da superfície que separa a região do mesmo e a região do outro. Não esqueçamos que, nessa zona de superfície sensibilizada, antes de ser é preciso dizer. Dizer, se não aos outros, pelo menos a si mesmo. E sempre avançar.”

(Bachelard, 1993, p. 224)

Nem a profundidade, nem a relação entre o espaço exterior e o espaço interior devem ser pensadas geometricamente. Bachelard oferta uma compreensão do homem que permite sair da fixidez do espaço matematizado: “O homem é o ser entreaberto” (p. 225). A profundidade do espaço íntimo e a imensidão do espaço exterior não se excluem e constituem o humano. A idéia de uma superfície que separa vincula-se à expressão do que é dito, vincula-se ao interior daquele que diz para si mesmo e/ou para um outro. Enfatizar o caráter relacional, quando esta expressão, quando este dizer é para um outro, é compreender o compartilhar da intimidade como um aspecto que forma tanto as relações quanto os indivíduos.

“- Vastas ondas... — disse Thomas Buddenbrook. — Como elas se aproximam e se esmagam, se aproximam e se esmagam, uma após outra, sem fim, sem objetivo, monótonas e doidas. E todavia produzem um efeito calmante e consolador, como tudo quanto é simples e necessário. Aprendi a amar cada vez mais o oceano. . . Pode ser que outrora eu preferisse a montanha, pelo único motivo de ela estar tão distante. Agora não queria mais viajar para lá. Acho que ali experimentaria apenas medo e vergonha. Ela era por demais arbitrária, irregular, múltipla... Não há dúvida de que me sentiria demasiado inferior. Que espécie de homens são esses que têm uma predileção pela monotonia do mar? Parece-me que são aqueles que lançaram olhares excessivamente longos e profundos na confusão do mundo interno para poderem exigir do externo outra coisa a não ser, pelo menos, simplicidade. . . É apenas um detalhe se, na montanha, a gente faz subidas audaciosas, enquanto na praia descansa tranqüilamente na areia. Mas eu conheço o olhar com que se presta homenagem a ambos. Olhos confiados, impávidos e felizes, cheios de ânimo empreendedor, firmeza e vitalidade, vagam de cume em cume;

porém na vastidão do mar, cujas ondas flutuam com esse fatalismo místico e atordoador, repousa sonhando um olhar velado, desalentado e consciente que, em qualquer parte e época, mergulhou demasiado fundo em tristes perturbações. . . Saúde e enfermidade, eis a diferença. Trepamos audazmente na maravilhosa multiplicidade das alturas denteadas, eretas e alcantiladas, para experimentarmos a nossa força vital, da qual nada ainda se gastou. Mas repousamos sobre a vasta simplicidade das coisas exteriores quando estamos cansados pela confusão das íntimas.

A Sra. Parmeneder permaneceu muda, intimidada e chocada (...) fixava os olhos na distância para não encontrar os do irmão. E silenciosamente, pedindo-lhe perdão por sentir vergonha dele, deu-lhe o braço.”

(Mann, 1979, p.589)

“O espetáculo exterior vem ajudar a revelar uma grandeza íntima” (Bachelard, 1993, p.197). Thomas Buddenbrook fala. Expressando-se diante de uma paisagem, deixa-se guiar por imagens que revelam suas emoções. Sua ouvinte é a Senhora Parmeneder, sua irmã. Dividem uma história de família, de interações, de valores e de emoções que englobam este momento íntimo e compartilhado. Mesmo já tendo experimentado a imensidão do mar em seu interior, a irmã permanece calada. Talvez por ter vivido o segredo de uma relação amorosa de verão, a Senhora Parmeneder sinta este momento de uma forma diferente, envergonhando-se.

Muito pode ser discutido a respeito desta história familiar, narrada por Thomas Mann, dilatando a análise do tema proposto. O principal propósito das ilustrações, apresentadas nesta introdução, é indicar a extensa relação entre os espaços exterior e interior. Distingue-se esta relação quando ela é direcionada à família e ao indivíduo, que, mesmo sendo definidos como diferentes, permeiam-se por constantes trocas consonantes/dissonantes, movimentando-se espacialmente.

Como os espaços são divididos

O espaço da tese, em sua forma escrita, divide-se em cinco partes. Na primeira parte, ressalto várias perspectivas da relação família-indivíduo, salientando uma compreensão interdisciplinar. Nas três partes seguintes, meu objetivo é o de mapear um campo, circunscrevendo-o por questões relativas à delimitação de espaços,

sobretudo, disciplinares. Na última parte, é desenvolvida uma proposta teórica.

No capítulo inicial, Dumont (1971, 1985, 1986) ajuda-me a pensar sobre a relação todo/parte, destacando oposições distintivas que, de uma forma complexa, são ponderadas pela oposição hierárquica. Prossigo com três autores que representam três perspectivas, exemplificando a riqueza da relação família/indivíduo: Malinowski (1930), Lévi-Strauss (1986) e Durkheim (1975).

Do ponto de vista do projeto da modernidade, definindo a leitura de um processo sócio-histórico, a busca do indivíduo para constituir-se como pessoa vai-se tornando gradualmente mais relevante, enquanto a família se define como um grupo que permite a realização das personalidades individuais. Ressaltam-se aqui alguns aspectos a respeito de uma possível caracterização da pós-modernidade, utilizando principalmente Singly (1993, 1996, 2000a, 2000b). Acrescentam-se às três perspectivas, mencionadas acima, algumas considerações a respeito do Brasil, quanto à relação família/indivíduo. Os autores principais são Almeida (1987), DaMatta (1987, 1990, 1991) e Viveiros de Castro (2000). Em seguida, desenvolvo uma compreensão filosófica e histórica da relação familiar e da constituição da identidade pessoal, assinalando a contraditória separação, constituída entre ambos, no Ocidente (Duarte, 1995, 2002; Freedman, 2002; Simmel, 1971, 1989a, 1989b; Solomon, 1988; Taylor, 1997).

As três partes seguintes, separadas em três capítulos, circunscrevem um campo de interrogações, que remetem a uma preocupação de relacionar espaços distintos, como o da família e o do indivíduo, inserindo-os em um contexto sócio-histórico. O campo, então, é mapeado em três sentidos:

- 1 - O do projeto científico para as Ciências Humanas

Sendo excludente da subjetividade, este projeto é discutido por um desenvolvimento histórico que o questiona, oferecendo alternativas (Blanckaert, 1999; Duarte, 1999, 2002b; Foucault,

1990, 1997; Gusdorf, 1960, 1974; Vidal, 1999). Daqui depreende-se um método: o do “universalismo romântico” (Duarte, 1999), auxiliando-me na construção de uma proposta de articulação. Relacionado à discussão do projeto científico para as Ciências Humanas, distingo a história da Psicologia e a da Terapia de Família, nas relações que constituem com a idéia de experiência subjetiva e com as Ciências Naturais e seus métodos (Coon, 1992; Danziger, 1979, 1980; 1983; Duarte & Venâncio, 1995; Gergen, 1985, 2001; Hoffman, 1994; Hornstein, 1992; Koch, 1992; Leary, 1979, 1992, 1995; Maturana, 1997; Maturana & Varela, 1995, 1997; Watzlawick, 1993; Wozniak, 1997).

- 2 - O dos contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas

Depreende-se dos contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas, a formulação da exclusão entre relacional e intrapsíquico, revelando-se, principalmente, no embate entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise. Destacando-se novamente um percurso histórico, podem-se observar alternativas diferenciadas e as transformações pelas quais a Terapia de Família é atravessada, incluindo: os sistêmicos influenciados pela Psicanálise, as terapeutas de família feministas, a Terapia de Família psicanalítica, o Construtivismo e o Construcionismo Social. Cada momento, representado por estas correntes, traz a este campo novas questões, intensificando a constante necessidade de reflexão (Boszormenyi-Nagy, 1976; Boszormenyi-Nagy & Framo, 1976; Brunschwig, 1997; Gergen, 1992, 1998; Gergen & Warhus, 1999; Goodrich, 1990; Luepnitz, 2002; Kães, 2001; Maturana, 1997, 2000, 2002; Maturana & Varela, 1995, 1997; Minuchin, 1990, 1995; Minuchin & Fishman, 1990; Minuchin & Nichols, 1995; Perelberg, 1994; Rampage, 1998; Ruffiot, 1985 Watzlawick et alli, 1986, 1993). Outro aspecto importante das transformações históricas refere-se tanto à Psicologia quanto à Terapia de Família. Trata-se de uma

discussão relativa às seguintes características, de sentido teórico e prático: fragmentação, unificação e integração. A história da relação entre estas características indica uma tendência de ressaltar uma ou outra, conforme o projeto que se assuma para a Psicologia e para a Terapia de Família. O movimento de integração é o que sobressai, mais recentemente, avivando a discussão ao se posicionar como uma alternativa para a fragmentação e para a unificação (Arnkoff, 1995; Beitman et alli, 1989; Duncan, 2002a, 2002b; Poznanski & McLennan, 1995; Staats, 1991, 1999; Sternberg & Grigorenko, 2001; Viney, 1989; Yanchar & Slife, 1997). Destaca-se, ainda desta discussão, o surgimento de uma nova disciplina, a Psicologia da Família (Kaslow, 1991; L'Abate, 1992, 1998; Mikesell et alli, 2001). Uma proposta de articulação começa a ser delineada, dando-se relevo a duas idéias: a da interdisciplinaridade e a do respeito acadêmico, ambas garantidas pelo reconhecimento à diferença (Augras, 1999; Taylor, 1992).

- 3 - O dos estudos sobre família, terapias e terapeutas de família no Brasil

São analisados: alguns artigos de periódicos nacionais, encontrados em duas bases de dados, INDEXPSI e SCIELO; os Congressos Brasileiros de Terapia de Família, por meio dos cadernos de resumos; e as entrevistas realizadas com cinco terapeutas de família do Rio de Janeiro. Com estas três direções de análise, apresento uma visão panorâmica de um campo de estudos, destacando algumas características e enfatizando a perspectiva de integração entre diversas teorias e práticas no campo da Terapia de Família.

Nestes quatro capítulos, um complexo campo de discussão é salientado, compondo um projeto que, inserido neste campo, pretende ser diferenciado. No último capítulo, apresento uma proposta de articulação, apoiando-me sobre a reflexão realizada

durante o processo de pesquisa e escrita desta tese. Procuo construir um “mapa-guia”, uma orientação teórica, nomeada como articulação, que me permite relacionar o indivíduo, a família e o contexto sócio-histórico, no qual os primeiros se inserem, e, ainda, aproximar a teoria e a experiência pessoal (Augras, 2001; Bauman, 1997, 1999, 2000; Berman, 1996; Castoriadis, 1982, 1992, 1997, 1999; Duarte, 1999; Elias, 1994a, 1994b, 1998a, 1998b, 2000, 2001; Gil, 1997; Losada, 2001; Muxel, 1996; Solomon, 1998; Taylor, 1997, 2000). Este capítulo, por um lado, encerra a tese, retomando aspectos fundamentais quanto à relação família/indivíduo e quanto à relação teoria/experiência pessoal. A relevância destas relações atrela-se a uma idéia de construção de conhecimento para as Ciências Humanas, pautando-se em analogias e metáforas constitutivas. Revela-se, assim, uma forma de compromisso, que reconhece filiações ao mesmo tempo em que resulta de um processo de reflexão. Por outro lado, termino a tese com um capítulo-abertura, um meio de recomeçar após ter escolhido um norte. Ao final, são assentadas convicções dialogadas, pensando o humano por suas múltiplas dimensões, que orientam a prática clínica.

Os bens e o sangue

(...)

VIII

— Ó meu, ó nosso filho de cem anos depois,
que não sabes viver nem conheces os bois
pelos seus nomes tradicionais... nem suas cores
marcadas em padrões eternos desde o Egito.
Ó filho pobre, e descorçoado, e finito,
ó inapto para as cavalcadas e os trabalhos brutais
com a faca, o formão, o couro... Ó tal como quiséramos
para tristeza nossa e consumação das eras,
para o fim de tudo que foi grande!

Ó desejado,

ó poeta de uma poesia que se furta e se expande
à maneira de um lago de pez e resíduos letais...
És nosso fim natural e somos teu adubo,
tua explicação e tua mais singela virtude...

Pois carecia que um de nós nos recusasse
para melhor servir-nos. Face a face
te contemplamos, e é teu esse primeiro
e úmido beijo em nossa boca de barro e de sarro.

Carlos Drummond de Andrade (2000, p.66)

2

Formas e ações: uma compreensão interdisciplinar da relação família-indivíduo

Desenvolver uma história das variadas constituições, na sociedade ocidental, tanto do indivíduo quanto da família, conecta-se com minha pretensão de relacionar ambos de modo inextricável. Além de afirmar a necessidade de inserir definições conceituais em um contexto específico, comprometo-me com a idéia de que qualquer intervenção terapêutica coaduna-se, de uma forma ou de outra, com o seu contexto.

Pode-se defender que a questão da eficácia da intervenção terapêutica desvincula-se de uma reflexão social e histórica. Esta posição, no entanto, configura-se como mais apropriada a uma concepção cientificista e pragmática da terapia, procurando-se isolar um fenômeno para controlar as variáveis e, assim, obter-se um melhor resultado. Predomina, neste sentido, uma maior preocupação quanto à técnica a ser utilizada.

Diferentes autores de diferentes disciplinas contribuem para uma reflexão que encaminha uma proposta de articulação. Este caminho move-me *pari passu* a uma compreensão relacional e, sobretudo, interdisciplinar. Deste ponto de partida, não há um fenômeno a ser observado. Há um processo de elaborar a minha, a sua, a nossa participação no interior de um contexto em que múltiplos elementos estão em relação. O isolamento das partes pode ser uma opção válida a quem visa a uma concepção científica estrita, comprometida com a reprodução de uma determinada experiência, mas exclui o aspecto relacional.

A construção de um conhecimento, portanto, não se dá de saída, não tem começo nem fim. É uma inserção a partir de um ponto de encontro, que se transforma continuamente. Pretendo desenvolver uma compreensão da relação família/indivíduo cujo fim último é obter um referencial teórico, não naturalizante, para a prática terapêutica, suspendendo a busca da eficácia técnica,

temporariamente. Acompanhe-me nesta viagem sócio-histórica. Ela será mais saboreada ao compartilhá-la.

2.1.

Perspectivas da relação família-indivíduo

Tradicionalmente, quando se diz família quer-se dizer organização das diferenças em uma totalidade hierárquica, caracterizando a subordinação da mulher ao homem, tanto no nível conjugal quanto no fraternal. Na modernidade, quando se diz indivíduo quer-se dizer uma parte isolada e diferenciada que, marcada pela autonomia, exerce sua liberdade de escolha. Vistos deste modo, família e indivíduo se opõem, são inconciliáveis.

A criatividade humana, no entanto, é infinita e, mesmo erigindo definições modelares, a experimentação destas formas diversifica-se com o tempo, configurando ações cotidianas que relativizam o protótipo e dificultam uma classificação. Se há uma tentativa de transpor as variedades impondo uma caracterização que identifique a família e o indivíduo, encontra-se, invariavelmente, uma necessidade de reler esta caracterização, à medida que ela se vê face a face com a empiria. A realidade empírica reluta em se adequar, não se encaixando perfeitamente a um determinado modelo. A realidade cotidiana das relações re-configura o modelo.

Não estou afirmando que a família hierárquica não teve uma presença histórica concreta, sendo somente um modelo abstrato. Muito pelo contrário, sabe-se o quanto se sofre as conseqüências de se nascer mulher ou filho(a) caçula em uma família patriarcal, quando todos os direitos estão reservados ao pai e, na ausência deste, ao primogênito. A idéia de indivíduo restringe-se de tal modo, a ponto de se pensar que ele não tem existência real nestas famílias.

Da mesma forma, não estou afirmando que um modelo individualista não possui sua força de determinação dos comportamentos. Se assim o fosse, como seriam imaginadas as

novas relações familiares pautadas, mais do que nunca, na livre escolha. Hoje, chega-se a formular, ao contrário de ontem, a reduzida importância da família, já que a metamorfose é a regra e a autonomia é o fundamento de todas as relações.

Distanciando-me da avareza das oposições fixas e intransponíveis, pretendo desenhar uma configuração, na qual a família e o indivíduo reverberam-se. A idéia da oposição entre ambos, porém, foi construída na modernidade. Compreender esta construção histórica pode auxiliar o entendimento da tensa relação que se configura entre o todo e as suas partes.

Dumont (1971), referindo-se às teorias antropológicas quanto ao sistema de parentesco, considera a importância de formular uma questão, isto é, a questão de saber o que é um todo. É necessário diferenciar um todo de uma simples coleção. Um todo se organiza interiormente de uma forma perceptível, independente da idéia de funcionamento. No sentido lógico, em contraste com uma coleção, um todo é um conjunto fundado sobre oposições distintivas, determinando uma complementaridade entre seus elementos. Para pensar o todo se acrescenta a ele a visão de uma oposição hierárquica que, sendo mais complexa do que uma oposição distintiva entre elementos, é essencialmente a relação de um elemento ao todo, do qual ele faz parte.

Todas as vezes que se fala da função de um elemento no interior de um conjunto, ou de um conjunto orientado para um fim, como na visão funcionalista, supõe-se, implicitamente, uma subordinação do elemento ao conjunto. É próprio da modernidade, porém, apresentar uma aversão pela subordinação hierárquica, ligada à sua aversão pela teleologia. Esta última aversão, principalmente, expõe o funcionalismo a uma situação embaraçosa, visto que este recoloca em pauta a finalidade de um conjunto (Dumont, 1971). A teleologia já havia sido excluída pela visão determinista e mecanicista da ciência, por representar uma ligação com premissas transcendentais, de origem sobrenatural ou não-humana.

Pode-se observar, de modo implícito, a reaparição da hierarquia em outras teorias modernas, além do funcionalismo. Dumont (1971) nota a presença implícita de uma premissa hierárquica no atomismo individualista, já que este omite a subordinação da liberdade individual ao todo. A liberdade do indivíduo se estabelece subordinada a fins que não lhe são próprios.

A negação da hierarquia é múltipla, estando presente em todos os níveis da sociedade ocidental moderna. Ela resulta da escolha desta sociedade, na qual a igualdade é uma referência privilegiada.

“Esse afastamento da subordinação ou, para designá-la por seu verdadeiro nome, da transcendência, substitui uma visão em profundidade por uma superficial, sendo essa ao mesmo tempo, a raiz daquela ‘atomização’ de que se queixaram tão freqüentemente os críticos românticos ou nostálgicos da modernidade. De um modo geral, a ideologia moderna, herdeira de um universo hierárquico, dispersou-o numa coleção de pontos de vista superficiais.”

(Dumont, 1985, p.256)

É possível observar que, mesmo em uma sociedade individualista, as relações familiares englobam a formação da identidade pessoal. Não se trata, portanto, de ratificar uma avaliação progressista, afirmando que quanto mais uma sociedade é individualista faz-se menos relacional. Ao contrário, vejo como uma tensão que varia na história, nas diferentes culturas e em cada prática cotidiana que se concretiza nas relações entre família e indivíduo.

Na modernidade, uma das oposições mais mencionadas trata da que define diferentes configurações, passagens contínuas e descontínuas, do tradicional ao moderno. Esta oposição tem sido desenvolvida de diversas formas, variando conforme um par dicotômico de conceitos que a ela remetem. Dumont (1985) sinaliza para a oposição todo/parte, acrescentando a ela uma concepção hierárquica (holismo) que, no caso da sociedade moderna, combina-se à concepção igualitária (individualismo). Sugerindo uma oposição binária entre tradicional e moderno, holismo e individualismo, como uma concepção epistemológica fundamental,

Dumont (1985) reconhece adotar um gênero de distinção considerado ultrapassado. Ainda assim, esta distinção possibilita a comparação e a análise das diferenças entre “nós” e “eles“, entre o moderno e o não-moderno. A distinção hierárquica, por conseguinte, viabiliza o reconhecimento do outro. Ao contrário, em um tratamento igualitário,

“(...) a diferença é deixada de lado, negligenciada ou subordinada, e não ‘reconhecida’. Como a transição é fácil da igualdade para a identidade, o resultado a longo prazo será provavelmente uma supressão das características distintivas na acepção de uma perda do sentido ou do valor atribuídos precedentemente às distinções correspondentes.”

(Dumont, 1985, p.275)

Embora o individualismo seja uma característica da modernidade, ele não se estende ponto por ponto em sua configuração. Neste sentido, segundo o autor, é possível encontrar na modernidade aspectos não individualistas, ligados à permanência de elementos tradicionais, como a família. O individualismo, assim, gera uma “dialética complexa”, resultando em diversas combinações com seus opostos. É interessante aproveitar esta oposição entre família (não-moderno) e indivíduo (moderno) para que se possa pensar a tensão constante entre eles. Guardo esta oposição distintiva, inserindo-a em uma compreensão hierárquica, com o objetivo de elucidar a convivência entre o todo e a parte. Adotar esta oposição visa a delinear, posteriormente, as conceituações opositivas a respeito da relação familiar e do sujeito psicológico, no contexto ocidental, no qual se constroem os saberes psicológicos (Duarte, 1986; 1997).

Para pensar o par opositivo família/indivíduo, remeto-me a diferentes autores a fim de elucidar algumas formulações importantes, estabelecendo distinções ao lado de relações. Por não ter uma preocupação cronológica linear, a relevância dos autores, a seguir, se caracteriza ao longo da argumentação.

Malinowski (1930) apresenta uma tensão existente entre família e clã. Representando uma tradição da Antropologia, ao opor

o individual ao coletivo, propõe que a convivência com esta tensão é uma característica permanente da história humana. Em sua abordagem sobre o parentesco, sugere que a história de vida de cada indivíduo centra-se na família e não no clã. Dessa forma, os laços de parentesco são inicialmente individuais e, ao longo de um processo, se tornam comunais. O clã é visto como as extensões e as transformações de um núcleo original, na forma de díades que se estendem. O comunal constitui uma saída do núcleo familiar, mas aquele se consolida a partir deste, onde o cuidado com o indivíduo é pautado pela intimidade, pela convivência cotidiana e pelo afeto.

Um antropólogo funcionalista, segundo Malinowski (1930), a fim de compreender o que um parentesco realmente significa para um nativo, terá que ver claramente as relações entre a família e o clã. Quanto mais ele estuda estes elementos e suas inter-relações, mais claramente constata que não são entidades isoladas, manifestando-se diante dele, mas partes de um todo, organicamente conectadas. A família e o clã, em vários estágios de desenvolvimento, aparecem invariavelmente juntos. O clã nunca substitui a família, mas é uma instituição adicional a ela.

Esclarecendo, brevemente, Malinowski afirma que a família é sempre a instituição doméstica *par excellence*. Ela domina o princípio da vida individual a partir da educação e dos cuidados parentais. O clã não é uma instituição doméstica. Os vínculos do clã desenvolvem-se tardiamente na vida e, embora eles se desenvolvam fora do parentesco primário da família, este desenvolvimento é submetido a ela. O parentesco aparece no horizonte social de um adulto desenvolvido, membro de um determinado clã, como o resultado de um longo processo de extensões e transformações. Inicia-se cedo na vida com os eventos fisiológicos da procriação, sendo modificados profundamente, pelas influências culturais, nas sociedades humanas.

Os vínculos originais do parentesco, considerados por Malinowski como individuais, desenvolvem-se posteriormente, multiplicando-se e tornando-se comunais. No fim, o indivíduo

encontra-se no centro de um sistema complexo de múltiplos vínculos, tornando-se membro de vários grupos: a família, a comunidade de parentes, o grupo local, o clã e a tribo. É no exame deste processo de múltiplos vínculos que as genuínas relações entre clã e família, entre sistemas classificatórios e atitudes individuais, entre elementos sociológicos e biológicos do parentesco, deverão ser encontradas. Antes de se proceder a uma sistematização classificatória do parentesco, a qual privilegia o estudo da utilização dos termos que o nomeiam, é necessário estudar estes elementos que compõem um conjunto em constante processo de transformação, afirma Malinowski (1930).

A família para o indivíduo é uma unidade estável durante toda a sua vida. Os pais, em muitas sociedades, educam e provêm materialmente seus filhos, cuidam deles durante a adolescência, controlam os seus casamentos. Quando os filhos têm os seus próprios filhos, os pais tornam-se avós solícitos com os seus netos e, em contrapartida, quanto mais avançada a idade, mais os pais contam com ajuda dos seus filhos. Os vínculos iniciais do parentesco, por conseqüência, prolongam-se por toda a vida, constituindo um longo processo que se caracteriza, de um lado, por uma consolidação dos laços, presente nas tarefas educativas, e, de outro, por sua dissolução, enquanto são constituídos outros laços, para além do grupo inicial. O movimento de dissolução, caracterizado pelas influências disruptivas, não é uma negação do parentesco, mas uma distorção do relacionamento parental original. Malinowski pretende demonstrar, assim, que a tendência antropológica de tratar a família e o clã como unidades equivalentes, em que uma substitui a outra na evolução da humanidade, é absurda. O parentesco repousa sobre a família e se inicia com ela. O clã é essencialmente um grupo não-reprodutivo, não-sexual e não-parental, nunca sendo a primeira fonte e base do parentesco. Há, conseqüentemente, uma relação entre família e indivíduo que se compreende por uma perspectiva singularizante. Centrando-se na história do indivíduo, Malinowski acredita ser

possível relacionar família e clã, subordinando o segundo à primeira. Vê o indivíduo negociando sua identidade pessoal, ao transitar da família ao clã, como um ponto intermediário.

Por outras razões, também para Lévi-Strauss (1986), a posição evolucionista a respeito da família não se sustenta. À medida que a etnologia se enriquece com dados novos, é demonstrado que o gênero família, cujas características principais são o casamento monogâmico, a residência independente do novo casal, as relações afetivas entre pais e filhos, etc., existe tanto nas sociedades avaliadas como rudimentares quanto nas sociedades contemporâneas. Uma sociedade pode existir e se manter sem a família conjugal, não se tornando nem mais nem menos evoluída devido à sua ausência. É questionada, então, a observação de que a família seja “um fenômeno de aparição relativamente recente, produto de uma longa e lenta evolução” (p. 71). Corroborando a crítica a esta observação, Lévi-Strauss propõe que é possível encontrar tanto a família conjugal quanto outros tipos, cujos laços de famílias se distanciam do previsível, em qualquer tempo e lugar. Por conseguinte, estudar a família implica aceitar que “a cada instante, o objecto que se pensava entender oculta-se” (p. 75).

Lévi-Strauss levanta uma pergunta a respeito da universalidade da família: já que ela “não é o efeito de uma lei natural, como explicar que a encontremos por quase todo lado?” (p.75). Buscando uma resposta, o autor propõe uma tentativa de definição da família, que não se limite à modernidade e que não seja indutiva, ou seja, não se propõe a relacionar as informações vindas das mais diversas sociedades para alcançar uma definição. Sugere a construção de um modelo que se reduza a algumas propriedades invariantes, possibilitando o estudo da família nas diversas sociedades. As propriedades invariantes são as seguintes:

- “(1) A família tem sua origem no casamento;
- (2) Ela inclui o marido, a mulher, os filhos nascidos da sua união, formando um núcleo em torno do qual outros parentes se podem, eventualmente, agregar;
- (3) Os membros da família são unidos entre si por:

- a) Laços jurídicos;
- b) Direitos e obrigações de natureza económica, religiosa, ou outra;
- c) Uma rede precisa de direitos e proibições sexuais e um conjunto variável e diversificado de sentimentos, como o amor, o afecto, o respeito, o medo, etc.”

(Lévi-Strauss, 1986, p.76)

Segundo Lévi-Strauss, independente da forma que o casamento se realize e independente da maneira que uma sociedade se revele interessada nesta união, o casamento nunca é um assunto privado, visto que interessa mais ao grupo do que aos indivíduos. O problema da definição da família, desse modo, é menos importante ou mais obscuro para se determinar. É mais relevante estabelecer quais são as regras que definem as alianças entre os grupos, a partir do casamento.

A interdição do incesto, instituindo uma dependência mútua entre as famílias, força a origem de novas famílias, perpetuando o grupo social e encerrando cada família e cada indivíduo em uma rede artificial de obrigações e proibições. Esta rede define regras que explicitam a recusa da sociedade em reconhecer para a família uma realidade mais importante do que as trocas (de mulheres) que ocorrem pelo jogo do casamento.

Aqui se situa a passagem da natureza para a cultura. A proibição do incesto opõe-se à tendência de isolamento que caracteriza os laços consangüíneos, tecendo “redes de afinidade que dão às sociedades a armação sem a qual nenhuma delas se manteria” (p. 89). Em vista disto, “o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança” (p. 88).

A conclusão de Lévi-Straus é que a família não é produto da sociedade e nem a sua base. Pelo contrário, a sociedade deve sua existência à oposição mantida para com a família. A sociedade desconfia da família, contestando a sua separação como uma entidade isolada. A existência da família é permitida desde que os indivíduos que a compõem sejam deslocados, emprestados, apropriados, etc., para construírem outras famílias. “Deixarás o teu

pai e a tua mãe' fornece a regra de ouro (...) ao estado de sociedade" (p. 97), impondo-se à família e aos seus membros individuais.

Lévi-Strauss compara a relação entre sociedade e família com uma viagem, na qual se percebem "deslocamentos do ponto de equilíbrio" em diferentes momentos. Quanto mais estradas há, maiores são as chances de os elementos se encontrarem em encruzilhadas. A família para a sociedade é um obstáculo a ser ultrapassado. O indivíduo no meio de ambas tem pouco repouso, pois deve estar sempre pronto para se subordinar às regras que regulam a construção de outras famílias e que dão continuidade à sociedade.

"A sociedade impõe aos seus membros individuais, e aos grupos aos quais o seu nascimento os liga, contínuas contradanças. Considerada sob este ângulo, a vida de família não corresponde a nada mais que a necessidade de retardar a marcha nas encruzilhadas e ter nelas um pouco de repouso. Mas a recomendação é de prosseguir a marcha e a sociedade não consiste em famílias, tanto quanto a viagem não se resume às paragens que momentaneamente interrompem o seu percurso. Famílias na sociedade, pode dizer-se, como pausas na viagem, que são ao mesmo tempo a sua condição e a sua negação."

(Lévi-Strauss, 1986, p. 98)

E se não tivéssemos a família, como seria construída a sociedade? Nesta situação, qual seria o papel dos indivíduos? Quais trocas seriam realizadas entre grupos? O que seria necessário transmitir para que a sociedade continuasse, contando ou não contando com a família e com o indivíduo?

Mudo de paisagem com Durkheim, para que ele possa fazer vislumbrar outros modos de compreender a relação família/indivíduo, ao inserir uma perspectiva mais imaginativa, apesar de seus limites.

Durkheim (1975) oferece uma compreensão evolucionista, ao estabelecer algumas leis gerais para o processo de transformação das relações entre vários elementos: o indivíduo, a família, a comunidade, a sociedade e o Estado. Estes elementos surgem e se relacionam de diferentes maneiras na história da civilização

ocidental. Pelo nome de família, Durkheim compreende a organização constituída pelos povos mais civilizados da Europa moderna. Pretende, então, descrever as características mais essenciais desta família, as quais são fixadas no Código Civil.

O termo conjugal acrescentado à família define um tipo de organização que resulta de uma contração da família patriarcal. Esta última compreende o pai, a mãe e todas as gerações debaixo dos seus domínios, excluindo as filhas e seus descendentes. A família conjugal, por sua vez, é formada pelo marido, a mulher, os filhos menores e solteiros, caracterizando um tipo de relação que só existe entre os membros deste grupo e se define ao redor da autoridade paterna. O pai deve nutrir a criança e lhe oferecer educação até a maior idade. A criança é dependente do pai, não dispõe de sua pessoa nem de seu destino. A responsabilidade civil cabe ao pai. Quando o filho atinge a maioridade ou quando se casa, cessam as relações jurídicas. A criança adquire sua própria personalidade, seus interesses distintos e sua responsabilidade pessoal. Não há uma forma de dependência perpétua, tal como a que está na base da família patriarcal. Durkheim define esta nova família como conjugal, visto que seus elementos permanentes são o marido e a mulher e, cedo ou tarde, as crianças deixam a casa paterna.

A família conjugal representa o resultado final da desestabilização do velho comunismo familiar. Durkheim relata uma transformação histórica, sugerindo uma interpretação evolutiva. O comunismo familiar era a base de todas as sociedades domésticas, à exceção da família patriarcal. Nesta última, a situação preponderante se assinala pelo domínio do pai, que mantém o caráter comunitário da associação familiar. A autoridade paterna é o resultado da transformação do antigo comunismo familiar, tornando-se um comunismo que, não tendo mais na família um substrato indivisível, volta-se para a pessoa do pai. Uma sociedade doméstica passa a ser formada como um todo, no qual as partes não possuem uma individualidade distinta. Seguindo o curso das transformações, o mesmo não ocorre em uma sociedade conjugal. Nesta, cada

membro que a compõe tem a sua individualidade e a sua própria esfera de ação.

O que é ainda mais novo e distintivo, neste último tipo familiar, é a intervenção crescente do Estado na vida da família. O Estado passa a ser um fator da vida doméstica, já que é por seu intermédio que se exerce o direito de correção do pai, quando ele ultrapassa certos limites. Esta novidade apresenta uma grande transformação porque, até então, era possível romper os laços da paternidade. Com a família conjugal, ao contrário, os laços de paternidade são indissolúveis. O Estado intervém retirando o direito de rompê-los.

Durkheim afirma que uma lei de contração determina a passagem progressiva do clã à família. O estudo da família patriarcal demonstra que a família deve necessariamente se contrair, à medida que o meio social, com o qual cada indivíduo mantém relações imediatas, se estende. Quanto mais o meio social é restrito, mais ele está em condições de se opor às divergências particulares, que ocorrem no seu interior. Por conseguinte, somente as divergências comuns podem ser representadas, caracterizando uma sociedade política. À medida que o meio se torna cada vez mais vasto, ele deixa mais livre o jogo das divergências privadas. Liberam-se, por consequência, aquelas divergências que são comuns a um número menor de indivíduos. Elas podem agora se afirmar, não sendo mais contidas. Durkheim, invocando uma analogia com a biologia, postula uma lei geral, na qual as diferenças entre os indivíduos se multiplicam enquanto o meio se estende. Referindo-se à história do grupo familiar, esta lei é pronunciada da seguinte forma: enquanto a família se contrai, permite que seus membros se constituam de um modo diverso.

No início, havia um comunismo familiar que se estendia a todas as relações de parentesco. O processo de transformação é desencadeado quando uma primeira dissociação se produz neste tipo de comunismo, que se retira para se concentrar exclusivamente em uma zona primária ou central. Pouco a pouco, o comunismo familiar

vai-se localizando no interior do círculo primário da paternidade. As mesmas razões, que têm por efeito a restrição progressiva do círculo familiar, fazem com que as personalidades dos membros da família se desenvolvam cada vez mais. No mesmo passo em que o meio social se estende, diminui a contenção do desenvolvimento das divergências privadas. Caso estas personalidades encontrem resistência para o seu desenvolvimento, é inevitável que elas se produzam no exterior da família. Acentuando-se e consolidando-se, cada um deve potencializar sua singularidade, sua maneira pessoal de sentir e de pensar.

A transformação do grupo familiar depende da relação de dois fatores: as pessoas e as coisas. Na família conjugal, cada pessoa pertence à família por pertencer às pessoas que a compõem; mas este pertencimento à família também se define por uma pessoa não poder se passar como coisa. Sobre o regime do comunismo familiar, ao contrário, a pessoa é possuída como coisa. Com a desestabilização do comunismo familiar as coisas cessam de ser um cimento para a vida doméstica, tornando a solidariedade uma relação entre pessoas. Cada um é ligado à sua família por ser ligado à pessoa do seu pai, da sua mãe, da sua mulher e das suas crianças. Esta formação, que valida as pessoas, é exatamente o contrário da família, na qual os laços derivam dos bens materiais, ou seja, diferencia-se da família cuja organização tem como objetivo a manutenção dos bens domésticos (Durkheim, 1975).

Se a posse das coisas em comum cessa de ser um fator da vida doméstica, o direito de sucessão perde a sua *raison d'être*. O comunismo familiar, deste modo, metamorfoseia-se sob o regime da propriedade pessoal. Com esta mudança, afirma Durkheim, há valores da mais alta importância que não podem ser transmitidos de uma maneira hereditária, tais como a atividade laboral e a dignidade. Há toda uma categoria de trabalhadores que não pode transmitir aos seus filhos o resultado de seu trabalho: são aqueles cujo trabalho não alcança prosperidade e sim honra e consideração. A desigualdade social passa a resultar do valor social de cada um

como pessoa. A riqueza adquirida por herança, ao contrário, confere a qualquer indivíduo uma superioridade sobre os outros que não deriva de seu próprio mérito. Considerada injusta, a herança aparece cada vez mais como intolerável, se torna inconciliável com as condições de existência de uma nova sociedade. Tudo concorre a confirmar que o direito sucessório, mesmo sob a forma testamentária, está destinado a desaparecer progressivamente, ressalta Durkheim (1975).

Este desaparecimento, entretanto, não ocorre tranquilamente. A sociedade se organiza em torno da transmissão hereditária, razão pela qual a herança não pode ser abolida sem substituição. Transmitir hereditariamente os produtos do trabalho é o resultado final de um longo processo. Se a incitação ao trabalho não possui mais do que fins pessoais, o seu sentido se liga somente à individualidade do trabalhador, não sendo um fim suficiente. Uma ligação mais forte com o trabalho é estabelecida quando ele é um meio para enriquecer o patrimônio doméstico e aumentar o bem-estar dos filhos. Este sentido do trabalho e da transmissão hereditária deve, segundo Durkheim, ser substituído pouco a pouco por um outro, que estimule ao trabalho por um motivo diverso do interesse pessoal e/ou do interesse doméstico.

Para que se opere esta transformação é preciso notar que interesse social e interesse individual distanciam-se um do outro. O interesse social é vagamente entrevisto e muito impessoal para que possa ser um móvel eficaz de transformação. É premente que a solidariedade seja dirigida para algum outro grupo mais restrito e mais próximo do indivíduo, a fim de tocá-lo de perto. A transmissão dos direitos seria exercida por este suposto grupo. Durkheim pergunta: a substituição poderia ser feita pela sociedade matrimonial? Tendo crescido de uma maneira regular, consolidando-se, a sociedade matrimonial adquire importância na família conjugal. Não somente o matrimônio se torna praticamente insolúvel, mas apresenta duas características novas que demonstram a força que obteve com o tempo. Em primeiro lugar, ele deixa de ser

um contrato pessoal para ser um ato público, um contrato que se contrai na presença de um representante do Estado. O matrimônio, em segundo lugar, apresenta uma particularidade sem análogo na história da família: o regime da comunhão de bens entre os esposos, constituindo-se como a regra da sociedade matrimonial. Como qualquer regra, ela pode não ser observada, mas existe de pleno direito, se não há convenções ao contrário (Durkheim, 1975).

Dessa forma, o comunismo familiar reaparece transformado na sociedade matrimonial. Estará a sociedade matrimonial destinada a substituir o comunismo familiar? Estará o amor conjugal capacitado a produzir os mesmos efeitos que o amor da família? Durkheim lança estas perguntas e responde: à sociedade conjugal não se devem remeter as esperanças, porque ela é demasiadamente efêmera.

Para que um indivíduo seja ligado ao seu trabalho, é indispensável que ele tenha consciência de que o resultado desta atividade vai ultrapassar sua morte, servindo, na sua ausência, aos que são amados. Este sentimento é muito natural quando se trabalha para a própria família, porquanto ela continua a existir após o falecimento de um indivíduo. Contrariamente, a sociedade conjugal se dissolve pela morte. Os esposos não sobrevivem por muito tempo após a partida de um ou de outro. Por conseqüência, Durkheim sugere que só há um outro grupo que se aproxima mais do indivíduo e que pode ser mais durável que a sociedade conjugal: o grupo profissional. Para a realização desta substituição, é necessário que o dever profissional ocupe nos corações o mesmo papel do dever doméstico.

Durkheim pronunciou estas palavras em público pela primeira vez em 1892, durante um curso dedicado ao tema da família. Tinha como um de seus alunos o seu sobrinho Marcel Mauss, que se tornou o editor do texto, publicado inicialmente em 1921 na *Revue Philosophique*, após a morte de Durkheim. Marcel Mauss foi, ao mesmo tempo, um sobrinho-aluno dedicado e um profissional cuidadoso com a edição do texto. Escreveu notas de rodapé com o

objetivo de esclarecer a argumentação do tio-sociólogo, pontuando-as com suas anotações do curso.

Considerando-se que estas idéias são elaboradas ao final do século XIX, elas surpreendem pela aproximação com o nosso tempo, fazendo sentido para pensar nossa situação hoje. É interessante observar o quanto a sociedade matrimonial, tal como nomeada por Durkheim, tem hoje, indubitavelmente, um papel importante. O matrimônio, incluindo a sua cerimônia, é um dos rituais mais exercitados por nossa sociedade contemporânea (Segalen, 1998). Não é mais novidade o fato de que os inúmeros divórcios redundam em mais casamentos e que um número crescente e diversificado de casais deseja obter reconhecimento legal de sua união, tais como os homossexuais.

O matrimônio seguido da constituição da família ainda possui muita força no século XXI, apesar de todos os seus reveses. O dever profissional não tomou posse dos corações, substituindo o dever doméstico como preconizava Durkheim. Há, porém, na herança deixada por Durkheim ao seu sobrinho Marcel Mauss, um exemplo fascinante. Quanto afeto e quanto profissionalismo somam-se nesta relação hereditária, cujo valor mais explícito se encontra no trabalho. Penso, concordando com a argumentação de Durkheim, que esta herança poderia ter sido adquirida e trabalhada por outro profissional, fora do âmbito familiar, embora os exemplos mais numerosos sejam aqueles que confirmam a sucessão hereditária pela linha familiar. Minha concordância, contudo, também se dirige para a argumentação de Malinowski. Se esta herança fosse trabalhada por alguém fora da família de Durkheim, certamente, neste coração seriam adicionados afetos e histórias, vinculados ao dever doméstico e estendidos ao dever profissional, a partir de uma biografia singular.

Supondo-se que a extensão, que vai da família ao clã, conforma e restringe os laços sociais pelos laços familiares, não parece ser interessante ver toda relação social como se fosse uma extensão da família, enquanto grupo restrito ou nuclear. A relação social estaria

restrita à existência deste grupo. É menos interessante, porém, enrijecer a família e o indivíduo em uma dependência insuperável da sociedade. De qualquer forma, até os dias de hoje, sem que se saiba exatamente como tudo começou, as histórias das relações familiares compõem as histórias da formação da identidade pessoal, por mais significativo ou predominante que seja a sociedade, o meio social, ao qual um indivíduo e uma família pertencem. Talvez os clones, no futuro, contem uma outra história. Embora possam receber diferentes interpretações, as perspectivas da relação família/indivíduo, inseridas em um contexto sócio-histórico, são importantes para pensar a identidade pessoal, tanto em seu aspecto relacional quanto em seu aspecto psicológico.

Prosseguindo um pouco mais com o texto de Durkheim, volto-me para uma importante reflexão que se apresenta ao final. A concepção de matrimônio, na família patriarcal, deixa de lado a idéia de união livre. Já na família conjugal, a união livre é quase totalmente reprimida. Quanto mais a família se organiza, mais o matrimônio tende a ser a única condição possível para a filiação. As causas destes fatos são as que seguem: o matrimônio funda a família e a forma continuamente. Por conseqüência, toda união que não se contrate na forma matrimonial é perturbadora do dever, do vínculo doméstico e, segundo a presença da intervenção do Estado na vida familiar, transtorna a ordem pública.

Durkheim afirma que esta é uma posição necessária. Não há sociedade moral cujos membros não tenham obrigações uns com os outros. Estas obrigações possuem caráter jurídico, devido à sua importância. A união livre é uma sociedade conjugal em que as obrigações jurídicas não existem. É, portanto, uma sociedade imoral, gerando crianças que, crescidas neste meio, costumam apresentar grandes quantidades de taras. A criança só pode ter uma educação moral vivendo em uma sociedade, cujos membros sentem-se ligados por obrigações. À medida que o Estado, representando a preocupação moral, se ocupa deste problema, a tendência não é a de fazer de todo matrimônio uma união livre, mas de fazer de toda

união, mesmo que inicialmente livre, um matrimônio, ainda que considerado inferior, devido a um afrouxamento das obrigações.

De um modo sucinto, Durkheim apresenta o aspecto moral da família, próprio de seu tempo, mas que acompanha uma compreensão das relações familiares até os dias de hoje. Indubitavelmente, não se aceita mais esta relação direta entre união livre e imoralidade. Foram aumentados, pelo menos, os números de cláusulas, concedendo que liberdade e responsabilidade moral possam andar de mãos dadas, em diversas situações, incluindo o matrimônio oficial. Sabe-se, no entanto, das inúmeras dificuldades pelas quais ainda hoje passam aqueles que se divorciam, recasam ou reivindicam o direito de serem reconhecidos como casal, independente de suas opções sexuais (Féres-Carneiro, 1988; 1997; Ponciano, 2002; Roudinesco, 2003; Travis, 2003).

Resumindo a argumentação de Durkheim: a constituição da família conjugal caracteriza-se por um processo gradual, em que ela se torna mais densa e mais personalizada. Como efeito do enfraquecimento progressivo do comunismo familiar, o grupo doméstico torna-se mais contraído ao mesmo tempo em que as relações obtêm um caráter exclusivamente pessoal. Diminui a importância da transmissão hereditária e sua ênfase na sucessão patrimonial, remetendo a um enfraquecimento da relação intergeracional. A família, compreendida de forma mais ampla, vem perdendo o terreno, enquanto o matrimônio, ao contrário, se fortalece, aumentando a independência do casal em relação a uma parentela extensa. Em meio a estas modificações, Durkheim sugere que o grupo profissional pode-se tornar um substituto para a sociedade familiar e conjugal. Substitui-se, assim, a herança pelo mérito, caracterizando uma concepção social mais justa.

Caminhando para o presente, acentuo que o fortalecimento do matrimônio, compreendido mais largamente como a união de um casal, caminha *pari passu* com o fortalecimento do individualismo, o que gera um difícil convívio entre a conjugalidade e a individualidade (Féres-Carneiro, 1998). Dessa forma, a união livre,

senão mais importante, torna-se, pelo menos, uma parte integrante da união conjugal, caracterizando o que Giddens (1993) nomeia como relacionamento puro, isto é, não há nenhum outro interesse, independente da própria relação, que a determine. Sendo a união oficial ou não, a liberdade de escolha delibera quanto à continuidade/descontinuidade do laço conjugal. No caso da ruptura deste laço, freqüentemente, segue-se adiante e casa-se novamente, confirmando a autonomia e o direito à escolha. Atualmente, pode-se afirmar que matrimônio inferior é o não apoiado sobre a liberdade, fundamento das relações afetivas.

A prática do casamento, neste momento histórico, pode ser considerada como um pacto social que cria para o indivíduo uma organização. Cada elemento do casal adquire sentido para sua vida a partir do relacionamento conjugal, possibilitando a construção da realidade (Berger & Kellner, 1988). Estar livre e dividir a vida com alguém, delimitando espaços de existência pessoais e relacionais, edifica a combinação do individual com o conjugal, de tal modo que seja dada continuidade a um processo de construir-se a si mesmo (Kaufmann, 1988; Lemaire, 1988; Singly, 2000b).

Quanto à relação pais e filhos, o individualismo, aumentando o seu escopo de influência, tornou-a uma relação mais fortemente paradoxal, fazendo com que os pais se sintam comprometidos e submetidos à primazia da autonomia dos filhos, muitas vezes em detrimento de sua própria autoridade. A criança não é mais vista como uma massa moldável, sobre a qual podem se inscrever os grandes princípios morais. Pelo contrário, a criança é um indivíduo digno de respeito, uma parceira, com a qual se deve negociar. Não cabe mais nesta relação a preeminência de uma autoridade superior que deve ser respeitada. Como um direito de todos, o respeito é o reconhecimento de que o indivíduo, criança ou adulto, é uma pessoa. Ao tornarem-se interlocutores de seus pais, as crianças mudam de status, já que se reconhece nelas um saber e uma habilidade de negociação (Singly, 1993).

Salientando o aspecto relacional da definição de Durkheim quanto à família conjugal, cuja idéia de pertencimento se define por um grupo composto por pessoas, Singly (1993; 1996) ressalta que esta nova família configura a tarefa de educar como uma oportunidade para cada pessoa revelar-se e construir-se. No fim da família fundamentada na moral, para Singly, encontra-se o sucesso da família relacional. Esta possui novos critérios de orientação, tal como o do diálogo entre as gerações, remetendo a uma cultura psicológica, mais do que aos referentes morais. A questão moral não desapareceu completamente da esfera familiar, mas a resolução quanto ao que é certo ou errado é deixada a cargo dos negócios privados, ou seja, a moral fundamenta-se na negociação entre as pessoas que compõem a família. Os pais encarregam-se discretamente de encaminhar esta negociação. Eles só se vêem impedidos de levar adiante a educação dos seus filhos caso não cumpram satisfatoriamente suas tarefas (negligência) ou ultrapassem certos limites (violência, abuso sexual, etc). Neste caso, a intervenção do Estado ainda se faz presente, mantendo a regulação das relações familiares.

Na tentativa de fazer visível uma transformação, pode-se caracterizar a passagem da família moderna à pós-moderna da seguinte maneira: há uma acentuação da centralidade das relações pessoais, delimitando a pós-modernidade pela exacerbação de características construídas na modernidade. A mudança principal está no fato de que as relações são cada vez mais valorizadas pelas satisfações que cada pessoa do grupo familiar procura e obtém.

Hoje, a idéia de “família feliz” é menos atrativa porque é mais importante ser feliz por si mesmo. Como efeito desta mudança, a família não desapareceu, porquanto permanece forte a crença de que ela ainda pode ser um dos meios para realizar o projeto de ser feliz. O “eu” pode inverter sua posição tradicional e prevalecer sobre o “nós”, mas o “eu” não demanda o desaparecimento do grupo conjugal nem do grupo familiar. A família é construída mais intensamente como um espaço, no qual um indivíduo pode ser ele

mesmo, graças ao olhar do seu parceiro, do seu cônjuge, do seu pai, da sua mãe, do seu filho ou filha, da sua irmã ou irmão, amando-se uns aos outros como cada um é (Singly, 1993; 2000a).

Nesta nova família, o que muda é a definição das justificativas que delimitam a existência dos territórios pessoais, construindo, separadamente, o “meu”, o “seu” e o “nosso” espaço. As justificativas quanto à existência destes territórios são mais significativas do que o seu aumento quantitativo. Neste processo, são aliadas a negociação e a argumentação que justificam os territórios pessoais, sendo a autonomia um argumento legítimo, não incorrendo em contestações. As modificações encontram-se, portanto, nas maneiras pelas quais estas práticas autônomas são justificadas e reivindicadas no interior da sociedade de iguais (Singly, 1996; 2000b), cuja nomeação continua sendo a de família.

Até aqui, passando por diferentes autores, realizei uma incursão por diversas perspectivas. Fiz um percurso que enriquece, mas não esgota uma discussão a respeito da relação família/indivíduo. Ao omitir outros autores importantes, não estou negando minhas variadas ascendências. Pelo contrário, a presença deles se estende para além das palavras escritas e encontra a vastidão, na qual o tema da relação família/indivíduo pode ser pensado.

Tantos outros autores, tantas outras perspectivas poderiam ser aqui levantadas. Com este tema poderia ter dialogado com Ariès (1986), discutindo o par opositivo sociabilidade/individualismo, que acompanha a passagem de um grupo familiar, conhecido como linhagem, para a intimidade da família nuclear. Ou ainda, a partir da referência de Ariès e incluindo Sennett (1993), consideraria a distinção entre público e privado, a fim de compreender as mudanças na dinâmica da vida familiar, através do tempo, alcançando a sociedade contemporânea (Hutton, 2001). Donzelot (1986) e Lasch (1991), destacando períodos históricos diferentes, levar-me-iam a salientar a intervenção do Estado que, em aliança com os especialistas da saúde e da educação, configuram a família

como o lugar de proteção contra o exterior, intensificando seu afastamento do mundo público, ao mesmo tempo em que interferem no mundo privado. Poderia mencionar Shorter (1995), que ao desenvolver uma história da família moderna, ressalta o surgimento de sentimentos novos, diminuindo a influência e a vigilância da comunidade e elevando a família para uma nova consciência sobre si mesma como uma unidade emocional doméstica. Flandrin (1995), apesar de não fechar a lista de autores, acrescentaria mais dados ao trazer a oportunidade de contar uma história que se faz no plural, porque são múltiplas as famílias.

Não é possível trabalhar, numa assentada só, toda a herança adquirida durante a trajetória da minha formação, pautada em múltiplos diálogos, incluindo esta pesquisa. Vou ao Brasil, carregando na bagagem a influência estrangeira. Viajando aos trópicos posso acrescentar outras perspectivas da relação família/indivíduo.

A obra de Gilberto Freyre (1980) fez com que prevalecesse uma compreensão a respeito da família brasileira vinculada ao engenho de cana-de-açúcar do nordeste, caracterizando, como medida valorativa, a dominância da família extensa e patriarcal. Esta visão de Freyre sofreu variadas críticas, incrementando a discussão sobre a história da constituição da família brasileira. Estas críticas indicaram formas alternativas de comportamento familiar, tornadas invisíveis pela violência com que o modelo patriarcal foi imposto na sociedade brasileira (Corrêa, 1981).

Na História do Brasil, a família é vista, do período colonial à modernidade, como a instituição que dá forma e regulamenta as regras de conduta, desde a família patriarcal até o seu aburguesamento, dirigido pelo controle médico e estatal (Costa, 1989). Construindo uma história que leve em conta a diversidade, para o estudo da família é necessário iluminar vários elementos, tais como os grupos étnicos e sociais, o contexto econômico e regional, as questões de gênero, dentre outros. Samara (2002), utilizando-se das informações colhidas durante 150 anos de censos demográficos,

realizados no Brasil a partir de 1872, demonstra que a dominância das relações patriarcais, configuradas pela extensão, pode ser contrabalançada, comparando-se às variadas configurações familiares, sempre presentes na história do Brasil. Não haveria, assim, um nítido desenvolvimento da família patriarcal à família nuclear, porquanto a convivência de diferentes modelos seria a regra.

Almeida (1987) se interessa por um estudo da família que considere os valores éticos, os padrões morais dominantes, incluindo suas formas desviantes, e as mentalidades que orientam os comportamentos. Adota, por consequência, uma análise da família brasileira menos preocupada com a extensão ou redução de seu tamanho. É possível, assim, eleger o modelo de Freyre, já que as mentalidades, em uma determinada sociedade, “constituem uma rede de vasos comunicantes onde o da classe dominante tem um papel determinante” (Almeida, 1987, p.55). A família patriarcal, dessa forma, é vista em sua devida importância como uma “matriz que permeia todas as esferas do social”, incluindo as

“(…) relações interpessoais em que a personalidade ‘cordial’ do brasileiro impõe pela intimidade e desrespeita a privacidade e a independência do indivíduo. (...) a matriz da família patriarcal, com sua ética implícita dominante, esprou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar, seja a família dos escravos e dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente.”

(Almeida, 1987, p.56)

Surgida do ideário burguês, a família nuclear constitui-se ao ser regida, simultaneamente, pela idéia de igualdade e pela submissão da mulher às leis naturais, que a diferenciam do homem. Essa família, por consequência, continua patriarcal, estabelecendo um lugar para a mulher, mãe e rainha do lar, que é o da dependência da autoridade do homem-pai, cuja presença é marcada na família pelo exercício do seu poder. No Brasil, conforme Almeida (1987), da passagem do tradicional ao moderno, há a construção de uma “modernização conservadora”, na qual o aburguesamento das famílias convive com a mentalidade de uma formação patriarcal,

produzida desde a colonização. “E é desse ‘casamento’ que nasceu a nossa família conjugal atual” (Almeida, 1987, p.64).

Não há, portanto, uma concepção rígida de unidade doméstica, já que “permanecem as relações entre os grupos e não se instituiu qualquer forma hegemônica”. Embora a família seja “um valor, não se sabe que tipo de família o detém” (DaMatta, 1987, p.132), podendo existir muitas *famílias*, tais como a do emprego, a da parentela como um todo, a formada pela nação brasileira e a constituída por marido, mulher e filhos. Por esta razão, não se configura nem a hegemonia patriarcal, nem a burguesa. A família não se funda somente na genealogia e nos elos jurídicos, mas se constitui principalmente pela convivência intensa e longa.

Elegendo dois pares distintos, DaMatta opõe a casa à rua e a pessoa ao indivíduo, caracterizando a vida social e a cultura brasileira. A vida social é movida por duas éticas diferentes. Enquanto uma se aplica às razões da casa ou da família, a outra se refere a uma razão pública, a da rua. Passar por um processo de individualização significa, neste caso, desligar-se dos elementos tradicionais “como a casa, a família, o eixo das relações pessoais, como meios de ligação com a totalidade” (DaMatta, 1990, p.190). Devido a estas características, a sociedade brasileira permanece complementar e inclusiva, embora haja no Brasil a presença do credo igualitário. Casa e rua, constituindo duas esferas de sentido conformam a “realidade” e permitem normalizar e moralizar o comportamento. A rua é o lugar do individualismo onde todos são iguais e anônimos. Lá são localizados os malandros e os marginais. Lugar da tranquilidade, a casa forma um grupo social qualificado como natural e familiar, constituído pelo sangue, pela carne, pela pertinência e pela convivência longa e intensa.

A relação entre casa e rua é dinâmica. Há espaços na rua que se tornam “casa”. Por sua vez, a casa possui espaços de ponte para o exterior como as janelas, as varandas, as salas de visita, etc. A casa se abre para a rua em momentos festivos. A vida social, entretanto, está repleta de tensões e compensações. Enquanto no universo da

casa prevalece o “supercidadão”, na rua está o “subcidadão”, definindo negativamente o cidadão, pelos limites que lhe são impostos (DaMatta, 1991). Mantém-se, assim, uma relação circular entre a individualização, própria da modernidade, e o lado “familístico” tradicional. A ideologia dominante encontra-se na “complementaridade, com o universo social sendo todo hierarquizado em termos de relações familiares” (DaMatta, 1990, p.198).

A família aqui não está ligada somente à formação do indivíduo-cidadão e ao seu corolário, fruto da contração e da intensificação da vida familiar, que é a formação do sujeito psicológico. Nesta formação social em que a casa predomina sobre a rua, não há uma distinção nítida que separe o indivíduo de suas relações familiares. Pelo contrário, o valor recai sobre a necessidade de estar inserido em um grupo familiar, incluindo os amigos, fazendo que um simples indivíduo se torne pessoa com direitos especiais, comparando-o ao indivíduo-cidadão da rua.

Como pensar esta formação cultural específica sem uma leitura depreciativa, ao comparar o civilizado com o não-civilizado? Como reconhecer o psicológico nesta idéia de pessoa? Penso que, quanto melhor for conhecida a formação da cultura brasileira, mais facilmente se construirá um caminho de compreensão do sujeito psicológico, imerso no contexto englobante da relação (Costa, 1980; 1989; Duarte, 1986; 1997; Figueira, 1987a; 1987b; Jacó-Vilela, 1997; Ropa & Duarte, 1985; Russo, 1997; 1999; 2000; 2002; Velho, 1987; 2001). Quanto mais se visualiza que são muitos os “Brasis”, mais este é um projeto desafiante. Muitas vezes, tenho encontrado amparo nos autores brasileiros acima citados e em tantos outros, lançando-me ao desafio de pensar, continuamente, a família e a identidade pessoal, na sociedade brasileira (Heilborn, 1992; Mattos, 2000; Rocha-Coutinho, 1994; Sarti, 1996; Vaitsman, 1994).

Gostaria de terminar, temporariamente, neste mar de perspectivas, com uma última paisagem, mergulhando na Floresta Amazônica. Viveiros de Castro (2000) diferencia a teoria e a prática

do parentesco ocidental daquela que encontrou no conceito amazônico. Esta diferenciação é percebida pela consagrada distinção entre consangüinidade e afinidade. O argumento do autor é o de que

“(...) o parentesco amazônico distribui diversamente os valores que associamos a tal distinção, atribuindo à afinidade a função do ‘dado’ na matriz relacional cósmica, ao passo que a consangüinidade irá constituir a província do construído, daquilo que toca a intenção e ação humanas atualizar.”

(Viveiros de Castro, 2000, p.8)

Na Amazônia, portanto, a afinidade prevalece sobre a consangüinidade, tornando-se “o modo genérico da relação social” (p.10). A alteridade, ou a relação com o que é exterior, é dada pela afinidade. Esta é um fato. O quadro sociológico amazônico mobiliza uma multidão de Outros, humanos ou não, “banhados em afinidade”. “O Outro (...) é primeiro de tudo um Afim” (p.14). Os grupos amazônicos definem-se

“(...) em relação a um fundo infinito de socialidade virtual. E sugiro que tais coletivos se tornam locais, isto é, atuais, ao se extraírem desse fundo infinito e construírem seus próprios *corpos de parentes*. Esses seriam respectivamente, os conceitos de ‘afinidade’ e de ‘consangüinidade’ no mundo amazônico.”

(Viveiros de Castro, 2000, p.16)

O movimento amazônico caminha no sentido oposto ao do ocidental, cujo modo de incremento da extensão é ego-centrado, partindo de uma sociabilidade mais próxima, com a predominância da consangüinidade até se alcançar contextos cosmológicos mais abrangentes, onde a afinidade predomina. Na Amazônia, é a afinidade que determina as premissas ontológicas que constituem o mundo. Uma das mais importantes é a que define a identidade como “um caso particular da diferença”. O parentesco, dessa forma, não admite que possa haver uma “identidade consangüínea absoluta entre duas pessoas”, o que estabelece uma

“regra cardinal: não há relação sem diferenciação. O que, em termos sociais, é dizer que os parceiros de qualquer relação estão relacionados na medida em que são diferentes entre si. Eles se relacionam através de

sua diferença, e se tornam diferentes através de sua relação. Mas não é justamente nisto que consiste a afinidade? Essa é uma relação na qual os termos se ligam pelo *não estarem* na mesma relação com o termo da ligação (minha mulher é tua irmã, etc.): o que os une é o que os distingue.”

(Viveiros de Castro, 2000, p.17)

A consangüinidade, não sendo um fato, deve ser “extraída” da afinidade, em um processo no qual a última perde sua potência. Algo deve ser *feito* para que a “afinidade potencial”, sendo o “fundo virtual”, de onde surge a figura da “socialidade consangüínea”, permita a construção da consangüinidade. Um exemplo encontra-se no caso da geração de uma criança, cuja “consagüinização” é iniciada pelo casamento. Esta criança não é considerada uma réplica consangüínea de seus pais. Ela precisa ser “*feita* parente de seus parentes”. Já que, neste caso, as identificações são a consequência de relações sociais, o parentesco não exprime “uma conexão corporal ‘naturalmente’ dada”. A criança é um afim que precisa deixar de sê-lo, para ser transformada em um consubstancial.

A idéia de todo na cosmologia amazônica tem na alteridade a sua constituição, não produzindo uma “unidade metafísica superior”. Diferença e identidade não se identificam em última instância, o que há é apenas diferença. Aqui o interior é subsumido pelo exterior, especificando uma estrutura, na qual “o interior é um modo do exterior, e como tal só pode se constituir ao se pôr fora dele” (p.21). Trata-se de formular a alteridade, exterior, como uma relação constitutiva, interna. Por ser interna, a alteridade cria uma situação de ausência de interior.

“Assim, dizer que o exterior engloba o interior não significa dizer que o segundo está (tautologicamente) ‘dentro’ do primeiro, como um peixe está dentro do oceano em que nada, mas sim que o exterior é *imane*nte ao interior, como aquele oceano que nada dentro do peixe, penetrando-o e o constituindo como figura do (e não apenas no) oceano. O corolário dessa imanência é que qualquer ponto arbitrariamente escolhido do interior é um limite entre um interior e um exterior; não existe meio absoluto de interioridade. Reciprocamente, qualquer lugar do exterior é um foco de interioridade possível: em cada gota do oceano nada um peixe virtual.”

(Viveiros de Castro, 2000, p.20)

Se não preencho o texto com mais exemplos de como este sistema de parentesco se configura na prática, é porque temo não tornar mais clara a simplificação apresentada aqui. Seria mais interessante ir à Amazônia. Um mergulho superficial, entretanto, ajuda a ilustrar uma perspectiva diferente da relação família/indivíduo vinculada à relação consangüinidade/afinidade, revelando novos aspectos. Entre estes dois pares opositivos, encontram-se outros como o par biológico/social, ou o da natureza/cultura. Os limites, entre eles, são tão distintos dos limites estabelecidos na sociedade ocidental moderna, que dificultam, extraordinariamente, a compreensão da cosmologia amazônica. Sendo esta dificuldade marcada pela utilização de termos próprios da cultura ocidental.

Destaco a citação acima por ser uma síntese da cosmologia amazônica, ou do perspectivismo indígena, como diz Viveiros de Castro, cuja principal diferença em relação à cosmologia ocidental encontra-se na substancialização dos espaços exterior e interior e do limite entre eles, construída ao longo da modernidade. Segundo a cosmologia ocidental, há uma separação entre dentro e fora, definida por uma película envolvente, evocando uma terminologia das fronteiras, enquanto a cosmologia amazônica não se define por um contorno nítido. A indeterminação entre exterior e interior é, dessa forma, trazida ao centro. No lugar dos limites fronteiraços previamente fixados, determinando contrações e extensões, está a circularidade recursiva, vivida em sua máxima intensidade. Para a cosmologia amazônica, o “Eu é, antes de mais nada, uma figura do Outro” (Viveiros de Castro, 2000, p.21).

O que o Outro da Amazônia pode me transmitir? Mais um bom motivo para a articulação entre espaço exterior e espaço interior. Já que, de onde me encontro, é longínqua a possibilidade de pensar o humano sem contornos limítrofes, aproximo-me, a partir da cosmologia amazônica, da idéia de recursividade entre o eu e o outro, entre as relações familiares e o sujeito psicológico, apesar das fronteiras que os distinguem. Procurando manter, neste caso,

uma distinção, ainda que delicada e embaçada pelo contato de um com o outro, sintetizo a circularidade família/indivíduo da seguinte maneira: as relações familiares são exteriores ao sujeito, mas o constituem internamente; o sujeito está contido na família ao mesmo tempo em que a contém.

2.2.

Relação familiar e constituição da identidade pessoal: ressaltando aspectos filosóficos e históricos

Se, anteriormente, discuti algumas perspectivas que relacionam a família, o indivíduo e o contexto sócio-histórico, neste momento, ressalto aspectos filosóficos que indicam uma separação, estabelecida historicamente, entre família e indivíduo. Há diferenças cruciais entre a história de uma abordagem ocidental e filosófica da família e a do nomeado, alternadamente, como indivíduo, como pessoa e como sujeito.

De um ponto de vista geral, o termo indivíduo pode ser visto como uma unidade numérica, o termo pessoa como ligado a uma concepção tradicional (holística) de mundo e o termo sujeito como, fundamentalmente, definido pela habilidade de refletir sobre si de um modo singular, transformando-se. Esta é uma tentativa de definição que não se compromete, a princípio, com nenhuma formulação teórica estrita, embora os termos possam ser ligados a uma ou outra concepção específica, tal qual o indivíduo se liga ao cidadão, à autonomia e à ideologia do individualismo; a pessoa se liga à relação e à dependência do grupo e, por vezes, a uma idéia de personalidade; e o sujeito se liga ao jogo consciente/inconsciente e à relação com o objeto. Ademais, estes termos podem ser encontrados em formulações, cujo principal intento é o de diferenciá-los: o sujeito é dividido, é fragmentado, o indivíduo é indivisível, é uno; a pessoa é englobada pelas relações.

Quanto à família já foi possível verificar que é um termo que também apresenta múltiplas relações, ligando-se a qualidades que a definem como nuclear, extensa, patriarcal, conjugal, recasada, entre

outras. Há registros do surgimento da família como um tema para os estudiosos acadêmicos, a partir do século XVI na Europa (Freedman, 2002). Uma elaboração filosófica a respeito do que seja o homem, porém, pode ser remontada ao Cristianismo e à Grécia Antiga, tendo sido uma preocupação dos filósofos durante toda a história da Filosofia (Carrithers, 1986; Dumont, 1986; Solomon, 1988; Taylor, 1986; 1997), transmitindo esta herança às Ciências Humanas, especialmente à Psicologia, em sua concepção de subjetividade (Coutinho, 1985; Perez-Ramos, 1986). Seria possível, porém, volver a espaços e tempos remotos e confirmar que “(...) jamais houve ser humano que não tenha tido o sentido, não apenas de seu corpo, como também de sua individualidade a um tempo espiritual e corporal” (Mauss, 1974, p.211).

É somente na sociedade ocidental moderna, porém, que se presencia uma concepção valorativa da idéia de homem, identificando-o de modo correlato com um indivíduo autônomo e/ou um sujeito singular. Na modernidade, o ser humano é concebido como a fonte de suas representações e de seus atos. É o seu próprio fundamento, é o autor de sua vida, não recebendo mais as regras vindas do lado de fora, nem de Deus, nem das forças da natureza.

Solomon (1988) atribui a descoberta de uma noção de si, no sentido de um *self*, a Rousseau (1712-1778). Esta descoberta refere-se a uma idéia nova, ou seja, uma atribuição de interioridade, que considera o *self* uma substância moral. Foi Descartes (1596-1650) quem enfatizou, de modo proeminente, que a substância do *self* é uma coisa pensante, satisfazendo a um apelo lógico e não à empatia ou à reciprocidade entre os homens. Rousseau enfatizou o sentimento, mais do que o pensamento, como uma chave para se compreender o *self*, postulando, como sua justificação, a bondade, em detrimento da lógica da auto-referência. Locke (1632-1704) desenvolveu um conceito empírico de *self*, designando-o como um tipo de memória introspectiva. Embora isto resolva o problema da continuidade da identidade pessoal no tempo, diminui a convicção pessoal do *self* moral e interiorizado de Rousseau. O *self* não é

exatamente introspectivo, para Rousseau, mas essencialmente expressivo, projetando no mundo o futuro. Em outras palavras, o *self* de Rousseau não se define por suas características formais, requeridas pelos racionalistas e pelos empiristas, mas no sentido de uma personalidade universal, posteriormente desenvolvida pelo ideário romântico. O *self* não é o princípio da metafísica, nem uma conseqüência empírica. É, antes de tudo, a própria atividade interna e a coisa mais importante do mundo. Rousseau difere de Descartes e Locke, sobretudo, por sua insistência em distinguir o *self* pelo seu aspecto moral, definindo o homem e conectando-o pessoalmente à comunidade de seu pertencimento.

Igualmente em Kant (1724-1804), a concepção de *self* e de autoconhecimento é mais do que uma mera inferência formal ou uma mera condição da experiência. O *self* transcendental é uma fonte de nossa experiência, como um tipo de condição para a existência do mundo. Kant revolucionou a Filosofia ao incorporar a realidade externa à realidade da mente humana, fazendo com que a primeira seja dependente da faculdade humana de conhecer (Solomon, 1988; Taylor, 1997).

Os românticos, a exemplo de Schelling (1775-1814), elevaram o *self* à condição de um Ser Absoluto, salientando que nenhuma parte do universo pode ser entendida sem que se compreenda o todo, do qual cada homem faz parte. A partir da idéia de *self* absoluto, cada homem é a consciência e o instrumento de sua expressão. Este *self* é fonte de todo significado, de toda mudança e de todo desenvolvimento (Solomon, 1988; Taylor, 1997).

Muito ainda poderia ser dito a respeito da história do *self* na Filosofia, chegando ao Estruturalismo, com sua visão de estruturas universais da mente e da linguagem, não baseadas na idéia de *self*, mas na busca objetiva das leis que regem a atividade humana. Ou atingiríamos o pós-estruturalismo que, criticando o estruturalismo, aponta para a inevitável desintegração da ciência e para o fim do homem, devido à impossibilidade de se postular um conceito unificador da humanidade. Elege-se, desse modo, o ceticismo como

uma de suas marcas (Solomon, 1988). Entre o *self* transcendente, abstrato, e o apagamento do *self*, deixando de ser valorizado como um aspecto constitutivo do humano, há uma alternativa: considerar o indivíduo como um processo em construção, no qual sua identidade pessoal realiza-se no interior das relações familiares e nas relações sócio-históricas, configurando uma história de vida singular, configurando um sujeito (Castoriadis, 1982, 1992, 1997, 1999; Elias, 1994a, 1994b, 2001; Taylor, 1997). Esta alternativa compõe a proposta de articulação, desenvolvida no último capítulo.

A categoria família surge na classificação de disciplinas filosóficas, em 1507, incluída na Filosofia Prática como um tópico chamado de vida familiar (*oeconomia*). Estudada, a partir de dois aspectos, o social e o econômico, a vida familiar era analisada por sua divisão em três sociedades, a conjugal, a parental e a dos servos, e, igualmente, por suas posses. Como parte das preocupações dos acadêmicos desta época, encontrava-se a necessidade de esmiuçar as características de cada aspecto acima mencionado. Quanto à sociedade conjugal, por exemplo, eram examinados os fatores relevantes na constituição desta sociedade. As principais observâncias quanto às regras que organizavam a família eram: a igualdade de status entre marido e mulher; a não deformação física da esposa, embora não se devesse atribuir demasiada ênfase à beleza; a esposa deveria possuir um dote que não fosse exorbitante, pois poderia custar a liberdade do marido; e, entre outros, são examinados os motivos legítimos - adultério e abandono - para o divórcio (Freedman, 2002). A família era igualmente caracterizada por suas partes essenciais que, estando ausentes, a tornavam imperfeita. Estas imperfeições eram: a ausência do pai que, gerando anarquia, devia ser resolvida com a substituição do pai pelo filho homem mais velho; a ausência da mãe e de crianças, sem previsão de substituição; a ausência de servos que, sendo evidência da pobreza familiar, deviam ser substituídos por outros membros da família que se agregavam a casa.

Os filósofos do século XVI e, em sua maioria, do século XVII possuíam uma idéia de família próxima, ao menos quanto ao número de seus membros, do que se compreende hoje como nuclear. Discordavam, no entanto, quanto ao número exato de membros que deveriam compor a família ou se era mais importante ter servos ou crianças, sendo suficiente, para alguns, somente uma criança. Não havia ênfase no aspecto da particularidade de cada grupo familiar ou dos indivíduos que o formavam. A intenção principal destes escritos filosóficos era apresentar e defender normas éticas a fim de regulamentar o comportamento das famílias. Já havia também outros escritos não-filosóficos neste período. Encontravam-se, sobretudo, nos estudos das disciplinas acadêmicas como a Teologia, a Jurisprudência e, em algum número, na Medicina. Além desses, circulavam escritos de autores leigos, o que parece indicar uma grande demanda por livros que ajudassem a esclarecer a vida familiar (Freedman, 2002).

Pude observar que, tradicionalmente, os estudos sobre a família e sobre o sujeito tomam direções contrapostas. Os que abordam a família localizam-se em uma perspectiva filosófica voltada para a prática cotidiana, regulando os comportamentos ao explicitar as regras da vida familiar. Os estudos que abordam o sujeito adotam como temática principal o estabelecimento de uma concepção universal, que, distanciando-se do viver cotidiano, elevam o sujeito a uma proximidade relacional com Deus, com o Absoluto e/ou com o transcendental. A família define-se, então, pelas temáticas terra, chão e conduta. Já o sujeito, em conexão com um mundo que lhe é próprio, define-se, de modo geral, como expressão de algo que é profundo, elevado e inalcançável para os homens, ainda que, em última instância, defina a humanidade.

Feitas estas breves observações filosóficas e históricas a respeito do estudo do sujeito e da família, separando-os em universos diferentes, retomo a relação entre eles. De acordo com Duarte (2002a), pode-se referir à família e à formação da identidade pessoal, relacionando três dimensões: a sociológica, a política e a

psicológica. Na dimensão sociológica, depara-se com a difícil tarefa de nomear a família na modernidade. Comumente a família é chamada de nuclear contrapondo-se à família extensa e, paralelamente a esta denominação, há uma visão da história da família como uma evolução de um modelo a outro. Nesta dimensão, o estatuto da família e o nascimento das Ciências Sociais estão fortemente vinculados. A dimensão política remete à idéia de nação, na qual a família ocupa um lugar essencial, é a “célula da sociedade” que forma os cidadãos. Quanto à dimensão psicológica, não se encontram referências à família até o final do século XIX. Com Freud, principalmente, a família passa a ser incorporada por seu aspecto afetivo, enquanto formadora das identidades pessoais.

A família pode ser vista a partir de dois fenômenos (Duarte, 2002a). O primeiro é o fenômeno da retração, em seu aspecto morfológico, fazendo com que o autor nomeie a família como mínima. O segundo fenômeno alude a um processo de intimização crescente, gerando uma intensificação do aspecto moral vinculado ao psicológico, no interior da família, saturando-a de emoções e sentimentos diferenciados. Aumenta excessivamente a responsabilidade do pai e da mãe de se oferecerem como um modelo para os filhos. Com a diminuição do número de modelos, a negociação da construção da identidade pessoal, passando pela relação com cada um dos pais, torna-se muito mais complexa, pela sua restrição e intensificação. Acrescenta-se a isto o paradoxo sobre o qual a família moderna está fundada, ou seja, deve preservar a hierarquia e, concomitantemente, cumprir o mandato de criar sujeitos livres, autônomos e iguais. Neste processo de psicologização das relações familiares, é exigido de cada membro da família o desenvolvimento da reflexividade ao lado da submissão ao grupo familiar (Duarte, 1995).

Como conciliar uma temática-chão, a das relações familiares concretas, com uma temática-céu, a formação do sujeito singular? Hoje, mais do que nunca, o sujeito é identificado, nomeado, localizado empiricamente nas suas relações e valorizado em sua

singularidade, mas por muito tempo prevaleceu uma tendência de vê-lo isoladamente. Inúmeras discussões e formulações teóricas foram geradas na tentativa de transformar este quadro, ao localizar a formação do sujeito em suas relações com a família, com o grupo social, enfim, com o seu pertencimento. Discutir as idéias, conforme destacadas por Duarte (1995; 2002a), quanto à submissão do indivíduo ao grupo familiar, ao lado de sua posição reflexiva, é uma preocupação que se liga à proposta de articular o espaço exterior e o interior, em um movimento dinâmico de interlocução e de interiorização.

Para entender este movimento dinâmico, encontro em Simmel (1971; 1989a; 1989b) uma perspectiva complexa. O autor tece considerações a respeito do individualismo moderno, conduzindo a uma reflexão sobre o modo pelo qual a personalidade se constitui no interior da família. O significado da individualidade pode ser dividido em dois tipos específicos. Um no sentido da individualidade como liberdade e responsabilidade para consigo, que é concebido por um amplo e fluido meio social, chama-se quantitativo. O outro significado da individualidade é qualitativo, ou seja, um ser humano distingue-se dos outros; sua existência e conduta o deixam solitário, mas esta produz uma diferenciação, cujo valor é positivo.

O primeiro significado de indivíduo repousa sobre o que os homens têm em comum, o segundo sobre o que os separa. Mas há uma correlação entre eles. O alargamento do círculo social, que está associado à primeira concepção de individualidade, promove a emergência da segunda concepção (Simmel, 1971). Quanto mais o círculo formado pela sociedade se alarga, mais se alargam as possibilidades de desenvolvimento da vida interior, aumentando as chances da distinção. Um círculo relativamente pequeno tem barreiras muito fortes que o fecham sobre si mesmo, oferecendo a cada um de seus membros um espaço restrito para desenvolver suas qualidades originais. À medida que o grupo cresce em número, em importância e em conteúdo de vida social, sua unidade interna

original relaxa-se, atenuando a barreira e aumentando as conexões e relações de trocas com o exterior. O indivíduo, assim, adquire liberdade de movimento, ultrapassando a limitação inicial (Simmel, 1989a).

Por conseguinte, a dupla natureza da individualidade significa sempre, de um lado, uma relação ao mundo, grande ou pequeno, e, de outro, ela significa que este ser é um mundo para ele mesmo. O indivíduo é um fim que repousa sobre si mesmo e uma parte de uma ou de muitas totalidades, fomentando uma relação com algo de exterior a ele, uma totalidade que o engloba e o ultrapassa. O indivíduo vive, desse modo, um conjunto de dois em um, isto é: centrado em seu interior e tendo um mundo seu, tende igualmente para uma relação de identificação ou de supressão a um todo, ao qual pertence (Simmel, 1989b).

Oferecendo uma variação infinita para o desenvolvimento das capacidades humanas, o individualismo da não-igualdade (qualitativo) é uma consequência do individualismo da liberdade para todos (quantitativo). Inserindo esta distinção na história, Simmel (1989b) prossegue com uma narrativa a respeito do século XVIII e XIX. O individualismo do século XVIII associa liberdade e igualdade, realizando-se ao se basear na igualdade natural dos indivíduos. Assim, o homem perfeito não denota diferenças. Representativo deste ponto de vista é a corrente cultural que advém do conceito de natureza, orientada pelo mecanicismo e pelas ciências da natureza que determinam a descoberta de leis universais. Por esta razão, o ser humano universal se acha no centro do interesse do século XVIII, ao invés do ser humano particular e diferenciado, historicamente engendrado. O ser humano particular é reduzido ao universal, segundo a fórmula de que cada pedaço de matéria, estruturada de uma forma particular, apresenta em sua essência as leis que regem toda matéria. O humano elevado a uma compreensão abstrata, denota uma força comunitária, em que cada indivíduo acolhe os outros em si mesmo e se identifica com eles. Cada homem se torna mais próximo, mais solidário e mais atento ao

outro por deixar dominar em si este germe mais íntimo, no qual todos os homens são idênticos. Abstrai-se o humano da babel dos diferentes laços socioculturais e de seus costumes acidentais.

A liberdade é acompanhada do seu exato contrário que é a igualdade. Esta contradição somente será revelada no século XIX, quando: o indivíduo encontra-se liberto das cadeias da tradição, marcada pela posição social e determinada principalmente pelo nascimento; a autonomia passa a reger a distinção entre os indivíduos. Cada indivíduo procura a si mesmo e não se encontra em uma instância que seja exterior à sua alma. Todas as relações com o outro são momentos no caminho que conduz o eu a si mesmo, permitindo que o indivíduo se mostre aos outros com sua realidade incomparável, com seu próprio mundo (Simmel, 1971; 1989b).

O romantismo foi o canal por meio do qual se inseriu o individualismo qualitativo na consciência do século XIX. A alma romântica demonstra uma série infinita de contradições, em que cada ser particular surge no instante do vivido como um absoluto, finito e auto-suficiente, para ser ultrapassado no instante seguinte, saboreando plenamente a identidade de cada um dos seus contrários, na alteridade de um em relação com o outro. Incessantemente, as grandes forças da cultura moderna tendem a aspirar a uma personalidade autônoma que carrega nela mesma o cosmo. Sendo esta personalidade traduzida pelo caráter incomparável de ser constituída como única e como outra, já que cada troca com o outro entrelaça os protagonistas em uma ação recíproca de separação e união (Simmel, 1989b).

O ideal da unidade humana, característica de uma concepção abstrata, não é inconciliável com a suposição da diferença. A personalidade, assim, não é vista como um estado imediato, nem como uma qualidade ou um destino. É, outrossim, algo que cresce na própria experiência da realidade. A formação da personalidade pode ser compreendida pelos dois tipos de individualismo, o quantitativo e o qualitativo. Reúnem-se, ademais, para esta

formação, tanto o grupo restrito da família quanto o grupo mais amplo da sociedade (Simmel, 1971).

Simmel (1971) considera que o grupo familiar é restrito em dois aspectos: por seu tamanho e pelas restrições que impõe ao indivíduo, controlando sua liberdade. Paradoxalmente, o fortalecimento do indivíduo se dá no seio restrito da família. Simmel pondera que pertencer a uma família em uma comunidade cultural ampla é psicologicamente significativa para a promoção da diferença entre os indivíduos. Este pertencimento, do indivíduo ao grupo familiar, se dá às custas de que o primeiro ceda uma parte de si aos outros membros da família. Assim, juntando-se, pode preservar seu senso de individualidade, evitando o isolamento, a amargura e a idiosincrasia exacerbada.

A família, assim, tem um duplo e peculiar papel sociológico. De um lado, ela é a extensão da personalidade individual, uma unidade através da qual um indivíduo, sentindo o curso de seu próprio sangue, nasce em uma existência fechada para todas as outras unidades sociais. Ela encerra o indivíduo como uma parte que lhe pertence. Por outro lado, a família constitui-se igualmente como um complexo, pelo qual um indivíduo distingue-se de todos os outros. Em meio ao grupo familiar, ele desenvolve uma personalidade antitética, opondo-se aos outros membros da família (Simmel, 1971).

Articular espaço exterior e espaço interior insere-se nesta visão em que a personalidade forma-se transitando em duas direções: a da interiorização e a da interlocução. Estas são observadas na expressão de cada sujeito no interior de suas relações familiares. Ressalta-se, por consequência, a defesa de uma proposta em que a família é igualmente vista como um espaço interior, relacionando-se com o espaço exterior a ela, que é o grupo social. O interior da família pode ser observado por meio das relações que formam e são formadas pelos sujeitos. Procuro enfatizar, desse modo, a relação, caracterizada pela interação circular entre os membros da família, e o sujeito, caracterizado pelo seu próprio mundo e pela sua

capacidade reflexiva, a qual faz com que ele, ao mesmo tempo, volte-se para si mesmo e se expresse na interação com o outro.

A busca por uma compreensão interdisciplinar exprime uma tentativa de ultrapassar os limites rígidos, caminhando entre as fronteiras disciplinares e entre as fronteiras destes distintos espaços que são a relação familiar e a constituição da identidade pessoal. Separadas as disciplinas, estes espaços são estudados como isolados um do outro. O sujeito, estudado pela Filosofia e posteriormente pela Psicologia, é caracterizado, dependendo da formulação teórica, por sua mente ou por seu comportamento, ambos individuais. A família, vista como uma instituição social, é estudada por aspectos que são próprios da dimensão concreta das relações, ou seja, ela é caracterizada pelas relações estabelecidas com outras instituições sociais, tendo que executar as regras a ela prescritas. No campo da Terapia de Família, pode-se observar esta tendência de separação, principalmente quando são abordadas as teorias psicanalítica e sistêmica que, inicialmente, se opõem. Este pendor para a separação está vinculado à constituição histórica das Ciências Humanas e dos saberes psicológicos. A história, portanto, continua sendo o meu fio condutor. Logo, penso ser necessário discutir o processo de exclusão da subjetividade nas Ciências Humanas, com o objetivo de delinear uma compreensão quanto aos motivos da separação entre a família e o indivíduo, entre o relacional e o intrapsíquico.

“Expor todo esse conjunto é uma tarefa árdua, pois escrever uma história é sempre algo incerto, onde, apesar de toda a sinceridade do propósito, se corre o risco de ser injusto. Quem se propuser a fazer tal apresentação deverá, antes de mais nada, esclarecer que algumas coisas serão trazidas à luz, e outras deixadas à sombra.

(...)

(...) (seres que são chamados de atividades mais do que de objetos) Não podem ser fixados, embora devam ser descritos; é por isso que tentam todos os tipos de fórmulas, para se aproximar deles ao menos alegoricamente.”

(Goethe, 1993, p.40; p.125)

3

Mapeando o campo I: a exclusão da subjetividade como projeto científico para as Ciências Humanas

Formular um saber histórico é uma das mais importantes expressões de um projeto que visa a fundamentar uma ciência do humano, distinguindo-a radicalmente das Ciências Naturais. Este projeto expõe uma discussão a respeito da ciência que, configurando-se desde o século XVIII, atravessa o século XIX e vai desembocar no XX, determinada, principalmente, pelo programa positivista e, mais radicalmente, pelo neopositivista. Em especial para as Ciências Humanas, estas duas versões do positivismo, nascidas, respectivamente, no século XIX e XX, intentaram persuadi-las quanto à existência de somente um discurso válido cientificamente: o da explicação, entendida como o conhecimento objetivo e ordenado da lei que estabelece a correlação entre elementos. Para este discurso sobre a ciência, a interioridade, própria da linguagem da compreensão e da vivência subjetiva, é reduzida à exterioridade, ajustando-se a um único fim, o da descoberta da lei que explica um fenômeno (Dilthey, 1956; Freund, 1977; Gusdorf, 1974; Perez-Ramos, 1986). Com a crescente identificação entre ciência, conhecimento descritivo e/ou empírico, deixando para trás a defesa de uma ciência puramente racional ou ideal, todo fenômeno deve ser insistentemente observado para determinar a sua gênese causal. Surgem diversos problemas, porém, quando se emprega esta concepção nas Ciências Humanas.

Se há ou não motivos para se supor uma dessimetria entre Ciências Humanas e Ciências Naturais, isto é tema de longos debates. Para alguns, isto se resolve com a Física quântica, ao postular a importância do observador na definição dos resultados do experimento (Morin, 1996a; Prigogine & Stengers, 1997). Toda ciência torna-se, em última instância, humana. Todavia, desconfiada da tranqüila unanimidade que tende a se mover em torno dos achados científicos da Física e, mais recentemente da Biologia,

retomo a discussão sobre esta dessimetria, que se assenta sobre as diferentes formas de elaborar um conhecimento. Não obstante à extensão do tema, que poderia levar-me a uma dilação excessiva, abordo-o a fim de construir um pano de fundo para a história da Psicologia e da Terapia de Família, que, posteriormente, orienta uma compreensão a respeito de como se constituem o sujeito e a família nestas disciplinas.

3.1.

Caminhos marítimos, terrestres e celestes: trajetórias entrecruzadas para pensar as Ciências Humanas

A constituição de um campo chamado de Ciências Humanas foi determinada por um ideal de ciência que reuniria de maneira integrada todas as disciplinas que tratam do fenômeno humano. Por isso, hoje, as Ciências Humanas são conhecidas no plural, mas a noção de “ciência do homem” nasceu no singular. Até o início do século XIX, predominava a idéia de que a ciência do homem estava por se fazer, já que esta se caracterizava por uma justaposição de disciplinas que não se integravam. Com o objetivo de conhecer o homem em todas as suas faces, a integração deveria ser buscada. Este ideal freqüentemente tomava a forma de um desejo enciclopédico, compondo a “ciência do homem” de inúmeras ramificações, que procuravam abarcar a totalidade da criação. A “ciência do homem”, assim, é compreendida, em um sentido extenso, como aquela que é realizada pelo homem (Vidal, 1999).

Durante o século XVIII, Malebranche representava uma visão da ciência que afirmava o conceito de homem como um objeto para si mesmo. Neste sentido, de acordo com Vidal (1999), a “ciência do homem” se apresentava menos como uma reunião de todas as disciplinas que tratavam do homem, desejando conhecê-lo em todas as suas faces. Configurava-se, sobretudo, como um conhecimento de si, obtido ao acessar o próprio interior. Tratava-se, para Malebranche, de se convencer quanto à diferença entre o corpo e o espírito, a fim de que se conhecesse a natureza do último.

Afastando-se das sensações corpóreas, o sentimento íntimo prova o espiritual que há em cada um. O movimento iluminista, entretanto, seguiu direção oposta à de Malebranche.

No curso do século XVIII, a ciência do homem começou a surgir como reunião de conhecimentos sobre o homem, acompanhando a transformação da metafísica como algo dispensável. A ciência humana no singular englobava uma multiplicidade de campos de saber, em que todos, atravessando a noção de “natureza humana”, tornavam possível a organização do conjunto dos conhecimentos sobre o ser humano. As diferentes ciências humanas, então, deviam-se desenvolver, ao menos em parte, em função de um ideal de unidade no seio de uma nova ciência, a “ciência do homem”, que se punha no lugar da metafísica (Vidal, 1999).

O momento crucial da “ciência do homem”, na história, pareceu ser aquele definido em termos de um ideal de articulação das ciências existentes ou a existir, exprimindo a cristalização de certas posições epistemológicas e antropológicas. De um lado, o conhecimento do sujeito conhecedor erigiu-se em condição de possibilidade de tudo saber; de outro, a convicção na unidade fenomenal do ser humano, tanto quanto indivíduo quanto humanidade coletiva, afirmando-se a condição antropológica de um saber unificado, mas englobando a diversidade humana. Não se tratava simplesmente de asseverar a existência de um objeto e diversos modos de abordá-lo, mas de pôr, no coração da “ciência do homem”, a idéia da unidade como constitutiva do ser humano, simultaneamente como postulado ontológico e epistemológico (Vidal, 1999).

Na medicina, por exemplo, o par alma-corpo foi substituído pelo “físico-moral”, estabelecendo como objetivo a tarefa de integrar os estudos do físico e do moral. Foi desenvolvida, diferentemente do projeto original, uma abordagem reducionista ao invés de unitária, segundo a qual o moral é o físico considerado sobre um outro ponto de vista. Paulatinamente, esta idéia mudou o

postulado que permitia ser possível uma ciência unitária do homem. Sobre diversas formas, a “ciência do homem”, na qual predominava a tentação enciclopédica, cedeu espaço ao empenho sintético, resumido pelo projeto de uma história natural do homem. O materialismo, entretanto, não dominava completamente o cenário das Luzes, já que o homem, apesar de sua naturalização, continuou a ser visto, ao mesmo tempo, como um ser material e espiritual (Vidal, 1999).

Atualmente, não se encontra mais na ordem do dia um projeto de uma ciência unitária do homem. Certos campos, no entanto, possuem uma ambição vasta, tais como as neurociências e o projeto de mapeamento do genoma humano, ressalta Vidal (1999). Estes campos, que reúnem várias disciplinas, oscilam entre o impulso enciclopédico e a tentação reducionista, desencadeando questões éticas e filosóficas que são, em grande medida, comuns a todas as tentativas de síntese e de unificação dos conhecimentos sobre o homem, cujo maior risco é o reducionismo.

Olhado em sua história e estrutura, o campo das Ciências Humanas, de certo modo, formou-se por uma oscilação entre o singular e o plural, entre o ideal da “ciência do homem” e a realidade das ciências do homem. A fragmentação em disciplinas não se realizou por uma clarificação científica, mas pelo impulso do ideal sócio-filosófico que resumia a noção de “ciência do homem”, com cada disciplina tomando para si o projeto da unidade. Para Vidal (1999), resta saber como este ideal de integração contribuiu para formar as ciências particulares. Seria preciso reconstruir a maneira pela qual estas ciências adquiriram algumas de suas características próprias, à medida que buscavam se conformar a um ideal ontológico e epistemológico de ciência unitária do homem.

Esta parece ser, a meu ver, uma pesquisa que toma a direção contrária à da idéia da fragmentação como constituinte das Ciências Humanas. Ao invés de pensar as múltiplas disciplinas como alheias umas às outras e/ou em disputas, elas seriam vistas, identificadas pelo pertencimento às Ciências Humanas, unificando-se em torno de

um ideal: o da unidade humana. Neste sentido, podem ser observados mais pontos em comum, pontos de troca, de comunicação e de interseção do que de separação e alienação entre as disciplinas. De qualquer modo, a idéia de que cada disciplina deve obter o seu próprio objeto e desenvolver o seu próprio método esteve ligada à idéia de separar para progredir, vinculando autonomia, saber e poder, a fim de se avançar no conhecimento. A separação, deste ponto de vista, é assentada como positiva. Fragmentar torna-se sinônimo de viabilidade do conhecimento em expansão.

No século XX, formou-se uma imagem da história em que a crença no progresso da sociedade ocidental e do seu conhecimento científico desenvolveu-se durante o século XIX, sendo abalada somente a partir da Primeira Guerra Mundial. A fé no progresso, entretanto, sempre foi algo de problemático e mesmo “admitindo-se que tenha existido, aquela ‘fé no progresso’ era invadida por um mar de dúvidas” (Rossi, 2000, p.122). E: “Toda teoria do progresso sempre compreende uma teoria de decadência, uma vez que as ‘inevitáveis’ leis históricas podem tão bem recuar quanto avançar” (Herman, 1999, p. 21). Estes dois autores, Rossi e Herman, ressaltando o período das Luzes, como Vidal, mas tendo percursos diferenciados, terminam seus livros com duas metáforas atribuídas ao Iluminismo. O primeiro procura definir a palavra progressista, ao retomar a metáfora da luz, defendendo que não se pode conhecer o todo, e sim iluminar algumas partes de uma imensa escuridão.

“(…) ao invés de caminhar com os olhos voltados para a Perdida Verdade que temos às nossas costas, escolhe-se caminhar olhando para frente, na escuridão de uma inextricável floresta, dentro da qual podemos esperar conseguir acender, uma de cada vez, algumas pequenas luzes.”

(Rossi, 2000, p. 141)

Realizando uma comparação entre a Idade Média, quando o destino da sociedade humana estava entregue a Deus e a seus representantes, e o século XIX, que outorgou este destino à história, tanto como progresso quanto como decadência, Herman (1999)

distingue o Iluminismo, ao considerar que a compreensão da sociedade deve ser remetida ao indivíduo. Foi o Iluminismo, portanto, que

“(...) fez a pergunta realmente revolucionária: e se a sociedade não for um organismo com um curso e uma existência predeterminados, mas constituída de organismos individuais, cada um com poder para mais ou menos traçar o próprio destino? Então o futuro da sociedade não é produto de alguma lei inevitável do progresso, ou da decrepitude; ele é o que os membros da sociedade decidem fazer dele.”

(Herman, 1999, p.469)

Os dois autores relativizam a crença no progresso, atribuindo, em contrapartida, ao ideário iluminista uma esperança demasiada. Rossi (2000), pela perspectiva do saber científico, defende sua difusão e divulgação, baseando-se na igualdade e na recusa da hierarquia. Herman (1999) adota a iniciativa individual como o ponto de partida fundamental para a realização de uma sociedade confiante na capacidade humana. Para ambos, não há como defender um progresso linear, mas predomina a crença que cada indivíduo ou parte pode iluminar o caminho à frente. Uma confiança crescente na capacidade humana de progredir, a partir do conhecimento científico, é determinada pela crença na capacidade racional do sujeito, que, aliada a um diálogo constante com a empiria, passa a definir este universo como composto por elementos físicos, observáveis e manipuláveis.

Duarte (2002b), retomando Koyré e sua obra *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito* (Koyré, 2001), enfatiza que neste título se encontra a síntese da transformação e do surgimento de um novo cosmo, o universalista. Inventando-se novas fronteiras, o universo extrapola os limites espaço-temporais existentes. Com o Iluminismo, no século XVIII, a crença de que o obscurecimento estaria sendo eliminado aumentou o otimismo quanto à marcha progressiva da humanidade. Há, concomitantemente, uma reação “sentimental”, o romantismo, que denuncia os “males da civilização”, dirigindo-se principalmente ao universalismo e seus corolários racionalistas e fisicalistas. A reação romântica, todavia,

consolida-se na dependência do universalismo. Ambos passaram a operar em uma tensa relação, com o romantismo encarnando “a dimensão hierárquica, holista, do pensamento humano” (p.6), opondo-se à ideologia do individualismo.

A proposta de Duarte (2002b) é a de verificar a complexidade desta “reação”, ressaltando alguns aspectos. O primeiro deles diz respeito à “totalidade”, que remete ao conceito de espírito (Geist), significando que a totalidade é algo mais que a soma de suas partes. As ideologias individualista e universalista destacam-se por sua ênfase na “parte”. Já no Romantismo, avulta-se a sua denúncia à perda “do sentido específico que a co-presença dos elementos” pode obter se inserida na totalidade (p.6). A crítica ao “isolamento dos elementos” contrapõe à fragmentação a noção de totalidade. Esta se encontra em muitos níveis, tais como: o da totalidade cultural, um dos focos da ideologia da nação moderna; o da conotação de unidade, ressaltando a idéia de unidade original; o da afirmação da categoria “vida”, que se opõe ao modelo mecanicista, postulando o conceito de organismo; o da categoria singularidade, que se exprime caracterizando todo ente por dois aspectos, ou seja, o da individualidade (“um entre muitos”) e o da singularidade (“unidade de totalidade em si”), produzindo uma “fórmula paradoxal do ‘todo na parte’” (p.8).

Outro aspecto, ressaltado pelo autor, é o da dimensão da “diferença”, enfatizando o “caráter não igualitário, hierárquico, propriamente distinto ou específico, dos entes entre si” (p.9). A noção de diferença opõe-se ao ideário individualista, contrapondo-se à noção de igualdade e de democracia e, em última instância, contrapondo-se ao universalismo. À diferença, soma-se uma noção que influenciou as Ciências Humanas, embora nem sempre reconhecida, que é a idéia de “intensidade”, “qualidade de si para si, incomparável com as que se expressam em outros tempos e espaços” (p.9), podendo ser associada à “singularidade”.

Da dimensão do “fluxo”, “qualidade permanentemente dinâmica e móvel de todos os fenômenos e entes” (p.9), destaca-se

uma outra oposição, que se contrapõe à noção de estabilidade do mundo, defendida pelo modelo universalista. Como uma característica íntima dos entes, o “fluxo” não pode ser medido externamente ou objetivamente. A vida romântica se caracteriza por um movimento contínuo, por um “fluxo progressivo”.

Ligada à noção de fluxo está a noção de pulsão, isto é, “uma qualidade especial, interna”, imprimindo ritmos e orientações específicas ao “horizonte de destino realizável” (p.11) de cada ente. A pulsão possui um caráter “expressivo”, sendo sua manifestação mais característica a da criação autêntica, a da expressão do mundo interior.

A ênfase na “experiência” é um outro aspecto do romantismo, que se consolida pela oposição ao racionalismo e ao empirismo. O conceito romântico de experiência caracteriza-se pelo sentimento ou afeto, pela intimidade e pela subjetividade, recusando

“(…) uma objetividade externa absoluta do processo de conhecimento ou da prática científica, em nome de uma consideração constante dos processos ‘subjetivos’ em jogo na relação com o mundo exterior.”

(Duarte, 2002b, p. 12)

Um último aspecto a ressaltar é um conceito que teve enorme importância para as Ciências Humanas, o da “compreensão”, sendo intimamente ligado à noção de experiência romântica. A compreensão, como um método de conhecimento, deve considerar “o entranhamento de todos os atos na dimensão vivencial, subjetiva” (p.12), opondo-se ao universalismo, que defende o método explicativo linear e objetivista.

A tensão entre universalismo e romantismo permanece. Até hoje, a crítica romântica se apresenta pelas formulações do pós-modernismo. Manifesta-se, assim, em nossas disciplinas a tensão “inarredável entre essas duas idéias-força de nossa cultura que as caracteriza desde sua instauração”. Persiste, portanto, uma crítica ao “universalismo em nome da singularidade, da intensidade e da experiência”, o que faz com que Duarte adote uma outra nomeação, a de “neo-romantismo”, para estas “novas manifestações” (p.21). A

partir desta nomeação, o autor destaca uma filiação histórica do pós-modernismo, que tem sido, freqüentemente, dissimulada.

Aderindo ao coro que invoca a filiação, compartilho da necessidade de se fazer uma história das Ciências Humanas, já que

“(…) nossa trajetória intelectual é ajudada por nossos pais e mestres, que, antes de construirmos novas estradas, de melhorar as antigas, utilizamos grande número de caminhos traçados pelas gerações que nos precederam; que certos caminhos, de tanto que foram negligenciados, se degradam e se cobrem de uma vegetação que nos faz perder-lhes o traçado, que às vezes ficamos felizes de reencontrar após vários séculos de abandono; que certos caminhos são tão escarpados que apenas alpinistas bem equipados e com longo treino se atrevem a aventurar-se por eles.”

(Perelman, 1997, p.341)

Compartilho, além disso, da idéia de que o saber possui caráter sócio-histórico: é progressivo, ao dar passos adiante, embora não signifique sempre um avanço positivo; ele é cumulativo, ao representar a herança transmitida por várias gerações, sendo sempre esta herança, negada ou não, trabalhada por seus herdeiros, fazendo com que este saber cumulativo não se esgote, não se torne dogma; o saber é igualmente regressivo, podendo reencontrar caminhos que foram deixados para trás e que, mesmo assim, possuem um forte valor para o presente. Nem sempre é possível reencontrar estes caminhos. Eles podem estar escondidos, submersos e, aproveitando a metáfora marítima retirada de Bacon (Rossi, 2000), podem ser comparados aos caminhos de civilizações que naufragaram sem espectador, mas que ainda devem estar lá para serem resgatados. Talvez saiam de seu denso mergulho após uma tempestade ou, pelo trabalho lento de sucessivas ondas, ressurgam de uma nova forma. Este naufrágio, não tendo sido assistido por ninguém, constitui-se, no entanto, como um imenso mar virtual de novidades e de surpresas inesperadas.

Utilizo, no parágrafo acima, variadas analogias espaciais que conduzem a uma compreensão do saber humano, incluindo o científico, como algo que não se reduz à formulação de idéias claras e distintas, nem à comprovação do experimento, nem ao meramente

previsível e nem ao que deve ser submetido à certeza do cálculo. Na tradição racionalista, ao contrário, se dois homens formulam um juízo diverso sobre o mesmo tema, um deles deve estar errado. O saber não pode ser, simultaneamente, progressivo e regressivo. Um equivoca-se, enquanto o outro só estará com a verdade, se ele for capaz de convencer seu opositor com idéias claras e distintas. Já para os empiristas, o que conta é a conformidade com os fatos. A força não está no argumento, ao qual o espírito deve ceder, mas na prova fornecida pelo fato empírico. Se ninguém viu, se não faz parte da experiência, da intuição sensível, logo, não se pode comprovar, não se torna uma evidência.

Há ainda uma tendência de identificar o conhecimento como científico somente quando ele atende a uma lógica, que, no século XX, foi limitada à lógica formal, desenvolvida pela matemática. Neste caso, o sentido do termo racional é estendido e passa a incluir, no decorrer do século XX, aquilo que é conforme ao método científico, reduzindo-o à lógica formal (Delacampagne, 1997; Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996). Tudo, que à lógica formal for alheio, passa a ser ilógico, ou não-racional. Concordar com estas suposições, aderindo a elas sem contestação, é supor que fora disso só há o irracional ou o não passível de ser conhecido.

“Em suma, não se pode observar uma onda sem levar em conta os aspectos complexos que concorrem para formá-la e aqueles também complexos a que essa dá ensejo. Tais aspectos variam continuamente, decorrendo daí que cada onda é diferente de outra onda; mas da mesma maneira é verdade que cada onda é igual a outra onda, mesmo quando não imediatamente contígua ou sucessiva; enfim, são formas e seqüências que se repetem, ainda que distribuídas de modo irregular no espaço e no tempo.

(Calvino, 1994, p.8)

Lembrar-me de Palomar, neste momento, é inevitável. Retorno a ele e me pergunto se o conhecimento da onda só é válido quando submetido ao cálculo. Como conhecer o que escapa, o que não pode ser compreendido somente pela medida matemática ou pela busca do universal, é um desafio que ainda se apresenta, principalmente a uma ciência que pretende elaborar um conhecimento sobre o

humano. Mantém-se, dessa maneira, uma busca inquieta de uma formulação que se aproxime de uma epistemologia mais atraente para as Ciências Humanas.

Para esta busca, Duarte contribui ao propor uma “desnaturalização” que coloque em discussão as condições epistemológicas das Ciências Humanas em nossa cultura (Duarte, 1999). Ele ressalta que não se trata, simplesmente, de uma proposta relativista, e sim de estabelecer a comparação e a contextualização como métodos. Diversos modos de fazer e de conceber, realizados em nossa própria história, são, assim, destacados em diferentes momentos.

“Essa consciência da historicidade, da contextualidade dos fatos humanos, se chocou sempre – e se choca ainda – com o pano de fundo universalista de nossos saberes, com o senso comum acadêmico, erudito, da ciência ocidental, que desde os seus primórdios procura se fundar, se estabelecer, sobre a idéia, a crença, a “ficção” de que nós nos aproximamos verdadeiramente do real ao “conhecer”, de que nós podemos produzir um saber verdadeiro sobre as diferentes qualidades e condições em que se organizam a matéria, a vida e a significação, de que todos os fenômenos podem ser efetivamente reduzidos a níveis mais profundos invisíveis e comuns de interpretação; isso tudo que nos conforta na impressão – pode-se dizer também que nos dá a ilusão – de que estamos tocando no real e, acima de tudo, intervindo propiciatoriamente sobre ele.”

(Duarte, 1999, p.55)

O realismo, como sentido básico de realidade, pertencente a todas as culturas humanas, é uma condição para o universalismo, que se opõe à perspectiva construtivista. O horizonte cosmológico, designado pela cultura, é vivido como natural e, devido ao seu caráter instituinte, encontra-se na base da crença que as pessoas têm na realidade. Há, além deste realismo, um outro que enfatiza a busca da verdade por trás das aparências: uma verdade produzida *a posteriori* e, ainda assim, considerada como natural. Uma convivência entre este último realismo, que pauta a atividade científica, e uma estratégia de desnaturalização estaria presente, atualmente, nas diferentes ciências, como na Física, mas seria mais pregnante nas Ciências Humanas. Esta convivência, afirma Duarte (1999), é mais presente na Antropologia do que na Psicologia, em

virtude da característica intervencionista desta última. Impregnada pela dimensão instrumental e tecnológica, dimensões decisivas para o ideário universalista, a Psicologia se vê obrigada a fornecer respostas e resultados que comprovem a eficácia de seu saber e de suas técnicas de intervenção. O autor sugere que é uma tarefa difícil para disciplinas científicas, como a Psicologia, manter, ao mesmo tempo, um projeto universalista e uma reflexão desnaturalizante.

Duarte (1999) retoma a oposição entre universalismo e romantismo: defronta-se, de um lado, o destaque da parte, característico do cânone científico, associado ao empirismo inglês; e, de outro, a “consciência ontológica do todo”, a “preeminência da configuração, da Gestalt”, advinda da tradição romântica alemã. O autor afirma, por conseguinte, uma tensão entre método e ficção, que se exprime pela presença destas ficções estruturantes da cultura ocidental. Relewa-se daí a necessidade de sempre se estar refletindo a respeito das escolhas que são feitas em cada disciplina. É preciso buscar um maior conhecimento a respeito destas escolhas que são estruturantes, dedicando-se a uma das maiores ficções, que é a busca da verdade. Uma outra opção seria cair no irracionalismo, ou seja, perder de vista “os horizontes estruturantes de nossa própria cultura”.

Penso que o autor não está sugerindo que as amarras culturais são indestrutíveis por serem estruturantes. Ao contrário, ele está indicando que a perda do contato com estas amarras instituintes pode gerar um processo de autodestruição ou, ao menos, devo acrescentar, pode ocorrer uma perda da potencialidade reflexiva, esta que torna viável a criatividade humana. Duarte (1999) propõe que se preserve a tensão entre a busca da verdade (universalismo) e a experiência romântica (dimensão vivencial), remetendo, simultaneamente, ao todo e à singularidade, enfim, que se cultive como método um “universalismo romântico”.

Ressaltei duas construções históricas da ciência: primeiro, a crença na racionalidade humana, isto é, na sua capacidade de lançar luz, fitando os olhos sempre à frente; segundo, a afirmação da

ciência como uma racionalidade lógica, predominantemente formal e/ou matemática. Nestas duas construções históricas, encontra-se uma idéia de razão. A primeira ressalta o aspecto individual, com a razão fornecendo aos homens a autonomia para pensarem por si mesmos e, assim, construírem a sociedade que desejam; a segunda remete a uma razão abstrata, uma razão que se faz método e medida para o conhecimento. Os autores utilizados apontam caminhos, nos quais a redução ofertada pelas alternativas excludentes, resumidas na oposição entre universalismo e romantismo, pode ser substituída. Esta substituição se dá por uma discussão histórica sobre a constituição das Ciências Humanas, fomentando a busca pela diferenciação das Ciências Naturais. Devo, no entanto, acrescentar um último exemplo de polaridade, ocorrida no século XX, que, sucedida no campo das discussões sobre o estatuto das Ciências Humanas, é notada nas distintas posições de Michel Foucault e Georges Gusdorf.

A “morte do homem”, anunciada em 1966 por Michel Foucault, desenvolveu uma “ontologia negativa” que apregoava a inutilidade do termo Ciências Humanas, porquanto elas jamais teriam alcançado uma ciência do todo, e sim uma representação causal, uma instrumentalização do humano tornado coisa. Estavam sendo denunciados, paralelamente, os perigos da superespecialização e da preeminência de sua eficácia, que encobre os seus próprios fins, isolando-se do mundo dos homens. Atento a estes perigos, Georges Gusdorf tornou-se o mais combativo contra a transformação das Ciências Humanas em uma ciência de coisas, denunciando o esquecimento de uma vocação metafísica. Esta define um domínio de saber, característico da dimensão moral, sendo fonte da constituição humana, vista como um todo.

São ressaltadas duas diferentes visões da história das Ciências Humanas, a partir destes dois autores. Para Foucault, prevalece a descontinuidade, a ruptura entre determinadas épocas históricas, sucessão de sistemas heterônomos. Para Gusdorf, prevalece a visão da história como continuidade, caracterizando uma ordem de

fenômenos que se ligam no tempo, formando um conjunto objetivo a ser compreendido como um todo, *a posteriori* (Blanckaert, 1999; Foucault, 1990; 1997; Gusdorf, 1960; 1974). Nem Foucault, nem Gusdorf devem ser retirados desta rica discussão, como se fosse o caso de se decidir entre uma vertente ou outra. Pelo contrário, eles são fonte de alerta para que as Ciências Humanas não desistam de formular questões que relacionam passado, presente e futuro.

Continuidade e descontinuidade são termos excessivos para pensarmos a história. Nem o homem, nem as Ciências Humanas têm começo nem fim determinados. Ilustrando este ponto de vista, Blanckaert (1999) afirma que não há, entre o século XVIII e o século XIX, nenhuma “revolução” científica ou “mutação” imprevisível que divida estes séculos, estabelecendo uma ruptura que marca o nascimento das Ciências Humanas. Elas não nascem no século XIX, mas se reorganizam notavelmente pela diferenciação horizontal de disciplinas modernas, que se aceleram com a divisão do trabalho intelectual e a profissionalização de novos domínios de competência. A periodização, conforme o autor, vale somente para pôr em relação certos períodos de tempo, a fim de que se ofereça algo para se pensar, o que os certificados de origem ou as fixações de datas não fazem.

Os seres humanos se interrogam sobre sua natureza e são atores de sua história, criando-se e transformando-se incessantemente, quando produzem um saber sobre eles mesmos. No caso de uma história das Ciências Humanas, adentra-se em um campo de experiência reflexiva sobre a condição dos homens e das mulheres e sobre o paradoxo, irreduzível, da comunhão de natureza entre o sujeito que conhece e o objeto que é conhecido. Para esta história, a motivação narrativa principal encontra-se na seleção de temas pertinentes, centrados sobre o sujeito humano. A unidade das Ciências Humanas depende da eleição de um certo olhar sobre o humano, já que não há entre estas Ciências nem uma língua comum, nem um formalismo teórico, nem um método único, nem um ponto de encontro que as associe epistemologicamente (Blanckaert, 1999).

Entre ontem e hoje, portanto, muitas relações podem ser feitas a partir das perguntas dirigidas a outros tempos e lugares. Ontem, Ciência do Homem caracterizada pela integração e pela unidade, almejando alcançar um saber enciclopédico; hoje, Ciências Humanas, multiplicação dos saberes, necessidade de diálogos e interseções, elevando, no entanto, o risco da fragmentação produzir um caráter desumanizador. Ontem e hoje se ligam. Por conseguinte, fazem eco nesta pesquisa as seguintes perguntas, convites à reflexão: como as diferentes disciplinas se constituíram ao ter como pano de fundo a premissa da unidade humana?; constituíram-se a partir da interação ou do predomínio de uma disciplina sobre a outra?; como cultivar um “universalismo romântico”?; pode-se cultivar a interação entre o todo e a parte, preservando a distinção entre as partes ao mesmo tempo que se remete ao todo? Com estas perguntas, inspiradas por Duarte (1999) e Vidal (1999), constrói-se uma história da Psicologia e da Terapia de Família. Entre unidade e fragmentação, tanto do homem quanto das teorias que interpretam o fenômeno humano, observar-se-á, no capítulo seguinte, um movimento de busca da integração, realizado atualmente. Antes, porém, contarei algumas histórias.

3.2.

Primeiros momentos, primeiros mitos: contando histórias da Psicologia e da Terapia de Família

Há uma data para a fundação da Psicologia Científica. Esta é uma notícia conhecida por quase todos. O ano é o de 1879 e o evento é a inauguração do laboratório de Psicologia experimental na Universidade de Leipzig. O homem por trás do evento é Wilhelm Wundt. Esta é uma prerrogativa muito especial para a Psicologia: ter uma imagem de si produzida a partir de sua fundação em uma data precisa. É uma raridade, informa Koch (1992), que outra disciplina ou outro campo de pesquisa costume ter um marcador tão claro e tão pontual quanto ao seu início. Não se encontra nenhuma celebração milenar sobre a fundação da Filosofia por Thales ou da

História por Heródoto. A pintura igualmente não é vista como tendo algum ateliê inaugural, nem mesmo uma caverna com pinturas rupestres.

Com esta fundação, Wundt efetuou uma transformação semântica, estabilizando o significado de uma palavra já utilizada anteriormente, imputando-lhe um novo e soberano significado em relação aos usos anteriores na história do pensamento. O significado central da Psicologia passava a ser dominado pelos adjetivos científico e experimental, criando uma imagem que sugere uma evolução, desde cientistas que manipulam cronoscópios, taquistocópios, etc., até a presente imagem, na qual os cientistas interrogam, com algoritmos, seus cintilantes computadores (Koch, 1992).

Não houve, porém, nenhuma cerimônia de inauguração, nenhuma fundação no sentido literal, nenhum discurso. Nem tampouco foi cortada nenhuma fita e nem se fixou nenhuma pedra fundamental. Wundt simplesmente passou a administrar, desde 1876, uma sala pequena da universidade para armazenar e desenvolver instrumentos. Durante o ano de 1879, data da sugerida fundação, dois de seus estudantes passaram a utilizar o espaço para pesquisa. Ao invés de fundação, encontra-se, então, uma longa e laboriosa gestação. É provável, sugere Koch (1992), que se Wundt tomasse conhecimento sobre a imagem criada a respeito da inauguração de seu laboratório, ele a teria julgado como grotesca e inaceitável.

Com o crescente interesse pela formulação da história da Psicologia, tornou-se reconhecida a orientação para uma Psicologia cultural (*Völkerpsychologie*) em Wundt. Hoje é assente que sua Psicologia foi distorcida, principalmente nos Estados Unidos, pelos seus discípulos, a exemplo de Titchener, trazendo implicações relativas à qualidade da concepção que temos da Psicologia. Além do aspecto cultural, o tema da introspecção controlada pode ser apontado como implicando múltiplas considerações. Uma delas é se a abordagem experimental, ao concentrar-se na observação de

eventos externos, evitando a subjetividade, permitiria ou não o acesso aos processos psicológicos, enquanto tal (Danziger, 1980; Wozniak, 1997).

A imaginada fundação da Psicologia científica serve ao esoterismo do especialista, marcando um ponto crítico para a sensibilidade mundial, que culmina com a divulgação do século XX como o século da Psicologia. Este modo de expressar a história confirma a tendência da sociedade ocidental se ver, desde o Iluminismo, seguindo o curso de um planejamento controlado e racional, coextensivo aos métodos e achados das Ciências Naturais. As pessoas que forjam a Psicologia, durante o século XIX, entretanto, são mais complexas do que os adjetivos científico e experimental podem evocar. O caso europeu pode ser ilustrado com Wundt, o dos Estados Unidos com William James. Pensar a partir da história, por conseguinte, está menos relacionado ao estabelecimento de um marco zero ou à busca de uma fundação, e mais relacionado à definição do que é um ser humano.

Ao ressaltar a complexidade do programa de Wundt, Leary (1979) define que a condição de fragmentação da Psicologia, passada ou atual, não constitui uma crise. No século XX, a suposição de que o Behaviorismo constituiria o verdadeiro programa da Psicologia, unificando o campo, foi abalada pela “revolução cognitivista”, demonstrando a fragilidade de se erigir uma teoria isolada como a real unidade da Psicologia, fundamentando a atividade prática dos psicólogos. Uma teoria após a outra pode ser apregoada como a derradeira e, imediatamente, ser substituída pela “mais verdadeira”, “mais científica” ou “mais completa”, caracterizando uma disputa que tem perseguido a Psicologia na busca de sua inserção no campo das Ciências Naturais. Wundt, ao contrário, por mais que tenha sido influenciado pelas Ciências Naturais para a conceituação da Psicologia, não pensou que ela deveria ser reduzida a uma atividade científica de laboratório, nem sugeriu que fosse somente uma seção das Ciências Naturais.

No século XIX, o programa de Wilhelm Wundt ilustra a complexa elaboração do projeto científico para a Psicologia (Duarte & Venâncio, 1995). Interessava-lhe desenvolver uma Psicologia científica “moral”, obtendo um aparelho regular e sistemático de investigação, a fim de lidar com a especificidade dos fenômenos morais ou psíquicos. Aproximava-se, dessa forma, do mesmo tipo de análise dos fenômenos físicos. Seu objetivo era estabelecer um paralelismo de princípios entre a vida psíquica intra-individual e a vida psicológica coletiva. Para Duarte & Venâncio, havia em Wundt um desafio ao dilema físico-moral, que se encontrava no paralelismo entre os fenômenos físicos e morais, relativo à experiência humana. A dimensão ‘natural’ era englobada pela dimensão moral, caracterizando a preeminência do psicológico, da interioridade da experiência. A complexidade de Wundt, portanto, apresenta-se no dinamismo da integração entre a aspiração universalista de um projeto científico, com ênfase no espaço exterior, e a visão romântica que resgata a dimensão do espaço interior (*Geist*; espírito).

A releitura de Wundt pode reintroduzir os psicólogos na complexidade dos processos psicológicos. Não exatamente para que se reproduza uma teoria do século XIX, mas para ajudar a refletir sobre a construção da Psicologia, pautada na diversidade de abordagens, em constante comunicação com as outras disciplinas das Ciências Humanas, considerando a relação entre a mente individual e a configuração de relações interpessoais, no interior de uma determinada sociedade (Danziger, 1979; 1983; Leary, 1979).

William James viveu intensamente um dilema da Psicologia, resumido, por Leary (1995a), da seguinte maneira: deve-se criar uma ciência do *self*, considerando-o objetivamente; ou para se criar uma ciência compatível com o *self*, deve-se considerar a experiência subjetiva. Para W. James, se a ciência for honesta e acuradamente auto-reflexiva, ela deve ser vista como uma ciência que depende da subjetividade humana; o *self* está no centro de seu interesse. Como consequência, a ciência assume uma qualidade “ego-centrada”, ou

seja, mesmo que seja constringida pelo rigor metodológico, a visão do cientista não é absoluta ou literalmente objetiva.

Com a ascensão do Behaviorismo, coextensivo ao reino do positivismo lógico, o *self* foi subjugado ao determinismo e ao materialismo, saindo de cena para que a Psicologia realizasse seus experimentos científicos. William James criticava a ciência por sua negação da subjetividade e podia, assim, ser acusado de superestimar o indivíduo, isolando-o do meio. Com W. James, no entanto, a história do dilema psicológico entre subjetividade e objetividade orienta uma outra percepção: qualquer separação analítica entre a ciência, o cientista e o seu meio é o resultado de uma artificialidade. É necessário ligar um ao outro e observar a suplementação entre as diferentes perspectivas geradas por cada parte.

Outra peculiaridade de William James, que o torna um dos personagens complexos do século XIX, é a sua sensibilidade para a arte, que é tangível na formulação de seu pensamento filosófico e psicológico. A centralidade do conceito de *self* conecta esta sensibilidade e demonstra a influência de autores românticos como Wordsworth e Goethe (Leary, 1992). James defendia que, para compreender o sistema filosófico de um autor, é preciso se colocar em seu lugar, ou seja, no centro da sua visão filosófica. Trata-se mais de qualificar uma visão como apaixonada do que uma questão de determinação lógica, que só é importante à medida que fornece, posteriormente, as razões de uma determinada visão.

Destacam-se duas características do que James compreende como o “entendimento humano”: a primeira afirma que todo conhecimento, incluindo a ciência, está fundamentalmente baseado na descoberta de analogias, na descoberta de uma comparação ou metáfora iluminadora e apropriada; a segunda característica postula que as analogias ou metáforas em qualquer campo de conhecimento, incluindo a ciência, tendem a fluir mais do que a se fixar. Leary (1992) nomeia esta perspectiva de James como a “arte do entendimento humano”, porquanto é a arte de alcançar similaridades

entre os fenômenos, forjando padrões perceptuais e categorias conceituais que são revelados do fluxo ou do caos da experiência. Percebe-se, assim, que James integra igualmente as aspirações universalistas e românticas.

Com estes dois personagens, Wundt e James, defendo que o acento deve ser posto sobre a posição dos psicólogos diante da formulação do que é o ser humano. A construção do saber psicológico é determinada por sua participação na construção do mundo humano, principalmente porque não foram poucos os psicólogos que procuraram, e procuram até hoje, responder às mais diversas questões que afetam o cotidiano de todos nós. Destaco dois momentos decisivos na história da Psicologia norte-americana, em sua afirmação científica: o da relação com a religião, que implicava um público mais extenso de interessados; e o da relação mantida com a Psicanálise, desencadeando uma discussão interna ao campo. Com estes dois momentos, posso ilustrar a trama da constituição da Psicologia, em um determinado contexto de interações.

A história da Psicologia, em sua vertente experimental, revela a sua ocupação precária na hierarquia das ciências. Seu objeto sempre foi suspeito de não ser passível de quantificação e, por conseqüência, de não ser mensurável. Suas teorias e métodos inspiram dúvidas por relações hesitantes com a metafísica. Coon (1992), contando a história sobre a batalha dos psicólogos americanos contra o espiritualismo, faz um relato sobre a pesquisa dos fenômenos psíquicos, entre os anos de 1880 e 1920. Esta batalha caracterizava uma tentativa de estabelecer e manter as fronteiras de uma nova disciplina. Alguns psicólogos desenvolveram um interesse legítimo pelo fenômeno espiritual. Dentre eles, o mais famoso era William James.

Embora a Psicologia almejasse se tornar científica, afastando-se da teologia e da metafísica, havia um interesse público crescente que demandava aos psicólogos a explicação do fenômeno espiritual, na época também chamado de psíquico, em oposição ao físico. Depois de 1900, apesar do tema ser recusado como pseudocientífico,

muitos psicólogos começaram a investigar médiuns e sensitivos. Não era mais possível ignorar o interesse do público, do qual, muitas vezes, vinha o financiamento para as pesquisas. Além disso, ignorar este interesse significava deixar pairar uma dúvida sobre a autoridade dos psicólogos como cientistas. Talvez eles não explicassem o fenômeno espiritual por não poderem fazê-lo.

Os casos mais famosos de estudos sobre médiuns tinham como objetivo final comprovar que eram uma fraude ou serviam para reinterpretar as habilidades dos médiuns, de acordo com explicações naturalistas. A maioria dos psicólogos desejava preservar a ciência, expondo e corrigindo a superstição e a credulidade ingênua. Em um período de decréscimo na crença em Deus, o naturalismo científico oferecia-se como substituto, provendo o universo de ordem e razão. O paralelismo psicofísico é a vertente mais profícua, apesar de a relação causal entre o físico e o psíquico não ser facilmente estabelecida. De outro lado, espiritualistas e pesquisadores do psíquico demandavam a consideração de uma ordem diversa para os fatos, isto é, forças não-físicas, mentais e espirituais podiam causar eventos mentais e físicos. Para muitos psicólogos, esta possibilidade representava a inserção do milagre como fato a ser validado, o que seria o mesmo que trazer o fantasma da religião de volta, criando obstáculos à explicação naturalista.

No período de 1880 a 1920, os psicólogos, afirma Coon (1992), permaneceram estacionados na periferia da ciência. Por conseqüência, eles foram sempre os mais ameaçados pelas mudanças de fronteiras e os mais suscetíveis às ansiedades culturais a respeito do que significava ser cientista. Os psicólogos aprenderam, em sua batalha contra o espiritualismo, a adotar a missão de sobreviver e defender os limites da ciência por ela mesma, caracterizando o fechamento em especialidades. Nos Estados Unidos, a relação da Psicologia com a Psicanálise é ilustrativa deste fechamento e das discussões internas ao campo.

A Psicanálise teve uma recepção inicial positiva, mas foi, aos poucos, rejeitada e avaliada como não científica por defender uma

subjetividade radical. É Hornstein (1992) quem conta esta história. O ano de 1890 foi considerado o início da Psicologia científica nos Estados Unidos. Os psicanalistas entraram em cena e conquistaram a imaginação pública declarando-se cientistas da mente. Não havia como ignorá-los. A partir de 1917, uma crítica extensiva à Psicanálise passou a ser publicada, expressando-se, principalmente, em relação à exigência de análise pessoal. A questão central em jogo era a presença da subjetividade em um campo que se dizia científico e conquistava cada vez mais adeptos. Ao contrário, para o psicólogo experimental, ser científico significava criar distância entre o cientista e as coisas a serem estudadas; criar um espaço no qual as fronteiras fossem controladas, não permitindo que desejos, sentimentos ou necessidades se infiltrassem no trabalho. Uma ciência subjetiva baseada na experiência pessoal mais do que no método rigoroso e, sobretudo, na sugestão de que o inconsciente era uma parte tão poderosa da mente, cuja força deveria ser experimentada diretamente pelo cientista, tornou-se inquietante para os psicólogos experimentais.

A partir dos anos 20 (século XX), estes psicólogos decidiram que o melhor caminho para defender a ciência era simplesmente realizá-la em seus próprios moldes. Trataram de esquecer a Psicanálise e começaram a escrever uma literatura entusiástica a respeito dos experimentos em Psicologia. O debate mudava o seu centro para a disputa entre o Behaviorismo e a Psicologia da Gestalt. Até que um dia, no outono de 1934, surgiu um rumor de que Edwin Garrigues Boring, o reconhecido dignitário da Psicologia experimental, teria ingressado em um tratamento analítico. Com o intuito de preservar sua reputação, Boring contou aos colegas que estava estudando a relação entre os dois campos. Na realidade, ele estava deprimido e incapacitado para o trabalho.

A estranha saga da experiência de análise de Boring trouxe novamente à baila a ambivalência a respeito da Psicanálise. Mesmo sendo um analisando aplicado, comparecendo a todas as sessões, transferindo e investindo suas esperanças de melhora na análise,

Boring não mencionou a Psicanálise em suas publicações. Em 1940, porém, ele propôs que psicólogos conhecidos relatassem sua experiência de análise em um periódico, convidando inclusive o seu analista. Ao mesmo tempo, os psicólogos resolveram que iriam determinar a validade de cada conceito da Psicanálise com experimentos controlados. Watson, nesta empreitada, limitou-se a redefinir conceitos psicanalíticos em seus próprios termos, ou seja, nos termos behavioristas; perspectiva igualmente adotada pelos neurocientistas hoje (Soussumi, 2000). Skinner apropriou-se de Freud, redefinindo cada mecanismo de defesa em termos de condicionamento operante. Mas o problema não foi solucionado porque Freud continuava lá, adaptado. Alguns livros básicos ou de introdução à Psicologia assimilaram conceitos psicanalíticos sem mencionarem sua origem.

Em 1954, a APA (American Psychological Association) realizou uma pesquisa, na qual perguntava aos seus associados sobre o que teria determinado a entrada deles no campo. Freud teve o maior número de menções. Naquele momento, a maioria dos psicólogos desenvolvia atividade clínica. O número de psicólogos experimentais havia diminuído consideravelmente. Os psicólogos foram seduzidos pela Psicanálise. Enquanto esta ia-se tornando menos ameaçadora, os psicólogos puderam assumir alguns pressupostos básicos, compartilhados entre as duas referências. Estes pressupostos versavam sobre o determinismo psíquico, sobre a crença na experiência primordial da infância e sobre a visão otimista quanto à possibilidade de transformação humana (Hornstein, 1992).

Ao mencionar o mito da fundação, distinguir dois personagens e destacar dois momentos históricos da Psicologia, minha principal intenção é a de ressaltar dois aspectos relacionados: a negação da subjetividade e o desenvolvimento de um projeto científico para a Psicologia, que busca sua inserção, submetendo-se às Ciências Naturais. Na história da Terapia de Família, há igualmente um mito da fundação, menos preciso, mas com uma força que determina a

compreensão do que seja esta prática terapêutica. Há, ainda, uma preocupação em desenvolver um projeto que seja científico, mais uma vez negando a viabilidade de uma abordagem da subjetividade. Se, no entanto, aumenta-se a abrangência, incluir-se-iam outras histórias e personagens que demonstram a complexidade de um campo, como o da Terapia de Família. De qualquer modo, a nomeação da Terapia de Família como sistêmica, tal como a qualificação de científica para a Psicologia, no século XIX, faz com que a história seja marcada por uma forte dissensão da Terapia de Família com os saberes psicológicos que lhe são anteriores. Do consenso, entre a Psicologia e a Psicanálise, quanto aos pressupostos básicos, pode-se dizer que o campo semântico da palavra “sistêmica” só permite que a Terapia de Família adira ao último pressuposto: o otimismo a respeito da possibilidade de mudança. O determinismo psíquico e a crença na experiência primordial da infância não entram no campo da Terapia de Família com a mesma força que adquiriram na Psicologia e na Psicanálise, no período dos anos 60, do século XX, para o qual Horstein (1992) chama atenção. Evidentemente, isto pode ser relativizado se, ao invés de focalizar o movimento sistêmico, esta história for contada pela influência que a Psicanálise exerceu, tanto no aspecto do determinismo psíquico, quanto no aspecto da infância como um período primordial. Poderiam ser citados Ackerman (1986) e Bowen (1998), só para começar.

Quando se principia a fazer história da Terapia de Família, a partir dos anos de 1980, outros personagens e outros temas podem ser redescobertos (Elkaïm, 1998; Hoffman, 1994; 2002; Nichols & Schwartz, 1998). Houve, entretanto, uma sombra, anteriormente jogada sobre eles, por uma imensa luz que se lançava, até os anos de 1970, sobre as escolas que tinham na teoria sistêmica sua fonte primordial para o exercício da prática clínica. Exatamente, por isso, a história da Terapia de Família pode ser comparada à história da Psicologia, com a qualificação sistêmica ocupando lugar semelhante ao da qualificação científica, em dois aspectos principais: negação

da subjetividade e inserção no campo das Ciências Naturais. Neste último caso, a Terapia de Família se aproxima, inicialmente, da Física, com forte vinculação à lógica formal, oriunda do Positivismo Lógico e, posteriormente, recebe influência da Biologia.

O início da Terapia de Família, nos anos de 1950, nos Estados Unidos, se caracterizou por dois pressupostos quanto à sua construção teórica e à sua prática clínica: a interdisciplinaridade e a recusa da formulação de um saber sobre a mente. A interdisciplinaridade deve ser questionada, por haver um escalonamento quanto às teorias que devem ser relacionadas, excluindo ou, ao menos, diminuindo a participação da Psicologia e da Psicanálise, que, na maioria das vezes, eram mencionadas para serem criticadas. Esta construção teórica é fruto do contexto americano, no qual começa a se formar uma compreensão do homem, influenciada pela Cibernética¹. O objetivo da Cibernética era edificar uma ciência da mente, conduzindo a “aventura científica” ao seu máximo esplendor. Sem que fosse necessário o acesso ao mundo interior, construir-se-ia uma “ciência da mente sem a mente”, postulando a máquina cibernética como parâmetro de compreensão do mundo humano (Dupuy, 1996).

As Conferências Macy, ocorridas nos Estados Unidos, entre os anos de 1940 e 1950, influenciaram a origem tanto das Ciências Cognitivas quanto da Terapia de Família (Dupuy, 1996). Elas têm servido como um dos mitos da fundação de uma nova abordagem teórica, uma nova visão, reunindo diversos especialistas em torno do tema cibernético. Freqüentador assíduo destas conferências, Gregory Bateson, um dos principais mentores da Terapia de Família Sistêmica, contribuiu, sobretudo, com a abertura de um campo de pesquisa e de uma sistematização teórica, incitando o surgimento da primeira escola de Terapia de Família, a escola estratégica, localizada no Mental Research Institute (MRI), em Palo Alto

¹ O contexto da influência da Teoria Geral dos Sistemas, da Teoria da Informação, etc. foi desenvolvido em Ponciano (1999).

(Witzezaele & Garcia, 1994). Esta escola se construiu como um outro mito fundador, sendo ligada diretamente à invenção de uma nova prática terapêutica, que revolucionou a capacidade do terapeuta intervir e produzir mudança, aumentando exponencialmente a efetividade da terapia. Muitos se formaram nesta escola, considerada a “Meca” da Terapia de Família (Nichols & Schwartz, 1998). Espalhando-se pelo mundo, atraía para ela personagens significativos, dentre eles Paul Watzlawick, Carlos Sluzki e Heinz von Foerster.

Fruto desta conjunção entre pesquisa e sistematização teórica, o grupo do MRI iniciou sua prática terapêutica no final dos anos 50, criando conceitos e técnicas interventivas que se harmonizavam a uma concepção, ao mesmo tempo, não-subjetiva e relacional. A vida interior, a mente, deixava de ser uma realidade para estes primeiros terapeutas de família. A linguagem surgia como alternativa derivada da lógica formal, supondo estruturas formais, com as quais pode-se examinar a realidade sem considerar a subjetividade ou a consciência individual. Neste sentido, a linguagem matemática é a mais privilegiada, por ser vazia de conteúdo, aplicando-se às mais variadas estruturas (Delacampagne, 1997; Marcondes, 1996; 1997; Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993).

A ênfase, ao invés de se situar na intervenção terapêutica individual, se desloca para a relação, isto é, desloca-se da consciência individual para a comunicação entre as pessoas. Buscou-se encontrar um padrão comunicacional, que determinava as relações familiares e identificava a interação entre os membros da família como saudável ou não. Neste momento, era tão importante observar a família quanto agir sobre ela, constituindo dois passos interligados: ver o comportamento como comunicação entre pessoas e intervir no comportamento para transformar o padrão interacional.

Conceituar a noção de relação, contrapondo-se à noção de intrapsíquico, era justificada por não haver nenhuma teoria psicológica que pudesse fundamentar uma terapia baseada na relação. Sobretudo, acreditava-se que uma visão intrapsíquica

constituía-se como obstáculo à visão relacional. Buscou-se, então, a construção de um modelo terapêutico, baseado em múltiplas teorias, tais como a Teoria Geral dos Sistemas, a Cibernética, a Teoria da Informação e a da Comunicação, etc., compondo a nomeação genérica de Terapia Sistêmica.

Um sistema é definido por um complexo de elementos em interação (Bertalanffy, 1976; 1979; Morin, 1997). O conceito de sistema sugere o padrão interacional como mais fundamental que as partes que o compõem. Uma concepção de “totalidade” é definida como uma questão de organização, que identifica a participação de cada parte no todo que a determina.

Segundo a Cibernética, o sistema é uma caixa escura, só podendo ser acessada pela entrada (*input*) e saída (*output*) de informação. Como não importa o conteúdo, este conceito pode ser aplicado a vários tipos de sistemas. Sua aplicação está sempre ligada a uma idéia de comando, determinado pelo programa inserido na máquina (Wiener, 1993). É, portanto, uma teoria que trata do modo de funcionar e de se comportar das máquinas como um todo, não considerando os seus elementos constituintes. O importante é determinar como os elementos se organizam para atingir a meta dada pelo programa. Preocupa-se exclusivamente com o funcionamento e o comportamento, tratando da organização da ação, maximizando a eficiência, que é avaliada pela ação racional guiada e controlada em todas as etapas.

Os elementos sofrem uma coerção do sistema, exercida pelas regras do programa, que conecta cada elemento entre si e ao todo. Na ausência de coerção, não há sistema, mas sim relações aleatórias ou desorganizadas. Com um alto grau de coerção, as partes interagem de modo totalmente previsível. Numa faixa intermediária de coerção, pode haver interferências aleatórias. Neste caso, os sistemas devem ser regulados, corrigindo os desvios para que exiba uma ação voltada para a meta ou para o comportamento que foi previsto. A auto-regulação é a principal característica das máquinas cibernéticas, o que permite a sobrevivência do sistema. Os sistemas

intermediários, portanto, são os que admitem uma correção do programa ou a sua transformação. São sistemas que toleram a intervenção.

O grupo do MRI (Watzlawick; Beavin; Jackson, 1993) questionava as pesquisas realizadas em disciplinas como a Psicologia e a Psiquiatria, por serem “auto-reflexivas”, instaurando uma confusão entre sujeito e objeto, o que leva a uma inevitável autovalidação. Faz-se necessário, mais uma vez na história, separar o cientista de seu objeto de estudo. Além disso, para estes autores, era impossível observar a mente funcionando. Adotaram, por conseqüência, o conceito de caixa escura. A idéia de entrada e saída de informação era o que permitia a observação de um sistema em funcionamento, viabilizando a intervenção terapêutica baseada no comportamento que comunica. De uma só vez, eliminavam a idéia de mente, as emoções, a singularidade e as histórias da família, já que o importante era a avaliação do funcionamento do sistema, no presente. Admitiam que as relações entre entrada e saída na caixa escura poderiam permitir inferências sobre o que se passava no “interior” da caixa, não eliminando completamente a idéia de mente. Este conhecimento, entretanto, não era essencial para o estudo e para a intervenção no sistema. Deixavam-se de lado as hipóteses intrapsíquicas, empenhando-se somente na determinação das relações observáveis, ou seja, buscava-se a lógica do padrão comunicacional. Por conseguinte, ao invés de se pensar em termos de expressão de um sujeito, de seu mundo interior, passa-se a pensar na determinação que o sistema acarreta na vida de cada membro da família. A visibilidade do sistema, a partir do padrão interacional, corolário da objetividade do programa na máquina cibernética, se opunha à invisibilidade das partes, da mente, com a conseqüente diminuição de sua importância.

O modelo intrapsíquico postulava uma mente não observável objetivamente. Desse modo, devia ser substituído pelo modelo da comunicação que, em última instância, tinha a linguagem como um conceito lógico-matemático, tornando exequível o conhecimento

determinado objetivamente. A medida e o controle eram a tônica desta linguagem, vazia de conteúdo, mas que oferecia ao terapeuta a visibilidade de um padrão, uma estrutura em funcionamento. Não é necessário dizer que, na prática, a teoria não era tão exata quanto prometia, mas ofereceu esperanças aos terapeutas de estarem realizando algo cientificamente embasado. A crítica ao modelo intrapsíquico ressaltava esta busca de um projeto científico, eliminando a subjetividade.

Diferentemente da Psicologia experimental, que se baseava no modelo empírico de ciência, a Terapia de Família, encontrava sua base em um referencial abstrato e distanciado da idéia de experimento reproduzível em laboratório. Não tinha como objetivo a descoberta de uma lei que regesse cada fenômeno da vida familiar, a fim de que fossem determinados causas e efeitos, autorizando, posteriormente, a repetição da experiência. Ao contrário, para cada máquina-família havia um programa, a ser observado, com regras claras, determinando a organização e a participação dos elementos no interior do sistema. Na lógica da terapia sistêmica, procurava-se um padrão a ser observado e dissolvido, inserindo-se outro programa mais eficaz, para que assim se resolvessem os problemas que levavam as pessoas à terapia. Mudar o padrão de interação tornava-se a proposta mais eficaz, para a transformação, inicialmente, do sistema e, posteriormente, das partes que o compunham. Se assim não fosse, não haveria mudança. Da mesma forma, um programa ou um padrão de funcionamento não é uma experiência, no sentido de ser a expressão de uma mente. Ele é uma operação. Não há conteúdo a ser expresso, anulando-se a dimensão vivencial da subjetividade. Cada parte deve seguir as regras do programa. Cada parte deve exercer a função que lhe cabe. Em um sentido forte, não experimenta, executa.

A história começa a mudar a partir dos anos 80. Em 1981, Paul Dell pronunciou, na Alemanha, uma conferência em que defendia para as Ciências Sociais uma fundação biológica, trazendo especificamente ao campo da Terapia de Família, o biólogo chileno

Humberto Maturana. O conteúdo desta conferência foi publicado, inicialmente, em alemão no ano de 1984, na revista *Zeitschrift fuer systemische Therapie*; em inglês, no ano de 1985, em um periódico americano *Journal of Marital and Family Therapy*; e, em italiano, em 1986, na revista *Terapia familiare*. Sem a pretensão de instaurar um marco fixo para uma idéia, este pronunciamento de Paul Dell pode ajudar a entender qual foi a motivação original que, se espalhando pelo campo, constituiu uma nova orientação teórica para a Terapia de Família.

A princípio, resgatando Bateson e sua noção de epistemologia, Dell (1986) reafirma uma característica fundamental de todo ser vivente que é sua capacidade de conhecer, pensar e decidir. Estas atividades são uma pequena parte de um conhecer integrado que une toda a biosfera, na qual toda criatura é intrinsecamente epistemológica (Bateson, 1986). Para Dell, apesar da importância da formulação de Bateson, o seu argumento é tautológico e místico, não formulando uma ontologia que responda quanto às características do ser vivo. Maturana é sugerido como aquele que fornece as respostas que faltaram a Bateson, afirmando a cognição como um conceito biológico, que só pode ser conhecido como tal. Conhecer e viver são equivalentes, definindo o ser vivo. Além disso, com Maturana, o dualismo presente na idéia cibernética de troca de informação é desconstruído, sendo substituído por um monismo materialista. O fechamento do ser vivo, clausura operacional, não permite pensar em termos de troca de informações com o meio.

Esta aproximação com o Construtivismo, via Maturana, reaproxima a Terapia da Família da Psicologia, inserida no que se chama de Ciências Cognitivas, pautando-se, em última instância, na Biologia. Se, inicialmente a Terapia de Família sofre uma maior influência da visão mecanicista, oriunda da Física, rejeitando a dimensão psicológica, hoje é a Biologia, com sua visão do ser vivo como auto-organizado, que permite à Terapia de Família o retorno à dimensão individual. Não se trata, necessariamente, de um retorno

ao mundo interno e seus significados, ou do reconhecimento da expressão de uma singularidade, embora possa ser aproximado.

As conclusões a que chegam estas leituras materialistas, ao se estudar a cognição, são, a princípio, animadoras. Destaca-se a comprovação científica da Biologia de que todo ser vivo é único, é produto de sua autocriação. Escapa-se de uma visão puramente mecanicista, em que o ser vivo é uma mera repetição de um padrão de funcionamento, organizado por um programa, tal qual se dá com uma máquina cibernética. Em relação ao ser vivo, o programa não pode ser introduzido de fora (Dupuy, 1996; Edelman, 1989; Maturana, 1997; Maturana & Varela, 1995; 1997; Russo & Ponciano, 2002; Varela et alli, 2003). Não obstante, a perspectiva biológica continua sendo científica com pretensões de neutralidade, eliminando a influência dos valores humanos socioculturais e históricos.

A Biologia de Maturana fornece, ressalta Dell (1986), uma base para as Ciências Sociais, trazendo soluções para o problema do observador e para a questão do status epistemológico da objetividade, além de eliminar a separação entre Ciências Humanas e Ciências da Natureza. A motivação de Paul Dell, para buscar respostas em Maturana, estava baseada na sua “necessidade desesperada” de prover um fundamento sólido às Ciências Humanas, reportando a existência do homem a uma inserção biológica radical.

As respostas de Maturana começam pela definição do ser vivo, cuja principal característica é a de ser determinado por sua estrutura. Deste ponto de partida, Maturana & Varela (1995; 1997) começam a formular uma “filosofia do conhecimento”, derivada da Biologia do Conhecer. Substitui-se o mecanicismo determinista de Newton, por um mecanicismo que supõe haver uma forma de funcionamento regular, não sendo determinado por qualquer outra coisa, a não ser a própria estrutura de cada ser vivo. O determinismo estrutural é uma relativização da determinação causal, já que tudo depende de uma particularidade individual. Cada ser

vivo constrói o seu próprio mundo, que é necessariamente perfeito ao funcionar de acordo com sua própria estrutura (*autopoiesis*).

A interação do ser vivo com o meio, e com outros seres vivos, possui somente valor semântico de descrição, porquanto não define realmente o seu funcionamento. Não tem valor explicativo, já que não se refere a nenhum fator efetivamente operante no sistema. Neste sentido, a objetividade deve ser posta entre parênteses, não se vinculando mais a uma potencialidade explicativa, diretamente observável, advinda de fora pela descrição do observador. A explicação remete a um funcionamento estrutural (“interno”) e não à observação objetiva.

Diretamente relacionado ao determinismo estrutural, encontra-se o acoplamento estrutural. Este é estabelecido por uma história de interações contínuas, sem troca de instruções, direcionando a congruência entre dois ou mais sistemas. Cada ser vivo, como uma unidade autopoietica, em contato com outra(s) unidade(s) autopoietica(s), provoca perturbações que podem modificar a estrutura de ambos, originando um sistema interativo coeso. Em um processo natural, sem finalidade, sem esforço ou propósito, chamado de deriva ou co-deriva estrutural, seres vivos e suas circunstâncias mudam juntos. Não há, neste contato interativo, nenhum tipo de instrução causal. O ser vivo é, portanto, entendido como um sistema estruturalmente plástico, que deve ser distinguido como uma unidade independente da circunstância ou do meio em que vive, os quais podem ser vistos e descritos por um observador.

A observação e a descrição de um fenômeno por um observador ocorre em um domínio diferenciado do próprio fenômeno, não havendo interseção entre eles. O poder de persuasão da ciência e de seus argumentos não se encontra na objetividade ou na universalidade de um fato; encontra-se em sua capacidade de expansão da experiência humana. Maturana descarta, porém, a interpretação de que sua proposta esteja fundamentada na subjetividade do observador, já que cada observador está imerso e deve buscar o consenso de uma comunidade de observadores. Para

ele, elaborar uma teoria científica é libertar-se de todo dogmatismo, diferenciando-se das teorias filosóficas que pretendem salvar conceitos, conservar princípios e valores. A ciência acomoda-se a fenômenos para explicá-los, não para salvar conceitos ou valores. Apesar de tecer considerações filosóficas, Maturana considera que sua proposição é a de uma teoria científica, a *Biologia do Conhecer* (Graciano, 1997).

Outra vertente atual, a do Construcionismo Social, movimento oriundo da Psicologia Social, sugere uma forma, completamente diferenciada, de conexão com a Psicologia. Em comum com o Construtivismo, tem a crença de que toda realidade é construída. Diferem radicalmente entre si quanto ao que determina a construção da realidade. O Construcionismo Social tem como fonte de inspiração o livro de Berger & Luckmann (1985), editado pela primeira vez, em inglês, em 1966. Neste livro, pode-se encontrar a radical fundamentação no social, tanto do conhecimento quanto da natureza humana.

“(…) não existe natureza humana no sentido de um substrato biologicamente fixo, que determine a variabilidade das formações sócio-culturais. Há somente a natureza humana, no sentido de constantes antropológicas. (...) Mas a forma específica em que esta humanização se molda é determinada por essas formações sócio-culturais, sendo relativa às suas numerosas variações. Embora seja possível dizer que o homem tem uma natureza, é mais significativo dizer que o homem constrói sua própria natureza, ou, mais simplesmente que o homem se produz a si mesmo.”

(Berger & Luckmann, 1985, p.72)

Kenneth Gergen, em 1985, quatro anos depois da conferência de Paul Dell na Alemanha e no mesmo ano da publicação do texto em inglês, lança um artigo no *American Psychologist*, periódico da APA. Neste artigo, Gergen defende uma nova referência para a Psicologia: o Construcionismo Social. Este é localizado no interior do debate questionador das escolas de pensamento empirista e racionalista. Movendo-se para além do dualismo a que estão comprometidas estas tradições, o Construcionismo propõe uma visão do conhecimento como um processo de intercâmbio social.

Este autor exerce uma forte influência sobre o campo da Terapia de Família, tendo em Anderson & Goolishian (1988, 1998) os principais defensores desta vertente, definindo os sistemas humanos como sistemas sociais e lingüísticos. Com esta visão, eles reorientam a prática clínica, criticando a tradição Cibernética e o Construtivismo.

Gergen (1985) apresenta algumas premissas de sua abordagem, começando pela suspensão da crença nas categorias, garantidas pela observação, desafiando as bases objetivas do conhecimento convencional. Criticando as ciências empíricas, afirma que a explicação não é automaticamente conduzida pelas forças da natureza, mas é o resultado de um empreendimento ativo, cooperativo, realizado por pessoas em relação. A investigação construcionista é atraída às bases históricas e culturais das várias formas de construção do mundo. Por isso, a prevalência de uma forma de entendimento, que se sustenta através do tempo, não depende de sua validade empírica, mas das vicissitudes dos processos sociais, através da comunicação e da negociação em situações conflituosas ou consensuais, em que a retórica pode ser utilizada.

Nas Ciências Naturais, o que se passa por evidência ou fato depende de um conjunto sutil e, ao mesmo tempo, poderoso de microprocessos sociais. Um construcionista acredita que perspectivas teóricas, sobre o comportamento humano, podem ser abandonadas, à medida que sua inteligibilidade seja questionada no interior da comunidade de interlocutores imediatamente interessados. Dessa forma, salta-se de uma epistemologia experimental para uma social.

Gergen (1985) ressalta que a “antinomia exógeno-endógeno” tem desempenhado importante papel na história das teorias psicológicas. Menciona o romantismo como uma tentativa falha de unir as duas perspectivas. Quanto aos Estados Unidos, afirma que a Psicologia, guiada tanto pela filosofia pragmática como pela positivista, adquiriu um forte caráter exógeno. A Psicologia

científica e experimental tem como base a filosofia empirista ou exógena, comprometida com a tarefa de gerar um conhecimento objetivo do mundo. A partir dos anos 60, porém, testemunha-se uma importante reversão de ênfase: a perspectiva endógena ganha muita força com a Psicologia Cognitiva. Apesar disso, a “antinomia exógeno-endógeno” permanece na Psicologia. A perspectiva exógena não foi superada como base e fundamento para a ciência, porque ao buscar uma verdade objetiva, independentemente da avaliação subjetiva, o pesquisador cognitivista denigre a importância dos processos que tenta elucidar. A base exógena da atividade científica anula a validade das teorias endógenas, submetendo-as e avaliando-as. A história, assim, vai sendo contada por um movimento pendular. Gergen sugere ser necessário abandonar este movimento, para que se transcenda o dualismo tradicional sujeito-objeto e todos os problemas que lhe são inerentes. Isto permitirá o desenvolvimento de uma nova estrutura de análise baseada numa teoria alternativa, não-empirista, do funcionamento e dos potenciais da ciência. Inicialmente, deve-se questionar o conceito de conhecimento como representação mental. O conhecimento não é mais algo que as pessoas possuem “dentro da cabeça”, mas sim o que elas fazem juntas, valorizando-se, sobretudo, a relação.

Gergen (2001) sugere para a Psicologia uma mudança de postura. Deve sair de uma posição defensiva, a fim de participar mais produtivamente dos diálogos pós-modernos. Três aspectos da Psicologia moderna são questionados. Primeiro, o conhecimento, como produto de um indivíduo, deve ser substituído pelo conhecimento compartilhado pela comunidade, partindo da razão individual para a retórica comunitária. O exercício da racionalidade é um exercício de linguagem, que obtém sentido por sua participação na comunidade. Por consequência, descrições e explicações são constituídas retoricamente. Segundo, a objetividade do mundo é substituída pela construção do mundo. Falar em termos de mundo natural ou de relações causais não é descrever

apuradamente o que é, mas participar de um gênero textual. Terceiro, a linguagem não é o caminho para o alcance da verdade. A objetividade e a verdade estão condicionadas ao jogo das regras, dadas pelas práticas de uma determinada tradição social. Fazer ciência, portanto, é participar ativamente das práticas e convenções interpretativas de cada cultura. Perspectivas teóricas constituem recursos discursivos que, ao serem expandidos, ganham em potencialidade para a criação e para o agir efetivo. Não se descreve a realidade; criam-se inteligibilidades que forjam um novo mundo. A teoria é vista como uma forma de prática, é um convite a agir de uma determinada forma em detrimento de outra. Desse modo, é preciso levar as teorias psicológicas a um encontro mais positivo com a diversidade cultural.

O construcionismo atesta que o *locus* da racionalidade científica não está nas mentes de pessoas isoladas, mas no interior do conjunto social. O racional é o resultado da inteligibilidade negociada. Sem observar estas sugestões, Gergen afirma que a Psicologia será excluída dos debates que vêm ocorrendo há mais de vinte anos. Para participar efetivamente, a Psicologia deve abandonar um “colonialismo universalista” e inserir-se em uma conversação global, entre iguais, com outras culturas e outras disciplinas das Ciências Humanas. Se esse diálogo ocorrer, Gergen acredita que haverá o desenvolvimento de novas teorias, de uma nova concepção de ciência e de uma renovação geral dos recursos intelectuais.

Em vez de buscar o parentesco com as Ciências Naturais e a Psicologia experimental, é almejada a afinidade com uma gama de disciplinas denominadas interpretativas, disciplinas absorvidas principalmente com os sistemas de significados humanos. O que se toma como processo psicológico, em última instância, passa a ser derivado de trocas sociais. O *locus* explicativo da ação humana muda da região interior da mente para os processos de interação social. Segundo Gergen (1985), poucos estão preparados para um deslocamento conceitual “tão violento”. Os horizontes são

emocionantes somente para os inovadores, aventureiros e flexíveis. Para muitos, será difícil abandonar o uso de mecanismos, estruturas e processos psicológicos como importantes veículos explicativos.

Lançando dúvidas a respeito da objetividade, o Construcionismo não oferece nenhum critério alternativo para o alcance da verdade. As descrições de construções sociais não podem ser garantidas empiricamente, mas podem gerar a emancipação das demandas da convenção. Da mesma forma, o Construcionismo Social não defende a busca da verdade pelo uso do método adequado. Isso não implica que descarte os métodos investigativos. Virtualmente, qualquer metodologia pode ser empregada, desde que possibilite desenvolver um argumento mais convincente.

A orientação construcionista tem sido criticada por encetar um relativismo desenfreado. Gergen defende-se desta crítica, afirmando a mística que cobre os cientistas, vendo-os como quem tem um acesso privilegiado à verdade. O construcionismo é relativista por não oferecer regras fundamentais de garantia. Não quer dizer que vale tudo, já que a atividade científica é sempre governada por regras normativas, determinadas pela comunidade. Estas regras são situadas histórica e culturalmente, tornando-se sujeitas à crítica e à transformação. A tradição empirista busca a neutralidade. O Construcionismo reafirma a relevância dos critérios morais para a prática científica. O psicólogo deve confrontar as implicações pragmáticas de suas conclusões para a sociedade em geral, abrindo mão do que não for útil ou bom para uma determinada comunidade.

O Construcionismo Social suscitou um acirrado debate no campo da Psicologia, mais do que o Construtivismo. Porventura, o Construtivismo parece ser mais aceito por sua inserção no campo das Ciências Cognitivas, não remetendo a um questionamento radical da ciência empírica. O Construcionismo Social, apesar de, à primeira vista, apresentar uma proposta de reforma absoluta, é mais simpático às Ciências Humanas, despertando-as a uma diferenciação das Ciências Naturais. Encontrei, porém, alguns artigos que, publicados em números especiais, debatem o Construcionismo

Social e apresentam questionamentos e alternativas à proposta de Gergen, numa perspectiva histórica e social².

Hibberd (2001) destaca uma relação entre o Construcionismo Social e o Positivismo Lógico, que foi fonte de inspiração para os primeiros terapeutas de família, notadamente os do MRI, escola estratégica. Para Hibberd, há uma incorporação do convencionalismo, por parte do construcionismo e do positivismo, que se manifesta pela afirmação de que teorias não são empíricas, já que os significados são dados por fatores não-empíricos. O convencionalismo se caracteriza como um sistema dedutivo, formado por convenções que não se podem dizer nem verdadeiras nem falsas (Abbagnano, 1982). A referência é interna ao sistema, dispensando qualquer referência externa. Deve-se buscar uma coerência interna sem qualquer correspondência com o exterior. Teorias não podem ser verdadeiras nem falsas porque não correspondem à realidade, não se sujeitando a nenhuma limitação externa. Formadas por proposições não-empíricas, as teorias devem ser caracterizadas pela autonomia e pelo seu potencial analítico.

Hibberd, citando Gergen, destaca algumas características importantes do Construcionismo Social quanto à noção de realidade. O Construcionismo é ontologicamente mudo, isto é, não há nenhuma descrição fundante sobre um “lá fora” em oposição a um “aqui dentro”. O construcionismo deseja articular “o que está aí”, adentrando ao mundo do discurso. O que é conhecido, portanto, é relativo à convenção sociolingüística. Neste caso, não há conhecimento objetivo, nem subjetivo, acrescento, porque estamos sempre aprisionados na linguagem. O sujeito individual do conhecimento é substituído pelo grupo social, caracterizando, a meu ver, um “sujeito social”. O Construcionismo, tentando dissipar a distinção sujeito-objeto, tem como resultado a defesa de uma proposição constitutiva, advinda da linguagem que se origina nas relações sociais. De acordo com Hibberd, há uma pressuposição de

² Dentre os vários debates que se sucedem, utilizo alguns artigos, publicados no periódico *Theory and Psychology*, durante os anos de 2001 e 2002.

realidade na proposta de Gergen, ao supor uma independência entre a linguagem e o mundo, gerando um novo tipo de dualismo. A realidade, assim, externa à empiria, seria constituída, mais do que construída, pela linguagem de um determinado grupo social.

Edley (2001) chama atenção para a falta de unidade no Construcionismo Social, devido à disputa na comunidade construcionista quanto às questões ontológicas e epistêmicas. Segundo o autor há, pelo menos, duas razões para se duvidar da afirmação de que não existe nada fora do texto ou da linguagem. Primeiro, porque se trata de uma contradição lógica: afirmar que não há realmente nada fora da linguagem implica que alguém pode, de algum modo, saber que assim é, absolutamente e para sempre. Esta é, porém, uma afirmação, de sentido epistêmico, que o Construcionismo Social tentou evitar desde o início. A segunda razão é empiricamente embasada. Há muita dificuldade para se encontrar um Construcionismo Social que negue explicitamente a existência de uma realidade externa ao discurso. Não há uma clara linha divisória entre as palavras e o mundo ou entre o material e o simbólico, para que se possa definir qual é o determinante e qual é o determinado. As realidades material e simbólica são inextricavelmente ligadas. Como determinar que é a linguagem que forma o mundo ou o mundo que forma a linguagem?

Harré (2002) afirma que não se deve confundir o Construcionismo Social com o pós-modernismo, embora aquele possa ter alguns pontos de análise vindos desta fonte. O Construcionismo Social, segundo o autor, não nega aspectos universais da vida humana, nem a existência de alguns atributos que são essenciais a pessoas e processos. Não nega, igualmente, que há piores e melhores representações do mundo social e da psicologia humana, não sendo radicalmente relativista. O Construcionismo Social emergiu como um nome genérico, abarcando um conjunto de caminhos possíveis para se conceber projetos de Psicologia e de Sociologia. Isto inclui certas recomendações sobre a metodologia apropriada para se alcançar uma compreensão da vida mental e

social dos seres humanos, por intermédio dos seres humanos. Harré desenvolve um tipo de Construcionismo Social, baseado em Vygotsky, considerando que uma pessoa é necessariamente encarnada. Enfatiza, no entanto, que as formas desta encarnação variam amplamente, de acordo com os contextos sociais.

Construtivismo ou Construcionismo Social? Em um aspecto, não hesito em concordar com Gergen: a história da Psicologia tem-se feito por um movimento pendular, ocorrendo o mesmo com a história da Terapia de Família. Neste momento histórico, há, de um lado, a Biologia, com seus experimentos e achados científicos, que comprovam a particularidade de cada ser vivo, questionando a objetividade científica que não leva em consideração o determinismo estrutural. Em outras palavras, a objetividade deve ser colocada entre parênteses, definindo uma ciência que se aproxima do fenômeno a ser observado a partir de descrições sempre parciais, já que observação e fenômeno observado encontram-se em níveis distintos. O determinismo estrutural impede que haja uma idéia de externo. Seres fechados em interação não constituem um exterior propriamente dito. Para um ser vivo tudo é “interno” (estrutural). Uma relação exterior-interior só existe na descrição do observador e não na experiência do ser vivo. Erige-se, assim, a Biologia do Conhecer como a fonte ou a base para toda e qualquer produção de conhecimento. De outro lado, há o Construcionismo Social com sua ênfase no social, gerando um questionamento “tão violento”, para Gergen, a ponto de sua proposta ser interpretada como a defesa de uma intenção: a de abandonar tudo o que ocorreu antes. A objetividade da ciência é igualmente questionada, mas, desta vez, em nome de uma comunidade, um grupo social que constrói a realidade na interação, não havendo lugar para se conceber um mundo interior. Para ambos os lados, defendendo um projeto de unificação em torno do individual ou do social, a dicotomia exterior-interior estaria superada (Arendt, 2001). Estamos convencidos? Isto satisfaz a todos? Certamente não.

Nem Construtivismo nem Construcionismo Social retomam a idéia de subjetividade. O Construtivismo propõe um projeto científico mais humanizado, ao considerar a auto-organização como característica de todo ser vivo. Apresenta uma proposta universalista, quanto à definição do ser vivo, ao lado de uma indeterminação de sua deriva existencial, fazendo lembrar o fluxo da vida romântica (Russo & Ponciano, 2002). Mas não há, neste caso, um reconhecimento da produção de conhecimento vinculado à tradição humanista. Nem, tampouco, possui uma dimensão que remete ao todo, como se encontra no romantismo. O Construcionismo Social, via Gergen, tem uma proposta extravagante, não levando em consideração nem a tradição universalista, nem a romântica. Seja o que venha a ser construído, depende do consenso social. Não há linguagem privada, dizem alguns construcionistas, lembrando Wittgeinstein (Shotter & Lannamann, 2002). Deste ponto de vista, entretanto, perde-se consideravelmente a potencialidade de imaginar, de criar e de permitir a diferença singularizante, distanciando-se do que é consensual.

Estas críticas fizeram-me refletir sobre a distinção sujeito/objeto, correlata da distinção interior/exterior. Esta distinção não precisa implicar, necessariamente, uma dualidade inconciliável. Sujeito e objeto podem ser vistos como dois termos com relações de interdependência, não impedindo que sejam compreendidos como unidades, ao mesmo tempo, distintas e relacionadas, determinando a elaboração do conhecimento nas Ciências Humanas. Penso que esta possibilidade não se encontra nem no Construtivismo, nem no Construcionismo social, levando-me à procura de outros autores para pensar a articulação entre espaço exterior e espaço interior, entre família e indivíduo, entre teoria e experiência pessoal, desenvolvida no último capítulo. No capítulo a seguir, localizo as aproximações entre a história da Psicologia e a da Terapia de Família, a fim de compreender três características presentes em ambas: a fragmentação teórica e o

projeto de unificação que encaminha a integração entre as teorias. Ao acompanhar estes processos históricos, introduzir-se-á o pano de fundo da separação entre relações familiares e sujeito psicológico e da defesa atual de uma proposta teórica que é chamada, geralmente, de movimento de integração.

DECRETO 1

Depois
que o rei ordenou por lei
que todos os nossos mapas
fossem irrevogavelmente
rasgados
e atirados à fogueira
no meio da praça pública
nós
que perdemos nossos nomes
e não sabemos quem somos
agora perguntamos
onde estamos

DECRETO 2

Agora estamos cumprindo
o novo decreto do rei

Queimareis vossos relógios
no meio da praça pública
e nunca mais sabereis
quando a noite começou
ou o dia terminou

Nós
que esquecemos nossos
nomes
e não perguntamos quem
somos
e não vemos onde estamos
jamais poderemos saber
desde quando já morremos

4

Mapeando o campo II: contextos e transformações de teorias e práticas terapêuticas

Uma caracterização dos processos psicológicos torna-se relativa ao se compararem diversas culturas. Markus & Kitayama (1991), realizando uma análise dos estudos a respeito dos processos psicológicos, demonstram que há dois modos diversos de se construir um conceito de *self*, determinando a elaboração e a compreensão do psíquico, conforme as diferenças culturais: o *self* pode ser definido como independente ou interdependente. A diferença mais significativa, entre estes dois tipos, refere-se ao papel atribuído ao outro, em sua autodefinição. O contexto social envolvente e os outros são importantes em ambos os tipos. Para o *self* interdependente, no entanto, os outros são incluídos no interior das fronteiras que delimitam o *self*. Neste caso, em um contexto específico, as relações com os outros constituem o traço definidor do *self*. O individual é uma fração, vista como um todo somente ao ocupar o seu próprio lugar em uma determinada unidade social.

O sentido da individualidade que acompanha um *self* interdependente inclui uma atenção e uma sensibilidade aos outros. Cada um assume, explícita ou implicitamente, a reciprocidade assim como um propósito direcionado para focalizar os sentimentos e os desejos do outro, a fim de manter e favorecer a relação interpessoal recíproca. Já na construção do *self* independente, os outros estão menos centralmente implicados em sua autodefinição. Os outros, certamente, são importantes para a comparação social, para exprimirem aprovação ou como alvo de uma ação dirigida. O *self*, no entanto, é visto como completo, uma entidade autônoma sem a necessidade do outro. Os traços, fontes do comportamento que definem um *self* independente, são: atributos, habilidades, peculiaridades, desejos e motivos. Estes traços representam produtos sociais, mas devem-se tornar propriedades de um indivíduo contido em si mesmo. O sentido de individualidade que acompanha

a construção deste *self* inclui a percepção de si como um agente, como um produtor de suas próprias ações que tem consciência e controle da situação ao seu redor; necessidade de expressar os seus próprios pensamentos, sentimentos e ações para os outros; e é, relativamente, menos consciente da necessidade de receber os pensamentos, sentimentos e ações dos outros.

Para definir o que seja cognição, emoção e motivação, os autores asseveram que há diferentes implicações, variando de acordo com o sistema de construção do *self*, presente em cada cultura: na sociedade individualista, encontra-se o *self* independente; na sociedade holística, encontra-se o *self* interdependente. Na primeira, os processos psicológicos são caracterizados pela independência em relação aos outros, não variando conforme o tempo e o contexto, sendo os atributos interiores mais significantes. Na segunda, os processos psicológicos se caracterizam pela interdependência entre relações específicas com outros, incluem, certamente, representações pessoais invariantes, mas, em muitas circunstâncias, elas são menos importantes do que as relações interpessoais, para a regulação do comportamento individual.

A respeito da Terapia de Família nota-se um contra-senso quanto à sua criação, nos Estados Unidos: uma sociedade, reconhecidamente vinculada ao credo individualista, enfatiza a necessidade de uma intervenção terapêutica pautada na relação, retirando a centralidade do indivíduo e de sua sintomatologia. De um modo peculiar, parte-se da independência para a interdependência.

O conceito de *self* como independente ocupou e ocupa na formulação da Psicologia, nos Estados Unidos, um lugar de destaque. A força do *self*, e as psicoterapias que a ele se correlacionam, pode ser constatada por sua participação na constituição da sociedade como um todo. Cushman (1995), confirmando a relação entre o *self* e as práticas psicoterápicas, declara que as psicoterapias perpetuam o individualismo, sua

concepção moral e seu *status quo* político. Em outras palavras, o caráter da sociedade norte-americana, no século XX, revela-se direta e parcialmente do vasto, imperioso e sagrado conceito do indivíduo isolado, ricamente provido de um interior. Este conceito tem sido transmitido às teorias psicológicas, à arquitetura, à cultura popular, ao uso da linguagem corrente, etc., impregnando toda a sociedade. A tese de Cushman (1990) é a de que o *self* é construído como vazio, devido, em parte, à perda da família, da comunidade e da tradição como valores centrais da sociedade norte-americana. O resultado não é o controle repressivo, tal como na era vitoriana, mas a criação e a manipulação dos desejos individuais a serem suavizados, organizados e harmonizados, a fim de momentaneamente “tapar os buracos”, preferencialmente com objetos de consumo.

A construção do *self* esvaziado é produto de um paradoxo cultural. É esperado que o *self* funcione de um modo autônomo, isoladamente, amando-se e sendo auto-suficiente. Para desenvolver este *self*, no entanto, é necessário ter havido desde a infância um ambiente de cuidado e proteção, provendo-o com uma grande quantidade de atenção, empatia e com a possibilidade de espelhar-se no outro. A quem caberia este papel de cuidado? Indivíduos adultos autônomos pagariam o preço do sacrifício? Mesmo com as melhores intenções, esta é uma tarefa difícil de ser cumprida, já que cuidados maternos e paternos empáticos são construídos com requisitos exteriores a um conceito de *self* como independente. O efeito desta contradição pode ser um grupo de pais inadequados, tentando responder às demandas de um papel parental, ao lado de uma geração de filhos magoados, com seu narcisismo ferido (Cushman, 1990; 1995). Apesar disto, a família constitui-se como lugar privilegiado para a construção do *self* independente, a partir de uma relação, inicialmente mais pregnante, de interdependência.

A civilização moderna, segundo Lasch (1991), requer uma profunda transformação da personalidade, devendo esta ser operada pela família, no interior da vida íntima e privada. A família perde

sua importância reguladora e totalizadora das relações, tal como na sociedade tradicional, para afirmar-se como uma fonte de influência emocional. Saturada de emoções, o fechamento da família trouxe um perigo potencial à sociedade, devendo ser controlada. Era preciso pôr freios ao sentimento, regulá-lo com normas, racionalizando a vida familiar, estabelecendo limites e especificando papéis.

Os especialistas da cura, nos Estados Unidos, tratam de esmiuçar os perigos, aos quais a família está submetida. Começam pela definição do casamento e da relação entre os membros da família, descrevendo as regras prescritas à família como pautadas pela arte da interação pessoal. Estas relações devem estar embasadas na técnica correta, regulando a vida emocional para alcançar a saúde psíquica. Por uma crítica à Psicanálise, abandona-se a teoria do instinto, devido a seu aspecto interiorizante, acentuando a ênfase nas relações interpessoais. A análise do inconsciente é substituída pelo estudo das relações pessoais. A preferência por uma abordagem centrada na consciência obscurece o papel da sexualidade e do conflito. O Complexo de Édipo é reinterpretado pelo viés de emoções, como o ciúme, presentes nas relações familiares. A tarefa do especialista é, então, fazer com que sejam superados estes sentimentos, com medidas profiláticas, informando e esclarecendo, para a família, as fontes que originam ou atrapalham o desenvolvimento da saúde mental (Lasch, 1991).

Não se enfatiza, assim, a invasão crescente do individualismo na família, mas sim o aspecto das relações emocionais. Com isso, não se percebe igualmente a transformação da família num tipo de indústria burocratizada, produtora de bem-estar. Os pais devem prover produtos e serviços, enquanto sua capacidade para realizar esta tarefa é duramente avaliada pelos maiores interessados: os filhos. Paradoxalmente, afirma Lasch (1991), desenvolve-se uma interpretação de que só a família escapa a este mundo cruel dos interesses individualistas e econômicos.

Com suas perspectivas pragmática, comportamental e funcionalista, salientando a eficácia terapêutica, a intervenção

sistêmica na família correspondia, desde o seu início, ao enfrentamento dos perigos desta vida interiorizada, baseada nos sentimentos e nas escolhas autônomas. A busca de um padrão comunicacional que definia a interação familiar, tornou-se sinônimo de controle de um mundo, demasiadamente interiorizado, opondo-se a ele, por sua inacessibilidade. De fora, porém, observando a interação familiar, a técnica terapêutica auxiliava na transformação-cura do sistema, sem precisar contar com as emoções entre os membros da família ou com as expressões individuais. Neste aspecto, diminuía-se a participação dos conflitos emocionais, privilegiando a manutenção de um equilíbrio adequado para o sistema, visto que o sintoma indicava a necessidade de se alcançar um novo patamar de estabilidade. Em outras palavras: um sintoma indicava que o sistema familiar estava impedido de alcançar níveis diferenciados de equilíbrio, por se ver impedido de seguir um curso natural, sendo o sistema, no caso da família, descrito pela relação entre o ciclo de vida individual e o familiar.

Um sistema paralisado em um ponto de equilíbrio estático é um sistema cumprindo uma determinada função. Neste caso, entretanto, o sistema familiar está impedido de seguir seu curso natural, ao mesmo tempo em que impede o crescimento de seus membros. Exercendo uma função, todo sistema é perfeito, devido à ênfase na homeostase. Se esta função, no entanto, não corresponde à necessidade pertinente de um determinado estágio do ciclo de vida, o sistema está disfuncional e precisa ser modificado. Com a intervenção terapêutica, o sistema volta a funcionar e a família, fechada para o mundo externo, retorna à tarefa que lhe cabe: criar indivíduos saudáveis e autônomos.

Não deixa de haver na perspectiva sistêmica, uma crítica ao individualismo, ao buscar definir a interação familiar pelo padrão comunicacional, que engloba o indivíduo. Este não é autônomo porque executa as regras do sistema. Por um outro viés, o terapeuta sistêmico que recebe influência da Psicanálise formula uma compreensão intergeracional da relação entre a família e os

indivíduos. Percebe-se a presença do individualismo temperado por um “familismo”. A diferenciação do *self* só se faz pela família e apesar dela. Na tensa relação entre parte e todo, família e *self* são formulados, concomitantemente, como distintos e interdependentes. Cada indivíduo separa-se ao se localizar em uma cadeia de gerações. A diferença crucial entre estas duas perspectivas sistêmicas está na visão que se tem da parte: em uma, a parte é executora de um programa; na outra, a parte exerce um trabalho de diferenciação em relação ao todo, no qual está inserida.

A Terapia de Família convive, assim, com um dos mais contundentes paradoxos da cultura ocidental, inserindo-se, pela linha sistêmica, em uma tradição holística, na qual a parte só possui valor devido ao seu lugar no todo. É uma intervenção terapêutica que se opõe ao individualismo. A família, entretanto, é vista como uma unidade diferenciada, sendo definida por critérios universais, ligados ao ideário individualista. Deixando-se influenciar por uma visão funcionalista, centrada no presente, desconsidera-se o contexto social. A família é um sistema, uma unidade que pode ser observada e transformada de modo isolado da sociedade, a que pertence.

Na linha sistêmica intergeracional, aumenta-se a complexidade do sistema, diminuindo-se o aspecto funcional, ao dar relevo à história intergeracional na formação do sistema familiar e na diferenciação do *self*. Neste caso, todo e parte contribuem para a transformação contínua da família, não sendo apenas uma questão de alterar um padrão de funcionamento.

Pensando a partir destas diferenças, para uma proposta de articulação, torna-se necessário desenvolver dois aspectos contíguos da história da Psicologia e da Terapia de Família. Neste capítulo, abordo, inicialmente, a oposição relacional e intrapsíquico, que tem sido característica de algumas formulações teóricas excludentes da Psicologia, da Psicanálise e da Teoria Sistêmica. Em seguida, apresento o movimento de integração na Psicologia e na Terapia de

Família, a partir de uma pesquisa realizada em periódicos internacionais.

4.1.

Relacional ou intrapsíquico? Formulações teóricas excludentes

Uma revisão filosófica a respeito da formulação do sujeito e da família, no primeiro capítulo, levou-me à conclusão de que havia uma oposição entre eles, caracterizada pela abstração do conceito de sujeito e pela concretude da idéia de família. No âmbito da Terapia de Família, porém, a família passa a ser conceituada abstratamente pela formulação sistêmica. Não se trata mais de regular o comportamento, explicitamente, ditando as regras de conduta adequadas para cada participante da família, embora haja um compromisso, não assumido, com o padrão de família nuclear e seus valores concomitantes. Já tive oportunidade de desenvolver este aspecto em outros trabalhos (Ponciano, 1999; 2002). Neste momento, gostaria de ressaltar o vínculo da noção de sujeito com a noção de família ou, mais exatamente, a tensão entre intrapsíquico e relacional, caracterizando uma transformação destes conceitos no decorrer da história da Terapia de Família.

Inicialmente, há o “sujeito - caixa escura”, sendo a família entendida como sistema e, paralelamente, há o sujeito e a família internalizada, formulados pela Psicanálise. De ambas as partes, o relacionamento entre um e outro é o da exclusão. Como foco de teorização e intervenção clínica, na Psicanálise a parte exclui o todo, enquanto na Teoria Sistêmica o todo exclui a parte. À primeira vista, a afirmativa da exclusão pode parecer exagerada. Não obstante, exposta ao lado da oposição entre Psicanálise e Teoria Sistêmica, a exclusão surge como uma questão de disputa disciplinar. Não me cabe determinar precisamente de onde parte a exclusão. É possível, no entanto, identificar uma rejeição explícita a um modelo intrapsíquico, pela Teoria Sistêmica, fruto de sua vertente cientificista, com ênfase na observação, privilegiando o

ponto de vista exterior. O padrão da interação familiar é observado, podendo ser descrito, sem implicações valorativas, visando a determinar o funcionamento que será transformado. Quanto à Psicanálise, é possível remeter sua ênfase na interioridade, por exemplo, quando Freud rejeita suas primeiras formulações a respeito da cena originária, da teoria da sedução e do trauma.

No caso da cena originária, cena de relação sexual entre os pais, vista ou não pela criança, o que importa é sua presença nas fantasias inconscientes. Estas, vivenciadas na infância, vão compor a interpretação realizada posteriormente; o passado, representado pelas fantasias inconscientes, participa da formação de cada sujeito.

“É precisamente por estar o sujeito em sua primeira infância que a excitação sexual precoce surte pouco ou nenhum efeito na época; mas seu traço psíquico é preservado. Mais tarde, na puberdade, quando as reações dos órgãos sexuais se desenvolvem num nível desproporcional a seu estado infantil, esse traço psíquico inconsciente é de algum modo despertado. Graças à transformação devida à puberdade, a lembrança exibe um poder que esteve totalmente ausente do próprio evento. A lembrança atua como se ele fosse um evento contemporâneo. O que acontece é, por assim dizer, a ação póstuma de um trauma sexual.”

(Freud, 1896/1981, p.145)

A noção de fantasia reduz a visibilidade da família ao mínimo, porquanto a importância recai na produção de sintomas de um sujeito, a partir das fantasias vividas durante a infância e revividas na puberdade. A vivência das relações familiares tem um papel crucial, à medida que é o *locus* privilegiado para a excitação sexual, para a geração da angústia infantil e para a aprendizagem da relação amorosa. Mais do que as relações familiares, porém, é a vivência da sexualidade que cumpre um papel determinante na etiologia das neuroses. Trata-se, sobretudo de um mecanismo psíquico: a reação de um indivíduo às vivências da excitação sexual, isto é, o recalque. Todo indivíduo adulto e neurótico traz consigo, oriundo da infância, o recalque sexual, que, diante das exigências da vida, manifesta-se como sintoma. O adoecimento é conseqüência de um conflito entre a libido e o recalque sexual, sendo os sintomas um compromisso entre estas duas correntes anímicas. O conflito psíquico, portanto, é

formado por exigências internas contraditórias, constituindo todo ser humano (Freud, 1905, 1906, 1914, 1926, 1931, 1933).

No conflito edipiano, narra-se a história da estruturação da personalidade, da estruturação imaginária do sujeito e da orientação do desejo. A criança, diante de sua posição em uma estruturação triangular, desejando sua mãe ou seu pai, sofre a influência do casal parental, que interdita o incesto. Toda esta vivência é interiorizada, formando o material de uma estruturação psíquica, relativa a um processo civilizatório (Freud, 1913, 1930). É por meio da sexualidade que a família se torna um personagem importante na Psicanálise. Há, portanto, uma idéia de interação familiar, atrelada à sexualidade e à constituição de um mundo interno.

Quando Bateson inicia seu projeto de pesquisa a respeito da etiologia da esquizofrenia, não parece haver um objetivo explícito de se opor a uma concepção interiorizada quanto à origem do sintoma esquizofrênico. A soma de teorias, com ênfase no exterior, porém, ditam o teor da noção de comunicação, definindo-a pelo elemento externo e observável de trocas verbais e não-verbais, principalmente entre mãe e filho. O duplo vínculo pode ser descrito e observado sem que se faça referência à história, às fantasias inconscientes, ou a qualquer idéia de afeto e sexualidade. O conflito deixa de ser interno, para ser localizado na simultaneidade de duas mensagens contraditórias, para as quais não se consegue emitir uma resposta, a não ser pela manifestação sintomática. A dupla mensagem, segundo um exemplo clássico, é emitida da mãe para o filho por sua postura corporal, ao não corresponder ao abraço do filho, e por sua fala explícita, repreendendo o filho quando este deixa de abraçá-la. Não sabendo como quebrar o duplo vínculo, estabelecido ao longo dos anos de forma repetitiva, o filho responde com sintomas psicóticos.

O grupo do MRI, independentemente de Bateson, entende que o sintoma desaparece se for possível mudar este padrão interacional. Assim, a Terapia de Família nasce plena de esperanças em sua eficácia, observando e intervindo terapeuticamente nas relações

familiares. O padrão comunicacional prescinde da idéia de conflito internalizado para compreender as relações familiares. A teoria sistêmica abandona a teoria da sexualidade, o Complexo de Édipo e as implicações desta formulação psíquica, dando destaque especial à eficácia da técnica, da intervenção que transforma. Uma abordagem centrada na observação do comportamento interacional, proposta por uma teoria sistêmica restrita, desconsidera a sexualidade, os afetos e as emoções como fontes do problema apresentado.

A idéia de uma tríade formada pelo casal parental e a criança permanece, embora seja completamente dessexualizada. Salvador Minuchin, um dos autores que trabalha com esta idéia, supõe um conflito na relação conjugal, escamoteado pelo sintoma de um filho. A mãe, geralmente, é a mais ligada ao filho e ao seu sintoma. Para transformar esta situação, a partir da intervenção terapêutica, é necessário trazer o pai para perto do filho e a esposa para perto de seu marido, re-configurando o triângulo de forma que cada um cumpra o seu papel de acordo com seu lugar no sistema, estabelecendo fronteiras nítidas que determinam quem participa, e como, das relações familiares (Minuchin, 1990; 1995; Minuchin & Fishman, 1990; Minuchin & Nichols, 1995). O conflito mais uma vez não é uma questão de internalização, formando o sujeito, e sim de um padrão interacional que deve ser observado e modificado. Estes autores das primeiras e mais populares escolas (Minuchin, 1990; Watzlawick et alli, 1986), até o fim dos anos de 1970, acreditam que, modificando o sistema, estão modificando a parte, sem precisar intervir no indivíduo. Minuchin & Nichols (1995) afirmam estar tentando ajudar as pessoas a verem o contexto mais amplo do *self*: o *self* familiar. Não definem o *self* familiar, mas são contundentes ao afirmá-lo, sugerindo que é preciso coragem para renunciar à ilusão do *self* autônomo, para aceitar as limitações do pertencer¹.

¹ Em outro texto, relaciono a vida de Salvador Minuchin e sua crítica ao individualismo, percebendo sua imersão na ideologia individualista, apesar do relevo que dá ao pertencimento familiar (Ponciano, 1998).

Penso que o retorno da parte-indivíduo ao campo da Terapia de Família, como uma possibilidade de compreensão teórica e intervenção terapêutica, não se relaciona somente com a exacerbação do individualismo na pós-modernidade, mas está embasado, igualmente, nas novas formulações teóricas. Estas, surgidas de um contexto mais amplo, questionam a referência sistêmica, predominante nas principais escolas, até o final dos anos de 1970. A negação da subjetividade é minimizada pelo Construtivismo e pelo Construcionismo Social. Paira sobre os terapeutas de família, entretanto, uma indefinição quanto a uma abordagem teórica dos aspectos psíquicos. Um retorno à Psicanálise, assim como a outras teorias psicológicas, torna-se, paulatinamente, possível.

Em relação ao Construtivismo, já abordei, no capítulo anterior, a sua ênfase na unidade autopoiética e no conceito de determinismo estrutural. Esta influência sobre a Terapia de Família não deixa de ser uma formulação sistêmica, ao considerar o acoplamento estrutural e a co-deriva que unem as partes entre si. Cada parte é um sistema, não sendo causado por nenhum outro sistema, e, por conseqüência, não há um todo que englobe as partes e não há troca de informação entre elas. Invertem-se as posições, já que a dimensão holística da concepção sistêmica cede espaço a uma dimensão individual concreta, podendo ser observada no laboratório do cientista. O ser vivo e suas características passam a ditar as regras. A autonomia prevalece e não se forma uma idéia de todo, porquanto cada unidade toca a outra na superfície, perturbando-se mutuamente e mantendo-se isoladas, em seu fechamento ou clausura operacional, enquanto se autocriam.

Maturana & Varela (1995; 1997) afirmam que abordam o ser vivo com um enfoque mecanicista, desconsiderando forças que não se encontram no universo físico. A autonomia deve ser considerada sem que se faça qualquer relação com o anímico. Maturana (1997) possui uma definição de espaço psíquico interligado ao fenômeno da linguagem e da relação, constituindo-se como um fenômeno não

interiorizado. A linguagem é entendida como as “coordenações de coordenações consensuais de ações”. Para compreender a linguagem, Maturana abandona a semântica instaurando a predominância da fisiologia sobre o símbolo. Este é substituído pela descrição do comportamento efetivo, ocorrido em um espaço relacional, excluindo qualquer idéia de representação mental.

A linguagem humana surge por uma história de acoplamento estrutural entre seres humanos, que são sistemas autopoieticos. As dimensões psíquica, espiritual e/ou mental são definidas pelo domínio das relações e interações do organismo fechado estruturalmente, mas formado pelas conversações, pelos entrelaçamentos do emocionar e do “linguajar”. Não se trata, portanto, de uma dinâmica interna, nem de vínculos causais entre os organismos, mas de classes de comportamentos relacionais no fluir relacional dos organismos (Maturana, 2000).

No último Congresso Brasileiro de Terapia de Família, em 2002, Maturana expôs o que entende por família: um espaço de convivência, determinado pelo desejo e pelo prazer de estar junto. Reafirmou a visão da família como um sistema, destacando, porém, que atuar sobre um elemento é atuar sobre a totalidade. Surpreendi-me ao ouvir uma explanação que pode ser remetida a uma tradição humanista, defendendo a autonomia, a felicidade e a reflexão, embora não tenha feito nenhuma referência exterior à Biologia. Penso que se pode interpretar esta conferência como uma visão que se pretende isolada, sem filiação, mas querendo exercer influência sobre outros campos, como o da Terapia de Família, gerando herdeiros.

A partir de um outro texto, no qual Maturana (2000) afirma a iniciativa individual como a fonte de toda mudança social, observa-se a essência individualista, sugerindo ao terapeuta de família a importância de sua interação com cada indivíduo particularizado, para que haja a transformação do sistema.

“(...) se o comportamento de um sistema vivo individual, integrante de um sistema social, mudar de tal forma que a configuração de ações coordenadas com os outros componentes também mude, então todo o sistema se transformará, tornando-se um sistema social de gênero diferente. Já que a família é um sistema social, o que eu disse sobre os sistemas sociais se aplica a elas, daí decorre que, qualquer que seja a mudança ocorrida em uma família, (...) se opera com base na transformação dos indivíduos que a compõem. (...) O conjunto do processo assemelha-se a uma transformação coreográfica no decorrer de um balé, durante o qual um dançarino faz uma inovação e é seguido pelos outros.”

(Maturana, 2000, p.146)

Quanto ao Construcionismo Social, é menos evidente como ele possibilita uma deferência ao individual. Assim como o Construtivismo, o Construcionismo Social não retoma a noção intrapsíquica, mas libera o caminho para o abandono de uma concepção sistêmica restrita. Não se trata de uma crítica efusiva à idéia de comunicação, eliminando-a de uma formulação teórica como faz o Construtivismo. Critica, igualmente, a perspectiva da comunicação como entrada e saída de informação no sistema, que é indicativa de uma relação de causalidade linear entre os sistemas que se comunicam. A crítica refere-se ao mecanismo informacional. A réplica do Construcionismo sugere uma substituição, definindo o processo de comunicar como relacional. Neste sentido, preserva a idéia de comunicação, caracterizada como o que acontece *entre* as pessoas: comunicação é uma coordenação relacional e não um mecanismo de entrada e saída em um dado sistema, seja ele uma caixa escura ou uma família (Gergen, 1999a; 1999b). A ênfase desloca-se do padrão comunicacional, para realçar o *entre*, e não a pessoa, como a unidade comunicante. Não é mais necessário, no entanto, negar a subjetividade de um modo absoluto, como impeditiva para a construção de um conhecimento considerado válido.

Segundo Gergen (1997), o Construcionismo Social não se propõe a discutir o funcionamento da mente humana. Seu foco não está na mente, mas sim nas relações sociais. Por outro lado, não opõe o mental ao comportamento observado; não está preocupado em afirmar a existência ou não de entidades, estruturas e processos.

Um construcionista quer conhecer quais são as formas representativas utilizadas para a construção de cada mundo particular, envolvendo a comunidade social e os modos de discurso de cada cultura. Qualquer teoria, assim, pode ser válida, desde que seja representativa para a comunidade em questão. Ressalta-se a importância das definições, porque elas impõem limites às ações. As definições são, no entanto, produto de uma história e de uma cultura determinada, podendo ser modificadas (Gergen, 1992). Apesar de não negar a mente ou uma idéia de mundo interior, Gergen propõe algo totalmente diferenciado da tradição dos saberes psicológicos.

A relação, como realidade fundamental, vê-se impedida de se desenvolver, devido à predominância de um vocabulário, no qual a pessoa continua sendo compreendida de modo isolado, como indivíduo autônomo. A emoção, costumeiramente compreendida pelos psicólogos como uma realidade biológica ou intrapsíquica, deve, segundo Gergen (1992), ser entendida como atuações culturais, aprendidas e realizadas em ocasiões oportunas. Ninguém é impulsionado por forças encerradas em seu interior; atua-se emotivamente, do mesmo modo, que se representa um papel no palco. A ciência, neste sentido, não pode fornecer uma imagem mais acurada da realidade do que a ficção. Tanto ciência quanto ficção são guiadas por convenções culturais, situadas na história.

A terapia, por conseguinte, não tem como oferecer uma realidade anterior ao encontro terapêutico (Gergen & Kaye, 1998). Não há como formular uma teoria da família, embasando uma prática terapêutica, apesar de Gergen (1992) reconhecer sua importância na formação da personalidade, como fonte moral. Ressalta, no entanto, que a família está privada de seu tradicional papel de formadora. O campo relacional se estende e vai para além da família. A relação se fragmenta em múltiplas interações sociais, passando a formar as identidades pessoais. Para Gergen (1992), a decadência da família não deve ser lamentada, já que existem outras possibilidades: é melhor ter relações fragmentadas do que não ter nenhuma. De qualquer modo, a dispersão das relações, na pós-

modernidade, coaduna-se com sua perspectiva da formação das identidades e de como deve ser trabalhada em terapia.

“(...) a consciência pós-moderna privilegia um total relativismo das expressões da identidade. No nível metateórico, ela convida a uma multiplicidade de versões da realidade, embora reconheça as contingências situadas histórica e culturalmente de cada uma delas. Existem somente versões da verdade dentro de conversações distintas, e nenhuma conversação é privilegiada. Se os terapeutas adotam esta visão no nível metateórico, seria um ato de má fé abandoná-la no nível da prática. Assim, para um profissional pós-moderno, uma multiplicidade de autoversões é estimulada, mas não o comprometimento a uma delas. Isto encoraja o cliente, por um lado a explorar uma variedade de meios de entendimento do *self*, mas desencoraja um comprometimento com qualquer um deles enquanto ‘a verdade do *self*’. As construções narrativas permanecem fluidas, abertas às marés das circunstâncias – àquelas formas de dança que proporcionem uma sustentação mais completa.”

(Gergen & Kaye, 1998, p.216)

O *self* constitui-se como um “subproduto das relações”. A relação tem predominância sobre o *self* individual. Parece haver aqui um todo organizado hierarquicamente, aproximando-se da formulação sistêmica, embora Gergen não reconheça nenhuma destas categorias como válidas. Novamente, observa-se uma característica pós-moderna: já que tudo é novo, nada se insere em uma filiação. Não estou negando as diferenças, instauradas pelo ponto de vista de Gergen. Somente aponto que a necessidade de tudo questionar impede o reconhecimento e a reflexão sobre as continuidades. Isto se percebe em outro texto (Gergen & Warhus, 1999), a respeito da prática terapêutica como uma construção social. A argumentação de Gergen sugere uma idéia de transposição progressiva, construindo uma metateoria para orientar a postura terapêutica. Nos aspectos, especificados a seguir, deve-se caminhar de um ponto a outro: da ênfase nos fundamentos à flexibilidade; da essência à consciência de uma construção; da crença no especialista à colaboração; da neutralidade à relevância dos valores; da mente ao discurso; do *self* à relação; da singularidade às múltiplas vozes; dos problemas à potencialidade futura; do *insight* à ação. A princípio, não há nenhum problema com estas sugestões. Elas parecem ser bem interessantes para uma prática terapêutica. O problema está, porém, em não se refletir sobre as implicações que esta postura acarreta. O

que significa ir do *insight* à ação e do *self* à relação? As implicações de uma negação do mundo interior e a centralização no mundo externo da ação e da relação precisam ser pensadas. E, neste caso, Construtivismo e Construcionismo Social se aproximam, ao afirmarem terem superado a dicotomia exterior-interior, suspendendo a discussão.

Apesar de não defenderem um retorno ao intrapsíquico, o Construtivismo e o Construcionismo Social contiveram a “proibição” sistêmica de fazer referência à parte. Eles, contudo, não estavam sozinhos. O movimento feminista, embrenhando-se no campo da Terapia de Família, trouxe importantes questionamentos, ao ressaltar a igualdade e a democracia como valores a serem considerados em uma definição de família (Goodrich, 1990; Luepnitz, 2002; Perelberg, 1994; Rampage & Avis, 1998). O feminismo trouxe, igualmente, a perspectiva de que cada parte no sistema tem o seu poder determinado pelo contexto sociocultural, dando relevo à dominação do homem sobre a mulher. Uma compreensão sistêmica, obrigatoriamente, tem que dirigir sua atenção ao contexto sociocultural. Buscando somente a observação e a modificação de um padrão comunicacional, uma visão sistêmica abstrata leva a um encobrimento das definições dos papéis dados, a cada indivíduo, pela sociedade. A terapia deve atentar para esta imposição, a fim de permitir uma transformação dos papéis, liberando as partes para se autoconstruírem, questionando o sistema sócio-familiar que as formam. Maior igualdade, reconhecendo as diferenças, e maior liberdade individual formam uma via aberta para o destaque da construção da subjetividade no interior da família.

As terapeutas de família feministas sugerem que deve haver, no campo, uma maior sensibilidade às questões da identidade sexual. Desejam ressaltar tanto a dinâmica individual quanto a interacional, para a formulação teórica e a intervenção terapêutica. Não querem com isto acrescentar mais técnicas, mas estabelecer um ponto de vista feminista para a terapia, incluindo tanto a relação quanto o *self*.

“A partir de uma perspectiva feminista, a família saudável é aquela em que seus membros se encontram comprometidos com o estímulo do potencial de todos, com a evitação de todo tipo de exploração interpessoal e com o recíproco oferecimento de apoio, cuidados, assistência e afeição.

(...)

No nível individual, o funcionamento saudável, segundo a perspectiva feminista, significa a capacidade de funcionar de maneira efetiva de acordo com o próprio *self* – determinar metas pessoais e direcionar uma carga suficiente de energia para alcançá-las – e engajar-se ativa, íntima e generosamente nos relacionamentos que estabelece com os demais.”

(Rampage & Avis, 1998, 203)

Antes das feministas, há uma mulher que, localizada no MRI, constitui uma exceção à visão sistêmica estrita, postulando o *self* como instalado no interior do sistema. Virginia Satir, desde os anos de 1960, desenvolve uma teoria de caráter sistêmico que enfatiza os aspectos emocionais e de crescimento de cada membro da família, valorizando a singularidade, a liberdade e a auto-expressão (Winter, 1998). Na década de 70, Satir trabalha com a idéia de *self* do terapeuta como um importante fator da prática terapêutica. Para ela, há dois veículos de mudança, a serem trabalhados na terapia: o impacto da família de origem sobre a formação do *self*, remetendo a, pelo menos, três gerações, e o impacto das relações da família nuclear sobre os relacionamentos entre os diferentes *selves*. Defende uma formulação psicodinâmica trabalhando com a história familiar, utilizando técnicas variadas, oriundas de escolas terapêuticas diversas, principalmente das escolas humanistas. O objetivo da terapia é ajudar as pessoas a acessarem seus recursos interiores, compreendendo a personalidade como dividida em partes. Estas devem ser reconhecidas, nomeadas, postas em relação e integradas durante o processo terapêutico, superando conflitos internos (Gomori & Winter, 1998).

Estas idéias de Satir e das terapeutas de família feministas são reiteradas quando surge o movimento de integração, no campo da Terapia de Família. Além disso, muitas destas terapeutas formulavam práticas clínicas oriundas da linha sistêmica intergeracional. A formação da identidade sexual é compreendida como uma questão que remete à história das interações familiares

que são construídas ao longo dos anos. Apesar da crítica feminista também se dirigir à Psicanálise, de Freud a Lacan (Brennan, 1997; Nye, 1995), algumas terapeutas de família feministas reencontraram a Psicanálise para pensar a diferença sexual e seus vínculos com a formação da identidade pessoal.

Deborah A. Luepnitz (2002) é uma das terapeutas de família que adota tanto o feminismo quanto a Psicanálise para uma proposta terapêutica. Defende que, mesmo que Freud não tenha visto uma família em tratamento, ele, obviamente, oferece uma compreensão a respeito das interações familiares. Já se pode perceber, em Freud, uma crença na continuidade emocional da família, transmitida de geração em geração. Freud, porém, não discute o sintoma como servindo ou não às interações familiares. O seu paciente é o indivíduo. O que torna a família um objeto para a intervenção terapêutica é o movimento da Terapia de Família. Luepnitz (2002) ressalta, entretanto, a perda sofrida por este movimento, ao rejeitar uma origem psicanalítica. Esta rejeição inclusive surge entre as feministas que utilizam termos psicanalíticos sem fazerem referência à Psicanálise. O objetivo da autora, em seu livro, é o de resgatar a Psicanálise, integrando-a a uma perspectiva feminista.

Chego aos anos de 1980, mas gostaria de dar uma volta, retornando aos anos 60, para o já mencionado movimento sistêmico intergeracional. Pode-se, assim, reencontrar uma construção alternativa: uma visão de família e de sujeito, vinculando intrapsíquico e relacional, com influência da Psicanálise. O postulado da transmissão psíquica, perpassada entre as gerações, questiona a Teoria Sistêmica a respeito da conexão intrapsíquico-relacional.

Como resultado do fortalecimento de um grupo, Ivan Boszormenyi-Nagy organiza um livro junto com James Framo (1976), que tem sua primeira edição em inglês no ano de 1965. Neste livro, estão reunidos os principais terapeutas e estudiosos da família que adotam a Teoria Sistêmica sem negar a Psicanálise. Nathan Ackerman, Murray Bowen, Ronald Laing, Carl Whitaker,

Lyman Wynne, entre outros, são os principais especialistas que conciliam, na teoria e na prática, o indivíduo e a família. Reunindo uma diversidade de temas e autores, o conjunto da obra tem por título *Terapia Familiar Intensiva*, destacando um trabalho com as relações familiares, no qual o inconsciente tem um papel fundamental. Uma frase pode resumir a idéia defendida no livro: mudança intrapsíquica e mudança no sistema são paralelas. Este paralelismo não deve ser confundido com fusão, porquanto se faz necessário distinguir entre processos intrapsíquicos e processos interpessoais. Desse modo, acreditam que há, na família, uma estrutura motivacional, multipersonal, sendo o comportamento individual motivado tanto por forças intrapsíquicas individuais quanto por decorrência das relações com figuras significativas. Postula-se uma organização hierárquica entre família e indivíduo, já que lutas intrapsíquicas, conflitos internos, se fundamentam em uma totalidade transaccional. O sistema familiar é compreendido como formado por forças interpessoais centralizadoras e ocultas, derivadas, em parte, de conflitos intrapsíquicos do passado, vivenciados por membros da família, manifestando-se no presente.

Boszormenyi-Nagy (1976) defende uma teoria dialética da personalidade e da relacionalidade, utilizando o termo dialético para designar o princípio dinâmico do encontro criativo (síntese) de algo e seu oposto (tese e antítese). Refere-se, particularmente, ao encontro do eu e do não-eu, cujo principal resultado é a participação do outro na constituição do eu (Ducommun-Nagy, 1998). A partir das palavras de Ivan Boszormenyi-Nagy, pode-se resumir as principais idéias da perspectiva sistêmica intergeracional, incluindo, no seu caso, uma orientação existencialista.

“Tal como la psicoterapia individual ha estimulado la aparición de un modelo dinámico de organización de la personalidad (Freud), la terapia familiar conjunta requiere un modelo adecuado de dinámica transaccional. Esto no quiere decir que para el estudio del nivel familiar de la organización social pueda uno prescindir de la psicodinámica freudiana. Significa que las relaciones familiares representan un nivel de organización más alto y complejo, que necesita un marco teórico más amplio para explicar los fenómenos de las interacciones y las transacciones que surgen en la familia. Que la construcción de un

language transaccional posee un valor práctico grande (...) algunas determinantes inconscientes, de largo alcance en las relaciones familiares, no pueden entenderse sin la construcción de un language comprensivo, transaccional y, al mismo tiempo, experiencial.”

(Boszormenyi-Nagy, 1976, p.56)

Fundamental para esta perspectiva é a vivência do terapeuta no processo de atendimento à família, isto é, as expectativas relacionais internalizadas do terapeuta são vividas intensamente nesta prática terapêutica, mais do que em qualquer outra. Daí surge a necessidade de se realizar um trabalho com o *self* do terapeuta. A subjetividade, portanto, é marcadamente presente na prática dos terapeutas de família sistêmicos, influenciados pela Psicanálise.

A idéia da Terapia de Família dá voltas ao mundo e chega à França. Hélène Brunschwig (1997) relata sua descoberta de um outro mundo, para além do estritamente psicanalítico, no qual conhece conceitos novos como função do sintoma, homeostase, relação intersíquica e transmissão transgeracional. Ressaltando a exclusividade de um trabalho sobre o indivíduo, realizado pelos psicanalistas, Brunschwig cita uma passagem de Freud (1933) sobre o superego da criança, na qual ele afirma que o superego não é formado pela imagem dos pais, mas pela imagem do superego de cada um dos pais. Destaca-se, assim, o aspecto internalizado das relações familiares. Hélène Brunschwig reconhece a oposição inicial entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise, mas pensa que elas se reaproximam com o decorrer dos anos, culminando na França com a criação de uma Terapia de Família psicanalítica, cujo conceito de transmissão transgeracional, recebido como herança dos sistêmicos psicodinâmicos, se torna fundamental. Esta não é, todavia, uma posição que possa ser generalizada a todos os terapeutas de família franceses.

Foi necessário que os psicanalistas franceses, desejosos de uma Terapia de Família fundamentada na Psicanálise, realizassem modificações e adaptações para tornar exequível uma intervenção clínica na família, que fosse chamada de psicanalítica, ao invés de sistêmica. Neste caso, a família é compreendida como interiorizada,

como parte do sujeito, possuindo suas próprias características que exigem novos conceitos psicanalíticos. A família é considerada pelo processo de transmissão psíquica que, ocorrendo entre as gerações, relaciona o todo com a parte. Cada membro da família deve realizar um trabalho psíquico sobre a herança familiar que lhe é transmitida.

Logo no prefácio do livro *La Thérapie familiale psychanalytique*, Ruffiot et alli (1985) define a abordagem terapêutica do grupo familiar, compreendendo dois pólos: um pólo sistêmico interacional e o pólo psicanalítico grupalista. Para ele, são duas concepções do funcionamento familiar, referindo-se a dois níveis de compreensão da clínica. Por consequência, são dois modelos de teorização diferentes, gerando diferentes técnicas de intervenção na família. Reconhece a inovação da Teoria Sistêmica, porém, Ruffiot lamenta que alguns psicanalistas tenham excluído uma abordagem intrapsíquica, ao adotarem a referência sistêmica, ou que outros tenham feito uma mistura dos dois, na qual a Psicanálise ocupa um lugar menor. O argumento para estas tomadas de posição costuma ser que a Psicanálise é uma teoria a respeito do indivíduo, no máximo, de uma díade. Para o autor, este tipo de justificativa ignora a teoria psicanalítica de grupo, indicada por Freud em suas últimas intuições e resumidas da seguinte forma: o indivíduo é um grupo interiorizado; o intrapsíquico é uma interiorização das mais primitivas redes de relações familiares. Além disso, ignora-se que, a partir de 1950, se criou uma teoria psicanalítica de grupo que gerou novas técnicas de intervenção. Quanto à Terapia de Família psicanalítica é somente a partir de 1970, na França, que se delimita um campo e uma prática, fazendo nascer uma concepção grupalista do indivíduo e da família, independente de toda referência à Teoria Sistêmica, assegura Ruffiot et alli (1985).

Na década de 1970, portanto, estabelecem-se duas referências heterogêneas, cujas diferenças devem ser destacadas. A Teoria Sistêmica funda-se sobre a observação da comunicação manifesta e, influenciada pelo Behaviorismo, com objetivos pragmáticos,

privilegia a observação do comportamento e de sua mudança, através do estabelecimento de um novo tipo de comunicação. A abordagem psicanalítica grupalista inspira-se, tanto na teoria quanto na técnica, por uma representação do *status* da fantasia grupal e individual no interior de cada família. Trata-se de uma escuta, para além das trocas verbais e comportamentais, da fantasia familiar, no interior do aparelho psíquico da família, que se revela das associações livres dos membros da família, reunidos na sessão. O analista procura escutar a comunicação inconsciente, subjacente a toda comunicação manifesta por interação, em um nível de funcionamento arcaico, no qual os indivíduos diluem suas psiques individuais em uma psique grupal. Esta última observação, levou Ruffiot et alli (1985) a formular uma hipótese de um “aparelho psíquico familiar”, baseado no “aparelho psíquico grupal”, conceito formulado por Kães em 1976, cuja definição é a constituição de um espaço “intermediário, mediador” entre a realidade psíquica interna e a realidade social externa. Ruffiot estabelece o “aparelho psíquico familiar” como a matriz de todo aparelho psíquico grupal e, por consequência, mediador de toda relação social.

Kães (2001) identifica, em Freud, o conceito de transmissão psíquica, manifestando-se pela diversidade semântica, pela diversidade de objetos e pela pesquisa freudiana sobre o tema. A transmissão psíquica aparece como a questão da hereditariedade nos *Estudos sobre a Histeria* (1895) e prossegue até seus últimos textos, como *Análise terminável e interminável* (1937) e *Moisés e o monoteísmo* (1939), ao discutir a etiologia da neurose e sua transmissibilidade pela via psíquica. *A Interpretação do sonho* (1900) inaugura uma outra via: a da transmissão inconsciente pela identificação ao objeto ou à fantasia do desejo do outro. O debate centra-se sobre a imitação e o contágio psíquico entre os sujeitos, mas igualmente sobre as modalidades intrapsíquicas da transmissão dos pensamentos (do sonho). Em *Totem e Tabu* (1912-1913), o tema surge como o que se transmite de geração em geração, tal como o tabu e a culpabilidade. Com a *Psicologia de grupo e a análise do*

ego (1921) e *O ego e o id* (1923), a questão da transmissão é relançada sobre as bases da identificação, do ego e do superego.

Ressaltando a intersubjetividade como uma questão para a Psicanálise, a transmissão psíquica é retomada por Kâes para repensar Freud, diferenciando-se da referência sistêmica. A transmissão psíquica é intersubjetiva, caracterizando um movimento pelo qual um sujeito se identifica com o desejo ou com o sintoma de um outro, transmitindo-se, de um ao outro, um traço inconsciente, posto em comum. A identificação passa a ser vista como um índice de coincidência entre dois “eus”, tratando-se de uma aliança inconsciente. A transmissão psíquica relaciona-se ainda com a noção de trabalho psíquico, compreendendo o processo e o resultado de ligações psíquicas entre dois aparelhos psíquicos e as operações realizadas por estas ligações. Requer-se, neste sentido, a diferenciação entre o que é transmitido e o que é recebido e transformado, durante a história de um sujeito, em um processo pessoal de apropriação da herança. É *a posteriori*, portanto, que se permite uma reinscrição interpretativa, descartando uma visão de causalidade linear para a transmissão psíquica. Desse modo, distingue-se o conceito de transmissão psíquica do conceito de comunicação que, impregnado de uma concepção behaviorista, baseia-se na observação aqui-e-agora do par estímulo-resposta ou da entrada e saída de informação. A transmissão psíquica, defendida pela Psicanálise, rompe com o par estímulo-resposta, enfatizando a idéia de trabalho psíquico e de interpretação *a posteriori*. Passado e presente confundem-se ao serem relacionados.

Da oposição relacional/intrapsíquico surgem duas opções: a observação de um padrão comunicacional, que identifica o funcionamento de um sistema familiar; ou a identificação entre traços inconscientes, definindo-se, de modo privilegiado, pela transmissão psíquica entre gerações. Em outras palavras, definindo os termos de uma oposição, tem-se: de um lado, a comunicação, realizada no presente, geralmente entre duas gerações, definindo um modo de funcionar sistêmico, que se identifica pela observação do

padrão comunicacional, determinante do comportamento de cada membro da família; e, de outro lado, a transmissão psíquica, atravessando gerações, exigindo-se uma atenção às histórias que são contadas e recontadas pelas famílias, das quais os indivíduos extraem parte do significado de suas vidas. Estas são questões que remetem a uma oposição entre espaços: exterior, aquilo que pode ser observado e descrito, e interior, aquilo que se interpreta das ligações inconscientes que circulam entre os sujeitos. Não acredito que esta oposição resolva-se simplesmente pela defesa de uma complementaridade entre as duas referências. Há que se fazer distinções e vinculações, que transformem a perspectiva teórica.

A despeito da ênfase no vínculo entre comunicação comportamento e ação, tão lembrado pelo aspecto pragmático da Teoria Sistêmica, a transmissão psíquica é igualmente um ato, que pode ser observado pelo comportamento manifesto. Transmitir possui um sentido mais amplo no tempo e requer mais atividade do sujeito, requer uma elaboração psíquica. Comunicar, idéia contida em um padrão de funcionamento que determina comportamentos pelo aspecto interacional, enfatiza o aspecto sistêmico ou relacional, ponto de entrada para a mudança das relações familiares e do comportamento individual. Em um sentido extenso, comunicação e transmissão se entrecruzam: o que se transmite se comunica. Estabelecendo uma distinção, no entanto, há que se considerar que comunicar está mais ligado a fazer saber ou a fazer conhecer, ligando-se, portanto, a uma idéia de reprodução, tal como na reprodução de um padrão funcional. Transmitir não é reproduzir, mas sim produzir. A reprodução está ligada ao biológico, ao orgânico, enquanto a transmissão diz respeito ao que produz inovação, distinguindo o homem do animal. O humano se inventa ao trabalhar os traços que são herdados por outros humanos. A comunicação vincula-se ao presente, enquanto a transmissão é que constrói a possibilidade de uma história, transmitindo, no tempo, bens, símbolos, valores e propriedades, guardando e reatualizando o passado no presente. A transmissão, portanto, não se localiza

somente no interior do grupo familiar, o que seria uma simplificação de um processo cultural, uma explicação individualista e/ou biológica do social.

Comunicação, fixação e estabilidade se aproximam de tal maneira que permitem uma maior previsibilidade de um processo de trocas de mensagens, limitando o humano à reprodução. Constitui-se, assim, uma ortodoxia, normalizando e fossilizando a troca de mensagens, a fim de se conservar o estabelecido. Transmissão, fluxo e trabalho sobre o recebido possibilitam a criação do novo, instaurando uma relação com o passado que não é o da contemplação passiva. O objeto de transmissão não pré-existe ao processo de transmitir, é durante a operação da transmissão que se cria o que se transmite. Não pode haver, entretanto, transmissão sem comunicação, já que é necessário um ponto de fixação, um ponto que comunica, um traço, para que o trabalho da transmissão opere o novo. A mensagem, além disso, é constituída, elaborada e interpretada pelos sentidos herdados de um determinado quadro cultural.

A partir desta discussão, dois propósitos relacionados podem ser ressaltados: primeiro, para além da simples oposição ou das exclusões incontornáveis, desejo defender uma distinção ou uma diferenciação que relaciona dois aspectos, o relacional e o intrapsíquico; segundo, apontar a necessidade de inserir esta discussão, a da formação de identidades, tanto familiar quanto individual, no interior de um contexto histórico e social, englobador destas identidades. Isto não quer dizer que pretendo abdicar das formulações da Terapia de Família, aqui apresentadas, outrossim, desejo interpretá-las a partir das relações históricas e sociais, das quais a Terapia de Família, a família e o indivíduo emergem e se constituem. Com esta idéia em mente e com o intuito de discutir o movimento de integração entre teorias e práticas, nascido e desenvolvido nos Estados Unidos, prossigo com uma vinculação entre a Terapia de Família e a Psicologia.

4.2.

Fragmentação, unificação e integração na história da Psicologia e da Terapia de Família

A Psicologia é uma disciplina caracterizada pela multiplicidade, compondo-se por inúmeras subdisciplinas, com variadas orientações teóricas, filosóficas e metodológicas, gerando uma diversificação de objetos a cada subdisciplina. O início da Psicologia já se configura pela diversificação e pela falta de unidade, observando-se, no entanto, desde o findar do século XIX e o alvorecer do século XX, tentativas de conciliação como, por exemplo, a introspecção com a psicologia objetivista, a vida interior com a observação sistemática.

Segundo Yanchar & Slife (1997), as causas para a fragmentação são, pelo menos, quatro: (1) a estrutura de remuneração profissional da Psicologia, que divide o campo entre temas mais ou menos gratificados; (2) a bifurcação ciência-prática, que distingue os temas que devem ou não ser considerados de ambos os lados; (3) a diversidade teórica, que pode ser dividida em duas tradições básicas irreconciliáveis, a científica-naturalista e a humanista-culturalista; (4) a diversidade metodológica, que se configura conforme as duas tradições anteriormente citadas. Desse modo, os autores que costumam examinar a fragmentação, elaboram suas discussões transitando entre estas quatro causas.

Uma análise a respeito da fragmentação, unificação e integração da Psicologia tem sido feita em estreita ligação com um resgate da história desta disciplina. William James é um dos que são retomados para exemplificar uma visão de mundo pluralística, propondo uma alternativa à almejada unidade da Psicologia. James afirma que não há ponto de vista privilegiado, do qual um fato possa aparecer como absolutamente simples. Uma concepção monista do mundo, seja ela materialista ou idealista, não observa as características que não estão de acordo com sua visão. A ênfase na experiência, pelo contrário, expõe as condições embaraçosas de uma visão pretensiosa de tudo abarcar. Um alto preço é pago pelo

estabelecimento de esquemas intelectuais que ordenam o mundo de modo definitivo, apesar da segurança que eles podem oferecer. James, segundo Viney (1989), reconhece que uma Psicologia fragmentada em múltiplas teorias e objetos torna inevitável a tentativa da unidade. Seu interesse, no entanto, volta-se para a consideração de um e de muitos, concomitantemente. James acredita no valor de unidades genéricas, permitindo agrupamentos de coisas segundo uma classificação, assim como acredita que a busca destas unidades se faz presente também no cotidiano de todos nós, sendo, portanto, geradora de um benefício social. O benefício de uma unidade disciplinar torna-se uma necessidade, mas Viney (1989) enumera algumas questões importantes para James. Como esta unidade permite ver o mundo? Quais fatos se diferenciam? Que tipo de unidade ela é? Lingüística, filosófica, metodológica ou estética? Supondo-se diversas unidades, elas poderiam ser ajustadas em uma ampla e coerente estrutura? As respostas a estas perguntas estão fundamentadas em uma premissa: a unidade deve ser constituída assegurando que pontos de vista alternativos recebam a merecida atenção. James defende, com esta premissa, um solo pragmático, a fim de assegurar que um esquema intelectual não se torne absoluto. Define, assim, sua preferência pelos dados da experiência, ao invés de uma abstração intelectual.

Para Staats (1991), a fragmentação da Psicologia tem sido reconhecida de modo casual, durante sua história, fazendo com que aqueles que questionam a falta de unidade da Psicologia sejam, comumente, ignorados. Hoje a busca por uma unidade não é uma tarefa fácil devido ao elevado número de elementos a serem relacionados. Muitas vantagens, no entanto, podem ser produzidas quanto à diminuição da competição, o aumento da colaboração para resolver problemas, tornando o conhecimento mais conectado. Staats (1991) acredita que toda ciência começa caótica, não-unificada, e somente através de longos esforços ela se move para um estado unificado. O processo de unificação, portanto, é uma dimensão fundamental do progresso da ciência. Não acredita,

porém, que a unificação seja sinônimo de dominação. Uma ciência incapaz de permitir a proliferação de elementos e de articulá-los não será capaz de atingir um estado de unificação.

Em um projeto de unificação, torna-se essencial diminuir a redundância de achados e de conceitos encontrados na Psicologia. Devem-se observar os pontos em comum, que não têm sido identificados por serem descritos em diferentes linguagens e por diferentes teorias. A importância de um fenômeno particular deve depender, em parte, da extensão em que ele se insere em uma rede de relações com outros fenômenos, assim como também o valor de uma teoria está na extensão em que ela introduz um fenômeno em uma rede significativa. O autor não defende a combinação eclética superficial. Ele quer construir pontes que vinculem as teorias, buscando elementos, entre as teorias e suas metodologias, que possam ser relacionados, sem a intenção de construir uma teoria completa ou um método definitivo (Staats, 1999). Neste sentido, Staats (1991) chama atenção para Psicologia Cognitiva, afirmando que, apesar de ela se considerar a concretização da unidade na Psicologia, ela é um somatório de elementos inarticulados. Dessa forma, o projeto de unificação mantém-se. O interesse principal de Staats (1991) é o da busca de uma estrutura teórica ampla, organizando hierarquicamente os campos teóricos da Psicologia e relacionando os elementos encontrados. A construção de uma rede, portanto, é mais importante do que experimentos bem-sucedidos, mas isolados entre si.

Sternberg & Grigorenko (2001) descrevem uma abordagem, chamada de Psicologia Unificada, cujas características principais são a multiplicidade de paradigmas e de disciplinas, aliada à integração do fenômeno psicológico, a partir de uma convergência das operações metodológicas. Para que esta Psicologia se realize, é preciso pôr de lado três hábitos muito presentes entre os psicólogos: (1) a exclusiva confiança em uma simples metodologia; (2) a identificação de áreas especializadas em termos de subdisciplinas psicológicas; (3) a aderência a um simples paradigma para a

investigação do fenômeno psicológico. Ao eliminar estes três hábitos-obstáculos, desejam construir uma abordagem holística para a investigação psicológica, fornecendo uma base para integrar e unificar diversas visões do ser humano. Quando afirmam a convergência de operações, referem-se ao uso de múltiplas metodologias para estudar um simples fenômeno ou problema psicológico. A idéia básica é a de que uma metodologia isolada é inadequada para um estudo compreensivo de qualquer fenômeno psicológico, levando a que se entenda somente parte deste fenômeno. Afirmam que não possuem uma perspectiva totalizadora, nem indivisível e nem eclética. Ressaltam a compreensão do fenômeno psicológico como inserida em uma entidade gestáltica: cada parte está incluída em um todo maior, relacionando-se com outras partes. Para estes autores, mais do que focalizar métodos ou paradigmas, é fundamental distinguir um foco de estudo e contextualizá-lo, encorajando a diversidade de visões sobre o fenômeno psicológico e sobre como abordá-lo.

Até aqui, citei autores que discutem a fragmentação, unificação e a integração do ponto de vista da teoria e da investigação psicológica. Esta discussão, entretanto, é igualmente intensa no campo das práticas psicoterápicas. Nos Estados Unidos, em 1959, foram identificados 36 sistemas de psicoterapia distintos; em 1979, mais de 130 formas de terapia eram oferecidas; em 1986, mais de 400 escolas de psicoterapia são identificadas. A rivalidade, comentam Beitman et alli (1989), marca a relação entre estas diferentes formas de psicoterapia desde o seu começo, caracterizando um meio em que um dogma deve substituir o outro. Com o passar dos anos, porém, há uma abertura maior para contribuições de diferentes perspectivas, aumentando a consciência de que a utilização de uma única escola traz limitações clínicas. Por conseguinte, alguns terapeutas começaram a utilizar técnicas de diferentes escolas sem se preocuparem com sua origem teórica. Somente a partir do meado da década de 1970, desenvolve-se uma área de interesse, claramente delineada, sobre a integração em

psicoterapia. Este crescente interesse gera uma série de publicações, organizações e conferências sobre o tema, culminando com a criação de um periódico específico: o *Journal of Integrative and Eclectic Psychotherapy*.

Beitman et alli (1989) sugerem que, no percurso deste movimento, torna-se importante distinguir ecletismo de integração. O termo ecletismo costuma ser empregado para se referir a uma mistura de técnicas, sem preocupação teórica. A integração pode admitir um componente eclético, ao integrar métodos clínicos de diversas fontes, mas o termo integração adquiriu um significado mais teórico, denotando uma síntese conceitual de diversos sistemas interpretativos. O ecletismo é empírico, aproveitando o que já existe, e é mais pragmático, preocupando-se em obter melhores resultados. A integração, sendo mais teórica do que empírica, preocupa-se em criar algo novo, uma gestalt teórica coerente ou uma estrutura metateórica.

Os autores enumeram seis motivos para o movimento de integração estar ocorrendo: (1) proliferação de práticas terapêuticas; (2) limitações de uma única teoria; (3) igualdade dos resultados entre as terapias; (4) busca de pontos em comum; (5) ênfase sobre as características do paciente e sobre a relação terapêutica; (6) contingências sociais, políticas e econômicas.

Poznanski & McLennan (1995) relembram o clássico estudo de Fiedler, realizado em 1950, que se torna conhecido por sua conclusão: não há diferenças notórias, na prática terapêutica de terapeutas experientes, que adotam várias orientações teóricas. Neste sentido, a experiência toma maior vulto sobre a escolha teórica, aumentando o interesse por uma compreensão da prática terapêutica, que transcenda as diferenças teóricas. Arnkoff (1995) comentando o texto de Poznanski & McLennan (1995) propõe que o crescente interesse pelo movimento de integração deve ser dividido em três áreas: (1) a busca de fatores comuns, representado pelos estudos que não encontram diferenças significativas entre os tratamentos; (2) a integração teórica que procura combinar

elementos existentes de teorias, combinando aspectos de diferentes escolas e criando novas teorias; e (3) ecletismo técnico que envolve a seleção de técnicas, de diferentes escolas, que melhor se ajustam à necessidade do cliente.

Muitos outros artigos abordam o tema da integração, defendendo pontos de vista específicos, tais como quais escolas ou técnicas devem ser selecionadas ou quais dos seus conceitos devem ser agrupados, etc., configurando-se uma extensa discussão. O periódico *Journal of Psychotherapy Integration*, criado nos anos 80 por *The Society for the Exploration of Psychotherapy Integration* (SEPI), inaugurou uma seção especial, na qual são resgatados e publicados textos considerados clássicos desta idéia de integração, seguindo-se de vários artigos-comentários que intensificam o debate. O primeiro deles foi um artigo publicado em 1936 por Saul Rosenzweig, no periódico *American Journal of Orthopsychiatry*. O artigo começa com uma citação de um personagem de Lewis Carroll, do livro *Aventuras de Alice no País das Maravilhas*: “Finalmente o Dodô declarou: ‘Todo mundo ganhou, e todos devem ganhar prêmios’” (Carroll, 2002, p.29). Esta frase pronunciada após uma “corrida em comitê” - desordenada, sem ponto de partida e de chegada, prescindindo de um único vencedor - é uma analogia à falta de um critério, definidor da melhor forma de se exercer a prática terapêutica. O sem sentido da disputa, gerado pela ausência de competição e pelo alcance do bom resultado por todos os participantes, revela o clima da busca de fatores em comum entre as diversas práticas terapêuticas. São quatro os fatores comuns, enumerados por Rosenzweig (2002), encontrados nas práticas terapêuticas que obtêm bons resultados: (1) operação de fatores implícitos, não-verbalizados, como um efeito indefinido da personalidade de um bom terapeuta; (2) a consistência formal da ideologia terapêutica, como uma base para sua prática; (3) uma formulação alternativa dos eventos psicológicos; e (4) a interdependência da organização das personalidades, tanto do cliente quanto do terapeuta, reduzindo o efeito das diferenças entre

uma forma de psicoterapia ou outra. Rosenzweig (2002) conclui que a verdade, completa ou absoluta, de uma teoria ou de uma técnica não é necessária para o sucesso terapêutico.

Duncan (2002a) comenta que, após este artigo de 1936, muitos outros foram publicados para propor e discutir o tema, reconhecendo ou não a influência de Rosenzweig. Dentre os que receberam uma influência direta, e explicitada pelo próprio, está Carl Rogers, fundador da Abordagem Centrada na Pessoa. Esta abordagem se caracteriza pela redução da sistematização teórica e técnica para fundamentar a prática terapêutica, privilegiando a relação com o cliente. A partir de 1980, relata Duncan (2002b), há um incremento quanto à discussão e à publicação de textos que discutem os fatores em comum, variando a descrição ou a ênfase dada a cada um dos fatores definidos por Rosenzweig. Estes textos referem-se, particularmente, ao movimento do ecletismo e da integração.

Duncan (2002b) sugere que, no espírito do legado de Rosenzweig, os psicoterapeutas abandonem a falida procura empírica por intervenções prescritivas, baseadas no modelo médico de psicopatologia para a cura de desordens específicas. Trata-se, portanto, de uma chamada para uma aplicação sistemática dos fatores em comum, fundamentando-se no modelo relacional e na competência do cliente. A terapia pode obter bons resultados, mas a compreensão do que a faz funcionar não pode ser encontrada em explicações estreitas ou no raciocínio *a posteriori* adotado por diferentes orientações teóricas. Muitas pesquisas foram feitas neste sentido, o que leva Duncan (2002b) a sumariá-las, redefinindo os fatores em comum:

- 1 - O fator cliente: o cliente é o mais potente colaborador para que ocorra um bom resultado psicoterápico, sendo os seus recursos trazidos para dentro da terapia e levados para influenciar o lado de fora. A habilidade do cliente para mudar supera qualquer diferença entre os modelos. O terapeuta precisa desenvolver suas habilidades para formular

o problema de modo relevante para o seu cliente, a ponto de imprimir nele o começo de um trabalho para a sua transformação. Aprecia-se, dessa forma, a singularidade de cada indivíduo;

- 2 - O fator relação: a percepção do cliente quanto à relação terapêutica é o mais consistente prognóstico para a melhora. A aliança entre terapeuta e cliente contribui para criar um padrão de conquista de objetivos. Isto requer do terapeuta, no seu dia-a-dia, uma atenção cuidadosa e dirigida para as necessidades de seu cliente, monitorando suas reações, seus comentários, suas explicações, suas interpretações, suas questões e sugestões. Isto demanda uma grande medida de flexibilidade da parte do terapeuta e uma disposição para mudar uma postura relacional, adaptando-se às percepções do cliente, em busca do que seja mais proveitoso;
- 3 - O fator placebo: nas terapias bem-sucedidas, tanto terapeuta quanto cliente acreditam no poder restaurador dos procedimentos e dos rituais terapêuticos. Deste ponto de vista, qualquer técnica de qualquer modelo pode ser considerado como um ritual curativo, rico em possibilidades de esperança e de expectativas inspiradoras;
- 4 - O fator modelo/técnica: as comparações feitas, entre técnicas terapêuticas de diferentes modelos, não demonstraram um mínimo de diferencial quanto à sua eficácia. As explicações teóricas dos terapeutas contam menos pela especificidade de sua teoria do que pela consistência com que uma doutrina usada é aderida, oferecendo uma base sistemática para mudança e uma formulação alternativa para o cliente.

Este último fator, modelo/técnica, é o que está mais diretamente relacionado ao movimento de integração. Weinberger (2002), remetendo-se a este movimento, afirma que há uma tendência equivocada de procurar o melhor tratamento para uma situação ou um problema específico. Procurar pela definição de uma

ou duas intervenções mais eficientes é um erro que repete a tendência à especialização, característica do modelo médico. A indicação mais plausível, no espírito do legado de Rosenzweig, é a busca pela generalização. Deve-se buscar a formulação de uma teoria, a mais ampla possível, procurando abarcar a complexidade da vida humana.

Blow and Sprenkle (2001) trabalham o tema dos fatores comuns, introduzindo-o no campo da Terapia de Família. Neste caso, os fatores comuns são modificados, como o fator cliente, já que a Terapia de Família não se dirige somente para o indivíduo. São sugeridos cinco fatores comuns específicos da Terapia de Família:

- 1 - O conceito relacional: tradicionalmente, a Terapia de Família compreende os problemas humanos em termos relacionais. Qualquer que seja a configuração familiar apresentada durante a sessão, o terapeuta empreende uma observação e uma intervenção que inclui todo o sistema;
- 2 - A expansão do sistema de tratamento: o tratamento direto é realizado com quem comparece fisicamente à sessão, mas há uma abordagem indireta em que o tratamento sistêmico dirige-se às pessoas ou instituições que estão fora da sessão, mas que podem afetar a terapia em diferentes direções;
- 3 - A expansão da aliança terapêutica: um terapeuta de família trabalha com mais de uma pessoa, expandindo a aliança terapêutica para cada membro da família, para cada subsistema e para o sistema como um todo;
- 4 - Os fatores comportamentais, cognitivos e afetivos: o aspecto comportamental ocorre quando o terapeuta facilita a mudança dos clientes por meio da mudança do padrão interacional, modificando as fronteiras, a estrutura da família ou ajudando os clientes a aprenderem novas habilidades. O domínio cognitivo é ativado quando o terapeuta ajuda seus clientes a obterem *insights* a respeito dos processos interacionais, aos quais estão submetidos, na família, entre

as gerações e entre a família e outros sistemas. O aspecto afetivo ou vivencial ocorre quando o terapeuta facilita as conexões emocionais que os clientes possuem consigo mesmos, com o terapeuta e com cada membro da família;

- 5 - O privilégio da experiência dos clientes: ênfase nos recursos que os clientes possuem para transformarem suas vidas. Esta é uma característica das abordagens terapêuticas influenciadas pelo pós-modernismo, tal como a Terapia de Família.

É importante notar que a busca de fatores comuns, na Terapia de Família, elimina a necessidade tradicional de separar o intrapsíquico do relacional, incluindo ainda os sistemas externos à família.

Um movimento histórico de integração, na Terapia de Família, pode ser identificado na prática diária de cada terapeuta que foi realizando, aos poucos, sua própria forma de combinar diferentes abordagens terapêuticas (Jensen et alli, 1990). Hoje, porém, teoria e prática da integração são discutidas abertamente, formalizando um movimento a partir dos anos 80. Case & Robinson (1990) preocupam-se em esclarecer a terminologia utilizada, começando por definir o termo integração, pelo aspecto do que deve ser integrado. Neste sentido, fizeram uma revisão da literatura e encontraram, ao menos, quatro áreas distintas: (1) combinação de terapia individual e familiar; (2) combinação de elementos de diferentes escolas da Terapia de Família, desenvolvendo um método específico de tratamento; (3) combinação de modelos de Terapia de Família com estilos ou problemas familiares; (4) criação de modelos metateóricos. Os autores enfatizam o primeiro fator, defendendo uma perspectiva em que a compreensão psicológica individual deve ser vista como um dos elementos do sistema. Uma teoria abrangente deve incluir a inter-relação do individual e do sistema. A oposição terapia individual versus terapia familiar ou terapia grupal passa a ser uma questão prática de escolha técnica. Estes autores, portanto,

privilegiam uma integração teórica, com a expectativa de se criar uma metateoria abrangente.

Uma revisão da literatura, sobre a integração na Terapia de Família, é realizada por Watts et alli (1997). Utilizam uma lente epistemológica para analisar as estratégias de integração, subdividindo em implementações teóricas e clínicas. Analisam seis periódicos dos Estados Unidos, específicos de Terapia de Família, inspirando-se em Case & Robinson (1990). Os autores reconhecem a presença de uma confusão epistemológica em várias tentativas de integração, recomendando uma proposta de aliança entre teoria, pesquisa e prática. Concluem que, de 1988 a 1995, há dois subtipos de integração na Terapia de Família. O primeiro tipo defende a integração de diferentes abordagens, tendo como lente epistemológica a possibilidade de tornar a realidade conhecida. Esta realidade é estruturada e mudará com a terapia; preocupando-se mais com o resultado da terapia do que com uma formulação teórica. O segundo tipo procura elaborar uma forma de integração gestáltica, incluindo o individual, a família e a sociedade. Sua lente epistemológica é determinada pela influência do Construtivismo e do Construcionismo Social. Por consequência, a realidade não pode ser conhecida objetivamente. A mudança é constante e a terapia apenas auxilia este processo, estruturando um caminho.

Inspirada pela idéia de conhecer estas tentativas de integração, esquadrinhei os periódicos internacionais e avistei um extenso horizonte de possibilidades. Resolvi concentrar-me, então, em dois periódicos a partir dos anos 90 até hoje. O primeiro periódico abordado é o *Family Process*, que defende uma perspectiva multidisciplinar. Fundado em 1962, nos Estados Unidos, *Family Process* é publicado quatro vezes ao ano por um instituto que tem o mesmo nome do periódico. O segundo periódico é inglês, o *Journal of Family Therapy*, fundado em 1978 e publicado quatro vezes ao ano por *The Association for Family Therapy and Systemic Practice*. Esta pesquisa confirmou a divisão estabelecida por Case & Robinson (1990) quanto às distintas áreas de integração. Além

disso, pude constatar o grande número de artigos sobre o tema, destacando-se a necessidade de se construir uma compreensão teórica que relacione tanto a família quanto o indivíduo, em seus aspectos relacionais e intrapsíquicos. No total foram selecionados 33 artigos do *Family Process* e 23 do *Journal of Family Therapy*. Nos dois periódicos, encontra-se um volume inteiramente dedicado ao tema da integração. No *Family Process*, é o volume 41, número três de 2002, cujo tema é a integração entre a Teoria do Apego e a Teoria dos Sistemas. No *Journal of Family Therapy*, é o volume 19, número dois, de 1997, que lança a pergunta, no editorial: pode a psicanálise ser usada em terapias sistêmicas? Seria necessário um outro texto para relatar e analisar estes artigos, revelando as suas especificidades. Esta incursão, porém, ajudou a ter uma idéia da dimensão deste movimento, o que me levou a refletir sobre este tema no Brasil.

Gostaria de mencionar alguns artigos, separando-os conforme as quatro áreas distintas, estabelecidas por Case & Robinson (1990), as quais definem o que deve ser integrado e de que forma.

- 1 - combinação de terapia individual e familiar:

→ *Family Process*

Rosenbaum & Dickman (1995) desejam realizar uma síntese das terapias individual e familiar, adotando a perspectiva de um *self* que está sempre em transformação, ao mesmo tempo, vazio e conectado com as relações que estabelece. Os principais autores utilizados são Bateson, Maturana e Varela, conjugando a argumentação com o Budismo.

→ *Journal of Family Therapy*

Pinsof (1994) propõe uma abordagem terapêutica que comece com intervenções no aqui-e-agora e nas relações até alcançar o lá-e-então do intrapsíquico. Procura, assim, mover-se da família ao indivíduo e do presente ao passado, conforme a necessidade de cada caso. Utiliza desde a prática sistêmica até a Teoria do Self, passando pela prática humanista de terapia.

- 2 - combinação de elementos de diferentes escolas da Terapia de Família, desenvolvendo um método específico de tratamento:

→ *Family Process*

Papp & Imber-Black (1996) descrevem um método para a terapia que utiliza temas multi-sistêmicos, tais como: individual, diádico, triádico, família como um todo, intergeracional e sociocultural. Este método procura combinar significado e ação para facilitar a mudança terapêutica. Utilizam as escolas e as teorias que abarcam os variados sistemas acima citados.

→ *Journal of Family Therapy*

Larner (2000) identifica pontos em comum entre a Psicanálise e a Terapia de Família, inserindo-as em uma teorização pós-moderna. Constrói um método para a terapia, baseado na narrativa, com influências do Construcionismo Social e da Psicanálise.

- 3 - combinação de modelos de Terapia de Família com estilos ou problemas familiares:

→ *Family Process*

Sheinberg (1992) descreve uma abordagem para as rupturas emocionais e sociais que caracterizam a descoberta do abuso sexual no interior da família. Defende que idéias vindas tanto do Construcionismo Social quanto do Feminismo podem ser combinadas para compreender a situação do abuso sexual.

→ *Journal of Family Therapy*

Vetere & Henley (2001) discutem a contribuição da Teoria dos Sistemas para o programa de tratamento de álcool. A psicoterapia sistêmica é integrada com a psicoterapia de grupo analítica para casais e famílias que apresentam problemas com álcool.

- 4 - criação de modelos metateóricos:

→ *Family Process*

Lebow (1997) defende uma quebra de limites entre as escolas da Terapia de Família, entendendo que a integração não é só uma mistura de estratégias e intervenções, mas algum esforço para

construir uma teoria que transcenda as abordagens. O termo deve ser reservado para os métodos que cruzam os limites de uma perspectiva filosófica determinada, caminhando para a construção de uma metateoria. O autor afirma ser necessário um trabalho com o *self* do terapeuta, o que torna mais consistente e eficaz a integração.
→ *Journal of Family Therapy*

Akister (1998) afirma que a Teoria do Apego oferece um caminho para pensar o relacionamento diádico no interior do sistema familiar. A Teoria Sistêmica, por sua vez, contribui para a Teoria do Apego, ao inserir as relações diádicas no contexto de outras relações. A autora defende que pesquisas devem ser realizadas para desenvolver uma compreensão das relações familiares, a partir das referências citadas.

Até aqui, referi-me a um movimento de integração ocorrido nos Estados Unidos e na Inglaterra. Na França, o movimento tem sido mais intenso no sentido da construção de uma Terapia de Família exclusivamente psicanalítica, como o relatado anteriormente. Há um forte movimento sistêmico, mas a tendência é que estas duas linhas teóricas sigam cursos paralelos. Encontrei, todavia, um autor que formula uma comparação entre a Teoria Sistêmica e a Psicanálise.

Para Goutal (1985), descrever um aparelho psíquico grupal, supra-individual, é referir-se sempre ao modelo individual, já estabelecido, excluindo a realidade global da família. A Terapia de Família psicanalítica restringe-se à realidade interna, fazendo referências à transferência, à interpretação, aos processos de fantasia inconsciente e de simbolização. A Terapia de Família Sistêmica restringe-se, ao contrário, à família em sua globalidade externa, procurando reparar as regras de funcionamento do sistema, modificando-as ativamente. Tanto uma quanto a outra procuram pela mudança, situando-se em dois níveis diferentes: reorganização interna e individual, em um caso, e, no outro, reorganização externa. Para Goutal, no entanto, ambas obedecem fundamentalmente ao mesmo esquema de ruptura ou de

descontinuidade, termos que o autor utiliza advindos da teoria do caos de René Thom, para propor uma metaepistemologia.

Certamente há na França, e em outros países, variados exemplos de um movimento de integração. A pesquisa, neste sentido, se estenderia indefinidamente. É nos Estados Unidos, contudo, que este movimento aparece sistematizado e institucionalmente oficializado, facilitando o trabalho de pesquisa. Por este motivo, abordo uma última novidade surgida neste país.

O surgimento de uma nova disciplina, nos anos 80, nos Estados Unidos, pode ser entendido como o resultado deste movimento de integração. Esta disciplina chama-se *Family Psychology*, sendo reconhecida oficialmente pela American Psychological Association, em 1984. O termo *Family Psychology* começa a ser usado para identificar um campo de estudos multifacetado sobre a família, abarcando suas formas e variações históricas, sua estrutura e funcionamento através dos tempos, espaços, culturas e gerações, além de seus atributos idiossincráticos e sistêmicos (Kaslow, 1987).

Psicologia da Família é a forma como escolho traduzir o nome desta disciplina que começa a chegar ao Brasil. Ela sofre grande influência da Terapia de Família. Possui, no entanto, suas próprias características, representando a matriz de um conhecimento psicológico, envolvendo o desenvolvimento de teoria, de pesquisa e de prática, a respeito da família contemporânea e seu extenso contexto.

No lançamento do primeiro número do *Journal of Family Psychology*, em 1987, há uma tentativa de definição deste novo campo. A Psicologia da Família utiliza tanto a perspectiva sistêmica quanto a ênfase da Psicologia tradicional sobre o indivíduo. Embora tenha um foco primordial sobre a família e o casal, focaliza igualmente o indivíduo em suas relações primárias e estruturais, assim como focaliza a ecologia social da família, ou seja, as redes sociais nas quais a família se insere. O indivíduo e a família são construídos, nesta perspectiva, como todos e partes, dependendo do contexto que é tomado como foco de estudo. Esta disciplina,

portanto, nasce da necessidade de compreender a dinâmica individual, conjugando-a com a compreensão da dinâmica familiar; abarcando estes dois elementos, insere-se a compreensão do contexto social (Mikesell et alli, 2001).

A dança do *self* e do sistema passa a reverberar nos casais, nas famílias e nos rituais comunitários, os quais dão ritmo, continuidade, padrões e estímulos à vida familiar. Não há mais necessidade de fazer uma escolha entre o indivíduo (*self*) e a família (sistema) ou entre o intrapsíquico e o relacional. É possível abarcar ambos e estabelecer uma correspondência entre variáveis externas e internas (Kaslow, 1991; L'Abate, 1992, 1998).

A analogia com a dança é mencionada três vezes neste capítulo. A primeira vez é Maturana quem a utiliza para ilustrar a sua visão de mudança social e familiar, iniciada por um indivíduo que muda o passo, mudando a coreografia. Na segunda vez, Gergen utiliza a dança para defender uma concepção de terapia, na qual há uma transformação do *self* pelas narrativas que fluem. A dança, paradoxalmente, pela sua fluidez, oferece uma sustentação mais completa ao *self*. Kaslow, a terceira a invocar a dança, como sendo a do *self* e a do sistema, defende a possibilidade de não ter mais que se fazer escolhas excludentes. Parece, devido à insistência da aparição desta analogia, que é imperativo dançar. Que cada um, então, dance conforme a música escolhida. E que não seja proibido mudar de par, de coreografia, de música e de analogia.

Apresentei uma dança-transformação histórica em três pares: fragmentação, unificação e integração. Estes termos fazem menção à outra discussão, ligada aos sufixos “multi” e “trans”. Augras (1999), ao se perguntar sobre qual escolha fazer, multidisciplinaridade ou a transdisciplinaridade, indica os elementos de um dilema epistemológico. O sentido da multidisciplinaridade revela uma tendência para se pensar a multiplicação como aumento de clareza e de distinção de um fenômeno. Esta perspectiva exige igualmente que haja uma aproximação, traduzindo os diferentes códigos encontrados nas

diferentes disciplinas. Uma contradição surge desta exigência, levando à eliminação da diferença e impondo a necessidade de um princípio unificador. Agora, em vez de somar, há “um processo de informação circular que se auto-alimenta” (Augras, 1999, p. 100). Da multi para a transdisciplinaridade ocorre o esvaziamento de cada disciplina, conseqüência da “unicidade do fenômeno”. Elege-se uma base unificadora que, muitas vezes, tem sido o inconsciente, a linguagem ou o imaginário. Dessa forma, há o perigo de uma prática hegemônica, visto que cada conceito deriva de uma disciplina específica. Corre-se o risco de que uma queira dominar a outra, ao privilegiar a sua própria compreensão do humano. Com sua tendência à unificação, a transdisciplinaridade torna-se “suporte de pretensões hegemônicas”. Augras (1999) propõe, então, uma outra forma de transdisciplinaridade, baseada na pressuposição de que cada disciplina cria seu próprio objeto. Ela ocorre de modo pontual e instável: enfrenta os riscos da fragmentação, caracterizando-se pelas interseções entre as disciplinas, seus respectivos objetos e os eventos a serem compreendidos. O caminho feito pela fronteira, o encontro nas “margens do conhecimento” angustia, mas indica a importância do limite que separa e constitui a diferença, como também permite o diálogo que gera novidade.

Neste sentido, prefiro utilizar o termo interdisciplinaridade com o “inter” marcando, ao mesmo tempo, conexão e diferença. Uma proposta de construir uma metateoria, que se encontra no movimento de integração, abarcando elementos selecionados e transformados de diferentes disciplinas, parece-me menos palatável que a proposta da interdisciplinaridade. O risco de caracterizar-se uma disputa hegemônica afigura-se como mais intenso no caso da construção metateórica.

Outro dilema epistemológico, análogo ao anterior, trata da disputa na Psicologia, entre duas tradições epistemológicas, a científica e a hermenêutica, dividindo o campo e gerando graves conseqüências, quando se aplica hegemonicamente a epistemologia científica naturalista a todos os processos psicológicos. Taylor

(1992) fornece uma alternativa, ao propor o reconhecimento das limitações da epistemologia científica, o que cria um clima de tolerância. Com isso, teorias do tipo interpretativo podem ser desenvolvidas, liberando nossa imaginação. Esta posição pode trazer à Psicologia e à Terapia de Família a possibilidade de assumir estudos amplos e diversificados que convirjam, apesar das diferenças epistemológicas. Para tanto, ambas epistemologias precisam ter o mesmo valor e respeito acadêmico, garantindo-se que o reconhecimento da diferença permita ultrapassar as linhas demarcatórias das disciplinas.

Estas idéias, a da interdisciplinaridade e a do respeito acadêmico, garantidas pelo reconhecimento da diferença, compõem uma proposta de articulação. No capítulo a seguir, “Mapeando o campo III”, trago dados referentes ao Brasil. Primeiramente, faço um levantamento dos temas encontrados nos estudos sobre família. Analiso, posteriormente, como os terapeutas de família brasileiros constroem suas formulações teóricas, levantando questões relacionadas ao que foi desenvolvido até aqui. No capítulo final, apresenta-se uma proposta nascida da reflexão sobre espaços distintos e inter-relacionados.

A cara do Brasil
(Celso Viáfora / Vicente Barreto)

Eu estava esparramado na rede
 Jeca urbanóide de papo pro ar
 Me bateu a pergunta meio a esmo:
 Na verdade, o Brasil o que será?
 O Brasil é o homem que tem sede
 Ou o que vive da seca do sertão?
 Ou será que o Brasil dos dois é o mesmo
 O que vai é o que vem na contramão?
 O Brasil é um caboclo sem dinheiro
 Procurando o doutor nalgum lugar
 Ou será o professor Darcy Ribeiro
 Que fugiu do hospital pra se tratar?
 A gente é torto igual
 Garrincha e Aleijadinho
 Ninguém precisa consertar
 Se não der certo, a gente se vira sozinho
 Decerto então nada vai dar
 O Brasil é o que tem talher de prata
 Ou aquele que só come com a mão?
 Ou será que o Brasil é o que não come
 O Brasil gordo na contradição?
 O Brasil que bate tambor de lata
 Ou que bate carteira na estação?
 O Brasil é o lixo que consome
 Ou tem nele o maná da criação?
 Brasil, Mauro Silva, Dunga e Zinho
 Que é Brasil zero a zero e campeão
 Ou o Brasil que parou pelo caminho
 Zico, Sócrates, Júnior e Falcão
 O Brasil é uma foto de Betinho
 Ou um vídeo da favela Naval?
 São os trens da alegria de Brasília
 Ou os trens de subúrbio da Central?
 Brasil-Globo de Roberto Marinho?
 Brasil-Bairro: garotos-Candeal?
 Quem vê do Vidigal o mar e as ilhas
 Ou quem das ilhas vê o Vidigal?
 O Brasil alagado, palafita?
 Seco açude sangrado, chapadão?
 Ou será que é uma Avenida Paulista?
 Qual a cara da cara da nação?

Ney Matogrosso. *Olhos de Faróis*. (1998).

5

Mapeando o campo III: estudos sobre família, terapias e terapeutas de família no Brasil

As perguntas quem são e o que fazem os terapeutas de família têm sido insistentemente debatidas e publicadas em periódicos internacionais. Quanto ao Brasil, esta discussão tem sido feita principalmente nos congressos nacionais. O VI Congresso Brasileiro de Terapia de Família acontecerá em Florianópolis, durante o mês de julho de 2004, organizado pela ABRATEF (Associação Brasileira de Terapia de Família). Como tema é lançada a seguinte questão: “O que tu fazes por aí? Diversidade e abordagens na família brasileira”. O convite, a participar do congresso, é amplo, incluindo todos os estudiosos de família. No encarte, anunciando o congresso, proclama-se que, após dez anos de congressos, pela primeira vez, será privilegiado o intercâmbio entre os terapeutas brasileiros. O objetivo mais notável é o de identificar diversas construções da identidade do terapeuta de família no Brasil. Outra novidade anunciada é o Primeiro Encontro de Pesquisadores, cujo propósito é reunir pesquisadores, a fim de promover a discussão e a reflexão sobre metodologias de pesquisas com família e com Terapia de Família. Destaca-se desta proposta, a relevância do tema família, constituindo a identidade de um terapeuta e um campo de pesquisas.

Configura-se, fora do Brasil, uma reorganização do campo da Terapia de Família, marcada pela influência da pós-modernidade. As duas principais características desta reorganização são: a ampliação da intervenção a variados tipos de sistemas, para além da família, incluindo a cultura, a escola, a empresa, etc. (McGoldrick, 2003; Sluzki, 1997, 1998; Wynne et alli, 1986); a implementação de uma prática sistêmica com indivíduos, de variadas formas, que podem considerar o intrapsíquico ou somente a posição de cada indivíduo em suas relações pessoais (Anderson & Goolishian, 1988; Anderson, 1999; McGoldrick & Carter, 2001; Schwartz, 2004). Dessa forma, amplia-se a intervenção tanto para os sistemas mais

amplos quanto para o indivíduo, considerado como um sistema no interior de outros sistemas.

Esta dupla ampliação pode ser vista como uma perspectiva de integração entre partes de diversas teorias. Breunlin et alli (2000) desenvolveram uma proposta, pretendendo abarcar variados sistemas pelo que chamam de metaconceitos. Entre eles, incluem: o *self*, metaconceito dos sistemas familiares internos; os padrões de interação, metaconceito das seqüências; liderança, equilíbrio e harmonia, metaconceito da organização; ampliação do ciclo de vida unidimensional, metaconceito do desenvolvimento; diferentes parâmetros, metaconceito multicultural; o feminismo e os sistemas, metaconceito de gênero. Como o próprio nome informa, mais do que integrar teorias, os autores pretendem integrar conceitos que, pertencendo a diversas teorias, supostamente, as transcenderiam. Esta abordagem demonstra como o campo vem-se caracterizando, sobretudo, pela dilatação do escopo da prática terapêutica.

Diante desta nova organização do campo, Minuchin (1998) lança a pergunta: onde estão as famílias dos terapeutas de família? Notando a ausência física das famílias nestas novas práticas, ele preocupa-se com duas perdas: a de uma compreensão do funcionamento familiar e a da identidade do terapeuta de família. Neste sentido, lança mais duas perguntas: poderá o Construcionismo Social, como uma metateoria, ajudar os terapeutas de família a compreenderem melhor como as famílias funcionam?; isto implicará, por conseqüência, uma nova direção para as práticas terapêuticas com famílias? Minuchin elabora uma crítica, diretamente, aos terapeutas de família que passam a abordar somente indivíduos em sua prática clínica. O privilégio do discurso faz com que desapareça, do *setting* terapêutico, o contexto familiar. Ao terminar seu artigo, Minuchin afirma que estes terapeutas retornam a uma ênfase na Psicologia individual que, para ele, não reflete a realidade da experiência humana. Alguns destes terapeutas escrevem réplicas. Destaco dois deles.

Sluzki (1998) considera que a reorganização do campo altera o nome que o identifica: de Terapia de Família passa-se a práticas sistêmicas. Isto significa que, apesar de a família ainda ser o *locus* privilegiado da convivência e da formação dos indivíduos, há outros campos interpessoais, nos quais a ordem social e os significados são negociados. As intervenções sistêmicas podem, legitimamente, localizar-se em diferentes terrenos, sem que se perca a família como um possível foco de intervenção. Não é mais cabível, portanto, nomear este campo como Terapia de Família, já que se constituem novos focos e novas linguagens para compor uma variedade de práticas.

Anderson (1999) ressalta que a Terapia de Família representou, desde o seu início, uma profunda mudança paradigmática no campo das práticas psicoterápicas. Com a influência do Construcionismo Social, porém, o conceito de relação recebe um outro tipo de destaque: torna-se central para compreender o diálogo e a natureza generativa do conhecimento e da linguagem. O desenvolvimento e a transformação do conhecimento faz parte de um processo comunal, que é lingüisticamente construído nas relações. Dessa forma, práticas terapêuticas, baseadas no Construcionismo Social, não podem ser entendidas como um retorno à Psicologia tradicional. A perspectiva do Construcionismo Social oferece uma definição alternativa para o *self*, caracterizando-o como a “pessoa-em-relação”: um *self* múltiplo, envolvido em múltiplas relações, incluindo amigos, parentes, colegas, membros de uma mesma religião, etc.; enfim, a pessoa não pode ser separada de suas relações. O foco não se encontra no interior, nem no indivíduo e nem na família. Para a autora, não se devem preservar dicotomias, tal como a do individual *versus* o social, nem se deve ver o indivíduo e a família como constructos em competição. Assim como pondera Sluzki (1998), Harlene Anderson considera a necessidade de se desenvolverem novas práticas terapêuticas.

No Brasil, adquire força a influência do Construcionismo Social e das práticas pós-modernas, o que pode levar a uma

descentralização da família como foco de interesse e intervenção. No entanto, a partir do convite ao VI Congresso Brasileiro de Terapia de Família, percebo que há uma discussão a respeito da identidade do terapeuta, fortemente atrelada aos estudos, às práticas com famílias e às diversas teorias implicadas. Além disso, em pesquisa realizada no Rio de Janeiro (Ponciano, 1999), constatei que a diversidade é uma marca característica dos terapeutas de família. Entre os terapeutas entrevistados, quase todos tinham formação em Psicanálise e em Teoria Sistêmica. Não há um forte movimento de integração entre diferentes teorias, mas não há igualmente um forte movimento de exclusão, tal como o ocorrido nos Estados Unidos, no início da Terapia de Família.

Dando continuidade ao interesse de conhecer o campo da Terapia de Família no Brasil, divido este capítulo em duas partes distintas. A primeira trata dos estudos sobre família e Terapia de Família, de modo geral, levantados a partir de uma pesquisa em periódicos nacionais, feita na base de dados SCIELO e INDEXPSI¹, e a partir dos cadernos de resumo dos Congressos Brasileiros de Terapia de Família. Além disso, nesta parte, analiso as referências teóricas mencionadas em alguns artigos dos periódicos nacionais e nos trabalhos dos congressos brasileiros, emanando deste contexto algumas perspectivas de integração. Exponho, na segunda parte, uma análise das entrevistas realizadas com cinco terapeutas de família no Rio de Janeiro. Trago, assim, alguns casos reveladores do campo dos estudos sobre família e Terapia de Família, caracterizando uma densidade indicativa de inúmeras questões que convidam a serem trabalhadas continuamente. Não pretendendo realizar uma análise exaustiva, tenho a oportunidade de expor, de modo abrangente, parte da história de um grupo que se reúne em torno dos estudos sobre as relações familiares. Meu principal objetivo é descrever este campo por meio das várias entradas, acima

¹ Endereços na Internet: SCIELO – <http://www.scielo.br>; INDEXPSI – <http://www.psicologiaonline.org.br>. Para uma lista completa dos periódicos, estes *sites* devem ser consultados.

mencionadas. Do texto escrito à fala das entrevistadas, é possível trazer as principais questões que compõem uma reflexão sobre o campo, ajudando-me a formular uma proposta de articulação, discutida no capítulo seguinte.

5.1.

Periódicos nacionais e Congressos Brasileiros de Terapia de Família: estudos sobre família e a perspectiva da integração

Nas bases de dados INDEXPSI e SCIELO, lancei as seguintes palavras no campo pesquisa: família, terapia de família, terapia familiar, casal e casamento. Na INDEXPSI, foram encontradas 495 referências para o termo família, 55 para Terapia de Família, 107 para Terapia Familiar, 22 para casal e 42 para casamento. Na SCIELO, foram encontradas 112 referências para família, 7 para casamento e 3 para casal. Quanto ao período, as pesquisas retornaram os seguintes resultados: dos anos de 1980 até o mês de agosto de 2003, na base INDEXPSI; de 1996 até agosto de 2003, na base SCIELO. Nestas bases de dados encontram-se diversos periódicos de diversas disciplinas, podendo ter uma perspectiva interdisciplinar ou não. Os periódicos da base INDEXPSI são em número maior do que os da base SCIELO. A primeira abrange periódicos de instituição universitária ou não, de variadas áreas e de instituições ligadas à Psicologia, enquanto a segunda só possui em sua base periódicos acadêmicos de variadas áreas. Ambas as bases possuem dados de periódicos que abrangem as áreas da Psicologia, História, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, dentre outras. A INDEXPSI, apesar do nome, não registra somente periódicos de Psicologia, revelando uma proposta de interdisciplinaridade no seu armazenamento de dados, ainda que tenha como ponto de partida uma preocupação com o campo psicológico. A base SCIELO possui periódicos das Ciências Naturais, mas somente foram consultados os das Ciências Humanas e Sociais. As ferramentas de pesquisa constituem-se de modo diferente, razão pela qual não foi necessário,

na base SCIELO, por exemplo, acrescentar o termo terapia à palavra família para encontrar artigos sobre o tema Terapia de Família.

Com a variação dos termos, lançados nos campos de pesquisa destes *sites*, acredito ter alcançado, senão a totalidade, um número aproximado dos estudos publicados sobre família e Terapia de Família, nos periódicos cadastrados. Entre os resultados, aparecem algumas repetições devido à coincidência de termos. Em um mesmo artigo, podem ser utilizados os termos Terapia de Família e Terapia Familiar, casal e casamento, entre outras coincidências. Estas repetições, no entanto não são em número acentuado. Após excluir as repetições, restaram 529 referências, incluindo as duas bases de dados.

Nos periódicos nacionais e nos Congressos Brasileiros de Terapia de Família, há uma coincidência de temas que tendem a predominar nos estudos sobre família. Os temas foram determinados pela análise do título e do resumo dos artigos. A ordenação dos temas é retratada nos apêndices, que devem ser consultados para uma apreensão do resultado como um todo. Dentre os temas com maior predominância, tanto nos periódicos nacionais quanto nos congressos brasileiros de Terapia de Família, estão: criança, casal, adolescente, violência, escola, educação, psicose, drogadicção. Além destes, especificamente nos periódicos nacionais, outros temas aparecem com frequência, tais como: saúde da família, trabalho, Terapia de Família, gênero, deficiência física e/ou mental, divórcio e paternidade. Seguida destes temas predominantes, surge uma miríade de possibilidades para se relacionar a família a variadas questões, desde a transformações sociais, ao corpo e à sexualidade. A lista dos temas pode ser analisada de muitas formas. Poderia ser dada ênfase, por exemplo, a estes temas que aparecem em número reduzido, a fim de observar sua relevância, apesar de sua baixa expressão numérica. Escolho, inicialmente, analisar alguns exemplos dos principais temas relacionados, por relevância numérica, de acordo com as tabelas que se encontram nos apêndices. Observando a importância para a pesquisa, tanto da integração de

diferentes teorias quanto da integração família/indivíduo, destaco alguns artigos dos periódicos e trabalhos apresentados nos congressos, que expressam o tema da integração, embora ocorram em número reduzido.

Começo com os exemplos de temas predominantes nos periódicos nacionais, seguindo uma ordem de apresentação determinada pela quantidade, de acordo com a tabela do apêndice I, na qual agrupo os temas pela equivalência do número de ocorrências. Ao lado de cada tema estão, entre parênteses, os números das ocorrências e as percentagens correspondentes, referentes ao total de 529 artigos encontrados nos periódicos nacionais. Por exemplo: o tema criança aparece em 44 artigos, representando 8,20% do total (44; 8,20%). É importante notar que a grande variedade de temas não permite um destaque absoluto de nenhum especificamente.

Salientam-se dos artigos destacados dois aspectos em comum: há uma forte preocupação em contextualizar os estudos sobre família e a Terapia de Família, realizados no Brasil; e estes se fazem na conjugação de variadas disciplinas. Demonstra-se, assim, a construção de uma prática terapêutica, que fazia aqui suas primeiras incursões nos anos 70, relacionando-se com variados temas de interesse. É um material extenso com um grande potencial de análise e discussão. Minha intenção, ao ilustrar com estes artigos, encontrados nas duas fontes citadas, é oferecer uma visão panorâmica do campo de estudos sobre família, incluindo a Terapia de Família e o tema da integração entre teorias.

→ Criança (44; 8,20%)

O tema da criança, sempre tão identificado com o da família, é um dos mais trabalhados. Aqui, ele é referido por dois artigos, escolhidos devido às suas peculiaridades. O primeiro trata da relação entre doença crônica na infância e família (Castro & Piccinini, 2002). O segundo artigo é o de Ferreira & Marturano (2002), cuja pesquisa reforça a idéia do controle preventivo dos problemas escolares de crianças que, presenciando problemas no

ambiente familiar, apresentam dificuldades comportamentais. Este artigo pode ser associado ao de Cunha (1997), exemplificado no tema Educação, no qual a perspectiva histórica, da presença do Estado no Brasil, oferece uma reflexão crítica a respeito das intervenções, a partir da escola, na família.

As implicações da doença orgânica na infância, particularmente as emocionais, tanto para a criança quanto para a família, são destacadas no artigo de Castro & Piccinini (2002), mostrando o caráter especial de que se reveste a relação mãe-criança. Discutem-se as dificuldades enfrentadas pela família, apesar dos avanços nos tratamentos e da melhoria das taxas de sobrevivência. Os autores sublinham o baixo número de estudos sobre o tema da doença crônica na infância e os relacionamentos familiares. Consideram, portanto, fundamental que se pesquise mais, a fim de se construir uma abordagem multiprofissional, que contemple tanto a criança quanto a família.

Ferreira & Marturano (2002) tiveram como objetivo realizar um estudo que documentasse a associação entre contextos de adversidade ambiental e comportamentos externalizantes. Participaram da pesquisa meninos e meninas, totalizando 141, entre sete e onze anos. Estas crianças estavam em atendimento devido às dificuldades escolares. Elas foram divididas em dois grupos: as com e as sem dificuldades comportamentais. Para se obterem informações sobre recursos e adversidades do ambiente familiar, as mães foram entrevistadas. O primeiro grupo, o das crianças com dificuldades comportamentais, apresentou menos recursos e maior adversidade, como: relações interpessoais problemáticas; falta de supervisão, monitoramento e suporte parental; práticas punitivas e modelos adultos agressivos. Os autores concluem ser necessário incluir a família em um projeto de intervenção preventiva.

→ Casal (39; 7,34%)

O tema casal é ilustrado pelo artigo de Féres-Carneiro (1997), que inclui a nova tendência para se considerar a conjugalidade tanto hetero como homossexual. Além disso, este texto ressalta a

perspectiva de que uma investigação das relações no campo social é de fundamental importância para a clínica. Com estas duas características, o artigo sobre casal remete à influência de movimentos e de transformações sociais que determinam a visão do terapeuta, tais como o feminismo e a pós-modernidade. Mais dois artigos sobre casal, Garcia & Tassara (2001) e Petruccelli (2001), são apresentados, indicando dois aspectos diferentes: o da manutenção do casamento e o da possibilidade de se casar. Pelo número de ocorrências, pode-se perceber a importância que é dada a este subsistema da família. Já havia notado, no primeiro capítulo, que o casamento e o par conjugal ocupam um lugar central no contexto da sociedade ocidental moderna (Durkheim, 1975; Segalen, 1998; Singly, 1996). Na Terapia de Família, o atendimento ao casal cresce à proporção de sua importância em uma sociedade considerada pós-moderna (Johnson & Lebow, 2000).

Com o objetivo de investigar o processo de escolha amorosa, Féres-Carneiro (1997) aplica uma escala e entrevista homens e mulheres hetero e homossexuais. Esta pesquisa possibilita uma maior compreensão da natureza e da diversidade das conjugalidades, influenciando a construção de uma prática clínica mais sensível às semelhanças e diferenças entre homens e mulheres, hetero e/ou homossexuais.

Garcia & Tassara (2001) realizam um estudo, em que procuram analisar quais são as estratégias para a manutenção do casamento. Para tanto, entrevistam 20 mulheres, casadas há mais de 15 anos e pertencentes à classe média alta. As estratégias utilizadas dependem da esperança de se manter ou não um casamento. Diante do perigo e da previsão, assumidos socialmente, de ser possível romper um laço conjugal, há sempre a necessidade de se fazer algo para que uma relação seja duradoura. O projeto da estabilidade é mantido por um esforço concentrado e estratégico.

Analisando os padrões de preferências na escolha de parceiros por determinados grupos raciais, Petruccelli (2001) classifica as uniões, segundo as categorias de cor dos cônjuges, em dois tipos:

endogâmicas e exogâmicas. Os dados são obtidos das pesquisas realizadas pelo IBGE. A principal conclusão do estudo revela que há um aumento aparente de casais mistos na população brasileira, mantendo-se, no entanto, uma seletividade por cor que fortalece fronteiras inter-raciais e a reprodução de desigualdades. Neste sentido, são as mulheres negras as mais prejudicadas, por serem menos representadas do que as pardas e as brancas, na condição de casadas, revelando a desigualdade no mercado matrimonial.

→ Adolescente (32; 6,03%)

Outra transformação social, a das novas configurações familiares, é considerada, pelo artigo de Wagner et alli (1999), em um estudo que relaciona dois tipos de família e o bem-estar psicológico dos adolescentes. No exemplo seguinte (Rosa, 2002), a adolescência é examinada, referindo-a à família e ao social. Nestes dois artigos, a adolescência é vista pela conciliação de aspectos individuais, familiares e sociais.

Relacionando bem-estar psicológico, desenvolvimento humano e experiências precoces do sujeito em sua família, Wagner et alli (1999) traçam uma investigação a respeito da influência da configuração familiar para o bem-estar dos adolescentes. Utilizam um instrumento, Escala Goldberg de Bem-Estar, para entrevistar adolescentes, no total de 391, entre 12 e 17 anos, de ambos os sexos, pertencentes a famílias originais (de primeiro casamento) e famílias reconstituídas (recasamento). Concluem que não há diferenças significativas entre os adolescentes dos dois tipos de família.

Rosa (2002), problematizando a relação entre adolescência e estrutura de personalidade, investiga a possibilidade de que um acontecimento na adolescência transforme a constituição subjetiva. A abordagem da autora procura vincular as operações subjetivas e sociais, com passagens da cena familiar à cena social, que permitem uma reorganização estrutural da personalidade. Neste sentido, a autora procura fazer uma crítica ao individualismo, trabalhando com os conceitos de identificação, ato e inserção no grupo social.

→ Violência (22; 4,14%)

O tema da violência é mais comumente relacionado ao mundo exterior do que à família. Destaco aqui um outro ponto de vista, questionador da família quanto ao seu papel de formação e proteção dos indivíduos, apesar de não descartá-la. A violência contra adolescentes, no artigo de Antoni & Koller (2000), é enfocada no interior da família, revelando que, apesar de uma experiência adversa, a família continua sendo um lugar desejado para se viver. O enfoque da violência é tratado a partir da visão de adolescentes do sexo feminino, entre 12 e 17 anos, que foram abrigadas em uma instituição pública após sofrerem maus-tratos. O objetivo dos autores é conhecer a visão que estas adolescentes têm sobre família e quais são suas expectativas para constituírem suas próprias famílias no futuro. Divididas em dois grupos, constatou-se uma similaridade entre elas: a idealização da família, que pode ser entendida como uma maneira de se proteger da violência e do abandono vivenciados no presente. As autoras consideram ser necessário que se alie a esperança de um futuro melhor a uma perspectiva realista, a fim de que estas adolescentes possam constituir suas famílias sem repetirem um padrão de violência.

→ Escola (19; 3,95%)

A escola tem ocupado, ao lado da família, um importante papel de socialização e formação dos indivíduos. Principalmente para aqueles que trabalham com crianças e adolescentes, estas duas instituições devem ser consideradas de acordo com as transformações socioculturais que as envolvem. Dessa forma, os processos de socialização e de construção das identidades precisam ser sempre repensados. Setton (2002), com este objetivo, argumenta que as instâncias tradicionais, tais como a família e a escola, que visam à educação, partilham suas tarefas, na contemporaneidade, com as instituições midiáticas. Para compreender a construção da identidade do sujeito, é necessário estabelecer uma perspectiva relacional entre estas três instâncias, considerando a existência de um espaço plural de múltiplas possibilidades de identificação. O

conceito de configuração de Norbert Elias permite à autora realizar seu intento de análise.

→ Psicose (18; 3,57%)

A psicose é um dos temas inaugurais para o campo da Terapia de Família, durante os anos 50, nos Estados Unidos. No Brasil, ele demonstra igualmente sua importância inicial, instaurando reflexões para uma nova prática terapêutica. Terzis (1985) efetua uma revisão bibliográfica, na qual relaciona a psicologia do grupo familiar ao processo esquizofrênico. Ressalta a formulação psicanalítica como anterior às formulações do padrão interacional, anterior às formulações sistêmicas. Tendo sido publicado em 1985, quando a Terapia de Família completa sua primeira década em território nacional, este artigo demonstra que sempre houve, no Brasil, uma tentativa de relacionar as duas referências, ainda que não se tivesse formado um movimento de integração explícito.

→ Drogadicção (16; 3,01%)

Este é mais um tema ilustrativo da necessidade de que múltiplas dimensões sejam consideradas, relacionando o indivíduo, a família e outros contextos. Feita por Schenker & Minayo (2003), uma revisão crítica da literatura, nacional e internacional, sobre adolescência, família e uso abusivo de drogas, confirma a importância de inserir o sintoma da drogadicção no contexto familiar e sociocultural. Busca-se, desse modo, entender a complexidade desta experiência. Família, escola e grupo de amigos são fontes de socialização para o adolescente e podem fazer parte de uma concepção de tratamento abrangente.

→ Educação (16; 3,01%)

Cunha (1997), ilustrando o tema da educação, narra uma história que liga o Estado à construção de um discurso desqualificativo da família para a tarefa de educar. A partir desta construção, instaura-se uma concepção psicológica do viver, reforçando o papel interventivo dos saberes psicológicos.

A incapacidade de uma família para educar seus filhos é uma formulação surgida no discurso educacional durante os anos 30 do século XX. Cunha (1997) analisa como foi configurado este discurso no Brasil, gerando uma prática intervencionista, a partir de um Estado interessado em transformar a vida dos pobres. A escola se constitui, paulatinamente, como o lugar privilegiado para a difusão de uma mentalidade higiênica, recebendo a tarefa de ensinar hábitos e princípios que asseguram a felicidade. Faz parte desta empreitada a investigação dos hábitos domésticos, esboçando-se um novo método de atuação sobre as famílias: da intervenção social passa-se à investigação da personalidade dos alunos e de seus pais.

→ Saúde da Família (14; 2,64%)

Uma abordagem multidisciplinar para o Programa de Saúde da Família (PSF) é o destaque do artigo de Trad & Bastos (1998). O interessante desta proposta é a insinuante relativização dos saberes especializados. A intervenção na saúde deixa de ser unilateral para ser inclusiva de pessoas, famílias e contextos.

Trad & Bastos (1998) consideram que a definição da família, como objeto de intervenção em saúde, merece uma análise crítica, quanto às suas implicações, diferenciando-a de uma concepção de saúde calcada no indivíduo. Especificamente para o Programa de Saúde da Família (PSF), os autores propõem uma avaliação de seu impacto sociocultural. A concepção de família demanda uma definição extensa e abrangente, considerando os contextos socioculturais. Além disso, é preciso diferenciar o PSF da antiga visão de médico de família. Uma identificação estreita entre os dois impede que se realize uma abordagem multidisciplinar, na qual a família deve ter uma participação ativa. O PSF deve ser avaliado de acordo com a sua habilidade para transformar a prática assistencial, reconhecendo os recursos da família e do seu contexto para resolver problemas de saúde individuais e coletivos.

→ Trabalho (13; 2,45%)

No artigo *A revolução de 30, a família e o trabalho feminino*, Pena (1981)² desenvolve uma abordagem histórica a respeito da legislação do trabalho feminino, desde 1932. Destaca a intervenção do Estado, a dessexualização da mulher e sua identificação como mãe. É um artigo crítico que permite relacionar, mais uma vez, contexto social e relações familiares.

O artigo de Amaral (1997) apresenta uma especificidade, ao relacionar a construção de si e o imaginário social, exemplificando com o relato sobre o sentido do trabalho para três gerações de mulheres. São realizadas entrevistas com cinco mulheres da mesma família, cuja centralidade do trabalho sugere uma forte influência na construção das identidades pessoais. O trabalho é o espaço da individualização. A autora interpreta as respostas com o referencial do Construcionismo Social, enfatizando o papel ativo do indivíduo, ao utilizar repertórios do imaginário social para a construção do conhecimento e da realidade.

→ Terapia de Família (12; 2,27%)

Encontra-se outra vez a ênfase nos aspectos contextuais da cultura brasileira, principalmente no primeiro artigo de Paula & Scott (1985). A respeito da formação do terapeuta de família e quanto à necessidade de se construir uma abordagem multidisciplinar, os aspectos culturais são igualmente ressaltados nos artigos de Ferro-Bucher (1989) e de Dias & Ferro-Bucher (1996).

Paula & Scott (1985) relatam uma experiência da aplicação da Terapia de Família, em um serviço psiquiátrico da UFPE, com famílias de baixa renda do Recife. Enfatiza-se a necessidade de se recorrer a outras disciplinas, como a Antropologia e a Sociologia, para a aplicação da Terapia de Família no Brasil.

Igualmente em Ferro-Bucher (1989) encontra-se a afirmação da importância de se buscar na Sociologia e na Antropologia, aliada à

² O número 37, no qual está publicado este artigo, é dedicado ao tema da família, com perspectivas históricas e sociológicas. O periódico chama-se *Cadernos de Pesquisa* e publicou outro número, o 91 de 1994, dedicado ao tema, acrescentando-se o ponto de vista psicológico (Macedo, 1994).

Psicologia, uma contribuição ao estudo da família. Uma leitura conciliadora destas disciplinas descreve o contexto que prepara o surgimento da Terapia de Família no Brasil. São identificadas as instituições particulares e as universidades que trabalham atendendo famílias discutindo as condições para a formação do terapeuta no contexto cultural brasileiro.

Dias & Ferro-Bucher (1996) ressaltam o rápido crescimento da Terapia de Família no Brasil, considerando a formação do terapeuta como um dos aspectos mais importantes. Para a supervisão, parte fundamental do treinamento dos terapeutas iniciantes, são observadas e discutidas as técnicas desenvolvidas no exterior. As autoras realizam uma pesquisa enviando questionários para 22 instituições espalhadas pelo Brasil. Da análise das respostas, concluem que: é dada pouca ênfase à pessoa do terapeuta, durante sua formação; é necessário integrar técnicas e teorias diversas; integrar conhecimento teórico com a realidade sociocultural das famílias atendidas; é preciso, enfim, redefinir a prática terapêutica, integrando-a à realidade brasileira. É um artigo que permite entrever a disposição do campo para a integração.

→ Gênero (11; 2,07%)

Uma pesquisa sobre reprodução e gênero é feita com homens que procuram o ambulatório de reprodução humana, em Campinas, para tratamento da esterilidade, ou para pedir informações e conhecer os métodos de planejamento familiar. Costa (2002) tem a finalidade de estudar as representações masculinas da paternidade, contribuindo para uma compreensão da masculinidade e da constituição de gênero. Soma-se a este objetivo, uma reflexão sobre as teorias da concepção, considerando os valores atribuídos ao masculino e ao feminino, pelas relações sociais. Depreende-se das conclusões da pesquisa que são os valores sociais, e não os biológicos, que definem as escolhas entre práticas de adoção ou a utilização de tecnologias reprodutivas.

Em outra pesquisa sobre gênero, Possati & Dias (2002) analisam o envolvimento da mulher em múltiplos papéis, notando as

conseqüências para o seu bem-estar psicológico. Respondem a um questionário, composto por duas escalas que medem a satisfação com o casamento e o bem-estar psicológico, 132 mulheres, todas mães com um trabalho assalariado. Os autores confirmam os resultados de outras pesquisas, corroborando o aumento do bem-estar psicológico de mulheres que possuem trabalho pago. Uma das constatações interessantes desta pesquisa é a afirmação de que há um aumento de bem-estar, para toda a família, quando as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos são divididos entre os pais. Relativiza-se, assim, a idéia, pregnante do senso comum, de que a distribuição de papéis fixos, segundo o gênero, é uma condição necessária para a determinação da saúde.

O artigo a seguir, cujo tema é o da interiorização, trata de enlaçar os estudos da família e os da estruturação da personalidade. Este e os outros artigos abaixo, mesmo não sendo predominantes, visto que todos apresentam temas com menos de 2% de ocorrência, exemplificam a forte vinculação do tema família à Psicologia, na prática clínica. São artigos que, se não formulam uma proposta explícita de integração entre teorias, admitem a necessidade de se relacionar a família e a constituição dos sujeitos.

→ Interiorização (1; 0,19%)

Um conceito de família, como grupo de interiorização dos aspectos da personalidade, é desenvolvido por Lopes (1985), contrastando com outros grupos que propiciam a exteriorização. A autora oferece três exemplos empíricos do processo de estruturação da personalidade, vividos no interior do grupo familiar, especificando este processo com famílias que sofreram algum tipo de perda.

Os três últimos exemplos de temas referem-se a uma idéia que alude ao movimento de integração, sem que seja nomeado, propondo uma transformação da prática terapêutica. Os temas são: Winnicott, Psicanálise e Articulação. O primeiro enfatiza a relevância de uma leitura winnicottiana da Terapia de Família; o segundo elege um conceito, o da homeostase, para fazer com que Psicanálise e Teoria

Sistêmica possam se complementar; e o último traz dois artigos que sugerem uma outra designação para a proposta de integração, que é o da articulação. Termo que adoto e trabalho no próximo capítulo.

→ Winnicott (1; 0,19%)

Polity (1999) propõe uma leitura winnicottiana da Terapia de Família, na tentativa de estabelecer paralelos entre a teoria de Winnicott e a Teoria Sistêmica. Utiliza um caso clínico para exemplificar como é possível ampliar a prática clínica utilizando as duas referências.

→ Psicanálise (6; 1,12%)

Uma associação entre dois conceitos, saúde/doença mental e homeostase, é o ponto de partida para se compreender o indivíduo pela Psicanálise, e a família e o grupo social pela Teoria Sistêmica. Abdo & Oliveira (1994) defendem uma complementaridade entre as duas teorias para compreender o adoecer psíquico. Em ambas as teorias, encontra-se o princípio da homeostase como um conceito explicativo da psique humana e de seus conteúdos relacionais. Os autores procuram, dessa forma, evitar a exclusividade, de um lado ou de outro, do intrapsíquico ou do relacional, construindo uma compreensão, na qual família e sujeito se constituem em um *continuum*.

→ Articulação (2; 0,38%)

Féres-Carneiro (1994, 1996), diante da falta de um corpo teórico unificador, defende uma perspectiva de articulação de diferentes enfoques, considerando que a rigidez entre os partidários da Psicanálise, especificamente os grupálistas analíticos, e os da Teoria Sistêmica, limita a produção teórica e o desenvolvimento de técnicas terapêuticas. Defende, portanto, que a articulação deve ocorrer tanto no nível teórico quanto no prático, focalizando o indivíduo, sua família ou casal e o contexto social. As demandas familiares e conjugais influenciam a escolha do quadro interpretativo, seja ele sistêmico ou psicanalítico. Por isso, é fundamental uma postura de flexibilidade. Para a autora, enfim, a

verdadeira oposição não está entre uma teoria ou outra, mas entre conteúdos internos e comportamentos expressos.

Somente a lista dos temas encontrados nos periódicos já indicaria a riqueza dos estudos sobre família e Terapia de Família no Brasil. Exemplifiquei com alguns artigos para trazer perspectivas que ilustram a riqueza do campo e apontam variadas direções de pesquisa. Iluminando um campo de estudos, com estes artigos pude destacar a tendência de se utilizar várias disciplinas para uma compreensão que englobe o indivíduo, a família e o contexto sócio-histórico, enfatizando a relação entre eles.

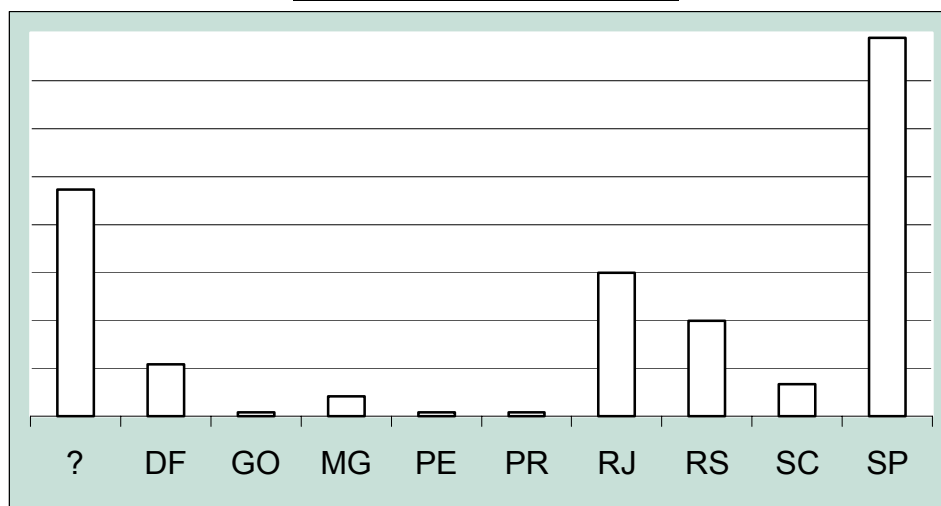
Para analisar os temas que surgem dos trabalhos apresentados nos Congressos Brasileiros de Terapia de Família, escolho um enfoque mais restrito. Para tanto, destaco especificamente os trabalhos que remetem ao tema da integração entre diferentes teorias, entre relacional e intrapsíquico e entre família e indivíduo. Como já foi sugerido, não há uma diferença notável em relação aos temas dos periódicos nacionais. Pelo contrário, configura-se novamente uma miríade de temas, descritos nos apêndices, vinculados à família. Apresento os congressos, a seguir, caracterizando-os a partir da análise dos trabalhos apresentados como Tema Livre, Mesa Redonda e *workshops*, atividades comuns a todos os congressos. Exclui-se qualquer outra atividade que seja específica de somente um congresso. Analiso, primeiramente, os locais de origem dos trabalhos e as referências teóricas citadas e, posteriormente, analiso os trabalhos que aludem à idéia de integração. Advirto, antecipadamente, que não foi possível realizar uma análise do IV Congresso Brasileiro, devido à ausência de publicação do caderno de resumos. Inicialmente, tentei proceder à análise munida da programação, cuja organização submetida aos trabalhos incluía seus títulos, autores e, por vezes, o local. Um ou outro título permitia entrever a referência teórica. Ao comparar os resultados com os outros congressos, notei, infelizmente, que havia uma disparidade, determinada pela imensa quantidade de dúvidas

suscitadas e pelas inferências a serem feitas, impedindo que houvesse o mesmo critério utilizado para os outros congressos.

→ I Congresso Brasileiro de Terapia de Família

O primeiro congresso, realizado na cidade de São Paulo, em 1994, apresenta, previsivelmente, um grande número de trabalhos do Estado de São Paulo. Não há, inicialmente, uma representação de todo o território nacional. Além disso, como não se instituiu um formato padrão para os cadernos de resumos, muitos autores não mencionam seus locais de origem. O ponto de interrogação, por consequência, se estende no gráfico. Estes dados devem ser entendidos como uma amostra que se aproxima da representatividade dos Estados nos Congressos.

LOCAL	TOTAL	%
?	57	23,65
DF	13	5,39
GO	1	0,41
MG	5	2,07
PE	1	0,41
PR	1	0,41
RJ	36	14,94
RS	24	9,96
SC	8	3,32
SP	95	39,44
TOTAL	241	100

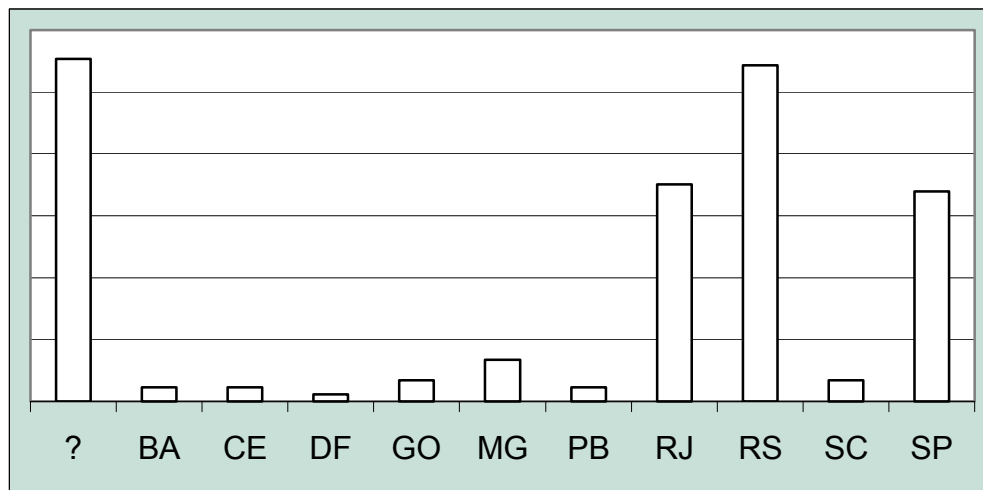


→ II Congresso Brasileiro de Terapia de Família

No segundo congresso, realizado em Gramado, em 1996, visualiza-se uma alteração, com o Estado do Rio Grande do Sul apresentando maior número de trabalhos. O ponto de interrogação

continua extenso, devido ao motivo anterior. Acrescentam-se à relação: os Estado do Ceará, da Bahia e Paraíba. E não são mais representados Pernambuco e Paraná.

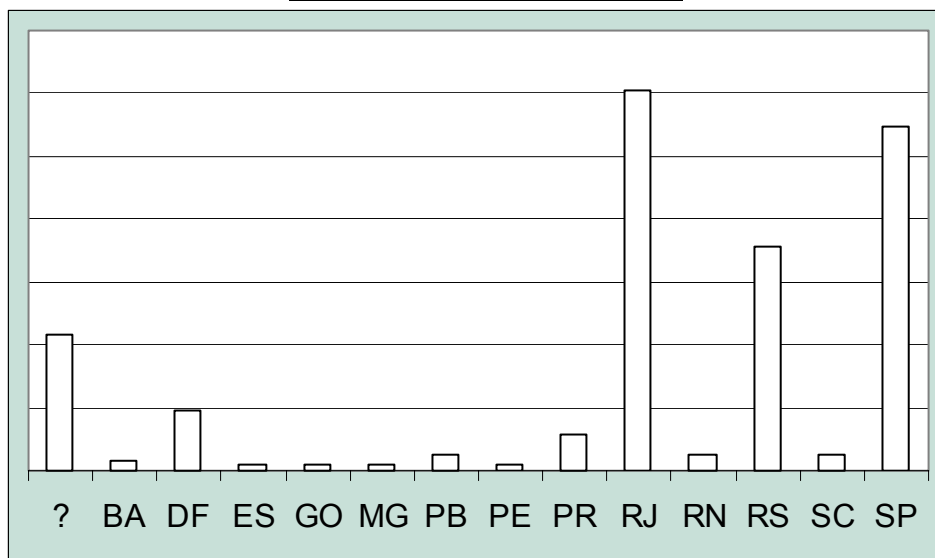
LOCAL	TOTAL	%
?	49	27,69
BA	2	1,12
CE	2	1,12
DF	1	0,57
GO	3	1,69
MG	6	3,38
PB	2	1,12
RJ	31	17,53
RS	48	27,13
SC	3	1,69
SP	30	16,96
TOTAL	177	100



→ III Congresso Brasileiro de Terapia de Família

Em 1998, o congresso é realizado na cidade do Rio de Janeiro. Os três Estados que mais apresentam trabalho são, respectivamente: Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Estes não são somente Estados-sede dos três primeiros congressos, apresentando uma representatividade maior, são também Estados onde a Terapia de Família possui várias instituições formadoras e universidades que realizam pesquisas, no nível de pós-graduação *stricto sensu*. No III congresso, aumenta o número de Estados representados, acrescentando-se: Espírito Santo e Rio Grande do Norte; Pernambuco e Paraná, que voltam a apresentar trabalhos. Ceará não é mais representado.

LOCAL	TOTAL	%
?	27	10,89
BA	2	0,81
DF	12	4,85
ES	1	0,40
GO	1	0,40
MG	1	0,40
PB	3	1,21
PE	1	0,40
PR	7	2,82
RJ	75	30,24
RN	3	1,21
RS	44	17,74
SC	3	1,21
SP	68	27,42
TOTAL	248	100

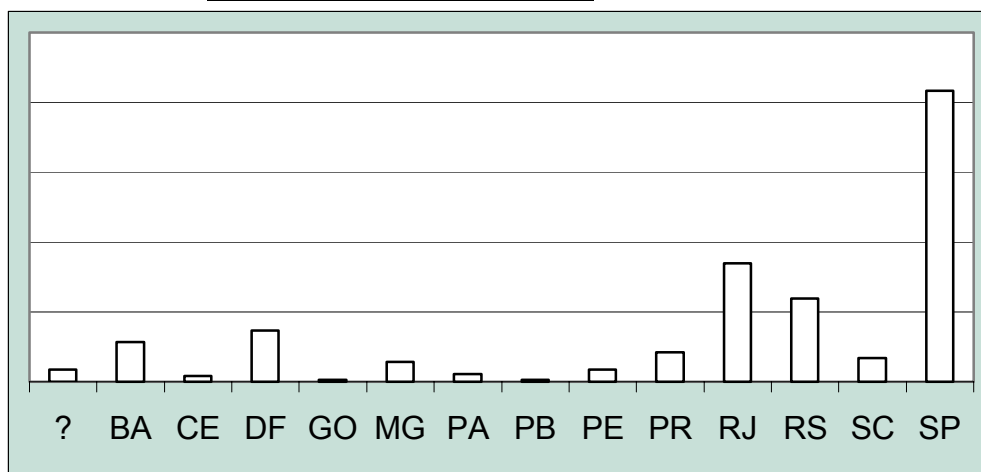


→ V Congresso Brasileiro de Terapia de Família

Realizado em Salvador, em 2002, o V congresso tem a maior representação do Estado de São Paulo, seguido pelos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, novamente entre os primeiros. O número de Estados se mantém. O Ceará volta a apresentar trabalho; o Espírito Santo não os apresenta mais e o Pará aparece pela primeira vez. Este congresso também não publicou um caderno de resumos. Como estava interessada em fazer esta pesquisa, antes do congresso suceder-se, acessei a página da Internet com as últimas informações, obtendo os resumos dos trabalhos por meio de *download* de um arquivo, o equivalente aos cadernos de resumo. Pela segunda vez, os resumos não são publicados. Considero os

cadernos de resumo um documento importante tanto para a utilização durante o congresso quanto para pesquisas posteriores, como esta. Por isso, lamento a sua falta. De qualquer forma, o arquivo obtido pela internet apresenta um padrão informativo que se repete em quase todos os resumos, aperfeiçoando a capacidade de informação. Note-se que o ponto de interrogação, relativo ao local de origem dos trabalhos, diminui consideravelmente.

LOCAL	TOTAL	%
?	6	1,70
BA	20	5,67
CE	3	0,85
DF	26	7,37
GO	1	0,28
MG	10	2,83
PA	4	1,14
PB	1	0,28
PE	6	1,70
PR	15	4,25
RJ	60	17,00
RS	42	11,90
SC	12	3,40
SP	147	41,63
TOTAL	353	100

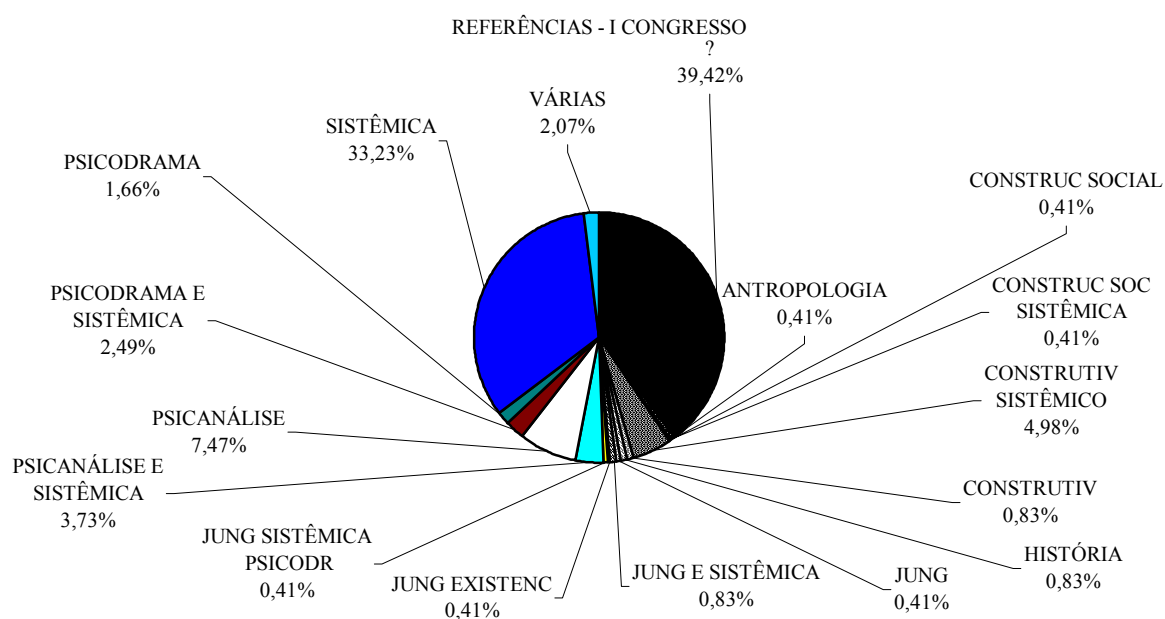


Outro aspecto analisado dos resumos são as referências explicitadas como base teórica dos trabalhos. Como no item anterior, a falta de um padrão para os resumos faz com que nem todos informem a referência utilizada. Outra interpretação, porém, é possível. A Terapia de Família caracteriza-se por ser um campo voltado excessivamente para a formulação de técnicas e a

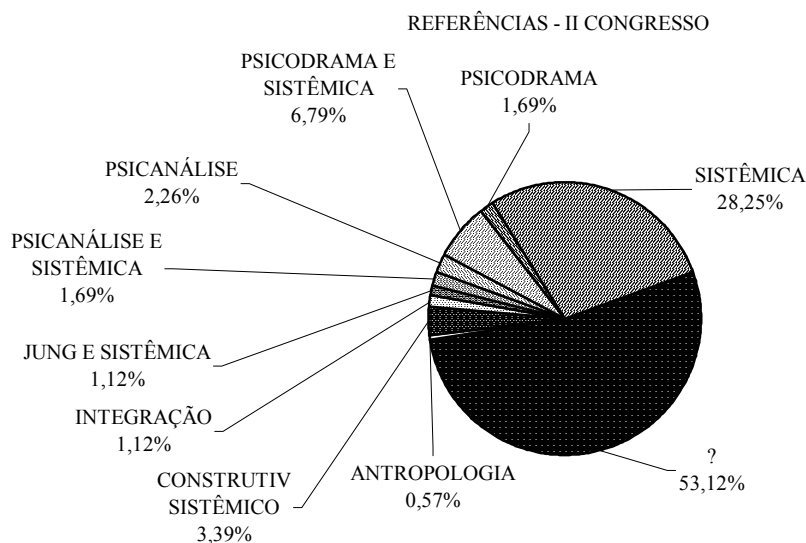
divulgação de resultados pragmáticos, o que faz muitos terapeutas apenas descreverem seus trabalhos, sem fazerem uma vinculação direta com uma teoria. Muitos procuram destacar a sua forma de trabalhar com problemas ou casos clínicos específicos.

Desde o I congresso, no entanto, já é possível notar uma grande variedade de referências teóricas. Os gráficos demonstram que há uma combinação de diversas teorias, em vários trabalhos. Em todos os congressos, a Psicanálise aparece como a única referência de alguns poucos trabalhos, enquanto a Teoria Sistêmica predomina.

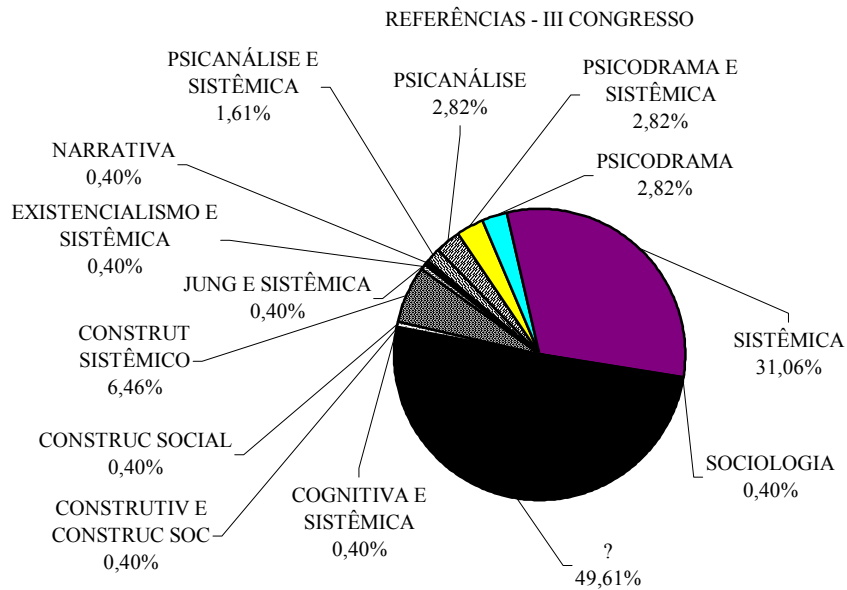
No gráfico do I congresso pode-se observar que 2,07% dos trabalhos enumeram várias teorias como fonte de referência, fazendo com que a opção seja agrupá-los pelo termo “várias”. Reunidas, estas referências podem constituir um gráfico à parte, devido à quantidade a ser listada. A grande maioria dos trabalhos, excluindo a predominância do ponto de interrogação, refere-se à Teoria Sistêmica como fonte teórica (33,23%). Outros trabalhos relacionam a Teoria Sistêmica com: Construtivismo (4,98%), Psicanálise (3,73%), Psicodrama (2,49%), Jung (0,83%), Construcionismo Social (0,41%), dentre tantas outras combinações. É interessante notar que o Construtivismo tem maior adesão do que o Construcionismo Social.



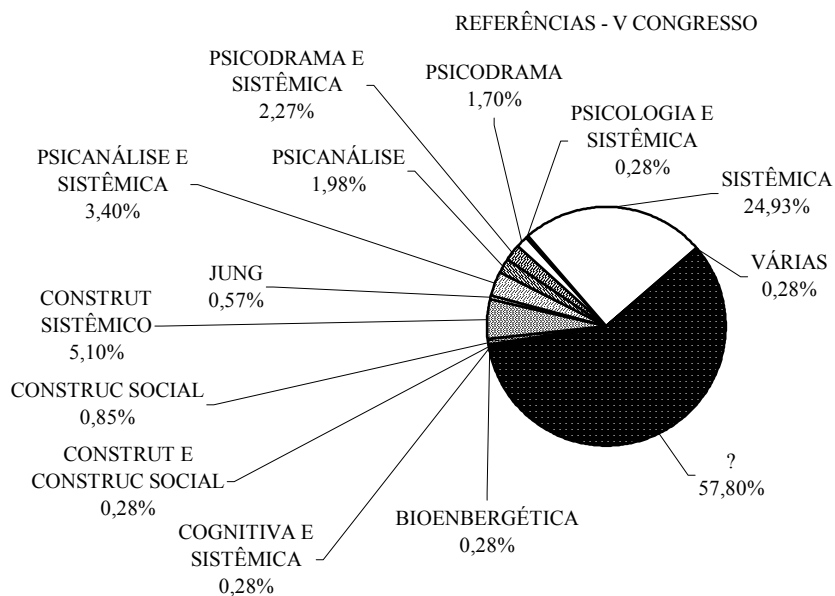
No segundo congresso, o número de referências diminuiu, enquanto aumenta consideravelmente o ponto de interrogação: de 39,42%, no I congresso, para 53,12%, no II congresso. Não é possível afirmar, devido à insuficiência de informações, se a diminuição do número de referências é um dado a ser interpretado como relevante. Constatamos, no entanto, a permanência de algumas referências e o surgimento de novidades. A continuidade diz respeito à predominância da Teoria Sistêmica e sua combinação com várias teorias. A novidade manifesta-se na explicitação do termo integração em 1,12% dos trabalhos. Um número reduzido, se comparado com o somatório dos outros trabalhos, que combinam teorias sem mencionar um movimento de integração: 15,33%, no I congresso, e 13%, no II. Penso que, entre terapeutas de família no Brasil, há uma autorização implícita isentando de explicações sistematizadas quanto à combinação de diversas teorias.



O III congresso aproxima-se do I quanto ao número de referências, surgindo outras. Pela primeira vez, mencionam-se a Terapia Narrativa e a Cognitiva, como referências teóricas separadas, respectivamente, do Construcionismo Social e do Construtivismo.



Embora na análise do V Congresso tenha diminuído a extensão do ponto de interrogação quanto ao local de origem dos trabalhos, o mesmo não ocorre quanto às referências teóricas. Em mais da metade dos resumos não é explicitada a teoria ou as teorias que fundamentam os trabalhos. Há um grande número de trabalhos descritivos e de relatos de experiência isentos de uma explicitação teórica.



Após esta apresentação geral dos congressos, pode-se ter uma idéia do campo da Terapia de Família no Brasil, representado pelos

Estados que, até então, compareceram aos congressos, apresentando trabalhos. Passo agora a uma análise dos resumos, referindo-me especificamente aos que fazem menção aos modelos teóricos e suas possíveis combinações. Há poucos trabalhos com esta característica, mas os que há demonstram preocupação de relacionar a prática a uma formulação teórica explícita. Isto indica que, deste ponto de vista, pode surgir, no campo da Terapia de Família, uma preocupação mais sistematizada com a teoria. Para analisar os resumos selecionados, separei-os de acordo com cinco áreas proeminentes. Construí esta separação com a ajuda de autores que já foram citados no capítulo anterior (Blow and Sprenkle, 2001; Case & Robinson, 1990; Watts et alli, 1997).

- 1 - Integração da terapia individual com a de família

Despontam, dos trabalhos apresentados nos congressos, temas semelhantes aos que encontramos na literatura internacional. Um deles é o da possibilidade de integrar duas modalidades de intervenção terapêutica: a individual e a familiar. Nestes exemplos, o atendimento à família deve ser acompanhado de uma compreensão quanto ao sintoma individual. A mudança é vista como um processo de mútua influência entre família e indivíduo.

“Apresentação de técnicas sistêmicas para entrevistas individuais. Discussão sobre a escolha entre terapia individual e familiar e proposta de integração entre entrevistas individuais e familiares.”

(CR I³, 1994, p.122)

“Este estudo apresenta uma proposta metodológica para a investigação do processo de individuação do adolescente *borderline* em relação à família de origem, que integra aspectos individuais, sistêmicos e intergeracionais do desenvolvimento.”

(CR II, 1996, p.25)

“Cabe salientar que as melhoras observadas na paciente ocorrem na medida em que este trabalho integrado propicia um entendimento mais amplo e profundo da mesma. A abordagem com a família resultou em mais abertura para o trabalho individual. Ao mesmo tempo, as melhoras da paciente tiveram repercussão sobre o grupo familiar.”

(CR II, 1996, p.34)

³ Daqui por diante, CR é a abreviação de cadernos de resumo, que vem acompanhada do número do congresso, do ano e da página em que o resumo se localiza.

- 2 - Integração de Teoria Sistêmica e Psicanálise

A Teoria Sistêmica e a Psicanálise são as teorias mais mencionadas quando se aborda o tema integração: “Deve articular-se a teoria psicanalítica com a compreensão e as técnicas sistêmicas” (CR I, p.49). Fala-se, por vezes, em termos gerais, e, em outras, especifica-se quais escolas devem ser integradas, na busca de operacionalizar a clínica: “(...) Teoria Geral dos Sistemas, do modelo estrutural, do comunicacional, e do psicanalítico foram instrumentos fundamentais para os atendimentos realizados” (CR II, p.48). As escolas são especificadas, argumentando-se em favor da complementaridade, formando “uma nova perspectiva para visualizar os fenômenos psíquicos” (CR II, p.161) e integrando as escolas “de forma harmônica e não polarizada” (CR V, p. 55):

“Uma teoria por si só não abrange toda a compreensão dos fenômenos psíquicos. (...) destacamos as de base psicanalítica com ênfase em Freud, M. Klein, Bowlby e Winnicott e base sistêmica com ênfase em Andolfi, Minuchin, P. Papp, Whitaker, Haley e Watzlavick.(...)”
(CR II, 1996, p.161)

“Concluimos que a possibilidade de trafegar-se mais livremente por duas linhas de pensamento distintas, porém complementares, proporcionou melhores resultados.”
(CR III, 1998, p.121)

Outra forma de integração é a da especificação de conceitos psicodinâmicos e sistêmicos que podem ser integrados, como é defendido neste exemplo:

“Em meu trabalho, procurarei relacionar alguns conceitos psicodinâmicos que podem ser articulados com uma visão sistêmico-familiar bem como sobrevoar os mais reconhecidos enfoques em nossa especialidade, buscando possíveis articulações entre eles. Tudo isto ainda deverá ser integrado com as concepções teóricas que o terapeuta traz consigo quando inicia sua formação em terapia familiar, que podem ser muito diversas, dependendo de sua origem e de sua experiência.”
(CR V, 2002, p.04)

Em um resumo não é possível saber qual é precisamente a proposta. Há, no entanto, neste último exemplo, a definição de critérios que parecem objetivar uma maior sistematização: é preciso definir os conceitos e, ao mesmo tempo, deve-se considerar a pessoa do terapeuta para a definição do modelo de integração. No tópico

três, a seguir, outros exemplos tornam esta última característica ainda mais evidente. E, no tópico quatro, exemplifico com extratos que usam termos indistintos, tal qual no texto acima, quando se utilizou tanto o termo integração quanto o termo articulação.

- 3 - Integração pela perspectiva pessoal do terapeuta

A pessoa do terapeuta, como critério para a integração, é enfatizada principalmente quando ele se encontra diante de uma situação, na qual deve fazer escolhas clínicas. Pelo crivo da experiência pessoal, devem passar igualmente as teorias que compõem a intervenção terapêutica. Deste ponto de vista, emerge uma afirmação extrema: a principal meta da formação de um terapeuta de família deve ser o seu desenvolvimento pessoal. Ao alcançar a maturidade, o terapeuta terá desenvolvido o que o último trecho chama de “interdisciplinaridade interna”.

“As diferentes abordagens me levam a defender a posição de que não podemos ficar dependentes de nenhum modelo que não ressoe dentro de nós no momento em que estamos com a família.”

(CR I, 1994, P.111)

“Difícilmente encontramos na nova geração de terapeutas representantes de um único modelo: o que vemos é uma integração de modelos e técnicas que perpassam pela epistemologia pessoal, pelas crenças e mitos de cada terapeuta. Nesse sentido, concordamos com Figueiredo (1995) quando diz que: a experiência pessoal é origem, destino e contexto de significação de toda teoria.”

(CR III, 1998, p.130)

“Satir nos disse uma vez que independentemente da teoria assumida ou da epistemologia que embasa, a terapia familiar passa primeiro pela pessoa do terapeuta. Essa afirmação nos leva a considerar que o maior investimento deva ser feito no desenvolvimento pessoal daquele que deseja ser terapeuta de família e que talvez o embasamento teórico e a epistemologia possam passar a um plano secundário. (...) Meio século se passou e a terapia familiar agora com um campo que tem seu domínio definido, pode-se abrir para abrigar as diferenças teóricas, que tornarão aquele terapeuta citado por Satir um indivíduo com maiores possibilidades de lidar com essas diferenças.”

(CR V, 2002, p.4)

“(…) a interdisciplinaridade interna, que a meu ver corresponde a um estágio de integração e maturidade do terapeuta, onde ele tem condições de fazer uma avaliação das diferentes teorias que encontramos na prática diária, aproveitar o que lhe serve e deixar de lado aquilo que não for ao encontro do seu ‘eu-terapeuta’. Creio que a maturidade do terapeuta está em razão direta com o não precisar se “enquadrar” de forma aprisionante em uma ou outra teoria e sim ter a liberdade de escolher o que lhe serve ou não.”

(CR V, 2002, p. 5)

Nestes poucos exemplos, há muito a ser discutido. Se não há um movimento explícito de integração, como acontece nos Estados Unidos, com encontros e periódicos temáticos, já há uma riqueza de posicionamentos, com os quais muito se ganharia, ao se instaurar uma discussão sistemática. Este tópico remete igualmente ao movimento de busca de fatores comuns entre as psicoterapias, no qual um dos destaques é a pessoa do terapeuta (Duncan, 2002a, 2002b; Rosenzweig, 2002). Estaria a Terapia de Família tornando-se cada vez menos teórica com esta ênfase na experiência pessoal do terapeuta? Idéias como a do maior investimento na pessoa do terapeuta e a da “interdisciplinaridade interna” podem levar a um excessivo isolamento, ao invés da integração que está sendo postulada.

Partilho da idéia que teorias podem ser geradas por um processo de reflexão e debate, tornando-o franqueado, especialmente na forma escrita. Isto é notório tanto na busca dos fatores comuns entre as psicoterapias quanto no movimento de integração: há, lembrando Weinberger (2002), uma procura pela generalização, a fim de formular uma teoria, a mais ampla possível, que abarque a complexidade da vida humana. Esta é uma perspectiva que não torna excludentes a teoria e a experiência pessoal. Relacioná-las refere-se à aliança entre o reconhecimento de filiações e a reflexão pessoal.

- 4 - Integração definida por termos indistintos

Quem defende a integração costuma enfatizar a necessidade da multiplicidade de teorias (Breunlin et alli, 2000; Gonçalves, 1996; Lebow, 1997; Prado, 1996). Não sei se, como uma consequência direta, os termos utilizados para definir esta proposta também são múltiplos. O primeiro exemplo define sua proposta como integração, revelando um sentimento de otimismo para a solução dos problemas da família, já que ela tem como oferta a visão integrada das diversas teorias, realizada pelo terapeuta. O exemplo seguinte complementa o primeiro, inserindo a dimensão da escolha como uma questão ética para terapeuta e família.

“(...) a riqueza destas múltiplas visões pode compensar o esforço de integração teórico-prática das diversas vertentes por parte do terapeuta, pois que tal labor poderá levar a família a uma visão ampla e à coragem necessária para transformar seus padrões de comportamento disfuncionais em funcionais.”

(CR I, 1994, p.13)

“O exercício da ética da escolha é este re-investimento constante e progressivo das diferentes leituras desconhecidas pela família, sem prevalência de um modelo sobre outro.”

(CR I, 1994, p.14)

Conjugação é o termo usado por um trabalho cujo título é *O Psicodrama e a Terapia Familiar sistêmica: é possível conjugá-los?*. Estas teorias se conjugam porque possuem semelhanças e a mesma premissa: o homem é um ser relacional. Torna-se possível a “utilização de recursos psicodramáticos nas sessões de terapia familiar” (CR I, p.160).

Outro termo referido é o da utilização de “autores e teorias de diversas escolas psicoterápicas e da mitologia” (CR I, p.162). O emprego deste termo indica uma perspectiva pragmática, do mesmo modo que o termo combinar e o termo articular, vinculado ao da complementaridade, dos exemplos abaixo. Mais uma vez, pode-se ressaltar a necessidade de discussão, já que uma ênfase na utilidade deixa de lado questões teóricas importantes a respeito do que e de como integrar. Segundo Beitman et alli (1989), o que distingue o ecletismo da integração é: a predominância da técnica, da empiria e da preocupação com resultados, no primeiro; e a predominância da teoria, no segundo, criando uma gestalt teórica coerente ou uma estrutura metateórica. A utilidade, que emerge nos extratos destes resumos, restringe-se ao aqui-e-agora e a cada problemática específica.

“A metodologia de trabalho é resultado da combinação de diferentes enfoques, como técnicas psicodramáticas, grupo operativo, trabalho corporal, e de terapia familiar, utilizada dentro de um contexto de pensar sistêmico.”

(CR II, 1996, p.68)

“Este trabalho tem como objetivo o relato das intervenções com um grupo de pacientes que apresentava dificuldades relacionadas à alimentação, bem como à articulação das abordagens psicodramática e sistêmica,

visando à complementaridade desses modelos na compreensão da problemática alimentar.”

(CR II, 1996, p.31)

- 5 - Integração entre os espaços exterior e interior

Neste tópico, destaco trechos dos resumos que remetem a uma compreensão teórica espacial, dividindo contextos em um dentro e um fora. No primeiro exemplo, a família possui uma interioridade em relação ao espaço exterior, que é o contexto social; ambos os lados são considerados na prática clínica. No segundo exemplo, o interno passa a ser o psíquico, mas deve ser visto como influenciado pelo externo, pelo mundo circundante; a palavra mencionada é mutualidade. A complexidade aumenta com o terceiro exemplo: existem várias dimensões postas em relação umas com as outras, integrando o interno individual-familiar, em relação ao contexto social, e o externo familiar-social, em relação ao interno/indivíduo biopsicológico, que é igualmente formado pelo social.

“Por isso devemos olhar as famílias em seu contexto social mais amplo, não apenas focalizar seus padrões interacionais internos como responsáveis por seus problemas.”

(CR II, 1996, p.76)

“O suporte teórico apóia-se na relação dinâmica entre individuação e a mutualidade na família, levando em consideração que o psiquismo humano não se resume em um fenômeno interno, mas constitui-se num processo que se alterna a partir das interações com um mundo circundante.”

(CR II, 1996, p.93)

“Procura-se por um lado resgatar a dimensão contextual, sem perder de vista a dimensão individual, bio-psicológica e inter-relacional. Trata-se de um modelo que integra os valores culturais do grupo como crenças, mitos, músicas, provérbios, rituais que constituem o ‘capital sociocultural’ no processo terapêutico, e de integração social, sem excluir a contribuição da Psicologia moderna.”

(CR II, 1996, p.109)

Estes exemplos demonstram, por fim, a ampliação da perspectiva dos terapeutas de família, cuja proposta de integração é, simultaneamente, causa e consequência. Em vez de se estabelecer disputas, deve-se pensar em critérios que tornem mais clara a relação entre estes vários espaços, todos igualmente importantes na constituição do humano.

5.2.

Rio de Janeiro: refletindo sobre transformações com terapeutas de família

Foram entrevistadas cinco terapeutas de família, psicólogas, que fizeram sua formação na primeira e na segunda década da Terapia de Família no Rio de Janeiro, ou seja, durante os anos 70 e 80. Duas entrevistadas são de instituições universitárias e três de clínicas particulares, todas vinculadas a cursos de formação. Todas as entrevistas ocorreram nos locais de trabalho das terapeutas e foram gravadas com o consentimento das entrevistadas. O roteiro pode ser lido no apêndice VI. Apresento-as a partir do que elas contam sobre seus posicionamentos no campo da Terapia de Família.

A primeira refere-se à sua formação pela combinação de elementos: de psicanalista, terapeuta infantil, à terapeuta de família. É uma configuração semelhante a muitos terapeutas que trabalham com criança e se tornam terapeutas de família, cuja principal consequência é a “impossibilidade de manter a família à distância”. Da necessidade de uma clínica, por motivos terapêuticos, nasce o contato com famílias. A esta terapeuta, que invoca uma necessidade premente, chamo Nair.

“A minha história na Terapia Familiar veio da minha história própria de psicanalista, terapeuta infantil. (...) Então na minha história eu percebi que era impossível manter a família à distância. A família queria entrar e a gente não, não pode. Ou então uma vez por mês, ou então eu fico com o filho e você vai com a outra terapeuta. A minha experiência foi que não dava para lidar com as famílias assim. (...) Então da minha necessidade de ver famílias me juntei aos primeiros grupos de Terapia Familiar no Brasil...”

Nair

A segunda terapeuta conta sua história pela marca da coerência, em que cada movimento é sentido como o encontro de uma conclusão esperada. A família vai tomando, neste relato, um espaço cada vez maior em uma instituição psiquiátrica. A coerência de um projeto é uma perspectiva muito presente na história da Terapia de Família. Sem dúvida, podem-se interpretar suas transformações como a busca de uma coerência, em que cada

elemento de um todo vai tomando seu lugar. Àquela que elege a coerência, chamo Célia.

“Eu diria que existe uma coerência enorme. Vamos dizer que foi um casamento bem feito. E tudo que eu almejava... (...) Nunca fiz um desvio de rota. Eu diria que tudo que eu almejava está acontecendo: a Reforma Psiquiátrica, o lugar que a família ocupa nos hospitais psiquiátricos, a desinstitucionalização, as associações enormes de atuações de todas as áreas não só dos usuários (doença mental), de todas as ordens. Então eu diria que a voz do cliente está muito mais ouvida. Tem outro lugar. Então tem tudo a ver com o que eu sempre pensei.”

Célia

Rupturas que determinam passagens é o movimento realçado por outra terapeuta, que dentre as cinco entrevistadas, traz o discurso mais conectado com as práticas pós-modernas de Terapia de Família. As passagens, para Paloma, não constroem, necessariamente, pontes; não fazem ligações. Ela explicita uma visão da história da Terapia de Família, a partir de sua própria história, que é a da descontinuidade. Característica acentuada na pós-modernidade.

“(...) eu me formei dentro de uma epistemologia que a gente chama cibernética de primeira ordem e depois já no final de meu curso (...) Eu me enfronhei em tentar entender essa passagem de uma maneira de pensar para outra maneira de pensar e fiz essa passagem. E fui fazendo outras também ao longo do tempo. Quer dizer a história que eu tenho da Terapia de Família que é essa história que a gente conta aqui de uma visão objetivista para uma epistemologia mais... primeiro Construtivista e depois Construcionista Social, quer dizer não objetivista. Eu fiz esta passagem.”

Paloma

A diferença é a principal marca da história que se segue. São diferenças que mexem com a identidade do terapeuta e somam-se, construindo uma forma de trabalhar mais ampla. A busca da diferença, exemplo de um projeto pessoal que se propõe a acrescentar, identifica aquela que chamo de Deise. Ela me faz lembrar um mote atribuído a Bateson: a diferença que faz diferença. Como conseqüência, é o reconhecimento da distinção que promove a aprendizagem.

“(...) até por conta desse embate, dessa diferença... isso foi muito estimulante para mim. Eu acabei estudando mais, ampliando mais... e a passagem para cá (setor que trabalha com a velhice). Aqui é outra realidade. Trabalhar com doenças orgânicas e a questão de saúde e a

questão de saúde em família, de qualidade de vida, também deu uma mexida muito grande. Agora eu acho que o meu trabalho aqui também ajudou muito, porque eu de fato pude integrar muitas maneiras de trabalhar família que me ajudou a também ter mais desenvoltura. (...) me ajudou, me abriu, me ampliou muito, porque entrou também a questão social, de rede, de pensar o mundo, integrar a família... isso foi muito legal.”

Deise

À felicidade deve-se aliar a esperança, na experiência de uma vida que se pauta pelas emoções mais do que pelas racionalizações das teorias. Mais do que teorizar sobre emoções, Felícia busca metodologias que lhe ajudem a trabalhá-las. Quando encontra a Terapia de Família, conjuga uma visão relacional à idéia de esperança. Neste sentido, ela não está só. Tantos outros terapeutas se aproximam desta prática terapêutica por acreditarem em sua eficácia. Mais do que conceitos, são precisos resultados.

“(...) quando me dão uma informação, eu gosto de saber quem me deu uma informação, em que contexto. Então, na Psicologia eu comecei a me aproximar dos professores, dos supervisores e comecei a me interessar muito pela vida deles, como eles viviam. (...) E comecei a achar eles muito infelizes e todos estudavam Psicanálise. Muitos infelizes, muitos frustrados e muitos desgastados. Foi aí que eu comecei a Gestalt Terapia como alternativa, o Psicodrama. Fui procurando encaixar isso na minha vida. Então a Terapia Familiar ela entra na minha vida de uma forma assim bastante... de uma necessidade primeiro de compreender e trabalhar com um núcleo maior que não fosse um grupo aleatório. E segundo eu comecei a perceber que era muito bom o jeito que eles escreviam. Eles não eram infelizes, eles eram pesquisadores. E isso me aguçou o sentido. Ela (a Terapia de Família) entra como um elemento de esperança...”

Felícia

Diante da história da Terapia de Família, estas terapeutas apresentam diferentes versões, diferentes experiências, diferentes visões quanto ao início desta prática terapêutica. Elas são as personagens que me ajudam a refletir sobre estas diferenças. Quanto a uma perspectiva de integração, Nair, a estrela brilhante do navio, ressalta a sua posição dianteira. Embora não fosse uma experiência cômoda, Nair tomou a frente para defender a idéia da integração, entre diferentes teorias, até encontrar uma situação de receptividade mais confortável. Para ela, o ontem foi de luta e sofrimento, e o hoje oferta uma visão positiva de evolução e crescimento. Atualmente, depara-se com um processo de amadurecimento

daqueles que são capazes de reconhecer sua filiação, sem medo da repetição.

“(...) era vergonhoso, você tinha que esconder e eu estava na sistêmica e tinha vergonha de dizer que eu era psicanalista. E se eu estava na Psicanálise e dizia que estava fazendo Psicodrama ou Sistêmica... Nossa! Família era uma coisa menor. E eu acho que teve isso aqui sim. Pelo menos, eu senti na pele. Hoje não. (...) todo mundo adora. (...) As pessoas aceitam porque eu não sou a única. Mas no Rio eu fui uma das primeiras e eu senti muita dificuldade de ser aceita. Eu tive que brigar muito.. Eu acho que é bom senso, é crescimento, é evolução e é constatação acompanhando a ciência mesmo. (...) O início da Terapia de Família era absolutamente uma reação à Psicanálise. (...)Então nós estamos inovando, criando, inventando. (...) Eu diria que nem um adolescente que rompe com os pais e quer encontrar o próprio caminho. Depois que encontrou o próprio caminho, volta e diz: ‘Nossa. Nossos pais sabiam muita coisa. Deixa influir também’. (...) Hoje é um movimento mais maduro de assimilar de aceitar, e integrar as diferenças.”

Nair

Célia, anagrama do nome Alice que vem do grego *Alethea*, a verdadeira, oferece informações que nos trazem para mais perto da nossa realidade: a América Latina sofre influência da Psicanálise, de modo geral, sem padecer da mesma necessidade de rejeição, como ocorreu nos Estados Unidos. Lembra-se igualmente da França, em sua semelhança com a experiência latina. Aqui, todo mundo carrega a bagagem da Psicanálise.

“Eu iria para a Latino América. Eu acho que isso se deve muito a uma tradição importante, marco muito importante da Psicanálise aqui. (...) A gente ouviu o Mony Elkaïm fazendo um depoimento muito interessante que lá (França) os terapeutas de família nunca brigaram com os psicanalistas. (...) São linhas teóricas distintas, mas não era uma coisa ou outra, ou um ou outro. Todo mundo tem uma bagagem. Eu tenho uma formação psicanalítica também. Todo mundo que eu conheço fez análise, fez psicanálise, passou pelo tratamento. Então... é uma diferença sim (em relação aos Estados Unidos).”

Célia

Deise, a que vence os heróis, narra sua saga, durante o curso de formação e a seqüência de sua atuação como terapeuta de família. Duas linhas diferentes conviviam inicialmente; podia-se optar. Depois, ou uma coisa ou outra e olhares de separação eram estabelecidos. Deise permaneceu na instituição, apesar de um isolamento contínuo entre as duas linhas e, por conseqüência, das pessoas de um lado e de outro.

“No curso, na minha época de formação inclusive eram duas linhas diferentes. Você tinha uma formação única, mas nas duas linhas. Então a gente tinha aulas de Psicanálise, aulas de Teoria Sistêmica e supervisores diferentes. Na época, você podia optar. E se você quisesse até poderia fazer as duas linhas, mas não era muito bem visto isso. Na verdade você era pressionada a optar. A Psicanálise... era expressiva. Inclusive a linha psicanalítica era um pouco mais relevante do que a Teoria Sistêmica, naquela época. E depois se inverteu. A minha opção foi pela Psicanálise(...). Eu sofri muito. Na verdade quando eu fui integrada ao setor (...) eu era o patinho feio. Eu fiquei com essa demarcação de território. Eu era da Psicanálise. Eu estava contaminada pela Psicanálise. Inclusive qualquer discurso meu era, a princípio, desqualificado porque eu não sabia Teoria Sistêmica e, curiosamente, nunca me atrapalhou a minha formação psicanalítica, nunca me atrapalhou em atendimento de família porque eu acho que realmente se integra ao trabalho clínico.”

Deise

Felícia, afortunada e satisfeita, conta sua história de maneira oposta à de Deise. Transita entre uma teoria e outra e não sofre olhares de separação. Sente-se à vontade para criar seu próprio estilo e usar teorias como formas de construir métodos de ação. A vida, assim, é transformada.

“Eu acho que não é estratégico rejeitar, mas chega uma hora que elas são bem diferentes. São duas visões. Acabam se diferenciando. Eu particularmente acho que a Psicanálise é uma metodologia. Não é a antítese da Sistêmica. É uma das metodologias que as pessoas podem usar. É o uso da interpretação, do intrapsíquico. (...) é uma parte. É uma fatia do bolo. (...) É diferente. Não dá para se opor. Eu nunca usei só a Psicanálise. Eu sou formada em Bionergética, eu sou formada em Gestalt. São outras metodologias que você vai ampliando seu cardápio de conhecimento. Acho que a Sistêmica te ajuda muito a você ser você mesmo, a parecer com você mesmo e te torna... (...) inventar o seu próprio estilo, sua própria forma de conectar a pessoa com a realidade, com a vida.”

Felícia

Paloma, a pomba que está sempre a trazer as novas, não concorda que haja, neste momento, uma reaproximação do indivíduo, do intrapsíquico ou da Psicologia. Pensa em termos de rupturas e inovações. Tudo passa a ser novo. Tudo é redefinido em uma nova visão de mundo. Não há paralelos a serem feitos de um momento a outro. Esta é a ênfase de sua história, destacando-se das outras terapeutas entrevistadas.

“Não sei se traz de volta o indivíduo e a história. Insere outras coisas. Para mim este ponto de vista, esta mudança tem muito mais a ver com uma ruptura epistemológica, que me faz ver tudo de uma outra forma seja o que for: a família, o indivíduo, o que é sistema, o que é a própria terapia. Tem a ver com uma ruptura de visão de mundo. Então eu não

senti isso. Não sinto como uma reaproximação de um conceito, mas como uma ruptura mesmo de visão de mundo que aí tudo fica redefinido a partir daí.”

Paloma

Pelas características, acima descritas, Nair é a mais atendida com o movimento de integração, citando vários autores que defendem esta perspectiva, tais como Anthony Williams (1994) e Betty Karrer (Breunlin et alli, 2000) e, outros, que considera próximos da idéia de agrupar teorias como a Teoria Sistêmica e a Psicanálise: Mory Elkaim (1988, 1990), Murray Bowen (1998) e Boszormenyi-Nagy (Boszormenyi-Nagy & Framo, 1976). Já Célia lembra mais dos antigos como “o Whitaker que defendia o intrapsíquico, o pessoal de Palo Alto que fazia bem estas distinções (entre intrapsíquico e relacional)” (Neill & Kniskern, 1990; Watzlawick et alli, 1993). Célia sente-se mais conectada à leitura sistêmica para uma prática terapêutica individual. Ressalta, no entanto, a referência pós-moderna, na qual autores como Marcelo Pakman (1997), Carlos Sluzki (1997), Froma Walsh (1993), etc., estão mais voltados para “a questão da rede, do social, do indivíduo imerso em uma coisa da comunidade”. Paloma, caminhando na mesma direção que Célia, lembra autores que demonstram uma tendência para a ruptura: Tom Andersen, Michael White, identificados com o Construtivismo e o Construcionismo Social e Harold Goolishian, Kenneth Gergen, John Shorter, que se inserem no movimento do Construcionismo Social e, ainda, Wittgenstein, muito citado no interior deste movimento (Andersen, 1999; Mcnamee & Gergen, 1998; White & Epstom, 1993). Deise cita autores que foram importantes para sua formação, trazendo a diferença mais uma vez, ao lembrar de autores pouco citados como Ackerman (1986), e os ingleses Pincus & Dare (1981), e Virginia Satir (1978). Sabe que existe e acha interessante o movimento de integração, citando o livro *Metaconceitos* de Breunlin et alli (2000). Felícia não conhece de perto o movimento de integração, mas cita uma autora brasileira, Levy (2000) e acrescenta: “No mundo tem espaço para todo mundo. O diferente não é o oposto.”

Continuando a reflexão, sobre as transformações da Terapia de Família, com as cinco terapeutas entrevistadas, destaco quatro tópicos, retomando temas anteriormente discutidos: (1) Família e Indivíduo / Relacional e Intrapsíquico; (2) A pessoa do terapeuta; (3) Distintos nomes para distintas propostas; (4) Exterior/Interior: ampliando os sistemas.

5.2.1.

Família e indivíduo / relacional e intrapsíquico

Nair reafirma a aceitação atual tanto da relação quanto do indivíduo, citando Moreno como um dos primeiros a relacionar ambos. Afirmo que a história é feita de movimentos pendulares, em busca de um equilíbrio. Com a Terapia de Família não é diferente: se ontem negou o indivíduo, o intrapsíquico, hoje ele está de volta, juntando-se à família e ao relacional.

Célia também acredita que não há mais separação entre indivíduo e família; pode-se trabalhar o indivíduo sistemicamente, mas não tem certeza se o intrapsíquico é um recurso conceitual e interventivo para sua clínica. Indubitavelmente, sabe que não utiliza a interpretação de conteúdos internos, apesar de atingir o interno quando trabalha a relação. Talvez Célia esteja revelando as contradições de um tempo em que tudo é viável e as demarcações, que ajudam a entender uma prática, diluem-se vertiginosamente.

“Acho que... não pratico a coisa da Psicanálise mais tradicional, não é uma coisa de interpretar, mas como é uma coisa do meu conhecimento isso me auxilia sim. Mas quando eu estou atendendo individualmente eu não ignoro o sistema de relações que a pessoa tem. Quando estou atendendo a família não ignoro o intrapsíquico que pode surgir ali, mas não sei se faço uso.”

Célia

Para Paloma, o indivíduo é uma construção social e não psicológica. A Psicologia é uma disciplina individualista, diferentemente da Terapia de Família, que “é uma área de conhecimento que não inclui muito a Psicologia e para mim

continua não incluindo”. Paloma, porém, apresenta dúvidas, como Célia.

“Eu diria que sim e não. Na verdade, o que é intrapsíquico para mim, é que eu acho que teria outra definição. Eu trabalho com intrapsíquico. Trabalho com terapia individual também, sistêmica, relacional, dentro dos meus aportes construcionistas, eu trabalho com grupo, família. Eu acho que eu trabalho com algo que nós definimos como intrapsíquico. Só que eu acho que a minha visão do intrapsíquico não é a visão psicanalítica. É uma visão que inclui conhecimentos da Psicanálise, porque eu acho que a Psicanálise está encarnada na nossa cultura. Mas eu acho que eu vejo o intrapsíquico, como o indivíduo, como o sistema como construções, como narrativas.”

Paloma

E as novas são anunciadas por Paloma: hoje, trabalha-se com qualquer tipo de relação. A ênfase desloca-se da especificidade das relações familiares, de casal, etc., para um conceito de relação que abarca todos os tipos, determinando a prática terapêutica, ao ampliar seu escopo de intervenção.

“(…) eu trabalho individualmente as relações da pessoa, significativas para ela, geralmente são relações com a família. Mas não precisa ser necessariamente a família porque não é uma unidade específica que determinaria tudo. Depende de como... mas a família é seguramente importante. Eu trabalho com muitas famílias também.”

Paloma

A família é formadora do indivíduo, assevera Felícia. De um modo absolutamente otimista, acredita que cada um está vivo “pelos bons momentos que passou na família. Ninguém está vivo pelo trauma que sofreu na família”. Propõe uma circularidade entre indivíduo e família, entre limite e libertação.

“O que tem entre o indivíduo e a família é esse espaço de energia que às vezes a gente não toma conta, que a gente não se apropria. Então o que a Terapia de Família pode dar para alguém é esta apropriação deste espaço de mobilidade. Eu vou sim à minha família, mas a minha família não é o meu limite. Então eu vou para mim, para o meu projeto. Mas o meu projeto ele vem da minha família. Eu não tenho dúvida.”

Felícia

Para Deise, em sua atuação profissional, foi estabelecido um laço de contigüidade entre a relação familiar e o indivíduo, conseguindo ver: “não só a dinâmica, o padrão dos relacionamentos das pessoas como também cada indivíduo ali com a sua luta

interna”. E, na ausência de um paradigma ou de parâmetros que juntem os dois, Deise defende a espontaneidade na clínica. A intuição, a experiência pessoal e a subjetividade do terapeuta subjagam a formulação teórica por se fazer.

“Eu acho que o indivíduo é um elemento da família; que a família junta; que ela tem uma história; que ela forma. Ela tem todo o aspecto relacional, mas isso não nega a existência do indivíduo. O indivíduo, que tem o próprio olhar, ele tem uma especificidade, um olhar e uma vivência. Então por mais antagônico que pareça você vai ter que fazer estas duas coisas existirem. E como atualmente a gente não tem mesmo um posto, um paradigma só, a gente tem que lidar com muitas coisas ao mesmo tempo. Eu acho que a proposta é um pouco esta: você tem que lidar com as duas coisas ao mesmo tempo. Fazer, às vezes, intervenções individuais. Por exemplo, sabe uma diferença que deu no meu trabalho até no consultório eu tenho preferido trabalhar com uma pessoa para fazer interferências na família. Engraçado que isso eu fui me dar conta agora, que foi espontâneo. Às vezes para trabalhar um casal, trabalhar com uma pessoa só e fazer intervenções sistêmicas para alcançar o casal. Mas trabalhar naquela pessoa. Isso eu acho, eu senti que facilitou muito. Ainda estou pensando nesta questão, mas foi espontâneo.”

Deise

5.2.2. Pessoa do Terapeuta

Este tópico relaciona-se com o tópico 3 da análise dos congressos de Terapia de Família, o qual trata da integração pela perspectiva pessoal. A análise de ambos demonstra que esta é uma forte tendência entre os terapeutas de família no Brasil: subjugar a formulação teórica à preeminente subjetividade do terapeuta. Não há uma concordância unânime quanto ao retorno do indivíduo e do conceito intrapsíquico como necessário à prática clínica. As cinco terapeutas, no entanto, defendem, com afinco, que o trabalho sobre a subjetividade do terapeuta é fundamental, sobretudo, para alcançar bons resultados clínicos.

Nair cita a pesquisa sobre a eficácia da terapia, cuja principal conclusão foi a de que não há diferenças entre terapeutas experientes, que pertencem a várias linhas teórico-clínicas. Esta pesquisa foi comentada no capítulo anterior. Trata-se do clássico estudo de Fiedler, realizado em 1950, citado por Poznanski & McLennan (1995). O ponto a ser lembrado é o da importância da

experiência e da pessoa do terapeuta, predominando sobre o valor da referência teórica.

“(conclusão:) que era mais a pessoa do terapeuta do que a terapia em si, do que da teoria em si. Fizeram Rogers, fizeram transpessoal, fizeram, fizeram, fizeram...”

‘-Então, como é que você melhorou?

-Não sei. Mas eu confiava tanto no meu terapeuta. Ele foi tão bom para mim.’

Isso na pesquisa ficou mais forte. Daí eu não achar que uma é melhor que a outra.”

Nair

Célia faz uma diferenciação entre ontem e hoje: no início, a formação e a intervenção terapêutica se davam de fora para dentro; hoje, é de dentro para fora. Com esta perspectiva, a das mudanças internas, “outros caminhos foram se abrindo”.

“Eu acho que isso é uma coisa positiva, não é uma coisa como antigamente, era uma coisa difícil de praticar. Uma coisa às vezes que era de fora para dentro quando a coisa parte de dentro para fora. Eu acho que você é um observador participante. Acho que traz um conforto geral.”

Célia

A eficiência na clínica, para Paloma, deve ser perpassada por um estilo pessoal, pela definição do gosto e a descoberta de suas próprias identificações. Nesse sentido, não há um modelo único a ser escolhido. Todos podem ser válidos. Mais uma vez aparece aqui o relativismo da experiência pessoal, tão característico da pós-modernidade, dispensando uma sistematização teórica concentrada.

“Eu acho que é uma coisa do meu estilo pessoal e eu acredito nisso. Eu acho que qualquer modelo pode ser eficiente clinicamente. Eu acho que os terapeutas vão escolhendo modelos que tem a ver com eles enquanto pessoa, enquanto eles querem do mundo, da vida. Então eu aprendi alguns modelos com os quais eu não me identificava e quando encontrei alguma brecha nestas outras coisas, eu me identifiquei. Por isso, me dediquei e desenvolvi minha prática. (...) Eu acho porque não tem um certo e um errado e sim que a gente escolhe mesmo o que se adapta a uma conjunção de coisas do meu estilo pessoal, do meu interesse intelectual, teórico, e do que eu sei fazer e vou aprendendo a fazer. Tem algumas coisas que eu não teria habilidade para fazer. Eu escolhi por gosto, por identificação.”

Paloma

Uma alquimia entre a subjetividade e a teoria é o que propõe Felícia. Um mergulho nos livros e uma transformação pessoal caracterizam a busca de um terapeuta por uma teoria. No fim da

jornada, não uma sistematização teórica que interpreta uma prática, mas sim uma mistura definida pela experiência pessoal, interna, que determina a relação terapêutica com cada cliente. A clínica é uma conjunção da identidade do terapeuta, junto a cada família, aliando-se criatividade e invenção de técnicas. O parâmetro é estético.

“Você começa a ler um autor, você fica animada, animada e de repente você esquece de você. E que você faz? Você faz um resgate, a sua individualidade, para o autor passar por você e você faz até o que autor diz, mas do seu jeito. A nossa profissão é uma profissão que não pode deixar de passar por dentro da gente senão ela fica obsoleta rapidamente. Como é uma profissão que trabalha com cura, a cura só existe dentro de uma alquimia. Ela não existe dentro de um diálogo teórico. (...) Então eu acho que isso me conecta com essa coisa interna.”

Felícia

5.2.3. Distintos nomes para distintas propostas

Novamente Nair remete-se ao pioneirismo de Moreno, que afirma existir vários modos de ver. A dúvida, neste sentido, é uma constante. O terapeuta convive com a incerteza a respeito da efetividade de suas intervenções. Isto, no entanto, deve tranquilizá-lo em vez de lhe causar angústia. Se não há um modo certo de fazer, não há porque ter medo de errar. Como alternativa a um modelo padrão, uma visão pragmática dita a utilização dos variados modelos como ferramentas. Seus modelos teóricos são: Psicanálise, Teoria Sistêmica, “das breves às intergeracionais, Bowen, genograma; as diretivas, reflexivas e as construcionistas”. Nomeia sua proposta como integrativa, mas não gostaria que confundissem sua prática com um tipo de terapia alternativa, ligando o sentido de integração ao espiritual ou a uma visão holística.

“Como é que eu posso dizer que eu tenho razão que vou fazer uma interpretação que é única, que é a verdadeira. Eu tenho que aceitar que existem vários modos de ver. Mas quando todo mundo dizia que só tem um, você vai e só tem um. (...) dependendo do casal, dependendo da família, você é intervencionista, você é estratégica, você é reflexiva. (...) eu acho que uma família não é igual à outra. Eu não gosto de um modelo só. (...) Se eu vejo uma manifestação do inconsciente muito clara que vai ser importante esclarecer, eu vou esclarecer. E por outro lado eu acho que é um momento assim... que temos que fazer uma cena psicodramática, então a gente vai levantar e vai fazer a cena, eu acho importante dar uma

tarifa, vou dar uma tarefa. (...) Eu acho que você tem que conhecer muito bem todas as teorias todos os modelos que você estudou para poder lançar mão deles. Porque é o que eu digo sempre: não é panacéia nem salada de frutas. É realmente um arquivo que você tem e você vai usar o que você achar importante naquele momento com aquela família. Eu não acho que uma teoria é melhor que a outra.”

Nair

Célia define sua abordagem teórica pela especificidade de uma clínica de atendimento a famílias de alcoolistas ou famílias que tiveram uma experiência de trauma ou estresse. No caso do abuso do álcool, o aspecto físico deve ser considerado. A prioridade do relacional, entretanto, se estabelece sobre o físico e sobre o psíquico, e, faz questão de ressaltar, não há abandono do último. Nomeia sua abordagem como Sistêmica, porque acredita que é um nome mais genérico, englobando as diversas práticas, que podem receber nomeações específicas, posteriormente.

“Então eu uso... quer dizer o intrapsíquico não é um recurso que eu utilizo, mas eu não abduco, não é uma coisa que eu é... ignore. Então quando eu estou atendendo uma família e eventualmente existe ou uma demanda ou uma necessidade de encaminhamento então eu faço. Eu tendo a fazer. E o relacional é onde eu transito o tempo inteiro. Basicamente as famílias são o tempo inteiro na coisa do interacional. Eventualmente quando existe atendimento individual aí sim tem uma coisa de uma compreensão importante do intrapsíquico também. Não é uma coisa que eu abduquei. Eu separei assim quando existe numa família uma necessidade existe um encaminhamento. Quando existe uma busca do individual, e eventualmente isso acontece, aí é um recurso também. Aí ou um ou outro.(...) Eu daria esse nome maior que é terapia sistêmica. Se a gente quiser ser bem ampla acho que seria esse o nome. De resto eu vou começar a codificar segundo a clínica e aí... criar uma situação de crise, uma situação de necessidade de chamar a rede. O sistêmico seria mais genérico.”

Célia

Paloma define seu referencial como claro. As outras escolas, as que não utiliza, ficam para trás e servem a um conhecimento histórico. Não tem uma idéia de conciliar e sim inaugurar outra proposta. Apesar da afirmação de clareza quanto ao seu referencial, Paloma acha difícil defini-lo por um único nome. A prática é diversificada e pauta-se na relação, seja qual for. Sluzki (1998), influenciado pelos mesmos referências teóricas, considera que esta diversificação deve ser nomeada como práticas sistêmicas; mantém, assim, uma vinculação com o passado.

“(...) a gente tem um referencial claro que é o Construtivista/Construcionista Social. Nosso curso não tem Psicanálise, não tem essas coisas. Têm outras escolas de Terapia de Família que a gente dá... até como cultura, mas... acho que a gente tem um referencial claro. (...) A parte toda clínica, ela é toda voltada para nossa orientação teórica, epistemológica e as outras escolas, tipo a escola estratégica, estrutural, elas entram no nosso programa como um conhecimento da história importante para os terapeutas, mas não entram na parte clínica.”

Paloma

Deise utiliza tanto a Psicanálise quanto a Teoria Sistêmica. Ao unir estas duas referências, não sabe qual nome atribuir à sua prática e pede para pensar.

“Boa pergunta. Alguma coisa que juntasse a Psicodinâmica com a questão familiar. Até porque eu realmente acho... como a Cibernética fala, a família não é só os elementos, mas ele tem uma identidade. Então é como se eu tivesse que arrumar um nome que juntasse essas duas coisas que a princípio parecem antagônicas, mas que não podem ser separadas. Os elementos existem apesar do conjunto. É uma proposta interessante. Vou ter que pensar.”

Deise

Felícia, como visto acima, embaralha referencial teórico e metodologia. Para ela, cada teoria representa uma metodologia diferente a ser utilizada. Em favor desta idéia, invoca a metáfora do conhecimento como alimentação, um cardápio de escolhas a serem realizadas. Nomeia sua proposta como Sistêmica, com a possibilidade de usar várias metodologias. Devido à sua ênfase na criatividade do terapeuta, acrescenta que talvez seja necessário um outro nome, a ser pensado.

“A sistêmica te dá a possibilidade de usar uma porção de coisas. Psicodrama, até a própria Gestalt e inventar o seu próprio estilo, sua própria forma de conectar a pessoa com a realidade, com a vida.”

Felícia

5.2.4. Relação exterior / interior: ampliando os sistemas

Célia chama atenção para movimentos mais amplos, o das teorias psicológicas e o da exacerbação do individualismo como influenciando a Terapia de Família, principalmente nos últimos anos. Outras disciplinas, como a Física e a Biologia, são fontes de referência, contribuindo com um “outro olhar”, uma nova visão de

mundo que determina a evolução da prática terapêutica. Entende que a história da Terapia de Família pode ser compreendida por um movimento em espiral e por um crescimento que não se pauta mais pelas exclusões. As oposições entre família e indivíduo, relacional e intrapsíquico deixam de ser um tema relevante para um ponto de vista inclusivo. Tudo é sistema e todos os sistemas estão relacionados entre si.

“Eu acho que está fazendo uma espiral de que antes precisou não se falar do indivíduo, quer dizer elimina o indivíduo, só foca na família, caixa preta, aquilo tudo que a gente viu da Pragmática. Década de 80, 90, o *boom* do indivíduo, e eu diria que já tem algum tempo isso, 90, agora tem uma coisa assim de como é que é acasalar, alinhar uma coisa e outra, não é uma coisa ou outra.(...) E aí eu acho que fica pequeno só dizer que o intrapsíquico agora tem um lugar. Eu diria que todos estão começando a ter um lugar seu.”

Célia

A influência da Física e da Biologia também é admitida por Paloma, mas hoje ela adere ao Construcionismo Social, modificando completamente a leitura de sua prática terapêutica. O Construcionismo Social amplia o campo de ação e, concomitantemente, se caracteriza pelo reducionismo: tudo passa a ser construído socialmente na linguagem. Esta é, indubitavelmente, uma transformação com conseqüências para a compreensão do ser humano e de seu mundo.

“Hoje o que me influencia mais é exatamente toda esta vertente do estudo da linguagem e que toma tanto a Biologia como a Física como metáforas. O Construtivismo, que tem uma visão mais biológica, ele tem o foco maior no indivíduo ou no individual, organísmico, biológico. Mas eu também não uso mais estas metáforas, na verdade. Porque as metáforas que eu uso têm mais a ver com as narrativas, com a linguagem, com a construção social do próprio indivíduo.”

Paloma

Ao invés de a realidade ser vista tanto como constituição quanto como construção, somente o último aspecto é ressaltado, enunciando uma posição extremamente relativista. Relembro Duarte (1999) e sua proposta de “desnaturalização”, que não prioriza o relativismo e estabelece a comparação e a contextualização como métodos. Considera-se, neste sentido, o horizonte cosmológico

cultural, vivido como natural e com caráter instituinte. A cultura encontra-se na base da crença na realidade. Esta última é formadora do mundo humano, ao mesmo tempo em que é formada pelos humanos, unindo-se constituição e construção. Nesta proposta encontra-se: uma tensão entre universalismo/busca da verdade e romantismo/dimensão vivencial, entre todo e singularidade, ressaltando o papel estruturante da cultura a que pertencemos, sem a qual perde-se a potencialidade da reflexão sobre as nossas ficções. Ressalto esta proposta como uma alternativa ao Construcionismo Social defendido principalmente por Gergen (Gergen, 1985, 2001; Gergen & Warhus, 1999).

Da rigidez para a abertura, este é, para Deise, o percurso da Terapia de Família. Integrar diferentes teorias é uma via franqueada, não recebendo uma forte oposição.

“Essa rigidez de demarcação de território (entre a Psicanálise e a Sistêmica). (...) depois do Construtivismo, com essa coisa do indivíduo, da revalorização do indivíduo, acho que está até voltando um pouco, uma tentativa... sempre teve um grupo na verdade que fazia esse papel de tentar integrar, mas eu acho que isso realmente está tendo mais espaço atualmente do que teve há um tempo atrás. Acho que isso é possível.”

Deise

Felícia acha positiva a influência da Física e da Biologia, porque ela promove uma abertura, referindo-se, novamente, à analogia do conhecimento com o crescimento e com a alimentação. Tal como Célia, pensa que estas disciplinas ajudam a construir uma nova visão de mundo, inserindo o humano em um contexto maior.

“Ah! Eu acho que são noções que te abrem muito o leque. A Física, eu acho que amplia toda aquela noção da pessoa dentro de um sistema. (...) Então acho que isso alimenta o conhecimento. Você contextualiza o ser humano de uma forma humana, mais humana. (...) Então, essa visão de que você está numa cadeia de um sistema eu acho que é fundamental. A biologia também. A cadeia. Você está numa cadeia, numa hierarquia dentro de um contexto. (...) A tendência é ampliar cada vez mais. (...) Crescimento (para a Terapia de Família).”

Felícia

As entrevistadas afirmam, com assentimento unânime, que há uma expansão do campo da Terapia de Família: expandir é gerar mais possibilidades de compreender o ser humano, elaborando

outras formas que não se restringem ao intrapsíquico. Isto não significa, porém, um fechamento. A Terapia de Família descerra as portas para incluir o intrapsíquico, inserindo-o nas relações e envolvendo ambos no contexto sociocultural. O profissional da Terapia de Família deve-se preparar, deve almejar compreender estas múltiplas dimensões, distinguindo-as e relacionando-as. Soma-se a estas uma dimensão política e ética. O terapeuta, por conseguinte, se posiciona diante do que acontece fora do *setting* clínico.

“(...) eu vejo muito mais preocupados com a questão da rede, do social, do indivíduo imerso em uma coisa da comunidade. (...) mas não apagando o indivíduo, respeitando a coisa das minorias, da questão da marginalidade. (...) Eu diria que agora a força maior da Terapia de Família, estou vendo muito mais nessa coisa de poder contextualizar politicamente todas as situações.”

Célia

“Agora o trabalho aqui com família me ajudou, me abriu, me ampliou muito, porque entrou também a questão social, de rede, de pensar o mundo, integrar a família... isso foi muito legal.”

Deise

“O ser humano está contextualizado. Ele sofre forças da natureza. Ele sofre processos familiares.”

Felícia

“(...) eu acho que a gente tem uma coisa muito mais sólida. Eu acho que o objetivo é diversificar eu acho mais, de pensar um pouco mais amplamente as práticas sistêmicas, para além até da Terapia de Família.”

Paloma

Não há mais separações entre o indivíduo e a família, entre o intrapsíquico e o relacional, entre ambos e o contexto social, entre o interior de um sistema e o seu exterior. Nair sintetiza estas idéias, indicando a pródiga discussão que os terapeutas de família necessitam realizar.

“Eu acho que não tem como não relacionar o individual e o familiar. Eu acho que nós somos uma teia absolutamente amarrada no social, no político, no econômico e no ético. Porque também tem dados reais que têm que ser levados em consideração. Eu acredito que é muito mais do que individual e familiar. É realmente político, socioeconômico, cultural e ético.”

Nair

Sumariando as metáforas e as analogias, utilizadas pelas terapeutas entrevistadas e que remetem ao tema da integração, encontram-se: amadurecimento, reconhecimento da filiação, movimento pendular, movimento em espiral, alquimia e alimentação-crescimento. Parece que quase todas concordam que a transformação do campo da Terapia de Família caminha no sentido de uma progressão, na qual o acúmulo de conhecimento alimenta o crescimento, leva ao amadurecimento e à capacidade de reconhecer suas próprias origens, sua história. Por meio de dois tipos de movimentos, pendular e espiral, entende-se que passado, presente e futuro estão relacionados. À exceção de Paloma, para quem transformação é ruptura e o passado somente uma história a ser contada.

O porquê e o para quê integrar estão indicados nestas metáforas, analogias e nas respostas analisadas, mas o como ainda é uma questão. Não pretendo oferecer uma resposta definitiva. No próximo capítulo, contudo, gostaria de discutir algumas idéias surgidas de leituras específicas e desta pesquisa, que me ajudam a pensar como articular: família/indivíduo e teoria/experiência pessoal. Desta proposta de articulação, destacam-se a distinção entre os espaços, acima definidos, e a relação que se estabelece entre eles. Articular pauta-se, sobretudo, na necessidade de uma reflexão teórica.

Relembrando Augras (1999), não pretendo eleger uma base única, privilegiando uma teoria como exclusiva para a compreensão do humano ou caracterizando um tipo de unificação pelo somatório de diversas teorias. Não pretendo, portanto, construir uma metateoria. Ao privilegiar as interseções entre as disciplinas, decido enfrentar os riscos de caminhar pelas fronteiras, pelos limites que separam e constituem a diferença. Do diálogo entre as diferenças, entre autores e disciplinas, algo novo pode surgir. Para que esta proposta se cumpra, necessito recordar igualmente a alternativa fornecida por Taylor (1992): admitir as limitações de uma perspectiva exclusivamente empírica e estimular o desenvolvimento

de teorias interpretativas, que liberem a imaginação. Semear o campo é a chamada para o caminho da construção teórica, elegendo como horizonte-guia o “universalismo romântico” (Duarte, 1999). É imperioso buscar a verdade ao mesmo tempo em que se reconhece a dimensão vivencial.

DO RIGOR NA CIÊNCIA

...Naquele império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o país não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Suaréz Miranda: *Viajes de Varones Prudentes*, livro quarto, cap. XLV, Lérida, 1658.)

(Borges, 1999, p.247)

6 Semeando o campo: uma proposta de articulação

Pretendo elucidar uma proposta de articulação, apoiando-me sobre a reflexão realizada durante todo o processo de pesquisa e escrita da tese. Trata-se agora de lançar sementes ao campo, após ter mapeado e arado a terra, conhecendo os principais elementos, as principais questões que constituem o território escolhido. Dá-se início, assim, a um projeto que, embora se insira em um movimento maior chamado de integração, explicita uma configuração diferenciada.

Lebow (1997) considera como principal marco para a era da integração, na Terapia de Família, a quebra das fronteiras entre as escolas. Neste momento, durante os anos de 1980, terapeutas estruturais, centrados no presente, também trabalham com as histórias da família de origem ou diversos terapeutas trabalham com a teoria das relações objetais e a teoria da comunicação, vinculando-as a uma visão pragmática da terapia. Estes são apenas dois exemplos que indicam a presença, cada vez menor, da defesa de uma prática baseada em uma única escola. Para alguns, misturar as abordagens é o suficiente. Para outros, é preciso que haja uma combinação específica de ingredientes de acordo com um critério. Segundo Lebow, integrar é combinar abordagens que não são inerentemente contraditórias, sendo necessárias algumas condições para a integração: não se devem misturar somente algumas estratégias e intervenções; deve-se realizar algum esforço para construir uma teoria que transcenda as diferentes abordagens; e deve-se aplicar na construção de métodos que cruzam os limites de uma perspectiva filosófica determinada. Lebow sugere que um trabalho clínico com o *self* do terapeuta pode ajudar na compreensão daquilo que cada um faz, tornando mais consistente e eficaz a integração, evitando confusões ou um pragmatismo excessivo, mais característico do ecletismo.

Os terapeutas de família hoje discutem qual seria a sua melhor definição: cientista ou artista, técnico ou artesão, teórico ou prático, entre outros pares que indicam oposição. As primeiras escolas enfatizaram o aspecto científico e técnico, valorizando a teoria. As escolas atuais vinculam-se ao lado artístico, privilegiando a experiência subjetiva, tanto do terapeuta quanto dos seus clientes, colocando-a acima de qualquer técnica ou sistema teórico. Em meio a estas duas posições, existem aqueles que defendem a convergência: tanto cientista quanto artista. Caminhamos para a implementação de uma nova fase:

“Agora, à medida que a terapia familiar caminha para o final da década de 1990, o tema é a integração. Tantos terapeutas de família dedicados vêm trabalhando há tanto tempo que o campo acumulou um número importante de maneiras proveitosas de se enxergar e tratar as famílias. Hoje em dia não faz mais sentido estudar um e apenas um modelo e negligenciar os *insights* dos outros. Os terapeutas de família não estão apenas realizando uma fertilização cruzada dos modelos de terapia familiar – estão também lhe acrescentando conceitos e métodos da Psicologia e da psicoterapia individual.”

(Nichols & Schwartz, 1998: 443)

Inserindo-me neste movimento, privilegio autores que ajudam a formular uma compreensão tanto da família quanto do indivíduo, tanto do relacional quanto do intrapsíquico, considerando-os como dois espaços distintos, inseparáveis e inter-relacionados; imersos em um outro espaço, definido pelo contexto histórico e sociocultural. Com a discussão instaurada neste capítulo, não pretendo descartar as duas mais importantes referências para a Terapia de Família: a Teoria Sistêmica e a Psicanálise. Pretendo, outrossim, lançar um novo olhar, configurado por uma leitura interdisciplinar, informando o que entendo sobre uma proposta de articulação.

Uma questão foi enunciada ao final do capítulo anterior: como articular diferentes referenciais teóricos? Neste momento, acrescento outra questão, determinante da primeira: quais critérios utilizar? Oriento-me por um critério fundamental: conciliar um esforço de elaboração teórica com a experiência subjetiva. Este esforço compõe-se pela necessidade, já enunciada e nomeada como

“universalismo romântico” (Duarte, 1999), de conciliar a busca de universais considerando a dimensão da singularidade. Há que se considerar, portanto, a circularidade entre a sistematização teórica e a criação.

A construção de uma história da Terapia de Família foi e é importante para pensar sobre quais opções têm sido feitas quanto à elaboração teórica e à prática terapêutica. Há vários exemplos: com Bateson e o MRI (Escola Estratégica), a Terapia de Família demonstra preocupação em sistematizar uma teoria; com Whitaker, a ênfase recai sobre a experiência; com os Construtivistas e os Construcionistas Sociais, privilegia-se a experiência na escolha da teoria, devendo ser definida a cada caso. Entre a escolha teórica e a experiência clínica do terapeuta, é importante ressaltar a dinâmica da transformação, na qual a teoria influencia a experiência e vice-versa. Defendo que não há como separar a formulação teórica da experiência pessoal, assim como não há como separar sujeito e objeto, embora seja importante distinguir ambos. Caso contrário, corre-se o risco, ao torná-los indistintos, de priorizar um, eliminando o outro.

Lynn Hoffman, autora pioneira nos estudos históricos, relacionando as principais escolas da Terapia de Família, é um exemplo interessante. Seu livro sobre os fundamentos da Terapia de Família teve a primeira publicação, em inglês, no ano de 1981 (Hoffman, 1994), período em que se inicia o declínio das primeiras escolas. A autora relata o desenvolvimento das escolas até o final da década de 1970, nos Estados Unidos e na Itália. Posteriormente, na década de 1990, surge um grande número de trabalhos históricos, caracterizando um momento de reflexão: a Terapia de Família se questiona quanto ao seu referencial teórico e à sua prática (Nichols & Schwartz, 1998). Iniciamos a primeira década do século 21 e reencontramos Lynn Hoffman (2002), escrevendo novamente uma história da Terapia de Família. Desta vez, a história é um relato na primeira pessoa, no qual a experiência pessoal da autora é o que deve ser destacado. Seu percurso revela uma tendência no campo:

preocupa-se menos com a sistematização teórica em prol do valor da experiência.

Caracterizando uma escolha exclusivista, troca-se a dimensão universal pela dimensão vivencial. Ainda que, para alguns, a dimensão vivencial seja inserida em uma determinada comunidade, como propõe o Construcionismo Social, ela é sempre relativa àquela comunidade, sendo desnecessário o extrapolar para outros contextos. Tende-se à diminuição das pontes, que estabelecem conexões, e aumentam-se as ilhas, o isolamento entre uma comunidade e outra. Por esta razão, considero importante articular a teoria e a experiência pessoal. A busca de universais, no sentido de um “universalismo romântico”, insere a formulação do conhecimento em uma perspectiva inclusiva, aliada à dimensão vivencial, à inserção do diferente e à criação do novo. Indubitavelmente, é a constante tensão entre estes elementos que atrela o processo de conhecer à necessidade de reflexão: ao interpretar a realidade, segundo uma sistematização teórica, deve-se contar sempre com a dimensão daquilo que escapa. Interpretar não é supor a existência de uma realidade desde sempre. Interpretar é ter um ponto de partida, que lança luz sobre o que se pretende conhecer, não excluindo o espaço da sombra.

Concordo com a afirmativa de Lebow (1997) de que a integração não se reduz a juntar duas escolas e suas diferentes técnicas. É necessário perseverar na sistematização teórica. Faço, porém, uma ressalva que diz respeito ao termo integração, optando expressar-me com a palavra articulação por dois motivos. O primeiro refere-se à cautela necessária para lidar com a perspectiva metateórica. O termo integração indica a busca de um todo harmonioso, sugerindo a idéia de uma completude que anule possíveis tensões. Estas, entretanto, ativam um estado de alerta para não se estabelecer um ponto final à imprescindível e contínua reflexão sobre o que fazemos. Articular me permite pensar em termos de elos, de interseções, de correlações entre elementos, aproximando as diferenças, inter-relacionando-as. Há uma busca de

completude, que não supõe o fechamento. Com esta perspectiva, encontro o caminho para entrelaçar as questões do indivíduo e do seu grupo familiar, do sujeito nas suas relações.

Outro critério para a articulação, portanto, trata de ressaltar a importância da família e do sujeito, do todo e da parte, na elaboração teórica e na prática terapêutica. Pretendo, a partir deste critério, discutir pressupostos que permitem articular família/relacional, indivíduo/intrapsíquico e o contexto histórico e sociocultural. A possibilidade de associar espaço exterior e espaço interior inclui uma idéia de todo, no qual suas partes encontram-se em constante tensão, transformando-se. Devem ser estabelecidas, concomitantemente, uma distinção e uma inseparabilidade entre os elementos que ora são vistos como internos ora como externos, de acordo com a relação estabelecida entre eles. Defendo a idéia de articulação para que os elos de interpenetração, pontos de interseção entre espaço exterior e espaço interior, sejam elucidados em uma proposta teórica que se faz no percurso da indagação e da pesquisa.

Entre nós, terapeutas de família, é costume citar uma frase, que compõe o nosso imaginário, atribuída aleatoriamente a Bateson ou a Korzybski: “o mapa não é o território”. Muitas vezes, esta frase é utilizada como uma forma de nos alertarmos mutuamente quanto aos perigos de uma construção teórica conclusiva a respeito da realidade. Esta frase pode ter servido igualmente à justificativa quanto à ênfase pragmática, revelando um apreço pelos resultados e um desprezo por construções teóricas sistematizadas. Para mim, esta frase tão decantada, foi perpassada por estas duas possibilidades de significação até chegar a uma terceira, oferecida por Onnis (1998), ao completar com a continuidade da frase: “o mapa tem uma estrutura semelhante ao do território”, justificando sua utilidade. Sendo assim, o mapa não é o território, mas ele pode ser um bom guia para a caminhada em um determinado território. Esta terceira posição, no entanto, ainda não é suficiente. Este mapa não só é útil como é constitutivo de um certo espaço. Ele dá os contornos que formam a realidade de um território. Ou ainda, segundo a visão de

Gerson (1996), nenhum território possui uma existência significativa sem um mapa. Esta afirmativa desdobra-se, em consonância com minha interpretação: o mapa traz à existência a realidade que prefigura e constitui, a realidade em que se acredita e que se constrói. É uma realidade demasiadamente humana que, apesar de construída, é constitutiva, possuindo valor de medida e de verdade.

Todas estas afirmações referem-se à minha crença, mas elas não têm o sentido de uma propriedade individual; elas possuem uma forte dimensão coletiva. Trata-se de uma inserção pessoal, de uma elaboração dialogada com autores com os quais me identifico, construindo um mapa que semeia o campo e pode fazer sentido a outras pessoas. A construção deste mapa, portanto, tem por objetivo servir de guia, ser um ponto de partida para uma elaboração teórica aberta ao novo, à imaginação e ao diálogo interdisciplinar. Não tem a pretensão de representar a realidade tal qual ela se apresenta, nem se baseia em tal possibilidade. Com este mapa, dá-se à realidade uma imagem, que serve à sua interpretação, de modo não-reprodutivo. Com esta metáfora, a do mapa-guia do conhecimento, viso à construção de uma proposta de articulação; viso à busca de uma orientação para transitar entre diferentes espaços. Não almejo traçar as medidas de uma realidade objetiva, fazendo cópia matemática de um espaço físico.

“Mas o caso é o oposto. Essa distância, que hoje somos obrigados a chamar ‘objetiva’ e a medir comparando-a com a extensão do equador e não com o tamanho das partes do corpo humano, com a destreza corporal ou as simpatias e antipatias de seus habitantes, costumava ser medida pelos corpos humanos e as relações humanas muito antes que aquela barra de metal chamada metro, essa impessoalidade e descorporificação encarnada, fosse depositada em Sèvres para que todo mundo a respeitasse e a obedecesse.”

(Bauman, 1999, p.34)

Para conceber um mapa é necessário escolher nomes que indicam posições singulares no interior de um conjunto. Esta necessidade de nomear me conduz à formulação de outras metáforas. A metáfora, tanto para a ciência quanto para a experiência diária, torna os recursos humanos virtualmente infinitos, seguindo o curso

da livre imaginação. A metáfora não é somente uma forma do discurso retórico, ela é, sobretudo, uma forma de pensamento, cumprindo uma função epistemológica básica; ela é constitutiva de uma teoria e de uma prática (Leary, 1990). A metáfora do mapa, que tem orientado o campo da Terapia de Família, indica a configuração de relações espaciais, com fronteiras, picos elevados, abismos, ilhas, pontes e tantos outros elementos que constituem a realidade de um lugar. Um mapa não precisa retratar todas as relações concretas de um lugar; se um mapa tudo retratar, ele perde a sua potencialidade de significar. Um mapa precisa ter um espaço para a imaginação, para a criação.

A modernidade é ambivalente a respeito da criação imaginária, fazendo com que a ciência se incumba da tarefa de limitar o livre jogo da imaginação. Leary (1995b), desejoso de observar variadas metáforas utilizadas pela ciência, obtém de Shakespeare (2002) uma metáfora. Esta serve à compreensão do papel da imaginação para a atividade de conhecer. Shakespeare escreveu em *Sonhos de uma noite de verão*: “a imaginação corporifica”, traz à existência o contorno de “coisas não-conhecidas” e dá a elas “um nome e um local para habitação”. A partir desta citação, Leary (1995b) conclui que, para elaborar o conhecimento, é importante estabelecer as prioridades pelas quais são selecionadas as coisas que receberão “um nome e um local para habitação”. Neste capítulo, inspirando-me na metáfora do mapa, seleciono as prioridades, elejo um conjunto de nomes e locais para habitação, com o propósito de formar uma elucidação teórica, um mapa-guia que ilumina o início de uma jornada.

O modo como se constrói este mapa-guia vincula-se ao campo da argumentação. Trata-se, portanto, de um desenho argumentativo que se subtrai da exatidão do cálculo. Como desenho argumentativo, um mapa é composto por analogias constitutivas que evocam múltiplas significações, revelando tradições e potencializando inovações. Este mapa-guia, ao me conduzir no curso de um projeto, pode ser compreendido como uma racionalidade aberta ao constante

processo de reflexão e à multiplicidade (Perelman & Olbrechts-Tyteca, 1996; Perelman, 1997).

Já foi mencionado que a Terapia de Família nasceu e se transformou a partir do contato com várias disciplinas. A Cibernética, no entanto, tornou-se um bloco tão coeso que qualquer disciplina deveria ser subordinada a ela. Vertentes importantes das Ciências Humanas e Sociais adquiriram um vocabulário, pautado na Cibernética, em busca de estabelecerem seu estatuto científico (Dupuy, 1996): qualquer referência sociológica ou filosófica era restringida à perspectiva cibernética. Recorrências a uma perspectiva histórica eram inviáveis, devido à ênfase no presente, característica marcante da ciência empírica, baseada na matemática.

Apesar das transformações que levaram ao questionamento do paradigma cibernético, hoje prevalecem: a forte determinação vinda do campo das Ciências Naturais, emergindo da Biologia uma teoria para a compreensão do humano e da prática terapêutica, que anula a distinção entre exterior e interior, não se supondo a idéia de troca; e a influência do Construcionismo Social, representado por Gergen que, considerando os aspectos sociológicos, define uma outra vertente, mas desconsidera os saberes psicológicos que postulam um mundo interior. Esta configuração leva-me à procura de outros horizontes.

Escolhi autores que representam uma alternativa de não-exclusão, conciliando questões filosóficas, sociológicas, psicológicas e históricas. Além disto, abordam a relação entre espaço exterior e interior, criticando a busca das Ciências Naturais e Exatas como paradigma para as Ciências Humanas. Por conseqüência, estes autores apresentam uma perspectiva crítica que direciono para a composição da proposta de articulação entre espaços distintos.

Os autores escolhidos propiciam uma análise que considera o corpo como merecedor de apreço para a compreensão do ser humano, mas, simultaneamente, o humano é definido pelo que está além do corpo, diferentemente dos animais. O humano não deve ser

definido somente pelo o que é observado do funcionamento corporal. Outras características importantes podem ser enunciadas por meio de outros caminhos, ao largo dos experimentos científicos. Os autores escolhidos apresentam igualmente uma possibilidade de distinção entre indivíduo e sociedade, compreendendo ambos como fenômenos relacionados. Não há, portanto, uma definição do humano que privilegie o indivíduo em detrimento da sociedade, ou vice-versa. Além disso, a noção de indivíduo e, por conseqüência, a noção de psíquico, é abordada como uma unidade não-fechada, constituída nas relações.

Representa-se, a partir dos autores utilizados, uma orientação para a proposta de articular diferentes espaços: são unidos o corpo, o psíquico e a linguagem, como formas de expressão; são unidos o individual, o familiar e o social em uma trama de interdependência e de interlocução. Confirmando, dessa forma, a crítica contundente à pretensão de fundamentar o conhecimento em uma concepção estritamente matemática e supostamente objetiva do humano.

6.1. Articulando elementos distintos

Uma proposta de articulação, do meu ponto de vista, não se refere a um ponto de equilíbrio entre extremos que se opõem. Por isso, não escolho conciliar duas escolas que poderiam se complementar. Minha proposta é uma tentativa de incluir oposições distintivas em um todo dinâmico. Há que se notar que as oposições podem remeter a uma dualidade que se define pela igualdade. Esta equivalência impede o reconhecimento da diferença, fundamental a uma proposta de articulação. Conforme ressaltar, pretendo desenhar um mapa, uma configuração, na qual a família e o indivíduo, o relacional e o intrapsíquico reverberam-se, apesar de serem distintos, imersos em um contexto histórico e sociocultural.

Relembrando Dumont (1971), um todo deve ser diferenciado de uma simples coleção: um todo é um conjunto fundado sobre

oposições distintivas, determinando uma relação hierárquica entre seus elementos. Mais complexa do que uma oposição distintiva entre elementos, a oposição hierárquica é essencialmente a relação de um elemento ao todo, do qual ele faz parte. A distinção hierárquica permite a comparação e a análise das diferenças, possibilitando o reconhecimento do outro; permite o reconhecimento da diferença pela relação englobador/englobado (Dumont, 1985). A oposição distintiva família/indivíduo, visualizada hierarquicamente, é definida conforme o estabelecimento das relações, de tal modo que: a família engloba o indivíduo, devido às interações existentes entre os membros da família e às histórias veiculadas entre as gerações, formando a identidade de cada membro; inversamente, o indivíduo engloba a família, ao internalizar as relações que vivencia neste grupo, assimilando e transformando a história da família em sua própria história. Eles se distinguem ao mesmo tempo em que se relacionam.

Na história da Terapia de Família, há tentativas de formulação de conceitos que tendem a igualar a família e o indivíduo. Na Teoria Sistêmica, ambos foram vistos, inicialmente, como caixas escuras, como sistemas de entrada e saída de informação. Na Terapia de Família psicanalítica, baseada nos grupelistas franceses, a família foi compreendida por uma analogia com o aparelho psíquico individual. Minha opção é a de não adotar uma teoria que identifique a família ao sujeito psicológico, formulando conceitos que são a reprodução de um para compreender o outro. Acredito que, com este tipo de igualitarismo, suprime-se a diferença entre estes dois elementos, mesmo quando são escolhidos nomes mais apropriados a um ou ao outro, isto é, quando se qualifica o aparelho psíquico com o termo grupal ou familiar, ou quando a família e o indivíduo são compreendidos como caixas escuras, como sistemas cibernéticos, mas diferenciados como todo e parte, respectivamente.

Penso a articulação, portanto, como uma trama de elementos distintos que se entrelaçam de modo hierárquico. Estes elementos podem ser visualizados no desenho de um mapa argumentativo que

identifica múltiplos pontos de interseção entre eles. A complexidade deste mapa deve-se à necessidade de se conceber pontos de interseção, para que não se perca o entrelaçamento dos elementos, e de conceber a relação englobador/englobado, para que não se perca a visão do todo. Por outro lado, perder de vista um elemento é perder a parte, diminuindo a potencialidade do mapa tornar-se um guia significativo. Ressalta-se a importância de considerar as diferenças, inter-relacionando-as, por meio de cada elemento, de cada ponto de interseção e de cada relação englobador/englobado.

Adiante, são apresentados os pontos cardeais, que indicam a direção dos argumentos a favor da articulação, constituindo um mapa-guia. São dois os pontos cardeais, formados cada um por dois elementos distintos: o primeiro é a família relacionada ao indivíduo, o outro é a teoria relacionada à experiência pessoal. Minha perspectiva é a de que o ponto de partida para uma proposta de articulação, fundamentando a prática terapêutica, encontra-se nestes pontos cardeais.

6.1.1.

Família e indivíduo: compartilhando valores, emoções e histórias

Construir uma teoria da família é conviver com o perigo da normatização, criando regras que procuram gerenciar a concretude das relações familiares. A Teoria Sistêmica quis evitar os valores para evitar a regulação normativa. Para tanto, buscou uma perspectiva científica tida como naturalmente neutra. Como resultado, obteve um compromisso ideológico que só foi pensado e criticado depois dos anos 70. Diante do paradigma mecanicista, baseado na observação de partes isoladas e na causalidade linear, indubitavelmente, a perspectiva sistêmica apresenta vantagens, devido à sua concepção holística. Apresenta, no entanto, inúmeras desvantagens, listadas por Berman (1996): uma tendência a ignorar contextos históricos e sociais, assim como as diferentes aspirações individuais; uma exacerbada prática de generalização de metáforas, a partir de experimentos de laboratório, para a escala social; uma

orientação dogmática e autoritária, freqüentemente justificada pelo relativismo cultural, excludente do pensamento reflexivo; e uma suposta necessidade de mudança paradigmática constante.

Remetendo-se à pesquisa de Bateson (Witzezele & Garcia, 1994), tem-se a oportunidade de notar que um esquizofrênico deixa de ser visto como uma pessoa doente para ser parte de um sistema; este sim esquizofrênico e determinante do papel do paciente, assim como dos demais membros da família. A disfunção não é localizada na parte e sim no todo. A realidade sistêmica pautada na observação da interação, que esmiúça um padrão, inclui todos os elementos, sem especificar nenhum. Pensava-se que assim poder-se-ia tocar uma realidade impalpável, recapturando a nuance do comportamento humano, deixado de lado pela visão mecanicista. Sua forte aspiração funcionalista, fundamentada na metáfora do computador, impediu a viabilidade deste projeto. As famílias passaram a ser vistas, abstratamente, como máquinas que funcionam ou não de acordo com as regras estabelecidas por um programa prévio. Uma suposta realidade impalpável ou uma nuance não prevista escapa mais uma vez de ser formulada, assim como, devido à sua abstração, as pessoas que formam os sistemas escapam. Cada parte faz o que lhe é determinado pelo programa, não permitindo que haja um espaço de abertura teórica para a singularidade.

A aplicação desta teoria à elaboração de uma escola terapêutica e sua prática clínica, evidentemente, não proporcionou uma correlação direta. Mesmo que isto fosse possível, seria inevitável, em um momento ou outro da clínica, que o excluído pela teoria surgisse de modo inesperado ou fora do controle. O singular, portanto, sempre esteve presente, mas foi abafado pela ênfase no todo e, igualmente, pelo apagamento das emoções e das histórias familiares, em uma prática sistêmica restrita. Insisto nesta crítica pela necessidade de lançar um novo olhar sobre a história da Terapia de Família. Não compartilho com a idéia de que a crítica às primeiras escolas indica a superação de suas propostas, gerando novas abordagens que resolvam os problemas anteriores. Esta

exigência imperiosa de novidade afina-se com a constante necessidade de ruptura, de mudança paradigmática, dirimindo o tempo da reflexão. Penso, ao contrário, que a crítica auxilia a reformulação aliada a uma constante necessidade de reflexão, que ajude a não passar despercebida a permanência do mesmo, que tem aspecto de novo. Isto aconteceu com a perspectiva sistêmica e pode continuar acontecendo.

Embora existam várias formas de família, o modelo nuclear, que corresponde ao casal heterossexual e seus filhos, tende a ser predominante, tanto nas relações sociais quanto na formulação teórico-prática dos terapeutas de família. Neste sentido, há uma tendência a se valorizar dois aspectos para a definição da família: o primeiro, relacionado a uma visão científica da família, é o aspecto biológico; o segundo aspecto é o social, que, vinculando-se ao primeiro na definição do modelo nuclear, relaciona-se à prescrição de normas de comportamento. Um terceiro aspecto, para que se amplie a definição da família, deve ser acrescentado: o histórico, relacionado a uma perspectiva que privilegia transformações, incluindo tanto o biológico, quanto o social. Elevado ao *status* de predominância, o aspecto histórico define a família pela variedade, não supondo nenhuma estrutura fixa e pré-determinada. Há, no entanto, um elemento universalista: toda família se define pelas histórias que a constituem, no interior de sua cultura, e pelas histórias que, vivenciadas em outros tempos, são contadas de geração em geração, gerando um processo contínuo de transformação dos indivíduos e das relações familiares.

A família pode ser definida pela herança genética, procurando, pelo critério científico, especificar: quem pertence ou não a um determinado grupo; quais são as doenças ou as habilidades que podem ser transmitidas; quais são, enfim, pelas marcas da escrita genética, as transformações que formam a história daquele grupo, compondo, por consequência, a história dos seus membros (Pinker, 1998). Levando esta concepção a um extremo, diria que o mapeamento genético de cada indivíduo garante a revelação da

história de um grupo familiar. Este é, entretanto, um ponto de vista externo, que oferece resultados pragmáticos: muda-se a idéia de se assegurar a prevenção de uma doença, passando-se à prevenção contra a pessoa que carrega a potencialidade da doença. Cria-se um eugenismo diferenciado daquele exercido pelo Estado, cujas características principais eram o totalitarismo e a imposição; cria-se um eugenismo privado, livremente consentido, inscrevendo-se na esfera particular do projeto parental, em que os pais escolhem os filhos por seus mapas genéticos (Benichou, 2001). Esta é uma perspectiva reducionista para o projeto familiar. Contudo, caso isto se concretize, pode-se imaginar, que um dia, cada um de posse de seu mapa, ao falar dele, introduza este elemento para construir a história familiar, não somente por um viés objetivo, mas como um processo de reflexão, desencadeado por ter sido gerado nestas circunstâncias, trazendo em seu bojo segredos, desejos, emoções e não-ditos de um projeto parental.

A objetividade, preconizada pela ciência biológica, não foi imprescindível para fazer com que o elemento físico se introduzisse na cosmologia da família. Claro que há uma influência: à medida que aumentam os achados científicos, eles vão-se infiltrando no modo de as famílias construir sua própria história. Ontem, não era possível determinar a paternidade: cabia à mãe fazê-lo e ao pai acreditar. Hoje, por um exame de DNA, a paternidade é definida por uma altíssima probabilidade. Excluimos objetivamente as dúvidas? Certamente que não. Como no passado, há quem possa dizer “é meu pai, mas eu não sinto como se fosse”. Tanto a paternidade quanto a maternidade, apesar desta última suscitar menos dúvidas, são construções de uma história relacional entre duas ou mais pessoas.

Ariès (1986) já contou a história da ausência do elemento biológico, tal qual o conhecemos, na relação com a criança. Esta ausência fazia com que não houvesse uma distinção entre as idades; não havia ainda a noção de passagens, que caracteriza o conceito de ciclo de vida. Era em um contínuo que a vida se dava sem a percepção de rupturas e/ou transformações. Uma preocupação

quanto à separação das idades só é reconhecida durante o processo de ampliação da escolarização, consolidando-se no final do século XVIII. Com o processo de separação entre as idades, surge um novo hábito entre os membros de uma família: a busca de semelhanças físicas entre pais e filhos. Não era por um critério objetivo que se dava o encontro das semelhanças. Era pela convivência, pela identificação e pela construção de um relato que falasse sobre as semelhanças, permitindo a historicização das relações familiares, gerada no encontro das afinidades e dos conflitos entre as gerações.

Elementos da cultura sempre foram importantes na construção de um grupo familiar, variando de acordo com o contexto histórico e social. Tradicionalmente, a família se definia pela noção de sangue e de patrimônio, com o predomínio do último sobre o primeiro. Aqueles que estavam sob o domínio paterno, o senhor da terra, pertenciam à família e àquela terra; eram do mesmo “sangue” e podiam receber o mesmo nome, agrupando-os (Casey, 1992). Hoje, com todo o desenvolvimento científico de determinação objetiva de laços biológicos, a família continua sendo um grupo fortemente marcado por valores culturais. Cada família é tanto um pequeno pedaço da cultura a que pertence quanto um mundo particular, definido pelo seu próprio movimento histórico.

Embora não descarte a observação das interações familiares, penso que estar baseada somente nesta observação, objetiva e centrada no presente, limita extraordinariamente o encontro de uma definição para o conceito de família. A família não é um objeto material palpável. Não se pode pegar nela como se pega uma coisa, cuja realidade material é indiscutível. Para pensar a família como uma unidade é preciso considerar aspectos não-materiais: entendo que a família é um conjunto de valores e emoções, vividos em conjunto por seus membros e transmitido de geração em geração. A família se mostra pelas interações entre seus membros, que podem ser observadas, constituindo uma dimensão exterior, mas ela se revela, sobretudo, por sua história, por sua transformação no tempo, definindo sua singularidade, caracterizando a sua dimensão interior.

Deste ponto de vista, a perspectiva sistêmica, a da busca de um padrão interacional, torna-se uma limitação, se não for relativizada e cotejada com outras perspectivas teóricas, que sejam abrangentes dos valores, das histórias e das emoções, formadoras das relações familiares. Amplia-se, dessa forma, a observação do grupo familiar: ele tem uma dimensão espacial exterior, que localiza seus membros no aqui-e-agora, incluindo a observação da expressão verbal e não-verbal, relacionando-as para construir a idéia de um padrão interacional; este padrão, porém, deve ser localizado em uma dimensão espacial interior, isto é, em uma perspectiva histórica, uma dimensão vivencial, agregando emoções e valores que dão sentido às relações familiares e aos indivíduos que compõem o grupo.

Relembro Minuchin, neste momento, porque penso a abordagem da Escola Estrutural como uma exeqüível leitura da família. Minuchin (1990) tem razão ao construir um mapa da família, localizando seus membros de acordo com os papéis que são atribuídos a cada um, o que distingue as fronteiras entre regiões como a do par conjugal e/ou parental ou delimita o espaço dos irmãos, dentre outros. O único problema, na formulação de sua proposta, é a não percepção da fixidez que este mapa pode instaurar, ao se identificar exclusivamente com o modelo nuclear, reforçando seus valores. Pensar a família espacialmente é sofrer a influência de Minuchin. Por isso, continuo pensando a família como um espaço que tanto localiza seus membros como é formado pela localização de cada um. Há que se perceber as mudanças de fronteiras, não se remetendo somente às mudanças do ciclo de vida familiar, que determinam, por exemplo, se uma criança deve ser mais ou menos dependente do cuidado de seus pais. Sendo assim, centra-se a família em uma visão estritamente biológica. As mudanças de fronteiras e o exercício de papéis são determinados, sobretudo pela perspectiva ideológica de cada configuração social, formadora dos valores familiares. Daí, conclui-se que não há um único mapa para a família, assim como não há uma única maneira de lidar com as

imposições de cada cultura. Se a história da família é visualizada, este mapa torna-se mais nítido, ao oferecer maior visibilidade às transformações no tempo e à particularidade de cada família, assimilando e transformando os valores sociais que a constituem.

Uma concepção sistêmica apresenta outro problema, que inclui Minuchin, dentre outros: a tentativa de corresponder a um modelo funcionalista e racionalista, implicando uma restrição no enfoque das emoções que circulam e transbordam das relações familiares. Neste sentido, chama atenção a abordagem de Bowen (1998), para quem os membros da família estão ligados pelas relações emocionais, transmitida entre as gerações. Esta abordagem permanece sendo uma visão restrita, ao ressaltar o restabelecimento de uma ordem natural que, pelo controle racional das emoções, reduz a ansiedade e, pelo restabelecimento de um funcionamento previsível e determinado, restaura a saúde (Kerr & Bowen, 1988; Papero, 1998). Em suma, o que estou considerando é a necessidade de uma crítica a esta concepção limitante, advinda da Teoria Sistêmica. Desejo, assim, enfatizar elementos, anteriormente anulados ou embaçados, tais como a história, os valores e a emoção, tanto para a noção de família quanto para a de sujeito.

O sujeito, não sendo reduzido ao seu corpo, também não é um objeto material tangível, captado pela objetividade de algum método científico, que tenha sido inventado para conhecê-lo. Ao longo da história ocidental, ele recebe inúmeras definições. Morin (1996) sumaria estas definições, concluindo que é preciso pensar o sujeito por meio de uma reconstrução conceitual, catalogando, principalmente, a organização biológica e a dimensão cognitiva, instaurando um princípio mais lógico do que afetivo para a sua definição. A conclusão de Morin aproxima-se de um consenso em torno da relevância da Biologia para explicar o humano. Discordando de Morin, encontro em Castoriadis uma outra opção:

“(...) o mundo humano, o mundo acessível à subjetividade humana, não é dado de uma vez para sempre, ele é ao mesmo tempo extensível e modificável (para ‘fora’ e para ‘dentro’). Já temos falado dessa

possibilidade, do seu enraizamento na imaginação radical da psique, da sua interdependência com a instituição da sociedade.”

(Castoriadis, 1992, p.237)

Uma definição de sujeito é atravessada pela questão de um projeto, por uma busca de sentido que se insere em um processo de reflexão (Castoriadis, 1990). Ela é igualmente uma questão psíquica, remetendo-se ao inconsciente, a um universo particular, próprio de cada sujeito, mas do qual participam uma infinidade de outros seres humanos. Desta perspectiva, ao abordar a constituição da realidade do sujeito humano, Castoriadis gera um novo conceito: o magma, uma totalidade indeterminada e não-ordenada, geradora de novas significações, que não pode ser decomposta. Há, no entanto, uma outra lógica que é a conídica ou conjuntista identitária: código de inteligibilidade para os sistemas fechados e estáticos, determinante da manutenção de uma sociedade. Estas duas lógicas, a dos magmas e a conídica, presentes no mundo social, estão vinculadas, respectivamente, ao surgimento do novo (instituinte) e ao instituído. O mundo humano caracteriza-se pela constante tensão entre o instituído, a manutenção de uma sociedade, e o instituinte, a criação que rompe com as significações herdadas.

Tanto o sujeito quanto a sociedade estão relacionados a estas duas lógicas. Para Castoriadis indivíduo e sociedade são regiões indissociáveis, sem que haja redução de uma pela outra. Sua formulação teórica surge como contraponto às vertentes tradicionais, que opõem estes dois termos em disciplinas separadas, como a Psicologia e a Sociologia. A partir do conceito de imaginário radical, Castoriadis defende a inseparabilidade do sujeito, *psyché-soma*, e do social-histórico, atribuindo a eles *status* equivalente na composição da realidade humana. O sujeito, por consequência, não é uma realidade; ele é um projeto realizado e a ser realizado por indivíduos, em um processo de transformação que não concerne somente aos sujeitos singulares, mas à sociedade como um todo (Augras, 2001; Castoriadis, 1982; Losada, 2001).

O mundo humano se caracteriza pelo desenvolvimento exorbitante da capacidade de imaginação. Embora a imaginação seja uma capacidade “poiética” de todo ser vivo, o ser humano ultrapassa e implode com a funcionalidade ligada ao físico. O psiquismo humano é liberado das regulações instintivas, é não-funcional; tem a capacidade de ver o que não está lá e de ultrapassar o fechamento. Assim, em vez de valorizar as leis da natureza ou a razão, há uma valorização da “poiesis”. O imaginário é criador de formas, de novas figuras, sempre posicionando o ser humano como busca sem fim, constituindo-o por uma alteridade essencial. O imaginário não é acessado diretamente, só pode ser conhecido pelo processo de criação humana no mundo: “é porque há imaginação radical e imaginário instituinte que há para nós ‘realidade’, e esta realidade” (Castoriadis, 1999, p.242). Ele é radical porque está na raiz do sujeito e do social histórico: “Imaginário é, portanto, sinônimo de humano” (Augras, 2001, p.125).

“Em outras palavras, para que o ser humano possa sobreviver em meio às tensões de sua situação, precisa criar sentido. E o sentido, para ser realmente significativo, necessita ser compartilhado. A instituição da sociedade se entrelaça, portanto, com a emergência da linguagem (...). O indivíduo, por conseguinte, é ele próprio uma criação deste mundo de significações e a socialização é o processo de aprendizagem, não apenas da linguagem e das instituições, mas de *si mesmo como instituição criada pela sociedade à qual se pertence*. Tal aprendizagem, é claro, não pode ser isenta de tensões.”

(Augras, 2001, p.128)

Castoriadis dá uma nova feição ao pensamento freudiano, ao elaborar uma teoria da psique formada, simultaneamente, pelo imaginário radical e por um processo sócio-histórico. Duas idéias marcam uma diferenciação de Freud: (1) a imaginação radical é inconsciente, mas não se limita ao inconsciente; (2) há uma ênfase na socialização, entendida como um processo de abertura da mônada psíquica do bebê. O social é uma fonte de exigência externa, uma fonte de sentido e de esquemas de organização para a psique. A socialização e a psique são relacionadas por um processo,

através do qual a criança absorve, do que lhe foi dado, um sentido já encontrado no social (Castoriadis, 1992; 1999).

A lógica das significações abarca a lógica conídica. Esta extrai da primeira suas inumeráveis organizações, em um contínuo processo de transformação. Desta relação se expressa a criatividade humana: “nós criamos sob condição de encontro” (Castoriadis, 1999, p.58). O realce da capacidade criativa humana dignifica um conhecimento que se realiza por analogias e metáforas. Desse modo, pode-se falar do corpo e estabelecer uma articulação entre espaço exterior e espaço interior. Anzieu (1989), elegendo uma analogia entre o eu e a pele, destaca o aspecto corporal como formador da identidade na relação com o outro e na construção de um mundo interno. Para que isto ocorra, a pele, no desenvolvimento do bebê humano e no seguimento de sua história de vida, cumpre três funções: (1) ela é uma bolsa que contém e retém em seu interior o bom e o pleno, armazenados como o alimento, os cuidados, o banho de palavras; (2) ela marca o limite com o de fora e o mantém no exterior, sendo uma barreira que protege da penetração; (3) ela é um lugar e meio primário de comunicação com os outros, de estabelecimento de relações significantes, por ser uma superfície em que os traços, deixados pelas relações, são inscritos.

Costuma-se situar o espaço interior, a alma, no fundo ou no outro lado da superfície do corpo. Tal localização é fornecida, principalmente, pela pele e pela visão, mas pode-se estender por todo contato que se dá entre corpos. Não se trata de uma extensão aos órgãos, tal como comumente se estende à cabeça ou ao cérebro. Este espaço, tido como interior, é um “fundo geral indeterminado de toda a superfície corporal”, cuja entrada pode ocorrer pelos olhos do outro, fazendo com que se encontre um “espaço indefinido” e “muito ‘maior’ do que aquele que se pode supor do exterior” (Gil, 1997, p.154). Do ponto de vista interno, ou seja, o do próprio sujeito, parece que o espaço mais próximo da revelação do eu localiza-se do outro lado do rosto. Este sendo uma tela, uma interface

“(...) que em parte se abre para o exterior, e em parte se estende para trás, nas trevas do interior (...) é um espaço intersticial, de sombras, mas de sombras vivas com uma luz própria (a que uma certa filosofia chamou ‘consciência’) – que ilumina pensamentos, sensações, imaginações. (...) esta zona fronteira tem realmente uma interface paradoxal: por um lado limita-se por fora graças à pele; por outro, prolonga o espaço da pele *para dentro*, conferindo à pele um espaço que a continua, transformando-a: não é já superfície, mas ‘volume’ ou, mais exactamente atmosfera.”
(Gil, 1997, p.155)

Este fundo do corpo não está na objetividade do corpo em si, não é localizável pela dissecação ou por meio de qualquer outro exame médico-tecnológico, e nem se encontra na mente, tida como o local da subjetividade. O corpo é invólucro que não envolve nada de visível. O que é envolvido é um espaço atmosférico, “plástico, que é como o espaço das metamorfoses do exterior em interior”. A via de acesso privilegiada pode ser pelo rosto, mas todo o corpo se oferece como interface, operando a mediação entre exterior e interior, realizando transferências imaginárias para todos os pontos do espaço: “são múltiplos os espaços da alma (...) e o corpo é o que multiplica a alma, lhe oferece uma geografia, uma geologia, uma topologia” (Gil, 1997, p.156). Pelos múltiplos contatos corporais, pelo olhar, pela sensação física se encontra o outro, gerando múltiplos espaços de interface que supõem haver um espaço interior, uma alma, um infinito de onde emergem manifestações não-previsíveis, daquele que é imediatamente exterior.

“O que é o lugar do infinito? Não é nenhum lugar, mas um ‘movimento para’. Os diferentes níveis de profundidade a que se situam as emoções, desejos, imagens não correspondem a uma verticalidade objectiva, mas a uma tipologia de velocidades de expressão. (...) Um rosto é um espaço potencial de buracos ou linhas de fuga infinitas: uma emoção, um medo que aparece no olhar, e é um mundo infinito que se abre e corre para nós, ou foge de nós... a alma, disseminada na atmosfera. Por isso não a vemos nunca, mas a sentimos. Está em parte nenhuma, ali.”
(Gil, 1997, p.162)

Paisagens projetadas em um rosto são significadas pelo rosto do outro: cada rosto é significado indiretamente pelas “percepções refractadas nos rostos dos outros”; cada processo de subjetivação tem no rosto dos outros o seu deslanchar, começando pela relação mãe-bebê, atingindo as variadas relações. “É a geografia das forças

e dos afetos que se exprime em traços de paisagem que são traços de rosto. Como diz Leonardo da Vinci (...) ‘O rosto é um mapa’” (Gil, 1997, p.170).

No espaço interior do corpo, conectado com o da pele, inscrevem-se conteúdos intersubjetivos, “interpsicossomáticos”. O espaço interior não remete a um fechamento sobre si, porque, “desde sempre, o espaço interno é habitado por outrem” (Gil, 1997, p.182). O espaço interior define o “inconsciente do corpo”, sendo este o resultado da inscrição, na pele e para além, de conteúdos psíquicos (imagens, afetos, pensamentos). Transcende-se o visível e o expresso verbalmente, a fim de alcançar uma compreensão sobre a ocorrência de múltiplas inscrições em outro lugar, caracterizando o sujeito humano. Esta percepção do humano desenvolve-se na história da civilização ocidental, delimitando espaços: o de dentro e o de fora, o profundo e o superficial; oferecendo os contornos da idéia de eu e de outro.

Uma das referências para a articulação entre o espaço exterior e o interior está na junção da Psicologia com a Sociologia, realizada por Norbert Elias (1994a). Elias investiga as maneiras de lidar com o corpo, desenvolvidas na história da civilização ocidental. Estas maneiras, tidas como “naturais”, são, na abordagem de Elias, moldadas pelo contexto histórico e social e se caracterizam tanto por uma questão sociológica quanto psicológica. Dessa forma, no centro do processo civilizatório encontra-se a interiorização progressiva das emoções e uma resistência à exteriorização dos sentimentos, relacionada ao controle externo do Estado (Elias, 1994a; 2001).

Definir o eu, conforme Elias (2000), independentemente de outras posições da rede relacional, é equivocado. Defende-se, assim, uma interdependência que se revela através da semântica dos pronomes pessoais: não há eu sem tu. O indivíduo só pode ser pensado em termos de figurações, em termos do conjunto de suas interações. Uma definição de sujeito, portanto, realça uma posição singular que não desconsidera as relações, nas quais cada sujeito

está imerso. O importante é pensar em termos de figurações, nas quais os indivíduos singulares são apresentados

“(…) como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais diversos tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências.”

(Elias, 2001, p.51)

O aspecto da reciprocidade e da interdependência é ressaltado igualmente no tocante aos valores de cada um. Há uma interdependência constitutiva dos juízos de valor, o que torna difícil para os indivíduos singulares não buscar e não receber “recompensas na forma de atenção, reconhecimento, amor, admiração, em suma, na forma de uma confirmação e elevação dos seus valores aos olhos dos outros” (Elias, 2001, p.94). Todo indivíduo singular, portanto, cresce com os juízos de valor de uma sociedade fazendo parte de si mesmo.

“(…) o indivíduo sempre existe, no nível mais fundamental, na relação com os outros, e essa relação tem uma estrutura particular que é específica de sua sociedade. Ele adquire sua marca individual a partir da história dessas relações, dessas dependências, e assim, num contexto mais amplo, da história de toda rede humana que cresce e vive.”

(Elias, 1994b, p.31)

Seguindo Taylor (1997), destaco a ligação entre a identidade pessoal e um espaço moral que posiciona cada sujeito no interior deste espaço, especificando valores. Este espaço é definido por indagações, cujas respostas revelam uma configuração quanto ao que é certo ou errado, quanto ao que deve ou não ser feito; proporcionando um horizonte, no qual é possível se localizar e saber quem se é. A questão da identidade, portanto, define uma orientação espacial do que é mais ou menos elevado, indicando os bens morais e o tipo de vida que vale a pena ser vivida. Estes podem ser transformados, mas não facilmente contestados.

As interpretações que orientam uma pessoa nunca podem ser completamente explicitadas. Taylor (1997) ressalta que não há a possibilidade de articular, de expressar uma orientação moral de forma plena, visto que os bens morais sobressaem de um pano de fundo inarticulado. A linguagem ajuda a tornar mais compreensível

o que está implícito nos valores morais, mas nunca esgota as possibilidades. A linguagem é intrínseca ao *self*, constituindo-o, ao mesmo tempo em que é mantida por uma comunidade lingüística. A identidade se constitui em meio aos outros, visto que a pergunta “quem sou eu?” encontra seu sentido no intercâmbio de falantes, nas “redes de interlocução”.

“Defino quem sou ao definir a posição a partir da qual falo na árvore genealógica, no espaço social, na geografia das posições e funções sociais, em minhas relações íntimas com aqueles que amo e, de modo também crucial, no espaço de orientação moral e espiritual dentro do qual são vividas as minhas relações definitórias mais importantes.”

(Taylor, 1997, p.54)

A pergunta a respeito da identidade nunca é completamente respondida porque se insere no projeto de uma vida, cuja contínua transformação só cessa com a morte. O sentido do bem moral, portanto, é incorporado a uma história de vida em andamento, uma narrativa coerente que procura definir de onde se vem, para onde se pode voltar e que direção se deve tomar à frente; direção orientada pelo que se considera incomparavelmente superior, caracterizando a vida como uma busca.

A multiplicidade dos bens morais impede que nós, modernos, e quiçá pós-modernos, possamos construir um mapa completo de nosso mundo moral. Devido a esta dificuldade, muitos, que adotam o ponto de vista objetivo, encontram aqui a resposta para a negação de uma base para os bens morais. Taylor insiste que não ter uma configuração moral é desembocar numa vida espiritualmente sem sentido. Descobre-se o sentido da vida dando visibilidade à configuração moral, que incorpora um conjunto de distinções qualitativas, organizando uma perspectiva ética em torno de um “hiperbem”, um bem mais elevado. Este é fonte de tensões e de dilemas na vida moral, já que a tentativa de se guiar por um “hiperbem” envolve a exclusão de outros bens ou a sua subordinação. O “hiperbem”, entretanto, apresenta uma razão para a ação e deve ser encontrado como uma maneira de viver a vida cotidiana.

Regras morais determinam implicitamente as ações, mas, a partir de novas situações de vida, dilemas e tensões, podem suceder influências e modificações, levando a reavaliações quanto à fonte moral que dá sentido à vida, revelando a contínua relação entre regras e ação. Não se trata, portanto, de uma teoria moral estática em que o bem é estabelecido desde sempre, mas de uma afirmação contundente: não é possível prescindir daquilo que dá sentido à vida.

Taylor propõe que tanto o corpo quanto o outro sejam resgatados, tornando o sujeito, não mais “o *locus* de representações”, mas um “agente engajado em práticas, (...) um ser que age num mundo e sobre um mundo” (Taylor, 2000, p.185). Compreender situa-se na prática, de modo implícito na atividade. A idéia de representação não é totalmente recusada: supõe-se um espaço interior que explicita o mundo e suas atividades ao se expressar. Taylor considera, porém, que boa parte da ação de um sujeito é concretizada sem serem formuladas as regras que as dirigem, sendo fruto de uma compreensão inarticulada. As representações que se têm do mundo “só são compreensíveis contra o pano de fundo oferecido por essa compreensão inarticulada”, configurada pelos bens morais, proporcionando “o contexto no qual, e só no qual, essas representações têm o sentido que têm” (Taylor, 2000, p.186).

Enfatizando os aspectos morais e interpessoais, encontro os parâmetros que me permitem articular a formação do sujeito nas relações familiares, considerando que a família se transforma por meio das relações que são estabelecidas pelos sujeitos que a compõem. Igualmente referida aos aspectos morais e interpessoais, a emoção é uma via privilegiada para se compreender como se formam estas relações entre os sujeitos e a família, constituindo as suas histórias. Uma perspectiva da emoção deixa de ser, prioritariamente, um estudo de suas características fisiológicas para ser uma questão psíquica e social, atrelada aos valores morais. A família é o primeiro espaço onde os sujeitos aprendem a ler as faces

uns dos outros. Nesta leitura de faces e neste encontro de corpos, lê-se a expressão das mais diversas emoções. Mais ainda, é necessário situar as emoções em um contexto social, analisando-as não somente como o resultado das relações com outras pessoas, mas como um processo constitucional de pessoas e relações.

Dessa forma, as respostas emocionais passam a ser vistas como estratégias relacionais, tanto de um sujeito para consigo quanto para com as outras pessoas de sua relação. Estas estratégias relacionais, desencadeadas pelas emoções, possuem propósitos e ajudam a enfrentar situações difíceis, transformando-as. Por este motivo, Solomon (1998) pensa ser justificável nomear esta visão de política; uma política da emoção. Essencial para esta perspectiva é que as emoções são intencionais: elas se dirigem a objetos reais ou imaginários, presentes no mundo. Com a noção de intencionalidade, fratura-se a barreira entre a experiência e o mundo, entre o interior e o exterior. A emoção não é meramente um sentimento, ela é, sobretudo, um ponto de vista, uma atitude que alcança o mundo. Neste sentido, ela deixa de ser somente a expressão de um mundo interno para estar no mundo, nas relações com os outros e consigo mesmo.

Solomon (1998) divide a política da emoção em quatro áreas distintas. A primeira trata da ontologia da emoção, definindo uma geografia em que a emoção não se encontra na mente, nem no corpo, nem no mundo, mas na experiência de estar no mundo. Outra área da política da emoção refere-se ao uso da emoção para mover outras pessoas, ou seja, refere-se ao poder e à persuasão. As emoções são estratégias, cuja expressão desenvolve-se por serem efetivas no estabelecimento da comunicação com os outros. A política da emoção pode ser vista igualmente por um sentido interno, caracterizando sua terceira área, que se refere ao controle das emoções em relação ao mundo externo. Tendo ou não uma efetividade no mundo, este tipo de política é mais profundo e sutil. Vivida de modo privado, suas vantagens são determinantes para cada sujeito. A quarta área define uma metalinguagem, uma

reflexão e teorização sobre a emoção. O modo como definimos os conceitos ou as concepções sobre a emoção está intimamente ligado à vivência da emoção. Diminuindo a ênfase sobre a definição fisiológica da emoção e não aceitando a justificativa da ausência de controle, determinada por um funcionamento físico ou psíquico que tem sua própria força e vontade, acentua-se a construção humana, tornando cada um responsável pelo autocultivo de valores morais. Trata-se, enfim, de uma teoria existencial, definindo as emoções como estratégias a serem trabalhadas, refletidas, escolhidas e vividas no mundo, mesmo que se considere o seu aspecto involuntário.

As histórias contadas pelas famílias são a expressão de uma relação de parentesco, exterior a cada sujeito, no sentido de definir uma configuração de circunstâncias relacionais que não foram por ele escolhidas. Estas histórias revelam, no entanto, uma dinâmica existencial própria que implica o indivíduo, suas escolhas e decisões pessoais. Muxel (1996) afirma que uma história pessoal e sua reconstrução acedem à memória familiar, fazendo com que cada indivíduo dê sentido à sua vida ao mesmo tempo em que se insere na história do grupo. A memória familiar engloba o indivíduo, instaurando um processo de transmissão, enquanto põe em jogo a negociação entre o pertencimento ao grupo e a diferenciação, compondo a formação da identidade pessoal. É, por consequência, uma corrente contínua de redefinições e de recomposições, a partir do grupo familiar e de vivências singulares, que animam a sucessão das gerações, participando ativamente da renovação da sociedade.

A memória familiar liga cada um a uma anterioridade, perpetuando-se pelo processo de negociação e renegociação que ocorre no presente. Responde, assim, a uma missão de socialização, ao permitir a construção de um indivíduo social, que recebe do grupo familiar uma definição de papéis, de valores comuns e de esquecimentos, que moldam, de um lado, a família e, de outro, remetem ao pertencimento a uma sociedade. Esta memória é transmitida na vivência cotidiana de cada família, implicando, de

um modo complexo, vários espaços relacionais e afetivos, tais como: a casa da família, a mesa das refeições, o contato dos corpos, a troca de olhares e palavras, os odores, os objetos, as fotos, os silêncios, dentre outros.

O mapa argumentativo construído com estes autores e suas idéias orienta-me para uma prática terapêutica em que a emoção é um aspecto fundamental, não somente individual ou determinado pela fisiologia ou forças psíquicas. A emoção é compartilhada, vivida nas relações atuais e revividas nas histórias que são contadas, comunicando modos de ser, de se emocionar e de valorizar a vida, transmitindo-se de geração em geração, no interior de uma sociedade. Um espaço terapêutico permite que sejam evocadas histórias plenas de emoção e de valores morais, próprios do grupo familiar, concedendo a cada indivíduo a oportunidade de se posicionar diante do que é comum, ajudando a redefinir a história do grupo familiar. Desse modo, articulam-se vários espaços: o do indivíduo, o da família, inserindo-os em um contexto sócio-histórico.

6.1.2.

Teoria e experiência pessoal: entrelaçando emoções, filiações e valores em um processo de reflexão contínua

“Nunca esquecerei a sensação de espanto, horror e admiração com que olhei em torno de mim. (...) A princípio, achava-me demasiadamente confuso para observar qualquer coisa com cuidado. A explosão geral de grandiosidade terrífica era tudo quanto eu podia vislumbrar. Quando consegui dominar-me um pouco, porém, meu olhar caiu instintivamente para baixo. (...) Não era um terror novo que assim me afetava, mas o raiar de uma *esperança* mais excitante. Essa esperança brotou parcialmente da memória e parcialmente da observação do momento. (...) Fiz também três importantes observações. (...) como regra geral, quanto maiores eram os corpos, mais rápida era a descida (...) tive várias conversas a este respeito com um professor do distrito e foi de sua boca que aprendi o uso das palavras ‘cilindro’ e ‘esfera’. Ele explicou-me...”

(Poe, 1997, p.883-886)

Esta citação parece descrever a experiência de uma pessoa angustiada diante da necessidade de elaborar um determinado conhecimento, buscando respostas que parecem não ser alcançáveis. Fala de uma experiência descrita na primeira pessoa, de uma

intuição, que encontra no outro algumas respostas teóricas apaziguadoras. Trata-se, de fato, de um conto de Edgar A. Poe, utilizado por Norbert Elias (1998a) para ilustrar a forma como ocorre a construção do conhecimento no mundo humano. O trecho acima é o relato do personagem que sobrevive a um redemoinho famoso em seu país por carregar consigo todos os que com ele cruzam. Não é apenas a história da sobrevivência de um trágico evento, é a história de uma relação de intensa emoção com a realidade dos acontecimentos que o envolviam, cuja possibilidade de observação e reflexão foi fundamental para a própria sobrevivência. Já seu irmão, paralisado pelo medo, não conseguia perceber o que lhe estava sendo indicado, isto é, o resultado de suas observações para não ser engolido pelo redemoinho. O personagem sobrevivente observou que objetos cilíndricos eram os últimos a afundarem. Após esta observação, ponderou: talvez, se fosse amarrado a um barril, tivesse alguma chance de não afundar, até que o redemoinho passasse. Dessa forma, “dirigiu os pensamentos para fora de si mesmo, para a situação em que se encontrava” (Elias, 1998a, p.166).

Esta história, nomeada por Elias como a parábola do pescador, enfatiza a interdependência entre a emoção e a situação exterior que a envolve, ressaltando a circularidade dessa relação: quanto maior for o envolvimento emocional, menor é a capacidade de avaliação e a possibilidade de instauração de um processo reflexivo, que conduza a uma ação, a uma transformação da realidade limitante. Elias (1998b) identifica um aumento qualitativo do distanciamento emocional, correspondendo à busca da autodisciplina, no processo civilizador. Este processo muda a relação entre as coerções externas e internas, diferenciando-se de momentos históricos anteriores. Isto não significa que, em outros tempos, não havia algum tipo de autodisciplina. Todavia, muda o modo como ela é integrada a um processo de maior controle das situações vividas pelos seres humanos.

No interior de um percurso histórico, tornam-se compreensíveis as transformações da relação do homem com o conhecimento. Neste sentido, deixa-se de apreciar somente o indivíduo como fonte do saber e atenta-se para “o fluxo incontável das gerações” (Elias, 1998b, p.27), diluindo a distinção entre história e sistema de saber. O objeto a ser estudado, por conseguinte, está relacionado ao “patrimônio de conhecimentos de que dispõe uma sociedade num dado momento” (Elias, 1998b, p.100), enquanto que o conhecimento de um indivíduo se relaciona ao conhecimento disponível em sua sociedade.

A combinação entre a observação sistemática e a reflexão é própria das sociedades que elegeram o método científico para a construção do conhecimento, oferecendo maior controle e aumento das vantagens práticas nas soluções dos problemas. Muitas vezes, nestas sociedades, entende-se que a solução dos problemas se encontra no estabelecimento de uma causa e de um efeito, permitindo maior manipulação. Em outras sociedades, nas quais os indivíduos estão em contínua relação com o mundo dos espíritos, a motivação para o conhecimento são os propósitos que estão atrelados aos acontecimentos. Estes propósitos só podem ser descobertos por meio da comunicação com o mundo dos espíritos, revelando suas intenções e planos. As lendas, os provérbios, os sonhos, a consulta a um padre ou a outro guia espiritual, dentre outras manifestações culturais, transmitidas de geração em geração, revelam os objetivos do outro mundo. Deste modo, os indivíduos observam os fatos e são capazes de raciocinar sobre eles. O ponto fundamental, para o qual Elias chama atenção, é o de que

“O método utilizado para adquirir conhecimento é funcionalmente interdependente e inseparável da substância do conhecimento que os indivíduos possuem, e, sobretudo, da imagem básica que tenham do mundo. Se essa imagem for diferente, o método elaborado para adquirir conhecimento relevante será, obviamente, também diferente.”

(Elias, 1998a, p.192)

Entre um método e outro existem vantagens e desvantagens: a concepção científica perde em sonho e imaginação, exercendo maior

controle sobre a emoção para alcançar resultados que podem diminuir perigos e gerar mais conforto; o método mágico-mítico proporciona uma sensação mais agradável de pertencer a um todo organizado e com propósitos definidos. Este envolvimento, porém, coage e limita a capacidade humana de transformar as situações. Para o primeiro, a autonomia e o desprendimento são valores dominantes; para o segundo, é o envolvimento com um todo integrado que define o modo de estar no mundo e conhecê-lo.

Não vejo como separar a pessoa de seu objeto de pesquisa: “Podemos elucidar o que pensamos, o que somos. Percorremos por partes, o nosso Labirinto, após tê-lo criado” (Castoriadis, 1997, p.31). A questão de decidir entre sujeito e objeto se apresenta, historicamente, para os pesquisadores das Ciências Humanas, podendo ser definida nos seguintes termos: como manter uma posição distanciada que encaminha a elaboração teórica, ao mesmo tempo em que se envolve emocionalmente, participando de modo integral da pesquisa realizada?; como manter uma relação não-dogmática com o conhecimento, correndo o risco de errar ou de encontrar situações imprevistas?

“Ora esse conflito é, em resumo, o conflito entre o investimento da *coisa já pensada* (e de si como ‘já tendo pensado tal coisa certa’) e o investimento – eminentemente arriscado, pois essencialmente incerto e vulnerável – *de si como origem podendo criar pensamentos novos* (e do que sempre há a pensar além do já pensado).”

(Castoriadis, 1997, p.129)

A teoria se constitui como um movimento, um processo de elucidação, que não se fecha em um sistema de verdades adquiridas. Considero ser fundamental manter-se aqui também uma dimensão espacial, identificando distinções por um deslocamento que se dá no tempo: articulando movimentos para dentro e para fora, para perto e para longe; articulando a teoria, baseada em um cabedal de conhecimentos transmitido de geração em geração, e a dimensão vivencial, ponto de partida para a busca de uma posição pessoal por meio de um trabalho de reflexão e de elaboração da herança adquirida. Isto caracteriza um método para a construção do

conhecimento nas Ciências Humanas, anteriormente nomeado como o “universalismo romântico” (Duarte, 1999).

“Há um fazer teórico que só emerge em um dado momento da história. Uma atividade, uma empresa humana, um *projeto social-histórico*: o projeto de teoria” (Castoriadis, 1997, p.19). Para que este projeto se realize, é preciso considerar o indivíduo e o seu contexto social como elementos distintos, mas inseparáveis, compreendendo-os a partir de um processo histórico e relacional. Isto implica retomar o projeto de uma ciência baseada em uma unidade não-fechada, sempre em movimento, caracterizando a realidade humana.

“Esse é mais um aspecto a partir do qual se podem derrubar facilmente as cercas artificiais que hoje erigimos no pensamento, dirigindo os seres humanos em várias áreas de controle: os campos, por exemplo, dos psicólogos, dos historiadores e dos sociólogos. As estruturas da psique humana, as estruturas da sociedade humana e as estruturas da história humana são indissociavelmente complementares, só podendo ser estudados em conjunto. Elas não existem e se movem na realidade com o grau de isolamento presumido pelas pesquisas atuais. Formam, ao lado de outras estruturas, o objeto de uma única ciência humana.”

(Elias, 1994b, p.38)

Conhecer passa a ser compreendido como um processo aberto de interrogação elucidativa, substituindo a idéia de encontrar um fundamento, a metáfora arquitetônica, por uma metáfora musical, no sentido de uma construção em movimento. Castoriadis (1997, 1999) afirma que a teoria não esgota o pensável: o pensamento faz funcionar a imaginação e a paixão humanas, mas corre o perigo de se cristalizar, impedindo o movimento da interrogação. O pensamento, portanto, não é sinônimo de reflexão. Esta surge quando o pensamento se volta sobre ele mesmo, interrogando-se sobre seus conteúdos, pressupostos e fundamentos.

“O que, então, é investido pela paixão de conhecer?

A primeira resposta que se apresenta é, evidentemente: a verdade. E não é necessário entrar na discussão filosófica da questão: o que é a verdade? Para afirmar, em primeira aproximação, que a verdade tem a ver com os *resultados* de conhecer. Mas é aqui que os paradoxos reaparecem. A paixão da verdade não pode ser separada da paixão pelos resultados em que essa verdade se encarna, ou parece se encarnar para o pesquisador, o cientista, o pensador. Mas ela pode conduzi-lo, e mais freqüentemente o conduz, a uma fixação nesses (seus) resultados, com os quais acaba por se identificar, ao ponto que qualquer questionamento pode ser por ele

ressentido como um questionamento de sua própria identidade, de seu próprio ser. O narcisismo do sujeito se estende necessariamente até englobar – e não somente no domínio do conhecimento – os produtos do sujeito, que passam a ser a partir de então objetos de um investimento categórico e incondicional.”

(Castoriadis, 1999, p.135)

O conhecimento diferencia-se da crença, ressalta Castoriadis (1999). Dá-se início ao conhecimento quando se está comprometido com um processo de interrogação, de pesquisa, que questiona as crenças assentadas como legítimas e indiscutíveis, criando uma brecha para a elaboração. Cada mundo passa a ser visto, então, como mais um mundo, reconhecendo a multiplicidade de experiências. No sentido filosófico e político, a experiência mais privilegiada é a que se “tornou capaz de *reconhecer* e *aceitar*” a multiplicidade, gerando uma ruptura, até onde é possível, do “fechamento do seu próprio mundo” (Castoriadis, 1999, p.251).

As crenças, os pressupostos os fundamentos de um mundo particular são dados pela instituição social. Para que a reflexão ocorra, é preciso que haja um questionamento do que está dado, operando “uma perturbação e um remanejamento fundamental de todo campo social-histórico”; a reflexão “implica o trabalho da imaginação radical do sujeito” (Castoriadis, 1999, p.290). O sujeito se afirma *objeto* de uma atividade de interrogação, atuando sobre si e transformando o pensamento em seu próprio objeto. Desprendendo-se das certezas, o eu se afirma como

“(...) ‘consciência de uma unidade necessária’; mas, nesse nível, essa unidade não é a de uma ligação ‘de todos os fenômenos (...) segundo conceitos’ ou regras que faltam *encontrar* ao fim de um processo que põe em suspenso as próprias regras de seu desenvolvimento.”

(Castoriadis, 1999, p.291)

Para que haja transformação de um sujeito, seu mundo e sua configuração moral, deve-se empreender um “esforço para *romper o fechamento*”. Neste sentido, a imaginação exerce um papel fundamental, criando novos termos e figuras do pensável. A verdade deixa de ser adequação entre o pensamento e uma realidade exterior, ela é o “próprio movimento que tende a abrir brechas no fechamento em que o pensamento sempre tende a se enclausurar novamente”

(Castoriadis, 1999, p.294). Como consequência, este modo de pensar, caracterizado pela autonomia, traz a consciência de que: só há indivíduo autônomo em uma sociedade autônoma; a história e a sociedade podem ser diferentes, podem ser até melhores; nenhuma instituição está imune a um processo de crítica e reavaliação; e, por fim, isto traz um sentimento de vulnerabilidade, mas combina a existência e limites da sociedade com a existência e limites da condição humana.

“A sociedade autônoma admite abertamente a mortalidade inerente a todas as suas criações e tentativas de extrair dessa fragilidade fatal a chance da contínua auto-transformação (...). A autonomia ou independência é um esforço conjunto e concertado para reformular a mortalidade de maldição em benção... (...) é a mortalidade pessoal que está por trás da possibilidade de transcendência e, portanto, de todo valor. Esse fato incontestável faz da mortalidade uma benção.”

(Bauman, 2000, p.87)

Todo conhecimento relaciona-se à apreensão de um objeto de estudo, fazendo com que junto a ele surja um “pano de fundo”, no qual se insere. Todas as descrições, no processo de elaboração do conhecimento, identificam o objeto, seu “pano de fundo” e a relação de quem pesquisa com ambos. Esta perspectiva rompe com a concepção tradicional de separação entre sujeito e objeto, valorizando a experiência de estar no mundo, a do sujeito que conhece como agente engajado. Há, entretanto, um aspecto retirado da tradição, ao não desconsiderar a clareza pessoal exigida de um agente do conhecimento, servindo esta clareza para uma tomada de “consciência dos limites e das condições de nosso conhecer” (Taylor, 2000, p.26).

Da perspectiva clássica, o conhecimento é visto como o ato de um único agente. Confirmando Taylor (2000), defendo que todo agente do conhecimento está integrado a um “nós” que o constitui, sendo sua identidade dependente de uma compreensão partilhada. Há, assim, uma forte ligação entre a epistemologia e os valores morais. A questão do valor determina aquilo que se conhece e como se conhece. O saber é constituído por questões morais, em sua base, porque é uma realização humana. O que foi dito acima, a respeito do

sujeito, vale para o agente do conhecimento, vinculando ambos a uma idéia de pessoa integral: estão localizados em um espaço moral, onde são realizadas distinções qualitativas a partir de uma prosa descritiva, uma narrativa que possui profundidade e dimensão temporal, determinadas por um projeto sócio-histórico, que direciona a busca da verdade.

Apreender um objeto de estudo, portanto, é localizar-se em um projeto global, inclusivo, o que não significa a permanência do mesmo, conforme já foi ressaltado. É necessário reconhecer esta inserção e articular explicitamente, ainda que, de modo incompleto e provisório, a configuração moral, vinculada a um ato de conhecer o mundo; refletir sobre este mundo, transformando-o sempre que for essencial, para não sucumbir ao fechamento.

“As pessoas moralmente maduras são aqueles seres humanos que cresceram a ponto ‘de precisar do desconhecido, de se sentirem incompletos sem uma certa anarquia em suas vidas’, que aprenderam a ‘amar’ a ‘alteridade’.”

(Bauman, 1999, p.54)

Bauman (2000) considera que uma comunicação efetiva é característica de uma posição universalista, desde que não se recorra fixamente a significados anteriormente partilhados e a interpretações consensuais. Dessa forma, não se estabelece uma aversão à diferença, não sufocando a multiplicidade cultural. A universalidade, baseada no entendimento mútuo, é a capacidade de se comunicar para saber como se pode prosseguir, diante de outros que podem prosseguir de modo diferenciado. Ultrapassam-se, assim, as fronteiras da comunidade. Não se trata mais de impor os valores de uma comunidade sobre outra, mas de conviver com os impulsos contraditórios que acometem a todos que estão diante de uma escolha moral: cuidar do outro, correndo o risco de, neste movimento, sufocá-lo e aniquilá-lo. “O eu moral move-se, sente e age em contexto de ambivalência e é acometido pela incerteza” (Bauman, 1997, p.17).

A responsabilidade moral é um ato de autoconstituição. Ela evoca a face que um sujeito vê diante de si e, por meio dessa

evocação, o cria como um eu moral. A responsabilidade é um ato de criação de um sujeito engajado no interior de seu espaço moral, mas que não se recusa ao encontro com o outro. Neste encontro, baseado em um ato ambivalente, o do cuidar com o risco de asfixiar, a moralidade adquire o seu fundamento, almejando padrões que nunca serão alcançados completamente, mas constituem seu horizonte e sua prática. Todo ato moral insere-se em um espaço social de “ser com”, constituindo o eu moral no encontro.

Em todos os aspectos, pelos quais possam ser descritos os seres humanos, conclui-se que o sujeito se constitui em suas relações. Se termino, reafirmando o que estava no começo, é para ressaltar ainda mais a necessidade de observar as oposições distintivas, tais como sociedade e indivíduo, família e indivíduo, teoria e experiência pessoal, exterior e interior, dentre outras, procurando conhecer os modos pelos quais estes elementos estão envolvidos em um movimento espacial, no qual um engloba o outro.

“Do mesmo modo, as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem-se no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu ‘eu’ mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse eu, essa ‘essência’ pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua ‘vida íntima’, traz a marca da história dos seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo.”

(Elias, 1994b, p.36)

Neste sentido, o sujeito do conhecimento é igualmente englobado por uma sociedade, por um modo de pensar, com o qual ele pode lidar autonomamente. Uma elucidação teórica se atualiza, se reformula por um sujeito que exerce insistentemente sua capacidade reflexiva. Isto envolve aqueles que formulam conhecimento em uma profunda responsabilidade com o outro. Apresenta-se, entretanto, a ambivalência acima mencionada, redefinida em outros termos: a busca pela verdade, se for estancada, pode levar à anulação da diferença, à exclusão da alteridade. Por

isso, construir teorias que visam a elucidar a realidade humana é uma questão ética, colocando todos nós diante de um horizonte fundamental e profundamente almejado: a liberdade de criar em nome de ser humano.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se a cada dia,
Outra mudança faz de maior espanto,
Que não se muda já como soía.

Luis Vaz de Camões (2001, p.64)

7 Considerações Finais

Não é à toa que estabeleço uma conexão com Camões, ao ler seus versos. Não somos a mesma pessoa, não habitamos o mesmo espaço, nossos modos de transformação não são os mesmos e, no entanto, sentimos que habitar o tempo nos é fundamental. Mais ainda: espanta-nos que já não se mude mais como se costumava.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”. Com este verso de Camões, expressando, de tão longe e de tão perto, a condição humana, chego ao fim de uma viagem textual. Habitamos variados espaços em movimento porque os habitamos no tempo, construindo a história.

Na introdução, identifico-me com Palomar que, com sua ânsia de realizar uma pesquisa, vive intensos sentimentos, temores, dúvidas, “um quebrar geral de todos os impulsos e contra-impulsos no mesmo alagar de espuma” (Calvino, 1994, p.9). Só não compartilho com ele a intenção de ver somente uma onda, somente um elemento, colhendo “todos os seus componentes simultâneos sem descurar de nenhum”, para que, “tão logo se dê conta de que as imagens se repetem”, perceba “que já viu tudo o que queria ver e poderá ir-se embora” (Calvino, 1994, p.8). Neste sentido, ligo-me a Camões, à idéia de transformação, que não nos permite encontrar a satisfação total e partir. Uma nostalgia toma conta de mim, devido à certeza de que não é possível ver tudo. Ao final, transformada, não vi se abrandarem os sentimentos e o desejo de busca com os quais comecei: “e do bem, se algum houve, as saudades” (Camões, 2001, p.64). Pesquisar, enfatizando o aspecto histórico e a transformação, é obter a convicção de que outras questões são sempre geradas. A busca não gera a tranqüilidade que permite ir embora, deixando as ondas e a praia. Continuo a caminhada e, no entanto, é preciso finalizar o texto.

Inicialmente, destaquei as variadas constituições do grupo familiar. Formas e ações da relação família-indivíduo foram vistas a partir de uma compreensão interdisciplinar, ressaltando várias perspectivas. Com um breve histórico a respeito dos estudos filosóficos sobre a família e sobre o sujeito, assinalo a separação que se constituiu entre ambos no Ocidente. A modernidade, no entanto, incumbiu à família a tarefa de criar indivíduos autônomos. O cotidiano familiar foi saturado de emoções contraditórias entre a liberdade de escolha e o pertencimento a um grupo. Família e formação da identidade pessoal deixaram de ser separadas para se tornarem um campo de estudo complexo. A Terapia de Família, paradoxalmente, ignorou esta complexidade, ao construir uma oposição entre família e indivíduo, em que somente a primeira foi vista como alvo de seus estudos e intervenções. O indivíduo, o sujeito singular perdeu visibilidade e, por conseqüência, deixou de existir em uma concepção sistêmica restrita. Entre o relacional e o intrapsíquico, instaurou-se uma separação, dividindo o campo. Ressaltei, então, que pontes precisavam ser construídas para relacioná-los e isto começou a ser realizado por um movimento chamado, geralmente, de integração, sendo uma vertente inicial da Psicologia, que se estendeu à Terapia de Família.

Expus a importância de um projeto científico que pretendia eliminar a subjetividade, tendo efeitos sobre a concepção das Ciências Humanas que, desejando se aproximar das Ciências Naturais, instaurou uma separação entre a construção do conhecimento e o sujeito. O método científico deveria ser a garantia de um conhecimento que se produzisse sem a participação do conhecedor. Abordei variadas trajetórias, caminhos possíveis para se pensar as Ciências Humanas, desde o século XVIII, quando a idéia de ciência vai-se consolidando como a luz que ilumina o caminho de toda a humanidade, seguindo o horizonte do progresso. Para além do horizonte, nem tudo se sucedeu como o planejado: as Ciências Humanas transformaram-se em ciências de coisas e não de

homens. As aproximações com as Ciências Naturais geraram críticas e novas propostas quanto à viabilidade de uma ciência propriamente humana.

Devido à relutância deste projeto científico, a subjetividade permaneceu excluída, exigindo que se encontrasse um caminho alternativo. Acompanhando os autores que desenvolveram estudos históricos, criando um espaço de reflexão sobre a experiência humana, encontrei outras opções: reconhecimento da filiação e trabalho sobre a herança; reconhecimento das ficções, dadas pela nossa cultura, associando-se à desnaturalização dos nossos métodos. Deste ponto de vista, proclamou-se uma ciência que seja humana, realizada por homens e mulheres, cujo método é o do “universalismo romântico”.

Relacionei a história da Psicologia à história da Terapia de Família, destacando os primeiros momentos e os primeiros mitos que fundamentaram uma imagem destas duas disciplinas. O aspecto principal ressaltou-se do desenvolvimento de um projeto científico que visava à eliminação da subjetividade. Da história da Psicologia, avultou, desde o século XIX, a interpretação de que a ciência é a observação de fatos empíricos, comprovados por experimentos em laboratório. Suprimiu-se, assim, a complexidade que podia ser representada, neste período, por Wilhelm Wundt e William James. Da história da Terapia de Família, sendo construída a partir da metade do século XX, foi ressaltada a sua vinculação com a lógica matemática. Embora a teoria sistêmica oferecesse à Terapia de Família uma opção, trazendo ao campo psicológico a idéia da relação, ela permaneceu conformada ao projeto científico que excluiu a subjetividade. Na procura de um padrão interacional, negou-se a parte, em prol do todo. Novidades surgiram, a partir dos anos oitenta, quando a Terapia de Família adotou outras referências: a primeira, desvinculando-se da Física, foi o Construtivismo, pautado na Biologia; a segunda, oriunda da Sociologia e da

Psicologia Social, foi o Construcionismo Social. Realçadas as postulações destas referências e suas conseqüentes implicações, definiu-se, ainda, um campo de exclusão da subjetividade, embora a negação tenha sido minimizada.

A concepção sistêmica, que recusou a influência da Psicanálise, embaçou a visibilidade da parte, do indivíduo. As novas formulações teóricas, como a do Construtivismo e a do Construcionismo Social, reformularam o olhar sobre o indivíduo, sem que fosse, necessariamente um retorno ao campo dos saberes psicológicos. Houve transformações, tornando possível uma maior abertura que liberalizou as formulações teórico-práticas. Neste sentido, foi importante resgatar as propostas dos sistêmicos influenciados pela Psicanálise e as das feministas, assim como diferenciar a proposta da Terapia de Família psicanalítica.

Psicologia e Terapia de Família foram igualmente vinculadas devido à discussão a respeito da fragmentação, unificação e integração de teorias e práticas, apresentadas do ponto de vista teórico, da pesquisa e da prática terapêutica. Do campo da Terapia de Família, destacou-se a defesa para que sejam integrados o indivíduo e a família, tendo no movimento de integração e em uma nova disciplina, a da Psicologia da Família, as representações mais notórias desta defesa, principalmente a partir dos anos de 1980.

Inserindo o Brasil nestas discussões, ofereci uma visão panorâmica dos estudos sobre família, terapia e terapeutas de família. Analisando alguns artigos de periódicos nacionais, chamei atenção para a importância de se conhecer este campo por meio de suas publicações de pesquisa. Esta análise ilustrativa indicou a complexidade de um campo e a variedade de temas que giram em torno dos estudos sobre família. Os artigos analisados foram demonstrativos de duas características que formam este campo: a interdisciplinaridade e a conjugação do indivíduo com a família e

com o contexto sócio-histórico. Caracterizando o campo da Terapia de Família, analisei os seus congressos brasileiros, levantando os temas dos trabalhos apresentados, os seus locais de origem e as referências teóricas citadas. Esta idéia geral, permitiu-me apresentar o campo por sua diversidade teórica, especificando os trabalhos que identificaram, explicitamente, uma idéia de integração entre diferentes referenciais teórico-práticos. Finalizei esta visualização do campo, com a análise das entrevistas de cinco terapeutas de família cariocas, refletindo sobre as transformações que vêm ocorrendo, com o enfoque principal sobre: a relação família/indivíduo, a questão da integração de diferentes teorias e a experiência do terapeuta.

Uma proposta que embasou a perspectiva de articular família e indivíduo, teoria e experiência pessoal foi apresentada. A proposta de articulação constituiu-se como um projeto que me orientou na compreensão relacional de diferentes espaços, unindo o corpo, o psíquico e a linguagem, como formas de expressão; a família e o indivíduo em uma trama de interdependência e de interlocução.

Enfim, esta é uma proposta que me auxilia, evitando a separação entre o espaço exterior e o espaço interior, embora reconheça a necessidade de distingui-los. Enfatizo a necessidade de articular estes espaços desde a introdução. Bachelard sustenta este ponto de vista: “O exterior e o interior são ambos *íntimos*; estão sempre prontos a inverter-se (...) Nesse drama da geometria íntima, onde devemos habitar?” (Bachelard, 1993, p.221); o humano é, então, identificado como um ser da “*superfície* que separa a região do mesmo e a região do outro”, não esquecendo “que, nessa zona de superfície sensibilizada, antes de ser é preciso dizer. Dizer, se não aos outros, pelo menos a si mesmo. E sempre avançar” (Bachelard, 1993, p. 224).

Há, pois, que se conhecer o humano em uma região fronteira, espacial, geométrica, mas não-euclidiana. Se existem outras formas, como as fundamentadas na medida matemática, estas não foram por mim escolhidas. Resta-me agora avançar e continuar realizando esta leitura em uma prática terapêutica que articula família e indivíduo, teoria e experiência pessoal, enfatizando o contexto sócio-histórico e a interdisciplinaridade.

“Restam outros sistemas fora
do solar a colonizar.
Ao acabarem todos
só resta ao homem
(estará equipado?)
a difícilíssima e perigosíssima viagem
de si a si mesmo:
pôr o pé no chão
do seu coração
experimentar
colonizar
civilizar
humanizar
o homem
descobrir em suas próprias inexploradas entranhas
a perene, insuspeitada alegria
de con-viver.”

Carlos Drummond de Andrade (1997, p.81)

8

Referências bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Mestre Jou, 1982. 976p.

ABDO, Carmita H. N. & OLIVEIRA, Sérgio R. C. Psicanálise, Teoria Sistêmica e o princípio da homeostase. **Revista ABP-APAL**, v.16, n.3, p.99-104, 1994.

ACKERMAN, Nathan W. **Diagnóstico e tratamento das relações familiares**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 355p.

AKISTER, Jane. Attachment theory and systemic practice: research update. **Journal of Family Therapy**, v. 20, n.3, p.353-366, 1998.

ALMEIDA, Angela M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela M. de. et alli. **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo;UFRJ, 1987. p.53-66.

ALMEIDA, Roberto S. de. Espaço geográfico: entre a objetividade e a subjetividade. In: COSTA, I. & GONDAR, J. **Memória e espaço**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. p.73-81.

AMARAL, Célia M. M. O sentido do trabalho na vida de mulheres de três gerações: um estudo de caso em Psicologia Social. **Interações**, v.2, n.4, p.89-96, 1997.

ANDERSEN, Tom. **Processos reflexivos**. Rio de Janeiro: Noos/ITF, 1999. 149p.

ANDERSON, Harlene & GOOLISHIAN, Harold A. Human systems as linguistics systems: preliminary and evolving ideas about the implications for clinical theory. **Family Process**, v.27, n.4, p.371-393, 1988.

_____ O cliente é o especialista: a abordagem terapêutica do não saber. In: MCNAMEE, S. & GERGEN, K. (Orgs.). **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.34-50.

ANDERSON, Harlene. Reimagining family therapy: reflections on Minuchin's invisible family. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.25, n.1, p.1-8, 1999.

ANDRADE, Carlos D. de. O Homem; as Viagens. In: ____ **A palavra mágica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997. p.81-83. (Mineiramente Drummond)

_____ Os bens e o sangue. In: ____ **Antologia Poética**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.60-67.

ANTONI, Clarissa de & KOLLER, Sílvia H. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. **Estudos de Psicologia**, v.5, n.2, p.347-381, Jul./Dez. 2000.

ANZIEU, Didier. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989. 286p.

ARENDRT, Ronald J. J. Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a psicologia social. XXXI Reunião da SBP, UERJ, 2001.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 279p.

ARNKOFF, Diane B. Theoretical Orientation and Psychotherapy Integration: Comment on Poznanski and McLennan. **Journal of Counseling Psychology**, v.42, n.4, p.423-425, Oct. 1995.

AUGRAS, Monique. Multidisciplinaridade ou transdisciplinaridade? Dilemas epistemológicos. **Cadernos de Metodologia**, v.2, p.99-104, 1999.

_____. "Mil janelas": teóricos do imaginário. **Psicologia Clínica**, v.12, n.1, p.107-131, 2001.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 242p.

BATESON, Gregory. **Mente e Natureza: a unidade necessária**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986. 235p.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997. 285p.

_____. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 145p.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 213p.

BEITMAN, Bernard D.; GOLDFRIED, Marvin R. & NORCROSS, John, C. The movement toward integrating the psychotherapies: an overview. **American Journal of Psychiatry**, v.146, n.2, p.138-147, Feb. 1989.

BENICHO, Grégory. L'avènement du quotient génétique. **Diógene**, n.195, p.26-34, juil-sept, 2001.

BERGER, Peter & KELLNER, Hansfried. Le mariage et la construction de la réalité. **Dialogue**, n.102, p.6-23, 1988.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 247p.

BERMAN, Morris. The shadow side of systems theory. **Journal of Humanistic Psychology**, v.36, n.1, p.28-54, Winter, 1996.

BERTALANFFY, Ludwig von. Teoria Geral dos Sistemas: aplicação à Psicologia. In: BERTALANFFY, Ludwig von et alli. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: FGV, 1976. p.1-20.

_____ **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 1979. 352p.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 157p.

BLANCKAERT, Claude. L'histoire générale des sciences de l'homme: principes et périodisation. In: _____ **L'histoire des sciences de l'homme: trajectoire, enjeux et questions vives**. Paris: L'Harmattan, 1999. p.23-60.

BLOW, Adrian J. & SPRENKLE, Douglas H. Common factors across theories of marriage and family therapy: A modified delphi study. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.27, n.3, p.385-401, Jul. 2001.

BORGES, Jorge Luis. **Obras completas de Jorge Luis Borges**. São Paulo: Ed. Globo, 1999. 4 v.

BOSZORMENYI-NAGY, Ivan & FRAMO, James L. **Terapia familiar intensiva: aspectos teóricos e práticos**. México: Editorial Trillas, 1976. 569p.

BOSZORMENYI-NAGY, Ivan. Una teoría de relaciones: experiencia y transacción. In: _____ **Terapia familiar intensiva: aspectos teóricos e práticos**. México: Editorial Trillas, 1976. p.56-115.

BOWEN, Murray. **De la familia al individuo: la diferenciación del sí mismo en el sistema familiar**. Barcelona: Editorial Paidós, 1998. 207p.

BRENNAN, Teresa (Org.). **Para além do falo: uma crítica a Lacan do ponto de vista da mulher**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997. 360p.

BREUNLIN, Douglas C.; SCHWARTZ, Richard C.; KUNE-KARRER, Betty M. **Metaconceitos: transcendendo os modelos em terapia familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 332p.

BRUNSCHWIG, Hélène. A propos de la transmission transgénérationnelle. Hommage d'une psychanalyste à la pensée systémique. *Carnet Psy.* n°6. Disponível em: <<http://www.carnetpsy.com/Archives/Recherches/Items/p6.htm>>, 1997. Acessado em: 21 jun. 2001.

CALVINO, Italo. **Palomar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 112p.

CAMÕES, Luis V. De. **200 sonetos**. Porto Alegre: L&PM, 2001. 118p. (Coleção L&PM Pocket)

CARRITHERS, Michael et alli. **The category of person: Anthropology, philosophy, history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 309p.

CARROLL, Lewis. **Alice**: edição comentada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 303p.

CASE, Elizabeth M. & ROBINSON, Natalie S. Toward integration: the changing world of family therapy. **The American Journal of Family Therapy**, v.18, n.2, p.153-160, 1990.

CASEY, James. **A história da família**. São Paulo: Editora Ática, 1992. 240p.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 418p.

_____ Pour soi et subjectivité. In: BOUGNOUX, Daniel et alli (Orgs.). **Arguments pour une méthode** Paris: Éditions du Seuil, 1990. p.118-126.

_____ **As Encruzilhadas do Labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 294p.

_____ **As encruzilhadas do labirinto I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 418p.

_____ **Feito e a ser feito**. As encruzilhadas do Labirinto V. Rio de Janeiro; DP&A Editora, 1999. 302p.

CASTRO, Elisa K. de & PICCININI, César A. Implicações da doença orgânica crônica na infância para as relações familiares: algumas questões teóricas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.3, p.625-635, 2002.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, I, 1994, São Paulo. Cadernos de Resumo: São Paulo, SP: ABRATEF, 1994. 213p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, II, 1996, Gramado. Cadernos de Resumo: Gramado, RS: ABRATEF, 1996. 172p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, III; ENCONTRO LATINO AMERICANO, I, 1998, Rio de Janeiro. Cadernos de Resumo: Rio de Janeiro, RJ: ABRATEF, 1998. 156p.

CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA FAMILIAR, V; ENCONTRO LATINO AMERICANO, III, 2002, Salvador. Cadernos de Resumo: Salvador, BA: ABRATEF, 2002. 197p.

COON, Deborah J. Testing the Limits of Sense and Science: American Experimental Psychologists Combat Spiritualism, 1880–1920. **American Psychologist**, v.47, n.2, p.143–151, Feb. 1992.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de pesquisa**, n.37, p.5-16, Mai. 1981.

COSTA, Jurandir F. **História da Psiquiatria no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980. 104p.

_____ **Ordem médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989. 282p.

COSTA, Rosely G. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**, v.10, n.2, p.339-356, Jul./Dez. 2002.

COUTINHO, Anamaria R. Pressupostos da noção de subjetividade. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.) **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.62-93.

CUNHA, Helena P. **Além de estar**: antologia poética. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2000. 193p.

CUNHA, Marcus V. da. A desqualificação da família para educar. **Cadernos de Pesquisa**, n.102, p.46-64, Nov. 1997.

CUSHMAN, Philip. Why the self is empty? Toward a historically situated Psychology. **American Psychologist**, v.45, n.5, p.599-611, 1990.

_____ **Constructing the self, constructing the America**: a cultural history of Psychotherapy. Cambridge, Massachusetts: Perseus Publishing, 1995. 430p.

DAMATTA, Roberto. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Angela M. de. et alli. **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; UFRJ, 1987. p.115-136.

_____ **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1990. 287p.

_____ **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. 177p.

DANZIGER, Kurt. The positivist repudiation of Wundt. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v.15, p.205-230, 1979.

_____ The history of introspection reconsidered. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v.16, p.241-262, 1980.

_____ Origins and basic principles of Wundt's *Völkerpsychologie*. **British Journal of Social Psychology**, v.22, p.303-313, 1983.

DELACAMPAGNE, Christian. **História da Filosofia no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 308p.

DELL, Paul F. Bateson e Maturana: verso una fundazione biologica delle scienze sociali. **Terapia familiare**, n.21, p.35-60, 1986.

DIAS, Cristina M. De S. B. & FERRO-BUCHER, Júlia S.N. Modalidades de supervisão em terapia familiar e a realidade brasileira. **Mudanças: Psicoterapia e Estudos Psicossociais**, v.6, n.4, p.41-58, 1996.

DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu: ensayo de una fundamentación del estudio de la sociedad y de la historia**. Madrid: Revista de Occidente, 1956. 424p.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 209p.

DUARTE, Luiz F. D. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. 290p.

_____ Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana C. (Orgs.) **Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995. p.27-41.

_____ A análise da pessoa moderna pela história e etnografia dos saberes psicológicos. In: *Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil*. **Cadernos IPUB**, n.8, p.1-10, 1997.

_____ Método e ficção nas Ciências Humanas: por um universalismo romântico. In: JACÓ-VILELA, Ana et alli (Orgs.). **Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ; NAPE, 1999. p.53-64.

_____ Transmissão Transgeracional: família e identidade. III Seminário anual do Projeto A Institucionalização dos Saberes Psicológicos no Brasil, do **Projeto PSICORIO**, IPUB/UFRJ - MN/UFRJ, 2002a.

_____ A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. Palestra realizada no **Seminário** "Somos todos Pós-Românticos?", CCBB / Rio de Janeiro, 24 a 27 de setembro, 2002b.

DUARTE, Luiz F. D. & VENÂNCIO, Ana T. A. O espírito e a pulsão: o dilema físico-moral nas teorias da Pessoa e da Cultura de W. Wundt. **Mana**, v.1, n1, p.69-106, 1995.

DUCOMMUN-NAGY, Catherine. A terapia contextual. In: ELKAÏM, Mony (Org.). **Panorama das Terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.101-118.

DUMONT, Louis. **Introduction à deux théories d'anthropologie sociale**. Groupes de filiation et alliance de mariage. Paris: Mouton, 1971. 139p.

_____ **O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. 283p.

_____ A modified view of our origins: the Christian beginnings of modern individualism. In: CARRITHERS, Michael et alli. **The category of person: Anthropology, philosophy, history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p.93-122.

DUNCAN, Barry L. The Founder of Common Factors: A Conversation With Saul Rosenzweig. **Journal of Psychotherapy Integration**, v.12, n.1, p.10–31, Mar. 2002a.

_____ The Legacy of Saul Rosenzweig: The Profundity of the Dodo Bird. **Journal of Psychotherapy Integration**, v.12, n.1, p.32–57, Mar. 2002b.

DUPUY, Jean-Pierre. **Nas origens das ciências cognitivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. 228p.

DURKHEIM, Émile. La famille conjugal. In: _____ **Textes III: fonctions socilaes et institutions**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1975. p.35-49.

EDELMAN, Gerald M. **The remembered present: a biological theory of consciousness**. New York: Basic Books, 1989. 346p.

EDLEY, Nigel. Unravelling Social Constructionism. **Theory and Psychology**, v.11, n.3, p.433-441, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a. 2. v.

_____ **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b. 201p.

_____ **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998a. 351p.

_____ **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998b. 165p.

_____ **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 224p.

_____ **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 312p.

ELKAÏM, Mony. **Se você me ama, não me ame:** abordagem sistêmica em psicoterapia familiar e conjugal. Campinas, SP: Papyrus, 1990. 202p.

ELKAÏM, Mony (Org.). **Formações e práticas em terapia familiar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988. 140p.

_____ **Panorama das Terapias familiares.** São Paulo: Summus, 1998. 2v.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Le remariage est-il affaire plus personnelle que le mariage? Alliance et sexualité dans le mariage et le remariage contemporains. **Dialogue**, n.102, p.110-119, 1988.

_____ Diferentes abordagens em terapia de casal: uma articulação possível? **Temas em Psicologia**, n.2, p.53-63, 1994.

_____ Terapia Familiar: da divergência às possibilidades de articulação dos diferentes enfoques. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n.16, p.38-42, 1996.

_____ A escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.10, n. 2, p.351-368, 1997.

_____ Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.11, n.2, p.379-394, 1998.

FERREIRA, Marlene de C. T. & MARTURANO, Edna M. Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.1, p.35-44, 2002.

FERRO-BUCHER, Júlia S.N. Dos estudos da família à Terapia Familiar no Brasil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.4, n.1/2, p.43-58, 1989.

FIGUEIRA, Sérvulo. O papel da Psicanálise no entendimento da construção da subjetividade. In: ALMEIDA, Angela M. de. et alli. **Pensando a família no Brasil:** da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo;UFRJ, 1987a. p.89-100.

_____ O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.) **Uma nova família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987b. p.11-30

FLANDRIN, Jean-Louis. **Famílias**: parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 291p.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 407p.

_____ **A arqueologia do saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 239p.

FREEDMAN, Joseph S. Philosophical writings on the family in sixteenth- and seventeenth-century Europe. **Journal of Family History**, v.27, n.3, p.292-342, jul. 2002.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria. In: _____ **Obras Completas**. v. II. Rio de Janeiro: Imago, 1895 / 1981. 319p.

_____ A hereditariedade e a etiologia das neuroses. In: _____ **Obras Completas**. v. III. Rio de Janeiro: Imago, 1896 / 1981. p.133-148.

_____ A interpretação dos sonhos. In: _____ **Obras Completas**. v. V. Rio de Janeiro: Imago, 1900 / 1981. 673p.

_____ Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____ **Obras Completas**. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1905 / 1981. p.118-228.

_____ Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In: _____ **Obras Completas**. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1906 / 1981. p.253-263.

_____ Totem e Tabu. In: _____ **Obras Completas**. v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1913 / 1981. p.13-191.

_____ A história do movimento psicanalítico. In: _____ **Obras Completas**. v. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1914 / 1981. p.13-87.

_____ Psicologia de grupo e análise do ego. In: _____ **Obras Completas**. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1921 / 1981. p.89-179.

_____ O ego e o id. In: _____ **Obras Completas**. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1923 / 1981. p.13-89.

_____ Inibições, sintomas e ansiedade. In: _____ **Obras Completas**. v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1926 / 1981. p.95-200.

_____ Mal-estar na civilização. In: _____ **Obras Completas**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1930 / 1981. p.75-171.

_____ Sexualidade feminina. In: _____ **Obras Completas**. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1931 / 1981. p.257-279.

_____ Novas conferências introdutórias sobre a Psicanálise. In: _____ **Obras Completas**. v. XXII. Rio de Janeiro: Imago, 1933 / 1981. p.13-225.

_____ Análise terminável e interminável. In: _____ **Obras Completas**. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1937 / 1981. p.239-287.

_____ Moisés e o monoteísmo. In: _____ **Obras Completas**. v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 1939 / 1981. p.13-161.

FREUND, Julien. **As Teorias das Ciências Humanas**. Lisboa: Sociocultur, 1977. 174p.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980. 587p.

GARCIA, Maria L. T. & TASSARA, Eda T. de O. Estratégias de Enfrentamento do Cotidiano Conjugal. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.14, n.3, p.635-642, 2001.

GERGEN, Kenneth. The social constructionist movement in modern psychology. **American Psychologist**, v.40, n.3, p.266-275, 1985.

_____ **El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo**. Espanha: Editorial Paidós, 1992. 370p.

_____ The place of the Psyche in a Constructed World. **Theory and Psychology**, v.7, n.4, p.723-746, 1997.

_____ When relationships generate realities: therapeutic communication reconsidered. Disponível em: <<http://www.swarthmore.edu/SocSci/Kgergen1/text6.html>>, 1999a. Acessado em: 24 jun. 1999.

_____ Technology and the self: from the essential to the sublime. Disponível em: <<http://www.swarthmore.edu/SocSci/Kgergen1/text11.html>>, 1999b. Acessado em: 24 jun. 1999.

_____ Psychological Science in a Postmodern Context. **American Psychologist**, v.56, n.10, p.803-813, Oct. 2001.

GERGEN, Kenneth J. & KAYE, John. Além da narrativa na negociação do sentido terapêutico. In: MCNAMEE, Sheila. & GERGEN, Kenneth. **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. p.201-222.

GERGEN, Kenneth J. & WARHUS, Lisa. La terapia como una construccion social: dimensiones, deliberaciones, y divergencias. Disponível em: <<http://www.swarthmore.edu/SocSci/Kgergen1>>, 1999. Acessado em: 24 jun. 1999.

GERSON, Mary-Joan. **The embedded self: a psychoanalytic guide to family therapy**. London: The Analytic Press, 1996. 278p.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. 228p.

GIL, José. O interior do corpo. In: _____ **Metamorfoses do corpo**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997. p.147-191.

GOETHE, Johann W. von. **Doutrina das cores**. São Paulo: Nova Alexandria, 1993. 175p.

GOMORI, Maria & WINTER, Joan. O modelo processual de Virginia Satir: implicações práticas. In: ELKAÏM, Mony (Org.). **Panorama das Terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.133-146.

GONÇALVES, Nair T. Ouvindo nossos mestres: integrando teorias e técnicas. In: PRADO, Luiz C. (Org.). **Famílias e terapeutas: construindo caminhos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.37-68.

GOODRICH, Thelma J. et alli. **Terapia feminista da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 200p.

GOUTAL, Michel. **Du fantasme au système: scènes de famille en épistémologie psychanalytique et systémique**. Paris: Les Éditions ESF, 1985. 125p.

GRACIANO, Miriam M. de C. A teoria biológica de Humberto Maturana e sua repercussão filosófica. 1997. 205f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, Belo Horizonte, 1997.

GUSDORF, Georges. **Tratado de Metafísica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960. 557p.

_____ **Introduction aux Sciences Humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement**. Paris: Éditions Ophrys, 1974. 522p.

HARRÉ, Rom. Public sources of the personal mind: social constructionism in context. **Theory and Psychology**, v.12, n.5, p.611-623, 2002.

HEILBORN, Maria L. **Dois é par: conjugalidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. 1992. 363f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

HERMAN, Arthur. **A idéia de decadência na história ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999. 541p.

HIBBERD, Fiona J. Gergen's Social Constructionism, Logical Positivism and the continuity of error. Part 1: Conventionalism. **Theory and Psychology**, v.11, n.3, p.297-321, 2001.

HOFFMAN, Lynn. **Fundamentos de la terapia familiar**: un marco conceptual para el cambio de sistemas. México: Fondo de Cultura Económica, 1994. 328p.

_____ **Family Therapy**: an intimate history. New York: W.W. Norton & Company, 2002. 294p.

HORNSTEIN, Gail A. The Return of the Repressed: Psychology's Problematic Relations With Psychoanalysis, 1909—1960. **American Psychologist**, v.47, n. 2, p.254-263, Feb. 1992.

HUTTON, Patrick H. Late-life historical reflections of Philippe Ariès on the family in contemporary culture. **Journal of Family History**, v.26, n.3, p.395-410, jul. 2001.

JACÓ-VILELA, Ana M. et alli. A profissão de Psicólogo: Constituição do Campo. In: *Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil*. **Cadernos IPUB**, n.8, p.178-188, 1997.

JENSEN Jay P.; BERGIN, Allen E. & GREAVES, David W. The Meaning of Eclecticism: New Survey and Analysis of Components. **Professional Psychology: Research and Practice**, v.21, n.2, p.124-130, Apr. 1990.

JOHNSON, Susan & LEBOW, Jay. The "coming of age" of couple therapy: A decade review. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.26, n.1, p.23-38, Jan. 2000.

KÄES, René. Introduction au concept de transmission psychique dans la pensée de Freud. In: KÄES, René (Org.). **Transmission de la vie psychique entre générations**. Paris: Dunod, 2001. p.17-58.

KASLOW, Florence W. Trends in Family psychology. **Journal of Family Psychology**, v.1, n.1, p.77-90, Sept. 1987.

_____ The Art and Science of Family Psychology: Retrospective and Perspective. **American Psychologist**, v.46, n.6, p.621-626, Jun. 1991.

KAUFMANN, Jean-Claude. Que serais-je sans toi? L'individuel et le conjugal dans le processus d'identification de soi-même. **Dialogue**, n.102, p.24-32, 1988.

KERR, Michael E. & BOWEN, Murray. **Family evaluation**: an approach based on Bowen theory. New York: W. W. Norton & Company, 1988. 400p.

KOCH, Sigmund. Foreword: Wundt's Creature at Age Zero – and as Centenarian: Some aspects of the institutionalization of the "New Psychology". In: KOCH, Sigmund and LEARY, David E. **A century**

of Psychology as Science. Washington, DC: American Psychological Association, 1992. p.7-35.

KOYRÉ, Alexandre. **Do mundo fechado ao universo infinito.** 3.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. 290p.

L'ABATE, Luciano. Family Psychology and Family Therapy: comparisons and contrasts. **The American Journal of Family Therapy**, v.20, n.1, p.3-12, 1992.

_____. Discovery of the family: from the inside to the outside. **American Journal of Family Therapy**, v.26, n.4, p.265-280, Oct-Dec. 1998.

LARNER, Glenn. Towards a common ground in psychoanalysis and family therapy: on knowing not to know. **Journal of Family Therapy**, v.22, n.1, p.61-82, 2000.

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração.** A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 252p.

LEARY, David E. Wundt and after: Psychology's shifting relations with the natural sciences, social sciences and philosophy. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, v.15, p.231-241, 1979.

_____. Psyche's muse: the role of metaphor in the history of psychology. In: LEARY, David E. (Org.). **Metaphors in the History of Psychology.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.1-78.

_____. William James and the Art of Human Understanding [Beginnings of the New Psychology in America]. **American Psychologist**, v.47, n.2, p.152-160, feb. 1992.

_____. William James, the psychologist's dilemma and the historiography of psychology: cautionary tales. **History of the Human Sciences**, v.8, n.1, p.91-105, feb. 1995a.

_____. Naming and knowing: Giving forms to things unknown. **Social Research**, v.62, n.2, p.267-279, 1995b.

LEBOW, Jay. The integrative revolution in couple and family therapy. **Family Process**, v.36, n.1, p.1-17, Mar. 1997.

LEMAIRE, Jean. Du je au Nous, ou du Nous au Je? Il n'y a pas de sujet tout constitué. **Dialogue**, n. 102, p.72-79, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: ____ **O olhar distanciado.** Lisboa: Edições 70, 1986. p.69-98.

LEVY, Laurice. **Integrando diferenças:** possíveis caminhos da vivência terapêutica. São Paulo: Ágora, 2000. 202p.

LOPES, Vera L. S. A família e o processo de interiorização: três exemplos. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v.37, n.3, p.105-111, Jul./Set. 1985.

LOSADA, Manuel. **A constituição do sujeito e do social-histórico a partir do imaginário radical em Castoriadis**. 2001. 287f. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LUEPNITZ, Deborah A. **The family interpreted: psychoanalysis, feminism, and family therapy**. USA: Basic Books, 2002. 349p.

MACEDO, Rosa M. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**, n.91, p.62-68, Nov. 1994.

MALINOWSKI, Bronislaw. Kinship. **Man**, n.17-18, p.19-29, fev. 1930.

MANN, Thomas. **Os Buddenbrook: decadência duma família**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979. 666p.

MARCONDES, Danilo. A intersubjetividade no discurso e a construção da realidade. In: MAGALHÃES, Maria I.S. (Org.). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996. p.427-439.

_____ **Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. 298p.

MARKUS, Hazel R. & KITAYAMA, Shinobu. Culture and the self: implications for cognitions, emotion and motivation. **Psychological Review**, v.98, n.2, p.224-253, 1991.

MATTOS, Marlise. **Reinvenções do vínculo amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000. 332p.

MATURANA, Humberto. **A ontologia da realidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997. 350p.

_____ Seres humanos individuais e fenômenos sociais humanos. In: ELKAÏM, M. (Org.). **Terapia Familiar em Transformação**. São Paulo, Summus, 2000. p.143-149.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano**. Campinas, SP: Editorial Psy, 1995. 281p.

_____ **De máquinas e seres vivos: autopoiese – a organização do vivo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 138p.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EPU; Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. 2v.

MCGOLDRICK, Monica & CARTER, Betty. Advances in coaching: Family therapy with one person. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.27, n.3, p.281-300, Jul. 2001.

MCGOLDRICK, Monica (Org.). **Novas abordagens da Terapia Familiar**: raça, cultura e gênero na prática clínica. São Paulo: Roca, 2003. 505p.

MCNAMEE, Sheila. & GERGEN, Kenneth. **A terapia como construção social**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. 263p.

MERLEAU-PONTY, Jacques & MORANDO, Bruno. **Les trois étapes de la cosmologie**: comment a évolué la conception de l'univers de l'Antiquité à nos jours. Paris: Éditions Robert Laffont, 1971. 316p. (Science Nouvelle)

MIKESELL, Richard H.; LUSTERMAN, Don-David & MCDANIEL, Susan H. **Integrating Family Therapy**: handbook of Family Psychology and systems theory. Washington, DC: American Psychological Association, 2001. 645p.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 238p.

_____. Salvador Minuchin e a Psicoterapia Familiar Estrutural. Santos, São Paulo: Workshopsy Eventos, 1995. (Notas de aula)

_____. Where is the family in narrative family therapy? **Journal of Marital and Family Therapy**, v.24, n.4, p.397-403, Oct. 1998.

MINUCHIN, Salvador & FISHMAN, Charles H. **Técnicas de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990. 285p.

MINUCHIN, Salvador & NICHOLS, Michael P. **A cura da família**: histórias de esperança e renovação contadas pela terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 268p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996a. 344p.

_____. A noção de sujeito. In: SCHNITMAN, Dora F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996b. p.45-58.

_____. **O método**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997. 5 v.

MORRIS, Richard. **Uma breve História do Infinito**: dos paradoxos de Zenão ao universo quântico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 229p.

MUXEL, Anne. **Individu et memoire familiale**. Paris: Éditions Nathan, 1996. 149p.

NEILL, J.R. & KNISKERN, D. P. **Da psique ao sistema: a evolução da terapia de Carl Whitaker**. Porto Alegre: Artmed, 1990. 361p.

Ney Matogrosso. A cara do Brasil. C. Viáfara, V. Barreto. [compositores]. In: ____ **Olhos de Faróis**. [S.I.]: Polygram, p1998. I CD (ca. 50 min.). Faixa 13 (3min 54 s).

NICHOLS, Michael P. & SCHWARTZ, Richard C. **Terapia familiar: conceitos e métodos**. Porto Alegre: Artmed, 1998. 524p.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1995. 284p.

ONNIS, Luigi. Um modelo de terapia familiar inspirado na ótica da complexidade. In: ELKAÏM, Momy (Org.). **Panorama das Terapias Familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.297-305.

PAKMAN, Marcelo. (Org.) **Construcciones de la Experiencia Humana**. Barcelona: Gedisa, 1997. 370p.

PAPERO, Daniel V. A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen. In: ELKAÏM, Momy (Org.). **Panorama das Terapias Familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.71-100.

PAPP, Peggy & IMBER-BLACK, Evan. Family themes: transmission and transformation. **Family Process**, v.35, n.1, p.5-20, Mar. 1996.

PAULA, Roberto F. & SCOTT, Parry R. Terapia Familiar: duplo vínculo e o contexto sociocultural do Recife. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 34, n. 5, p.327-336, Set./Out. 1985.

PENA, Maria V. J. A revolução de 30, a família e o trabalho feminino. **Cadernos de Pesquisa**, n.37, p.78-83, Mai. 1981.

PERELBERG, Rosine J. (Org.). **Os sexos e o poder nas famílias**. Rio de Janeiro: Imago, 1994. 290p.

PERELMAN, Chaïm. **Retóricas**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 417p.

PERELMAN, Chaïm & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 653p.

PEREZ-RAMOS, Antonio. La emergencia del sujeto en las ciencias humanas: Giambattista Vico. In: _____ **La crisis de la razon**. Murcia: Publicaciones de la Universidad de Murcia, 1986. p.163-202.

PETRUCCELLI, José Luís. Seletividade por Cor e Escolhas Conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, v.23, n.1, p. 5-28, Jan./Jun. 2001.

PINCUS, Lily. & DARE, C. **Psicodinâmica da família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981. 142p.

PINKER, Steven. Valores familiares. In: _____ **Como a mente funciona**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.447-545.

PINSOF, William M. An overview of integrative problem centered therapy: a synthesis of family and individual psychotherapies. **Journal of Family Therapy**, v.16, n.1, p.103-120, 1994.

POE, Edgar A. Descida no Maelstrom. In: _____ **Ficção completa, poesia e ensaios**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997. p.873-887.

POLITY, Elizabeth. Uma leitura Winnicottiana na Terapia Familiar. **Temas sobre desenvolvimento**, v.8, n.44, p.25-31, 1999.

PONCIANO, Edna L.T. **Quando se mete a colher**: um olhar da Antropologia para a Terapia de Família. **Cadernos IPUB**, n.12, p.145-171, 1998.

_____. **História da Terapia de Família**: de Palo Alto ao Rio de Janeiro. 1999. 221f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Família Nuclear e Terapia de Família: conexões entre duas histórias. **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, v.2, n.2, p.39-56, 2002.

POSSATTI, Izabel C. & DIAS, Mardônio R. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.15, n.2, p.293-301, 2002.

POZNANSKI, Joseph J. & MCLENNAN, Jim. Conceptualizing and Measuring Counselors' Theoretical Orientation. **Journal of Counseling Psychology**, v.42, n.4, p.411-422, Oct. 1995.

PRADO, Luiz C. Pontes entre concepções psicanalíticas e sistêmicas. In: PRADO, Luiz C. (Org.). **Famílias e terapeutas**: construindo caminhos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.17-36.

PRIGOGINE, Ilya & STENGERS, Isabelle. **A nova aliança**; metamorfose da ciência. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997. 247p.

RAMPAGE, Cheryl & AVIS, Judith M. Identidade sexual, feminismo e terapia familiar. In: ELKAÏM, Mony (Org.). **Panorama das Terapias familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.189-251.

RAY, Christopher. **Tempo, espaço e filosofia**. Campinas, SP: Papirus, 1993. 313p.

ROCHA-COUTINHO, Maria L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 249p.

ROPA, Daniela & DUARTE, Luiz F. D. D. Considerações teóricas sobre questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras. In: FIGUEIRA, Sérvulo (Org.) **Cultura da Psicanálise**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.178-201.

ROSA, Miriam D. Adolescência: da cena familiar à cena social. **Psicologia USP**, v.13, n.2, p.227-241, 2002.

ROSENBAUM, Robert & DYCKMAN, John. Integrating self and system: an empty intersection? **Family Process**, v.34, n.1, p.21-44, Mar. 1995.

ROSENZWEIG, Saul. Some Implicit Common Factors in Diverse Methods of Psychotherapy. **Journal of Psychotherapy Integration**, v.12, n.1, p.5-9, Mar. 2002.

ROSSI, Paolo. **Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso**. São Paulo: Editora UNESP, 2000. 154p.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 199p.

RUFFIOT, André et alli. **La Thérapie familiale psychanalytique**. Paris: Dunod, 1985. 223p.

RUSSO, Jane. Os três sujeitos da Psiquiatria. In: *Noção de pessoa e institucionalização dos saberes psicológicos no Brasil*. **Cadernos IPUB**, n.8, p.11-21, 1997.

_____ Uma leitura antropológica do mundo “psi”. In: JACÓ-VILELA, Ana et alli (Orgs.). **Clio-Psyché: histórias da Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: UERJ; NAPE, 1999. p.67-74.

_____ A Psicanálise enquanto processo civilizador: um projeto para a nação brasileira. In: *Antropologia e História dos Saberes Psicológicos*. **Cadernos IPUB**, v.6, n.18, p.10-20, 2000.

_____ **O mundo PSI no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. 89p.

RUSSO, Jane & PONCIANO, Edna L.T. O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao re-encantamento da natureza. **Physis: revista de saúde coletiva**, v.12, n.2, p.345-373, 2002.

SAMARA, Eni de M. O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade). **Psicologia USP**, v.13, n.2, p.27-48, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002. 384p.

SARTI, Cynthia A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996. 128p.

SATIR, Virginia. **Terapia do grupo familiar**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. 294p.

SCHENKER, Miriam & MINAYO, Maria C. de S. A implicação da família no uso abusivo de drogas: uma revisão crítica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.8, n.1, p.299-306, 2003.

SCHWARTZ, Richard C. **Terapia dos sistemas familiares internos**. São Paulo: Roca, 2004. 252p.

SEGALEN, Martine. **Rites et rituels contemporaine**. Paris: Éditions Nathan, 1998. 127p.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 447p.

SETTON, Maria da G. J. Família, escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, v.28, n.1, p.107-116, Jan./Jun. 2002.

SHAKESPEARE, William. **Sonho de uma noite de verão**. Porto Alegre: L&PM, 2002. 120p.

SHEINBERG, Marcia. Navigating treatment impasses at the disclosure of incest: combining ideas from feminism and social constructionism. **Family Process**, v.31, n.3, p.201-216, Sept. 1992.

SHORTER, Edward. **A formação da família moderna**. Lisboa: Terramar, 1995. 376p.

SHOTTER, John & LANNAMANN, John W. The situation of Social Constructionism: its "imprisonment" within the ritual of theory-criticism-and-debate. **Theory and Psychology**, v.12, n.5, p.577-609, 2002.

SIMMEL, Georg. Group Expansion and the development of individuality. In: _____ **On Individuality and Social Forms**. Chicago: The University of Chicago Press, 1971. p.251-293.

_____. Les grandes villes et la vie de l'esprit. In: _____ **Philosophie de la modernité**: la femme, la ville, l'individualisme. Paris: Éditions Payot, 1989a. p.233-277.

_____. L'individualisme moderne. In: _____ **Philosophie de la modernité**: la femme, la ville, l'individualisme. Paris: Éditions Payot, 1989b. p.281-325.

SINGLY, François de. **Sociologie de la famille contemporaine**. Paris: Éditions Nathan, 1993. 128p.

_____ **Le soi, le couple et la famille**. Paris: Éditions Nathan, 1996. 255p.

_____ O nascimento do “indivíduo individualizado” e seus efeitos na vida conjugal e familiar. In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY F. de; CICCHELLI, V. **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000a. p.13-19.

_____ **Libres ensemble**: l’individualisme dans la vie commune. Paris: Éditions Nathan, 2000b. 253p.

SLUZKI, Carlos E. **A rede social na prática sistêmica**: alternativas terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 147p.

_____ In search of the lost family: A footnote to Minuchin's essay. **Journal of Marital and Family Therapy**, v.24, n.4, p.415-417, Oct. 1998.

SOLOMON, Robert. **Continental Philosophy since 1750**: the rise and fall of the Self. Oxford: Oxford University Press, 1988. 214p. (A History of Western Philosophy: 7)

_____ The politics of emotion. **Midwest Studies in Philosophy**, v.22, p.1-20, 1998.

SOUSSUMI, Y. Perspectivas para uma neuro-psicanálise. **Psicanalítica**. SPRJ, v.11, n.1, 78-101, 2000.

STAATS, Arthur W. Unified Positivism and Unification Psychology: Fad or New Field? **American Psychologist**, v.46, n.9, p.899-912, Sept. 1991.

_____ Unifying Psychology Requires New Infrastructure, Theory, Method, and a Research Agenda. **Review of General Psychology**, v.3, n.1, p.3-13, Mar. 1999.

STERNBERG, Robert J. & GRIGORENKO, Elena L. Unified Psychology. **American Psychologist**, v.56, n.12, p.1069-1079, Dec. 2001.

TAYLOR, Charles. The person. In: CARRITHERS, Michael et alli. **The category of person**: Anthropology, philosophy, history. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p.257-281.

_____ Peaceful coexistence in Psychology. In: MILLER, Ronald B. (org.). **The restoration of dialogue**: readings in the Philosophy of Clinical Psychology. Washington, DC: American Psychological Association, 1992. p.70-84.

_____ **As Fontes do Self**: a construção da identidade moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1997. 670p.

_____ **Argumentos Filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 311p.

TERZIS, Antônio I. Revisão bibliográfica: psicologia do grupo familiar e sua relação no processo esquizofrênico. **Estudos de Psicologia**, n.1, p.73-85, Ab. 1985.

TRAD, Leny A. B. & BASTOS, Ana C. de S. O impacto sócio-cultural do Programa de Saúde da Família (PSF): uma proposta de avaliação. **Cadernos de Saúde Pública**, v.14, n.2, p.429-435, Abr./Jun. 1998.

TRAVIS, Susan. **Construções familiares**: um estudo sobre a clínica do recasamento. 2003. 147f. Tese (Doutorado) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais**: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 203p.

VARELA, Francisco; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **A mente incorporada**: ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 2003. 293p.

VELHO, Gilberto. Família e subjetividade. In: ALMEIDA, Angela M. de. et alli. **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo;UFRJ, 1987. p.79-87.

_____ Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo de camadas médias. **Interseções**, v.3, n.2, p.45-52, jul/dez. 2001.

VETERE, Arlene & HENLEY, Mavis. Integrating couples and family therapy into a community alcohol service: a pantheoretical approach. **Journal of Family Therapy**, v.23, n.1, p.85-101, 2001.

VIDAL, Fernando. La “science de l’homme”: désirs d’unité et juxtafictions encyclopédiques. In: BLANCKAERT, Claude et alli (Orgs.) **L’histoire des sciences de l’homme**: trajectoire, enjeux et questions vives. Paris: L’Harmattan, 1999. p.61-74.

VINEY, Wayne. The Cyclops and the Twelve-Eyed Toad: William James and the Unity–Disunity Problem in Psychology. **American Psychologist**, v.44, n.10, p.1261–1265, Oct. 1989.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Atualização e contra-efetuação do virtual na socialidade amazônica: o processo de parentesco. **Ilha. Revista de Antropologia**, v.2, n.1, p.5-46, dez. 2000.

WAGNER, Adriana; RIBEIRO, Luciane de S.; ARTECHE, Adriane X.; BORNHOLDT, Ellen A. Configuração familiar e o bem-estar

psicológico dos adolescentes. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.12, n.1, p.147-156, 1999.

WALSH, Froma. **Normal family processes**. 2. ed. New York: Guilford, 1993. 510p.

WATTS, Stephen W.; KEMPF, Walter G. & COTTONE, R. Rocco. On integrating family therapy: a review of the literature from 1988 to 1995. **The American Journal of Family Therapy**, v.25, n.3, p.193-212, 1997.

WATZLAWICK, Paul; WEAKLAND, John & FISCH, Richard. **Mudança: princípio de formação e resolução de problemas**. São Paulo: Cultrix, 1986. 167p.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet H.; JACKSON, Don D. **Pragmática da Comunicação humana**. São Paulo: Cultrix, 1993. 263p.

WEINBERGER, Joel. Short Paper, Large Impact: Rosenzweig's Influence on the Common Factors Movement. **Journal of Psychotherapy Integration**, v.12, n.1, p.67-76, Mar. 2002.

WHITE, Michael. & EPSTON, David. **Medios narrativos para fines terapéuticos**. Barcelona: Paidós, 1993. 222p.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1993. 190p.

WILLIAMS, Antony. **Psicodrama estratégico, a técnica apaixonada: indivíduos, famílias e grupos**. São Paulo: Ágora, 1994. 276p.

WINTER, Joan. O modelo processual de Virginia Satir: fundamentos teóricos. In: ELKAÍM, Mony (Org.). **Panorama das Terapias Familiares**. São Paulo: Summus, 1998. p.96-132.

WITTEZAELE, J.J. & GARCIA, T. **La Escuela de Palo Alto: historia y evolución de las ideas esenciales**. Barcelona: Editorial Herder, 1994. 412p.

WOZNIAK, Robert H. Theoretical Roots of Early Behaviorism: Functionalism, the Critique of Introspection, and the Nature and Evolution of Consciousness, 1997. Disponível em: <<http://www.brynmawr.edu/Acads/Psych/rwozniak/theory.html>> Acesso em: 20 jun. 2003.

WYNNE, Lyman; MCDANIEL, Susan H.; WEBER, Timothy. **Systems Consultation: a new perspective for family therapy**. New York: The Guilford Press, 1986, 487p.

YANCHAR, Stephen C. & SLIFE, Brent D. Pursuing Unity in a Fragmented Psychology: problems and prospects. **Review of General Psychology**, v.1, n.3, p.235-255, Sept. 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE I

GRUPOS	TEMAS – PERIÓDICOS NACIONAIS*	% TEMA	% GRUPO
1	CRIANÇA (44)	8,20	8,20
2	CASAL (39)	7,34	7,34
3	ADOLESCENTE (32)	6,03	6,03
4	VIOLÊNCIA (22)	4,14	4,14
5	ESCOLA (19)	3,95	3,95
6	PSICOSE (18)	3,57	3,57
7	DROGADICÇÃO, EDUCAÇÃO (16)	3,01	6,02
8	SAÚDE DA FAMÍLIA (14)	2,64	2,64
9	TRABALHO (13)	2,45	2,45
10	TERAPIA DE FAMÍLIA (12)	2,27	2,27
11	GÊNERO (11)	2,07	2,07
12	DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU MENTAL, DIVÓRCIO, PAI (9)	1,60	4,80
13	ABUSO, FAMÍLIA BRASILEIRA, IDOSO, JUSTIÇA, PSICANÁLISE (6)	1,12	5,60
14	ALCOOLISMO, CLASSE POPULAR, DOENÇA MENTAL, MATERNIDADE, MITO (5)	0,95	4,75
15	AUTISMO, FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA, NOVAS CONFIGURAÇÕES, PATERNIDADE/MATERNIDADE, PSICOLOGIA, PAIS E FILHOS (4)	0,76	4,56
16	CRECHE, DESENHO DE FAMÍLIA, HOSPITAL-DIA, IMIGRAÇÃO, INCESTO, PAC. PSIQUIÁTRICO, POLÍTICA, RECASAMENTO, REDE SOCIAL, SAÚDE MENTAL, SOCIALIZAÇÃO, TRANSF. DA FAMÍLIA (3)	0,56	6,72
17	ADOÇÃO, AIDS, ANOREXIA, ANTROPOLOGIA, ARTICULAÇÃO, AVÓS, CICLO VITAL, CONTEXTO FAMILIAR, MORAL, EMPRESA, FAMÍLIA DESCASADA, GRUPO DE FAMILIARES, HISTÓRIA DA TERAPIA, IGREJA, LEI, ONCOLOGIA, PSICOSSOMÁTICA, PSICOTERAPIA, RELAÇÕES FAMILIARES, SISTEMA PENITENCIÁRIO, SITUAÇÃO EDÍPICA, SUICÍDIO (2)	0,38	8,36
18	ACIDENTE, ALZHEIMER, AMOR, ASMA, ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA, ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, ATEND. DOMICILIAR, AUTORIDADE, BEBÊ PREMATURO, CARDIOPATIA, CARÊNCIA CULTURAL, CASA, CLASSE MÉDIA, COMPETÊNCIA, BION, CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO, CONTROLE, CORPO, CORRUPÇÃO, CRIME, CRISE, DELINQUÊNCIA, DEPRESSÃO, DEPRESSÃO PÓS-PARTO, DESAMPARO, DIAGNÓSTICO, DIREITO, DISTÚRBIOS DE LINGUAGEM, DOENÇA CRÔNICA, ENTREVISTA, EPILEPSIA, ESTERILIZAÇÃO FEMININA, ESTILOS PARENTAIS, ÉTICA, EXECUTIVOS NEGROS, EMOÇÃO, INSTITUIÇÃO, ESCRAVIDÃO, FEMINISMO, FESTA, FONOAUDIOLOGIA E PSICOPEDAGOGIA, FRATRIA, FUTURO, HIERARQUIA, HOSPITALIZAÇÃO, IMPLANTE, INJUSTIÇA SOCIAL, INTERIORIZAÇÃO, LUTO, MEDIAÇÃO, MODELOS DE FAMÍLIA, MODELOS PARENTAIS, MODERNIDADE, NOVAS CONJUGALIDADES, ORIENTAÇÃO FAMILIAR, PARENTESCO, PENSAMENTO, PERSPECTIVA SISTÊMICA, PESQUISA, PODER, PREVENÇÃO, PRIVILÉGIO, PSICODIAGNÓSTICO, REFÚGIO PSÍQUICO, RITUAL, RUA, SELF, SERVIÇOS ASSISTENCIAIS, SÍNDROME DE DOWN, SITUAÇÃO DE RISCO, SUBJETIVIDADE, SUCESSÃO, SUPERVISÃO, TAREFAS DOMÉSTICAS, TEORIA/CLÍNICA, TERAPIA COMPORTAMENTAL, TESTES PSICOLÓGICOS, TIPOLOGIAS DE FAMÍLIA, TOC, TRANSF. DAS RELAÇÕES AMOROSAS, TRANSFS. SOCIAIS, TRANSMISSÃO PSÍQUICA, TRAUMA E AFILIAÇÃO, URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA, VÍNCULO INTEGERACIONAL, QUEIMADURA, WINNICOTT (1)	0,19	16,53
TOTAL (529)			100

* A tabela está dividida por grupos de temas que possuem a mesma quantidade de trabalhos; o número, entre parênteses, indica esta quantidade. A soma total de trabalhos é 529. A porcentagem é indicada por tema e pelo somatório do grupo, considerando o total dos trabalhos.

APÊNDICE II

GRUPOS	TEMAS – I CONGRESSO*	% TEMA	% GRUPO
1	CASAL (20)	8,55	8,55
2	DROGADICÇÃO (13)	5,39	5,39
3	PSICOSE (10)	4,15	4,15
4	CICLO VITAL, CRIANÇA (8)	3,32	6,64
5	ADOLESCENTE, FAMÍLIA DE ORIGEM, FORMAÇÃO (7)	2,90	8,70
6	AIDS, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA DE BAIXA RENDA (6)	2,49	7,47
7	ADOÇÃO, EQUIPE REFLEXIVA, SAÚDE MENTAL, SELF DO TERAPEUTA (5)	2,07	8,28
8	APRENDIZAGEM, DIVÓRCIO, PESQUISA, RECASAMENTO, TERAPIA FAMILIAR, TERAPIA INDIVIDUAL E FAMILIAR, TRANSF. DA FAMÍLIA (4)	1,66	11,62
9	ABUSO SEXUAL, FAMÍLIA, JUSTIÇA, MORTE E LUTO, PODER, PSICOSSOMÁTICA, SISTEMA TERAPÊUTICO (3)	1,25	8,75
10	ARTICULAÇÃO, COMUNIDADE, CO-TERAPIA, DEFICIÊNCIA, EPISTEMOLOGIA, ESPAÇO TERAPÊUTICO, GRUPO, INTERVENÇÃO NA CRISE, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, PARADIGMA, VIOLÊNCIA (2)	0,83	9,13
11	ACOMPANHAMENTO DOS PAIS, ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO, ALCOOLISMO, AMOR, CONJUGAÇÃO DE TEORIAS, CONSULTORIA RELACIONAL, CONSULTORIA TERAPÊUTICA, CORPO, CRIAÇÃO, CUIDADOR, DEFICIÊNCIA MENTAL, DEFICIÊNCIA NEURO-PSICOMOTORA, DIAGNÓSTICO FAMILIAR, DINÂMICA DAS RELAÇÕES FAMILIARES, DINHEIRO, EMERGÊNCIA PSIQUIÁTRICA, EQUIPE INTERDISCIPLINAR, ESTRUTURA NARCÍSICA, ESTRUTURAS FAMILIARES, ÉTICA, FAMÍLIA DISFUNCIONAL, GÊMEOS, GÊNERO, GRUPOS INFORMATIVOS, GRUPOS MULTIFAMILIARES, HOMOSSEXUALISMO, IMIGRAÇÃO, INSTITUIÇÃO PÚBLICA, INSUCESSO TERAPÊUTICO, INTERRUPÇÃO DA TERAPIA, JOVENS FAMÍLIAS, LAÇOS, MASCULINIDADE, MENOR DE RUA, MÉTODO FENOMONOLÓGICO, OBSERVADOR PSICANALÍTICO, ONCOLOGIA, ORGANIZAÇÃO FAMILIAR, PACIENTE IDENTIFICADO, PACIENTE TERMINAL, PADRÕES PATOLÓGICOS, PATERNIDADE, PERSPECTIVA ANALÍTICA E SISTÊMICA, PROCESSOS DE TRANSMISSÃO, PSICOLOGIA COMUNITÁRIA, PSIQUIATRIA DINÂMICA, RELAÇÃO MÃE-FILHO, RITUAIS, SEXUALIDADE, SÍNDROME DE DOWN, TERAPIA BREVE, TRABALHO (1)	0,41	21,32
TOTAL (241)			100

* A tabela está dividida por grupos de temas que possuem a mesma quantidade de trabalhos; o número, entre parênteses, indica esta quantidade. A soma total de trabalhos é 241. A porcentagem é indicada por tema e pelo somatório do grupo, considerando o total dos trabalhos.

APÊNDICE III

GRU-POS	TEMAS – II CONGRESSO*	% TEMA	% GRUPO
1	CASAL (21)	11,86	11,86
2	CRIANÇA, DROGADICÇÃO (9)	5,09	10,18
3	ADOLESCENTE (8)	4,52	4,52
4	DIVÓRCIO (7)	3,95	3,95
5	FORMAÇÃO (6)	3,38	3,38
6	ADOÇÃO, APRENDIZAGEM, FAMÍLIA, SELF DO TERAPEUTA (5)	2,82	11,28
7	EQUIPE, INTERVENÇÃO SISTÊMICA (4)	2,26	4,52
8	ABUSO SEXUAL, GRUPO MULTIFAMILIAR, NOVAS ORGANIZAÇÕES FAMILIARES, SEGREDOS (3)	1,69	6,76
9	ALCOOLISMO, CICLO VITAL, CO-TERAPIA, DELINQUÊNCIA, EDUCAÇÃO, HOMOSSEXUALISMO, IDOSO, INTEGRAÇÃO, MEDIAÇÃO, OFICINAS TERAPÊUTICAS, ONCOLOGIA, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, PSICOSE, REDE SOCIAL, TRABALHO, TRANSTORNO ALIMENTAR, VIOLÊNCIA (2)	1,12	19,04
10	AIDS, ANTROPOLOGIA E TER DE FAM, ASMA, AVALIAÇÃO FAMILIAR, COMPETÊNCIA, CONTEXTO INSTITUCIONAL, CONVERSAÇÃO TERAPÊUTICA, CRECHE, DEFICIÊNCIA FÍSICA, PSICOSSOMÁTICA, DOENÇA FÍSICA, DOENÇAS TERMINAIS, ENTREVISTA DIAGNÓSTICA, EPISTEMOLOGIA, ESCOLHA DO PARCEIRO, ÉTICA, FAMÍLIAS UNIPARENTAIS, GÊNERO, HOMEOSTASE FAMILIAR, HUMOR, INDIVIDUAÇÃO, INSTIT. UNIV. PÚBLICA, INTERNAÇÃO, PAPEL, METÁFORA, MÉTODO PSICODRAMÁTICO, NOME PRÓPRIO, ÓRFÃOS, PERDAS, PERSPECTIVAS AMOROSAS, PERTENCIMENTO SOCIAL, PESQUISA, PROCESSO TERAPÊUTICO, PSICODIAGNÓSTICO, SEXUALIDADE, SOCIODRAMA FAMILIAR, TEORIAS, TEORIA-TÉCNICA PSICODRAMA, TERAPEUTA, TERAPIA COMUNITÁRIA, TERAPIA INDIVIDUAL, TERAPIA PAIS-BEBÊS, URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA (1)	0,57	24,51
TOTAL (177)			100

* A tabela está dividida por grupos de temas que possuem a mesma quantidade de trabalhos; o número, entre parênteses, indica esta quantidade. A soma total de trabalhos é 177. A porcentagem é indicada por tema e pelo somatório do grupo, considerando o total dos trabalhos.

APÊNDICE IV

GRUPOS	TEMAS – III CONGRESSO*	% TEMA	% GRUPO
1	CASAL, DROGADICÇÃO (17)	6,86	13,72
2	VIOLÊNCIA (11)	4,44	4,44
3	FAMÍLIA (9)	3,63	3,63
4	ADOLESCENTE (8)	3,23	3,23
5	EDUCAÇÃO (6)	2,43	2,43
6	CO-TERAPIA, DIVÓRCIO, FORMAÇÃO, MEDIAÇÃO, PSICOSE, REDE SOCIAL (5)	2,04	12,24
7	AIDS, CRIANÇA, GÊNERO, GRUPO MULTIFAMILIAR, PATERNIDADE, PESQUISA, SELF DO TERAPEUTA (4)	1,61	11,27
8	ADOÇÃO, DIAGNÓSTICO, EMPRESA, EQUIPE, EQUIPE REFLEXIVA, JOGO, SEXUALIDADE, TERAPEUTA, TERAPIA BREVE (3)	1,21	10,89
9	APRENDIZAGEM, CLÍNICA SOCIAL, CO-INCONSCIENTE, COMPETÊNCIA, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, INTERVENÇÃO SISTÊMICA, LINGUAGEM, MITO, NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, FRATRIA, RITUAL, SUBJETIVIDADE, TERAPIA INDIVIDUAL, UTI NEONATAL (2)	0,81	12,15
10	ACROMATROPSIA, ALZHEIMER, AMOR, ATENDIMENTO AMBULATORIAL, ATENDIMENTO DOMICILIAR, BRINCAR, CICLO VITAL, CLÍNICA, COMPUTADOR, COMUNICAÇÃO, CULINÁRIA, DEFICIÊNCIA FÍSICA, DELINQUÊNCIA, DEMANDA, DEPENDÊNCIA EMOCIONAL, DEPRESSÃO, DESINSTITUCIONALIZAÇÃO, DOENÇA AUTO-IMUNE, EMOÇÃO, ESCOLA MÉDICA, ESTÁGIO GRADUAÇÃO, ESTRESSORES FAMILIARES, ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, FAMÍLIA UNIPARENTAL, FILME, GENOGRAMA, GLOBALIZAÇÃO, GRUPO DE REFLEXÃO, GRUPOS DE VIVÊNCIA, GUARDA, HERANÇA FAMILIAR, HISTÓRIA DA TERAPIA FAMILIAR, HOMOSSEXUALISMO, INDICAÇÃO DE TERAPIA, INDIVÍDUO, INTERNAÇÃO RECÉM-NASCIDO, JUSTIÇA, MEMÓRIA, MENOR DE RUA, METÁFORA, MIGRAÇÃO, MODELOS DE FAMÍLIA, MORENO, MUSICOTERAPIA, ONCOLOGIA, OUTROS PROFISSIONAIS, PACIENTE TERMINAL, PADRASTO, PÓS-MOEDRNIDADE, PÓS-TRAUMA, PREVENÇÃO, PSICOMOTRICIDADE, PSICOPEDAGOGIA, REDE PÚBLICA, REDE SOCIOMÉTRICA, PAIS E FILHOS, SEGREDOS, SISTEMAS, SUICÍDIO, TÉCNICAS DE AÇÃO, TEORIA, TERAPIA EXISTENCIAL, TERAPIA NARRATIVA, TRANSPLANTE, VITILIGO (1)	0,40	26,00
TOTAL (248)			100

* A tabela está dividida por grupos de temas que possuem a mesma quantidade de trabalhos; o número, entre parênteses, indica esta quantidade. A soma total de trabalhos é 248. A porcentagem é indicada por tema e pelo somatório do grupo, considerando o total dos trabalhos.

APÊNDICE V

GRUPOS	TEMAS – V CONGRESSO*	% TEMA	% GRUPO
1	VIOLÊNCIA (21)	5,95	5,95
2	CASAL (18)	5,10	5,10
3	DROGADICÇÃO (11)	3,12	3,12
4	FORMAÇÃO (10)	2,83	2,83
5	ADOLESCENTE, CRIANÇA, DIVÓRCIO, MEDIAÇÃO, NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES (8)	2,27	11,35
6	EDUCAÇÃO, GRUPO MULTIFAMILIAR, TERAPEUTA, TRABALHO (7)	1,98	7,92
7	PATERNIDADE, SELF DO TERAPEUTA (6)	1,70	3,40
8	ADOÇÃO, CUIDADOR, ÉTICA, RECASAMENTO, TRANSTORNO ALIMENTAR (5)	1,42	7,10
9	HOMOSSEXUALISMO, INTERVENÇÃO SISTÊMICA, MITO, MORTE, FRATRIA, SISTEMAS, TERAPIA (4)	1,14	7,98
10	ALCOOLISMO, CLÍNICA SOCIAL, COMUNIDADE, EQUIPE REFLEXIVA, FAMÍLIA, FAMÍLIA UNIPARENTAL, JOGO, JUSTIÇA, LUTO, ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, REDE SOCIAL, SUICÍDIO, TERAPIA COMUNITÁRIA (3)	0,85	11,05
11	ACOLHIMENTO, AFETO, AMOR, AVALIAÇÃO, CICLO VITAL, CIDADANIA, CLASSE POPULAR, CO-DEPENDÊNCIA, CUIDADO, DESENVOLVIMENTO, EMOÇÃO, EQUIPE, ESTRESSE, FOTO DE FAMÍLIA, GLOBALIZAÇÃO, GRUPO DE CONVIVÊNCIA, INTEGRAÇÃO, LEGADO FAMILIAR, MIGRAÇÃO, MODELOS DE FAMÍLIA, NET, PAPEL, POLÍTICA SOCIAL, PÓS-MODERNIDADE, PSICOSE, PSICOTERAPIA, MÃE E FILHA, RELIGIOSIDADE, RITUAL, SENTIMENTO, SUPERVISÃO, TEMPO (2)	0,57	18,24
12	ABORTO, ABRIGO, APRENDIZAGEM, ASMA, BATESON, BOLETIM, BRINCAR, CANDOMBLÉ, CÁRCERE PRIVADO, CIRURGIA, CLÍNICA, CO-INCONSCIENTE, CONFLITOS ÍNTIMOS, CONTEXTO INSTITUCIONAL, CRISE, DEMANDA, DEPRESSÃO, DIAGNÓSTICO, EMPRESA, ENFAMILIAMENTO, EPILEPSIA, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR, GÊNERO, GRUPO DE APOIO, GUARDA, IDENTIDADE SEXUAL, IMIGRAÇÃO, LIDERANÇA, MATERNIDADE/PATERNIDADE, MAUS TRATOS, MESTRADO PROFISSIONAL, MULTIFAMÍLIA, NATALIDADE, ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL, PESQUISA, PODER, PRIVAÇÃO MATERNA, PROFISSIONALIZAÇÃO, PROJETO SOCIAL, RECURSOS LÚDICOS, RELAÇÃO TERAPÊUTICA, SALA DE ESPERA, SAÚDE DA FAMÍLIA, SEGREDOS, SERVIÇO PÚBLICO, SERVIÇO SOCIAL, SEXUALIDADE, SOGRA/NORA, SUS, TEATRO FAMILIAR, TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS, TEIAS SOLIDÁRIAS, TERAPIA BREVE, TRANSPLANTE, TRAUMA, VISITA DOMICILIAR, VOLUNTARIADO (1)	0,28	15,96
TOTAL (353)			100

* A tabela está dividida por grupos de temas que possuem a mesma quantidade de trabalhos; o número, entre parênteses, indica esta quantidade. A soma total de trabalhos é 353. A porcentagem é indicada por tema e pelo somatório do grupo, considerando o total dos trabalhos.

Roteiro da entrevista

I – Posição diante da história da Terapia de Família

(separação e articulação do relacional e do intrapsíquico)

1) Desde o seu início no Rio de Janeiro (anos 70), a Terapia de Família se caracteriza por juntar referenciais que tradicionalmente postulam conceitos excludentes, como o relacional e o intrapsíquico. Você concorda que há, desde então, entre nós, uma proposta de articulação entre estas diferentes teorias? Como você vê esta tendência?

2) No início da Terapia de Família de Abordagem Sistêmica há uma rejeição, em termos gerais, dos saberes psicológicos. Nos anos 80 há uma reaproximação da concepção de indivíduo (sujeito singular e/ou psicológico). O que você pensa que contribuiu para este retorno?

3) A terapia de Família tem sido influenciada pelas Ciências Naturais, desde a Física (Cibernética), numa perspectiva mais relacional, até a Biologia (Cognitivism/Maturana), numa perspectiva mais individual. Estas disciplinas determinam o seu modo de trabalho?

II – Construção de um saber teórico-prático

(entre a subjetividade e a objetividade)

4) Quais paralelos você traçaria entre a história da Terapia de Família e a sua própria história profissional?

5) Como você relaciona a sua experiência e os modelos teóricos disponíveis no campo da Terapia de Família?

6) Em sua trajetória, quais foram os momentos mais decisivos que determinaram novas construções teóricas e novas práticas? (momentos de mudança, de ruptura, inquietação, desorientação – subjetividade do terapeuta)

III – A proposta de articulação entre o intrapsíquico e o relacional

7) Hoje, em sua abordagem teórica, você utiliza referenciais que pensam tanto o relacional quanto o intrapsíquico? Quais e como? Que nome você daria a sua proposta?

8) Nesta proposta, como se relacionam o indivíduo e a família?

9) Quais autores você conhece que defendem a proposta de associar diferentes referenciais (relacional e intrapsíquico)?

10) Para você qual seria a principal diferença entre esta proposta atual e o início histórico da Terapia de Família?